



Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Algarve

Relatório de Atividades 2014



ÍNDICE

I – NOTA INTRODUTÓRIA	4
II – AUTO-AVALIAÇÃO	6
II.1 – Análise dos resultados alcançados e desvios verificados	6
II.1.1 – Metodologia utilizada na definição dos objetivos estratégicos e operacionais – QUAR 2014	6
II.1.2 – Resultados alcançados e desvios verificados	10
II.1.3 – Fontes de verificação	15
II.2 – Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados	16
II.3 – Avaliação do sistema de controlo interno	20
II.3.1 – Sistema de controlo interno	20
II.3.2 – Ações de Auditoria Interna	22
II.4 – Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes	22
II.5 – Desenvolvimento de medidas para reforço positivo do desempenho	26
II.6 – Comparação com o desempenho de serviços idênticos no plano nacional e Internacional	27
II.7 – Audição de dirigentes e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços ..	27
II.8 – Atividades desenvolvidas previstas e não previstas	27
II.8.1 – Atividades desenvolvidas por unidade orgânica	28
II.8.2 – Quantificação da atividade desenvolvida por unidade orgânica no biénio 2013-2014	49
II.9 – Afetação real e prevista de recursos humanos, materiais e financeiro	53
II.9.1 – Recursos humanos	53
II.9.2 – Recursos materiais	54
II.9.2 – Recursos financeiros	55
III – BALANÇO SOCIAL (SINTESE)	57
IV – AVALIAÇÃO FINAL	59
ANEXOS	60
1 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	
2 - MEMÓRIA DESCRITIVA DA CANDIDATURA SAMA	
3 - BALANÇO SOCIAL	
4 - RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014	
5 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR UNIDADE ORGÂNICA EM 2014	
6 - MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	
7 – EXECUÇÃO DO QUAR 2014	

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Atividade desenvolvida por área temática 2013-2014	49
Quadro 2 - Recursos Humanos Planeados e Realizados	53
Quadro 3 - Execução Orçamental 2014	55
Quadro 4 - Indicadores do Balanço Social 2012-2014	57

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Publicidade efetuada	43
Gráfico 2 - Execução Orçamental	56

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Objetivos das unidades orgânicas / Objetivos do QUAR	7
Tabela 2 - Incumprimentos e resultados insuficientes	23
Tabela 3 - Atividades Desenvolvidas – Direção de Serviços de Ordenamento do Território	29
Tabela 4 - Atividades Desenvolvidas – Direção de Serviços de Ambiente	32
Tabela 5 - Atividades Desenvolvidas – Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	35
Tabela 6 - Atividades Desenvolvidas – Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local	39
Tabela 7 - Atividades Desenvolvidas – Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa E Financeira	42
Tabela 8 - Atividades Desenvolvidas – Divisão de Vigilância e Controlo	44
Tabela 9 - Atividades Desenvolvidas – Divisão de Sistemas de Informação	45
Tabela 10 - Atividades Desenvolvidas – Gestão de Fundos Comunitários	46

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Na elaboração do presente relatório de atividades foi seguida a metodologia que constante das orientações do estatuído no Decreto de Lei 183/96 de 27 de Setembro e na Lei 66-B/2007, as orientações técnicas emitidas pela Direção-Geral da Administração Pública e pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços, bem como a Nota Técnica 1/2015 elaborada pela Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, nos termos do disposto no Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos- Lei 68/2014, de 8 de maio, e Decreto-Lei 24/2015, de 6 de fevereiro, tem como “missão assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações na região do Algarve”. Têm ainda como missão “executar a política de incentivos à comunicação social” (recentemente introduzida pelo Decreto-Lei 24/2015 de 6 de fevereiro).

Imbuídos no espírito de tornar a CCDR Algarve cada vez mais como um organismo de referência a nível da região do Algarve, o ano 2014 foi, mais uma vez, um ano de intenso e profícuo trabalho, em diversas vertentes.

Prosseguiu-se o esforço de racionalização de meios humanos, materiais e financeiros. Condicionados pelas fortes restrições a nível orçamental, foi a CCDR capaz de implementar e executar tarefas de carácter decisivo para a organização, para a região e para o país, o que se encontra testemunhado na taxa de realização do QUAR alcançada.

Após a apresentação à Comissão Europeia de diversas versões, fruto de intensas negociações e de um árduo trabalho, que envolveu toda a organização e os parceiros regionais, foi possível aprovar o novo Programa Operacional do Algarve para o período de programação 2014-2020.

De realçar que, apesar do esforço necessário à aprovação do novo Programa Operacional do Algarve, foi ainda assim superada a meta N+2 (QREN), por parte da estrutura do atual Programa Operacional Regional do Algarve.

A par do processo de negociação do novo Programa Operacional do Algarve foi igualmente concluída a elaboração da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) do Algarve, tendo durante o ano sido organizadas 14 apresentações públicas e mais de 40 reuniões restritas sobre esta temática.

A CCDR Algarve promoveu a criação da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica com diversos parceiros regionais e coordenou as ações promovidas pelos parceiros da candidatura “Articular para Intervir – 2ª fase” – componente Dieta Mediterrânica.

No âmbito das competências atribuídas a esta CCDR ao nível dos instrumentos de gestão territorial (IGT) e da Reserva Ecológica Nacional sublinha-se:

- a emissão do parecer final em comissão de acompanhamento sobre o PDM de Lagos, concelho que à data é o único da região que ainda não tem esse instrumento de gestão territorial aprovado;
- conclusão igualmente do procedimento, no que à CCDR diz respeito, sobre a delimitação da REN de Castro Marim, único concelho no Algarve, e dos poucos do país, que persistem sem delimitação em vigor.

A destacar igualmente a organização de um seminário, sobre “Estratégia de Recuperação Ambiental de Pedreiras”, tendo sido envolvidos diversos interessados, nomeadamente Universidades, empresas projetistas, exploradores e entidades licenciadoras.

Continuou-se o trabalho de recuperação dos pareceres solicitados pelas autarquias que se encontravam pendentes, tendo-se superado os objetivos fixados.

Realce-se o intenso trabalho desenvolvido, decorrente do protocolo firmado com a Direção-Geral do Livro, do Arquivo e das Bibliotecas, no que concerne à Macroestrutura funcional, que culminou com os contributos das para plano de classificação da Presidência do Conselho de Ministros.

No âmbito do protocolo celebrado em 2012 com o INA realizou-se o diagnóstico das necessidades de formação junto dos organismos da administração central e local sedeados no Algarve e no Baixo Alentejo, tendo como objetivo definir o Plano de Formação a dinamizar no ano 2015.

Com o intuito de melhorar o desempenho organizacional, continuou-se o esforço de desmaterialização de processos, tendo-se concretizado a maioria das ações previstas na candidatura aprovada no âmbito do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

A CCDR Algarve colocou grande enfoque no diagnóstico e resolução dos problemas que afetam a região, nas suas áreas de competência, bem como na permanente interação com os parceiros regionais, e teve sempre presente a necessidade da contínua melhoria dos índices de eficiência, eficácia e produtividade da sua estrutura.

II. AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação efetuada baseou-se nos vários instrumentos de gestão, como o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), o Plano de Atividades, o Balanço Social e a execução orçamental do ano 2014.

II.1 – ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS E OS DESVIOS VERIFICADOS

II.1.1 – METODOLOGIA UTILIZADA NA DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS – QUAR 2014

Tendo presente a experiência de anos anteriores, foram definidos os objetivos estratégicos e operacionais numa lógica de top-down (hierarquia e inter-relação dos objetivos).

- **1º Nível - Objetivos Estratégicos do QUAR base** – de 5 objetivos estratégicos plurianuais.
- **2º Nível - Objetivos Operacionais QUAR 2013** – definição de 7 objetivos operacionais, tendo presente os objetivos de 1º nível, as orientações da tutela, o plano de atividades para 2014, assim como os recursos financeiros, humanos e materiais.
- **3º Nível - Objetivos Operacionais por Unidade Orgânica** – definição de 6 objetivos (em média) por unidade orgânica, identificando os que contribuem para os objetivos operacionais de 2º nível. O somatório dos objetivos fixados no conjunto das unidades orgânicas excedeu o número de objetivos definidos no QUAR 2014, já que as atribuições das unidades orgânicas não se esgotam nas áreas cobertas pelo QUAR.

A aferição dos resultados e dos desvios foi efetuada regularmente, tendo por base esta estrutura hierarquizada de objetivos. Em Anexo incluem-se as fichas por objetivo estratégico, com o reporte dos resultados e dos desvios ocorridos em cada objetivo operacional.

Todavia, o controlo interno e o sistema de monitorização do QUAR foram estruturados de forma a garantir que as informações em que se baseia este relatório sejam rigorosas e traduzam o desempenho das unidades orgânicas.

Considerando a metodologia utilizada na elaboração dos vários instrumentos de gestão da CCDR Algarve, assente na lógica de top-down, apresentam-se na Tabela 1 os objetivos operacionais definidos em Plano de Atividades para as Unidades Orgânicas identificando para cada um a relação com os objetivos estratégicos e operacionais do QUAR.

TABELA 1
OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS / OBJETIVOS DO QUAR

Objetivos das Unidade Orgânicas	Unidade Orgânica	Relação c/ Objetivos do QUAR (quando existir)	
		Objetivos Estratégicos (N.º)	Objetivos Operacionais (N.º)
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
Promover a realização de seminários / eventos / iniciativas que contribuam para influenciar a agenda regional	DSDR	OE1	-
Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas	DSDR	-	O5
Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional	DSDR	OE1	O3
Dinamizar a rede regional para a implementação do Sistema Europeu de Indicadores do Turismo para Desenvolvimento de Destinos Sustentáveis e Competitivos no âmbito da rede NECSTOUR	DER	OE1	-
Manter atualizada, com carácter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site “Algarve Acolhe” e assegurar a monitorização da sua dinâmica.	DER	OE1	-
Dinamizar a 2ª fase e acompanhar a promoção e divulgação do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) a nível nacional e internacional	DER	-	-
Acompanhar o desenvolvimento do plano de salvaguarda da Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade	DER	-	-
Dar continuidade à recolha e sistematização da informação para uma plataforma on-line para mapear e dinamizar as estações de serviço para autocaravanas	DER	-	-
Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião, da Cooperação Transfronteiriça	DCOOP	OE1	O5
Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis	DCOOP	OE3	-
Assegurar que os parceiros das candidaturas da 3ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 – Alentejo/Algarve/Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/12/2014	DCOOP	OE3	-
Assegurar uma taxa de execução dos projetos POCTEP 2007-2013 com parceiros do Algarve de 80% até 31/12/2014	DCOOP	OE3	O5
Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local	DP	OE1	-
Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades)	DP	-	-
Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão do Centro Europe Direct	DP	-	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			

Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente, assegurando a sua compatibilidade com o PROT Algarve, em articulação com o PNPOT, e participar na aplicação do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE)	DSOT	OE2 OE1	01
Assegurar a implementação do Regime Jurídico da REN e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional	DSOT	OE2	-
Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA	DSOT	OE2	-
Promover e garantir, com recurso às TIC (através da IDEALG), uma adequada articulação intersetorial, no domínio dos SIG, entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias e/ou com as demais CCDR/ DG Território	DSOT	OE2	-
Assegurar o acompanhamento de projetos e programas	DSOT	OE2	-
Colaborar / cooperar com as entidades da administração central e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações	DSOT	-	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE			
Coordenar a implementação do regime jurídico de gestão de resíduos na região do Algarve	DSA	OE1 OE 2	-
Colaborar com a Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), na implementação do regime jurídico da AAE	DSA	OE 2 OE 5	-
Proceder à monitorização de projetos sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, cuja Autoridade de AIA foi a CCDR Algarve	DSA	OE 2	-
Promover a prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera	DSA	OE 2	-
Implementação da proposta de atuação, definida em 2013, para regularização das explorações de massas minerais na região do Algarve	DSA	OE 2	-
Coordenar a gestão da rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve	DSA	OE 2	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
Caracterizar os recursos humanos dos municípios, referentes ao ano 2013	DSAJAL	OE4	-
Assegurar a gestão dos processos de contraordenação	DSAJAL	OE2	-
Reduzir os pedidos de parecer jurídicos pendentes solicitados pelas autarquias (relativos a pedidos recebidos durante o ano de 2013)	DSAJAL	OE4	07
Colaborar com a DGAL na gestão dos projetos, no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, entre a Administração Central, as Autarquias e as entidades privadas sem fins lucrativos e proceder ao acompanhamento físico e financeiro dos projetos.	DSAJAL	OE4	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Monitorizar semestralmente a informação gerada pelo Portal do Trabalhador – Fase 4	DRH	OE 5	-
Realizar questionário de satisfação junto dos colaboradores da CCDR Algarve	DRH	OE 5	-

Elaborar Regulamento de Horário de Trabalho	DRH	OE 5	-
Determinar o valor arquivístico da documentação acumulada	DPE	OE 5	O6
Monitorizar os gastos gerais e dos consumos de economato	DPE	OE 5	-
Elaborar relatórios financeiros periódicos de suporte à prestação anual de contas	DF	OE 5	-
Reformular e simplificar o sistema de faturação - GesGuias	DF	OE 5	-
Monitorizar os Centros de Custo	DF	OE 5	-
DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO			
Implementar funcionalidades no site institucional que permitam chegar a um maior número de pessoas e otimização da sua compatibilidade com smartphones	DSI	OE 5	-
Implementar nova ferramenta de webmail OpenSource com integração com Outlook e Smartphones	DSI	OE 5	-
Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24.	DSI	OE 5	-
Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos.	DSI	OE 5	-
Modernizar as Plataformas Tecnológicas.	DSI	OE 5	-
Implementar um novo sistema de monitorização e alerta dos recursos informáticos	DSI	OE 5	-
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO			
Regularizar situações de incumprimento sobre resíduos na região do Algarve	DVC	OE2	-
Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)	DVC	OE2	-
Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento	DVC	OE2	-
Emissão de pareceres ou informações, com vista à decisão superior	DVC	OE2	-
GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS			
Assegurar até ao final do ano a decisão sobre 80% das candidaturas e reprogramações ao PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados em 2014 (até 31/10/2014), com prazo médio de decisão até 50 dias úteis (novas candidaturas) e 20 dias úteis (reprogramações) – sem sistemas de incentivos.	GFC (PO Algarve 21)	OE 3	-
Assegurar a emissão do parecer regional sobre 75% das candidaturas entradas até ao 40º dia útil após o encerramento do Avisos de Abertura de Concursos independentemente da análise dos OI.	GFC (PO Algarve 21)	OE 3	-
Assegurar o cumprimento de 100% da meta N+2 prevista para 2014 – ultrapassar a execução FEDER de 148.740.883 € até 30/11/2014 ou até à última certificação do ano se for posterior.	GFC (PO Algarve 21)	OE 3	O2
Colaborar na produção de informação das várias entidades no âmbito do QREN, entre as quais o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados sobre o PO Algarve 21. (encerramentos efetuados e completos em 6 meses após a	GFC (PO Algarve 21)	OE 3	-

conclusão)			
Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21	GFC (PO Algarve 21)	OE 3 OE 5	-
Completar 7 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PO Algarve 21 e próximo período de programação, até final de 2014	GFC (PO Algarve 21)	OE 1 OE 3	-

II.1.2 – RESULTADOS ALCANÇADOS E DESVIOS VERIFICADOS

Em conformidade com o nº 1 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, a autoavaliação é feita com base no QUAR aprovado e posteriormente reformulado, evidenciando os resultados alcançados e os desvios registados.

Na sequência da 2.ª monitorização (realizada a 30/06/2014) foi proposta à tutela a reformulação do QUAR nos seguintes termos:

- I) Alteração da meta associada ao Indicador 3 - Nº de boletins disponibilizados on-line (Objetivo 3 - Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional)
- Aumentar de 5 para 6 os boletins
 - Definir como tolerância 2, em vez de 1
 - Definir como valor crítico 9, em vez de 4

Foram disponibilizados em 2014 mais boletins referentes a 2013 do que os previstos inicialmente devido a alguns atrasos na prestação de alguma informação por parte de algumas entidades externas.

- II) Alteração da meta do Indicador 4 - N.º de visitas a operadores de gestão de resíduos (Objetivo 4 - Promover o controlo da atividade de gestão de resíduos - operadores licenciados)
- Diminuir a meta inicial de 50 para 40 visitas
 - Diminuir o valor crítico de 70 para 60.

O número de técnicos afetos à área da gestão de resíduos ficou, a partir de 1 de agosto, reduzido a metade.

- III) Alteração da meta do Indicador 5 - Taxa de execução dos projetos POCTEP 2007-2013 com parceiros do Algarve (Objetivo 5 - Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias)
- Diminuir a meta inicial de 80% para 70% de taxa de execução.
 - Diminuir o valor crítico de 90% para 80%

A prorrogação dos prazos de encerramento dos projetos da 2ª Convocatória, de 30/06/2014 para 31/12/2014, determinou uma redução na taxa de execução e a transferência da execução para o ano 2015.

- IV) Substituição do objetivo 6 - Determinar o valor arquivístico da documentação acumulada e indicadores 8 (N.º de dias (corridos) para elaboração da Folha de Recolha de Dados (FRD)) e 9 (N.º de dias (corridos) para elaboração de Relatório de Avaliação)

A transição das CCDR em agosto de 2013 para a dependência da Presidência do Conselho de Ministros implicou a harmonização e alinhamento em matéria de arquivos. Para cumprir as metas definidas pela DGLAB nesta área foi proposto novo objetivo (Elaboração do Plano de Classificação conforme à MEF - Macroestrutura funcional) e novo indicador (N.º de dias corridos para a elaboração do plano de classificação).

Esta proposta de reformulação do QUAR mereceu a concordância da SGPCM – PLAV nos termos referidos, excetuando-se o indicador 3 / Objetivo 3 relativamente ao qual o parecer técnico propunha a manutenção da versão inicial. A CCDR Algarve adotou a nova meta proposta considerando que esta impunha uma maior exigência em termos de trabalho.

Apresentam-se em seguida os resultados obtidos nos vários parâmetros estabelecidos no QUAR (eficácia, eficiência e qualidade).

Parâmetro de Eficácia

O1: Atualizar o ponto de situação dos PMOT do Algarve							
Indicadores	META 2014	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação	Resp.
Ind. 1 - N.º de atualizações efetuadas	3	1	6	3	100%	Atingiu	DSOT
O2: Assegurar o cumprimento da meta N+2 do PO ALGARVE 21 (QREN)							
Indicadores	META 2014	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação	Resp.
Ind. 2 - Taxa de execução da meta N+2 (Montante FEDER de execução a 30/11/2014 ou certificado até 31/12/2014/ Montante total da Meta N+2 (2013))	100%	0	105%	104%	120%	Superou	GFC
O3: Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional							
Ind. 3 - N.º de boletins disponibilizados on-line	4	1	7	5	100%	Atingiu	DSDR
O4: Promover o controlo da atividade de gestão de resíduos - operadores licenciados							
Indicadores	META 2014	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação	Resp.
Ind. 4 - N.º de visitas a operadores de gestão de resíduos	40	10	60	41	100%	Atingiu	D SA

Descrição e fundamentação dos resultados

Ind. 1 – Na sequência das várias solicitações recebidas na DSOT que implicaram alterações nos Planos Municipais de Ordenamento do Território feitas as respetivas atualizações e disponibilizadas no site da CCDR Algarve. Estas atualizações são quadrimestrais, ou seja três em cada ano (em abril, agosto e Dezembro).

Ind. 2 – Despesa FEDER a 31/12/2014 (154.471.500 € / 148.740.883 € - Meta N+3)

Uma vez que esta meta foi definida com tolerância igual a zero (não seria admissível não atingir os 100% da meta N+2 face às graves implicações que tal teria para o Programa - perderia a dotação equivalente) qualquer resultado superior ao previsto na meta constitui uma superação)

Ind. 3 – Foram disponibilizados no site institucional da CCDR Algarve 5 Boletins: 4 Trimestrais de Conjuntura – Mobilidade e Transportes (4ºT2013, 1ºT2014, 2ºT2014 e 3ºT2014) e o Relatório Anual 2014 – Mobilidade e Transportes

Ind. 4 – Realizaram-se 41 visitas a operadores de gestão de resíduos. Em 2014 existiam 88 alvarás de licenças de operadores de gestão de resíduos.

Parâmetro de Eficiência

O5: Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias

Indicadores	META 2014	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação	Resp.
Ind. 5 - Taxa de execução dos projetos POCTEP 2007-2013 com parceiros do Algarve	70%	5%	80%	72%	100%	Atingiu	DSDR
Ind. 6 - N.º ações realizadas no âmbito da Cooperação Territorial e da Eurorregião	3	1	5	4	100%	Atingiu	DSDR
Ind. 7 - N.º eventos organizados no âmbito das redes europeias - Enterprise Europe Network e Europe Direct	3	1	6	5	117%	Superou	DSDR

O6: Elaboração do Plano de Classificação conforme à MEF - Macroestrutura funcional

Indicadores	META 2014	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação	Resp.
Ind. 8 - N.º de dias corridos para a elaboração do plano de classificação	350	15	319	345	100%	Atingiu	DSCGAF

Descrição e fundamentação dos resultados

Ind. 5 – O investimento total executado (acumulado até 31/12/2014) era de 7.955,5 M€. Foram 29 os projetos com parceiros no Algarve que registaram execução.

Ind. 6 - Realizadas 4 ações:

- Seminário Técnico ENPI-CBCMED – Reporte e Verificação de Despesas. (22/07/2014)
- FATACIL - Programa rádio em direto (1h) no stand da CCDR dedicado à Eurorregião e Projetos POCTEP na área da cultura (18/08/2014)
- Exposição de Fotografia "Al Hilo Del Guadiana"
- Jornadas ANDALUSIADAS (18/12/2014)

Ind. 7 - Foram organizados 5 eventos:

- *Formação para jornalistas - "Comunicar a Europa - Compreender as políticas da União Europeia" (24/02/2014)*
- *Missão Empresarial – Sevilha (2 e 3 abril/2014)*
- *Encontro empresarial no âmbito da BTN – Bienal de Turismo de Aljezur (26 a 28 de Setembro)*
- *Direitos e oportunidades para os jovens no setor turístico no espaço transfronteiriço" (29/10/2014)*
- *"Consumidores no espaço europeu – O papel da rede ECC – Net " (28/11/2014)*

Ao longo do ano realizaram-se várias sessões que resultaram de solicitações externas e que não estavam programadas inicialmente. As temáticas destas sessões eram pertinentes no âmbito das competências da CCDR e neste sentido justificou-se a sua realização.

Ind. 8 – O objetivo foi cumprido. Foi enviada a proposta de inclusão de processos de 3.º nível no Plano de Classificação da PCM a 11/12/2014.

Parâmetro de Qualidade

07: Garantir a resposta a todos os pedidos de parecer jurídicos solicitados pelas autarquias até 31/12/2013

Indicador	META 2014	Tolerância	Valor crítico	Resultado	Taxa realização	Classificação	Resp.
Ind 9: % de pareceres efetuados ((N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes referentes a 2013)*100)	9	5%	100%	100%	125%	Superou	DSAJAL

Descrição e fundamentação dos resultados

Ind. 9 - O esforço e o empenho colocado na concretização deste objetivo permitiram que se tivesse alcançado o "valor crítico" de 100%.

Foi dada resposta à totalidade dos pedidos de parecer solicitados em 2013 (16 pedidos). Em geral estes pareceres são solicitados pelos eleitos locais e referem-se a pedidos de esclarecimentos relativos a diversas situações, designadamente: ao direito a férias, subsídio de reintegração, ajudas de custo entre outras. Alguns pedidos referem-se também a questões relacionadas com a avaliação de desempenho (SIADAP), Acordos Colectivos de Trabalho e outras relativas essencialmente a recursos humanos das autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia)

Análise sintética dos resultados

No QUAR 2014 da CCDR Algarve os parâmetros foram ponderados da seguinte forma: Eficácia – 50%, Eficiência – 35% e Qualidade – 15%.

Em conformidade com as instruções definidas na Orientação Técnica do CCAS, de 12 de janeiro de 2009 foram selecionados como relevantes os seguintes objetivos: **02** - Assegurar o cumprimento da meta N+2 do PO ALGARVE 21 (QREN); **05** - Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias; **06** - Elaboração do Plano de Classificação conforme à MEF - Macroestrutura Funcional e **07** - Garantir a resposta a todos os pedidos de parecer jurídicos solicitados pelas autarquias até 31/12/2013, com um peso global de 15%, 14%, 21% e 15% respetivamente.

Da execução do QUAR resultaram as seguintes taxas de realização por parâmetro: 106% na Eficácia, 102% na Eficiência e 125% na Qualidade, que corresponde à superação nos 3 parâmetros e uma taxa de realização final do QUAR de 107%.

Relativamente aos objetivos relevantes as taxas de realização registadas foram: O2 – 120% (superado), O5 -104% (superado), O6 – 100% (cumprido) e O7 - 125% (superado), o que revela uma boa performance em termos de desempenho global dos serviços.

Os resultados obtidos foram possíveis fundamentalmente devido ao empenho extraordinário dos trabalhadores e seus dirigentes. Acresce ainda que a regular monitorização do QUAR permitiu em tempo útil alertar para os desvios e a necessidade de agir.

Tendo presente as metas definidas em sede de planeamento registaram-se desvios positivos em três indicadores: Indicador 2 (O2) - Taxa de execução da meta N+2, Indicador 7 - N.º eventos organizados no âmbito das redes europeias - *Entreprise Europe Network* e *Europe Direct* (O5) e Indicador 9 - % de pareceres efetuados ((N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes referentes a 2013)*100) (O7).

No caso do Indicador 2 não seria admissível não atingir os 100% da meta N+2 face às graves implicações que tal teria para o Programa Operacional Regional, uma vez que perderia a dotação equivalente. No caso do Indicador 7 realizaram-se ao longo do ano várias sessões que resultaram de solicitações externas e que não estavam programadas inicialmente. A temática destas sessões era pertinente no âmbito das competências da CCDR Algarve pelo que se justificou a sua realização. No caso do Indicador 9 o esforço e o empenho colocado na concretização do objetivo permitiram que se tivesse alcançado o “valor crítico” de 100%.

Relativamente aos vários indicadores apenas dois apresentam histórico (Indicadores 2 e 3). Registou-se uma evolução positiva no caso do Indicador 2 que passou de 101% em 2013 para 104% em 2014. No caso do Indicador 5 regista-se a tendência inversa em termos de resultados. Este indicador foi inscrito pela 1.ª vez no QUAR 2012 e atingiu uma execução de 8 boletins, em 2013 – 7 e em 2014 – 5. Esta situação ficou a dever-se ao fato de uma das técnicas responsável pela elaboração do boletim ter sido destacada, a partir do final do ano 2013, para os trabalhos de preparação dos documentos estratégicos para o período de programação 2014-2020, situação que se manteve também em 2014.

Pela análise da informação disponível pode concluir-se que a taxa de realização do QUAR em 2014 foi de 107%, registando um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, o que é explicado em grande medida pela diminuição do nº de efetivos e pelas metas ambiciosas associadas a determinados objetivos.

II.1.3 – FONTES DE VERIFICAÇÃO

Os resultados apresentados podem ser confirmados por meio de fontes e documentos, internos e externos, disponíveis em arquivo na CCDR, nomeadamente o FILEDOC (sistema de gestão documental) e o SIRJUE (plataforma informática do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação).

OBJETIVO 1

Atualizar o ponto de situação dos PMOT do Algarve Sistema de Gestão Documental

Site da CCDR - Página dos planos municipais de ordenamento do território

OBJETIVO 2

Assegurar o cumprimento da meta N+2 do PO Algarve 21 (QREN)

Relatório de Execução 2013 e Sistema de Informação do PO (SIGA 21)

OBJETIVO 3

Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional

Site da CCDR Algarve / Boletins disponibilizados on-line

OBJETIVO 4

Promover o controlo da atividade de gestão de resíduos operadores licenciados

Relatórios das visitas registados em Filedoc

OBJETIVO 5

Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias

Sistema de Informação do POCTEP (FONDOS 2007) e Secretariado Técnico do Programa (Ind. 5)

Programa / Registo fotográfico (Ind.6)

Programa/ Registo fotográfico (Ind.7)

OBJETIVO 6

Elaboração do Plano de Classificação conforme à MEF - Macroestrutura funcional

Proposta de inclusão de processos de 3.º nível no Plano de Classificação da PCM

OBJETIVO 7

Garantir a resposta a todos os pedidos de parecer jurídicos solicitados pelas autarquias até 31/12/2013

Filedoc / Pareceres

II.2 - APRECIÇÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Tendo presente as prioridades definidas superiormente e a escassez de trabalhadores disponíveis, não foi possível realizar inquéritos/questionários, pese embora tivesse sido definido esse objetivo na unidade orgânica dos Recursos Humanos. Sublinhe-se que esta unidade orgânica registou a saída de 2 trabalhadores ou seja o equivalente a 29% dos postos de trabalho afetos à Divisão de Recursos Humanos que na ausência de dirigente é coordenada pelo Diretor de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira desde janeiro de 2009.

Neste sentido apresenta-se a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela *Enterprise Europe Netwok*, estrutura acolhida pela CCDR.

No âmbito da sua área de intervenção a *Enterprise Europe Netwok*, avalia a qualidade dos serviços prestados através da aplicação de questionário enviado por e-mail aos seus clientes. A informação recebida é posteriormente tratada e analisados os resultados. O grau de satisfação, relativamente a 6 critérios, é aferido utilizando uma escala que varia entre de 1-fraco e 4-muito bom.

Em 2014, os resultados obtidos considerando o somatório do Bom com o Muito bom, foram:

1. Organização de eventos (seminários, workshops, formação, reuniões, etc.): 94%
2. Cooperação Empresarial (pesquisa de parceiros de negócios ou tecnológicos europeus, participação em encontros, feiras ou missões empresariais, etc.): 87%
3. Resposta a questões (sobre matérias europeias de âmbito empresarial como regulamentação, fiscalidade, programas comunitários, etc.): 96%
4. Serviços especializados (assistência personalizada sobre inovação, internacionalização, financiamentos europeus, etc.): 89%
5. Serviços de alerta (emails informativos sobre financiamentos comunitários, mercado europeu, temáticas empresariais, etc.): 76%
6. Conteúdos informativos (nos websites www.ccdr-alg.pt e www.enterpriseeuropenetwork.pt): 83%.

Contribuindo de forma indireta mas não menos relevante para este ponto do Relatório de Atividades, importa referir a realização no mês de novembro de 2014 do diagnóstico das necessidades de formação das entidades das administrações central e local (na sua maioria *stakeholders* da CCDR Algarve), sedeadas no Algarve e no Baixo Alentejo, com vista à definição do programa de formação profissional a dinamizar durante o ano 2015 em estreita articulação com o INA, dirigido a trabalhadores em funções públicas.

Esta iniciativa dinamizada a coberto do Protocolo de Colaboração celebrado com o INA, em novembro de 2012, teve por base o cardápio de ações que esta direção geral projetava ministrar em 2015.

Reproduz-se de seguida um extrato do Relatório Síntese do Diagnóstico das Necessidades de Formação:

“1. Introdução

A CCDR no âmbito das suas atribuições e competências e tendo como pano de fundo o protocolo celebrado com o INA realizou durante o mês de novembro o diagnóstico das necessidades de formação, junto das entidades regionais sediadas nas regiões do Algarve e do Baixo Alentejo.

2. Metodologia

Considerando o universo dos destinatários das ações ministradas pelo INA, enquanto entidade coordenadora das atividades de formação na Administração Pública, foram elaborados mailings lists obedecendo à tipologia de entidades construída para este efeito.

O Programa Anual de Formação do INA foi o ponto de partida para a construção do quadro contemplando todas as áreas de formação oferecidas, com vista à inscrição dos cursos por área, em função das necessidades e prioridades de cada entidade.

Procedeu-se ao envio em duas datas distintas dos mailings lists de forma a aumentar o nº de respostas válidas.

3. Universo

A definição do universo do presente diagnóstico obedeceu ao critério utilizado pelo INA na seleção dos destinatários das suas ações.

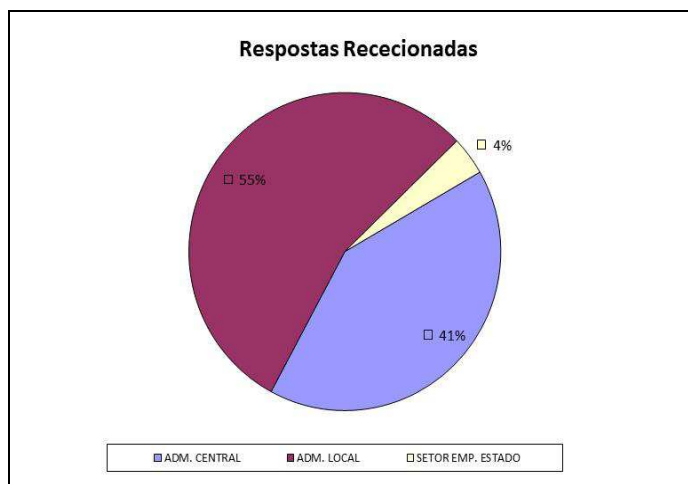
Procedeu-se à seleção das entidades consideradas elegíveis agrupando-as pelas seguintes tipologias distribuídas respetivamente pela Administração Central e Local:

- *Direções Regionais (serviços desconcentrados e periféricos da administração central);*
- *Institutos Públicos;*
- *Forças de Segurança;*
- *Câmaras Municipais;*
- *Juntas de Freguesia;*
- *Escolas Profissionais e de Hotelaria;*

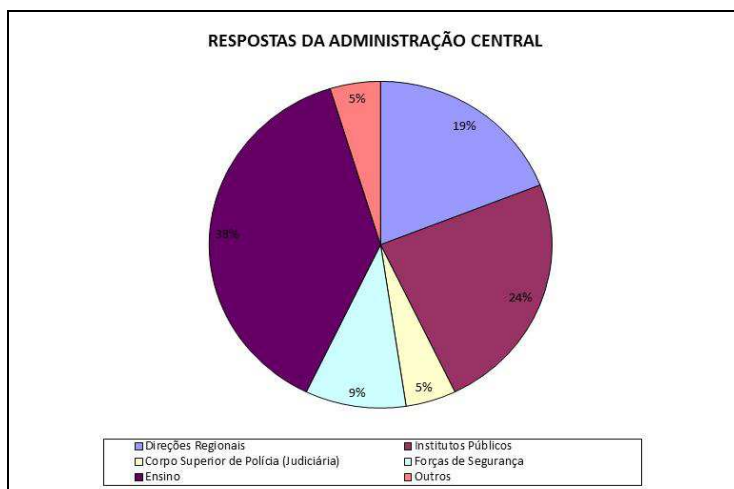
- Agrupamentos de Escolas;
- Universidades e Institutos Politécnicos;
- Outros.

4. Caracterização das respostas rececionadas – Por tipologia de entidade

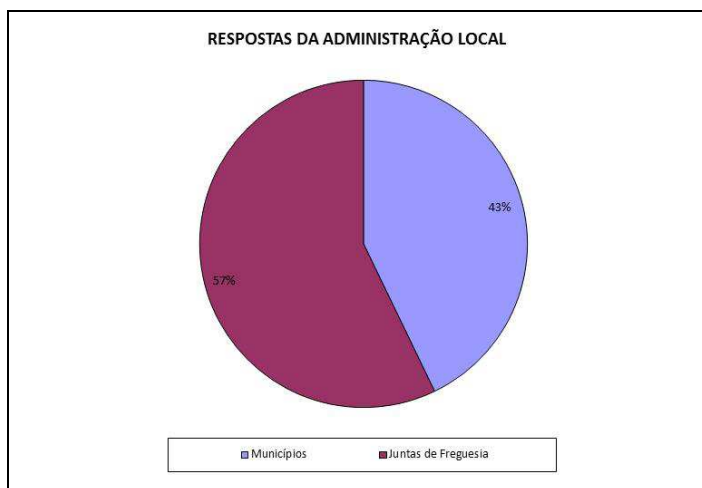
4.1) Total das Respostas Rececionadas por Entidade



4.2) Respostas Rececionadas provenientes de entidades integradas na Administração Central



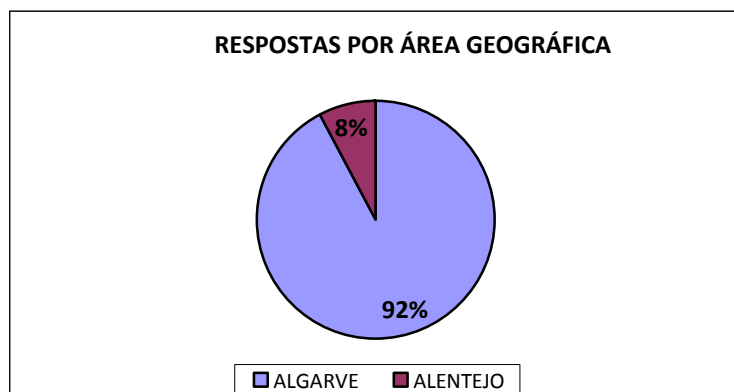
4.3) Respostas Rececionadas provenientes de entidades integradas na Administração Local



4.4) Respostas Rececionadas provenientes do Setor Empresarial do Estado

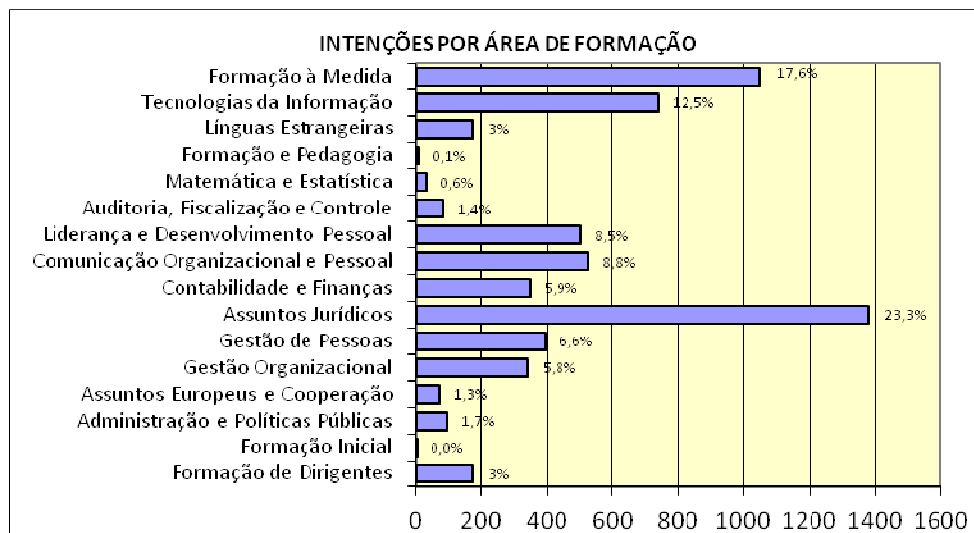


4.5) Respostas por Área Geográfica

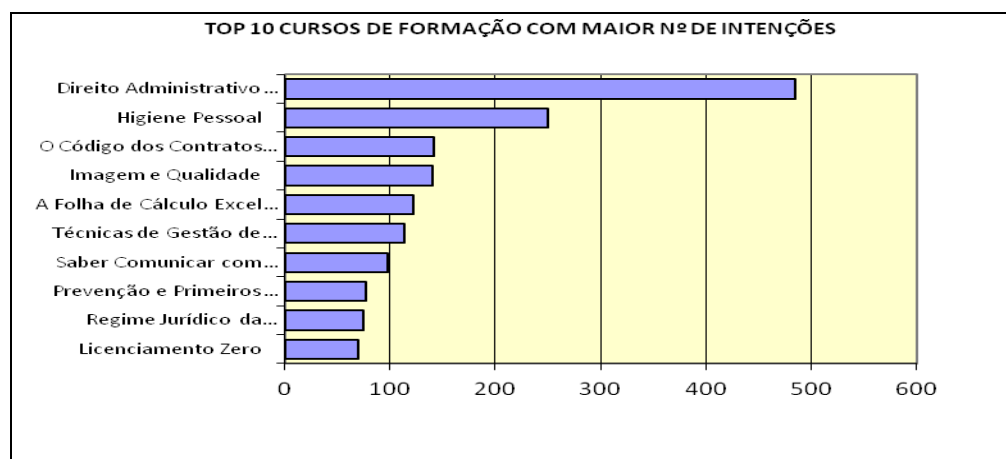


5. Caracterização das respostas rececionadas – Intenções por Área de Formação

5.1) Total de Intenções por Área de Formação



5.2) Top 10 dos cursos com maior nº de intenções



II.3 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

II.3.1 – SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Conforme descrito no Anexo 1 - Avaliação do Sistema de Controlo Interno esta CCDR Algarve dispõe dos seguintes manuais/regulamentos, nas áreas administrativa-financeira e na área dos sistemas de informação:

- Fluxogramas de Circuitos – descrição dos procedimentos internos relativos às aquisições de bens e serviços com a identificação da tramitação dos processos tal como as várias unidades orgânicas intervenientes.

- Regulamento Fundo Maneio – Normas aplicáveis á constituição, reconstituição e reposição anual do Fundo de Maneio.
- Manual de Cadastro e Inventário – conjunto de disposições relativas à inventariação de bens e equipamentos.
- Regulamento de Uso dos Veículos - normas internas disciplinadoras da utilização do parque automóvel afeto aos serviços.
- Regulamento de Uso dos Computadores, Software, Internet e Correio Eletrónico da CCDR Algarve.
- Plano de Segurança dos Sistemas de Informação – para cumprimento do estipulado na norma ISO 27001 foi recentemente elaborado este plano que está relacionado com proteção de um conjunto de informações, no sentido de preservar o valor que possuem para um indivíduo ou uma organização. São características básicas da segurança da informação os atributos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, não estando esta segurança restrita somente a sistemas computacionais, informações eletrónicas ou sistemas de armazenamento. O conceito aplica-se a todos os aspetos de proteção de informações e dados.
- Plano de continuidade de negócios ou plano de recuperação de desastres – igualmente para cumprimento do estipulado na norma ISO 27001 foi recentemente elaborado este plano com o objetivo de descrever as medidas a tomar por uma organização, incluindo a ativação de processos manuais, para fazer com que os seus processos vitais voltem a funcionar plenamente, ou num estado minimamente aceitável, o mais rápido possível, evitando assim uma paralisação prolongada que possa gerar maiores prejuízos.

No sentido de agregar alguns destes documentos “avulsos”, em novembro de 2014 foi iniciado o procedimento de contratação de serviços para a elaboração do Manual de Procedimentos Administrativos e consequente implementação da Norma de Controlo Interno o qual aguarda parecer prévio do SEAP desde aquela data. Este documento irá contemplar as normas e procedimentos que deverão nortear as unidades orgânicas da CCDR Algarve no âmbito das atribuições e competências que lhe são cometidas, visando a total transparência dos procedimentos adotados e a avaliação da accountability na gestão dos recursos (financeiros, humanos e patrimoniais).

Pretende-se deste modo dispor de uma ferramenta facilitadora para a revisão e avaliação objetivas das práticas e processos institucionalizados.

Refira-se ainda que das 26 questões colocadas no Anexo 1, 22 foram respondidas afirmativamente, o que representa 85% do total. A grande maioria das respostas negativas está evidenciada no ponto 1 – Ambiente de Controlo, sendo de destacar a ausência de falhas relevantes.

II.3.2 – AÇÕES DE AUDITORIA EXTERNA

No decurso do follow-up realizado pela IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (set/2013), para avaliar a implementação das recomendações no âmbito das auditorias temáticas, realizadas em 2011, à gestão pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) da receita cometida ao FIA – Fundo de Intervenção Ambiental (processo AF/000019/13), foi rececionado o Relatório Preliminar em janeiro de 2014 e elaborado o contraditório em fevereiro de 2014.

Em abril de 2014, no âmbito do Plano Anual de Controlo Interno, esta CCDR foi alvo de uma auditoria realizada ao projeto ALG 04-1873-FEDER - 00004 “Assistência Técnica II – CCDR ALG – PO Algarve 21”, projeto cofinanciado pelo PO Algarve 21 em que a CCDR é beneficiária.

De realçar ainda que no âmbito das sucessivas auditorias que foram realizadas aos projetos cofinanciados pelo PO Regional em que a CCDR é beneficiária, não foram identificadas deficiências nos procedimentos internos associados às várias áreas transversais.

Em complemento a estas ações, e por determinação do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares a Secretária-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, através da Direção de Serviços de Auditoria e Inspeção, foram remetidos a esta CCDR Algarve dois questionários:

- “Questionário sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” com o objetivo de aferir o grau de cumprimento das várias recomendações que, sobre esta matéria, têm sido emitidas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC).
- “Questionário aos Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – PGRIC”, o objetivo deste inquérito consubstanciou-se no levantamento e acompanhamento da publicitação dos Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros.

As respostas aos questionários foram remetidas no prazo estabelecido (31/07) e (05/08) respetivamente.

II.4 – ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE AÇÕES OU PROJETOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

Procedeu-se à identificação das ações e projetos não executados (não cumpridos) ou com resultados insuficientes (executados parcialmente) por unidade orgânica em função das tabelas dos objetivos operacionais contratualizados em sede de elaboração do Plano de Atividades.

TABELA 2
INCUMPRIMENTOS E RESULTADOS INSUFICIENTES

Objetivos/Indicadores		Resultados	Justificação dos desvios	Resp.
Indicador	Meta			
Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente, assegurando a sua compatibilidade com o PROT Algarve, em articulação com o PNPOT, e participar na aplicação do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE)				
Assegurar a implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)	3 Reuniões	0 Reuniões	A acentuada conjuntura económica recessiva terá motivado que não houvesse novas solicitações das CM, que justificassem a realização das reuniões previstas.	DSOT
Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve	6 Avaliações de conteúdos sobre a salvaguarda da ERPVA na elaboração de PMOT	5 Avaliações	Ligeiro desvio, resultante do menor número de IGT que determinaram a necessidade de avaliação da ERPVA	DSOT
	2 Exercícios de transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal dos PDM	0 Exercícios	Desvio resultante da ausência de evolução técnica dos PDM, que justificaria a necessidade transposição da ERPVA para a EEM	DSOT
Coordenar a implementação do regime jurídico de gestão de resíduos na região do Algarve				
Proceder à apreciação de pedidos de esclarecimento sobre gestão de resíduos	Emissão de resposta em 7 dias úteis para 90% das solicitações	36% dos pedidos de esclarecimento foram respondidos em prazo inferior a 7 dias	Durante o ano de 2014 a área de competência de resíduos passou a ter um só técnico o que veio dificultar o exercício atempado de todas as questões colocadas nesta área de competência.	DSA
Proceder ao carregamento da base de dados das licenças OGR (SILOGR)	5 Dias úteis para carregamento de dados, após registo do requerente, para 95% das licenças emitidas	Mais de 30 dias	Desvio significativo. O gestor do SILOGR é a APA, entidade que durante o ano de 2014 procedeu a alterações profundas na base de dados, tendo esta ficado inoperacional durante várias semanas, o que não permitiu o carregamento das licenças emitidas por esta CCDR no prazo previsto. Todas as licenças toram carregadas em dezembro de 2014 /janeiro2015	DSA
Promover o licenciamento de operadores de gestão de resíduos através dos serviços on-line	95% dos operadores efetuarem licenciamento através dos serviços on-line	54%	Desvio relevante. Apesar de alertados de que devem efetuar o pedido de licenciamento on-line, os requerentes acabam por fazê-lo por diversas vias, primeiro on-line, em caso de falta de elementos enviam mail e acabam por confirmar enviando em papel	DSA
Proceder à monitorização de projetos sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, cuja Autoridade de AIA foi a CCDR Algarve				
Verificação do cumprimento e eficácia dos planos de monitorização - Elaboração de relatórios	Verificar 14 projetos	12	Durante o ano de 2014 foi efetuado ponto de situação dos relatórios de monitorização a apreciar. Foram notificados os proponentes, mas somente foram entregues 12 relatórios	DSA

Proceder à apreciação de relatórios de autocontrolo e registo em base de dados	Apreciação em 7 dias úteis	44% dos relatórios apreciados em prazo igual ou inferior a 7 dias úteis	Desvio significativo. O técnico que efetua este trabalho é igualmente o técnico que mantém em funcionamento a rede de monitorização da qualidade do ar, efetuando visitas técnicas obrigatórias às estações de monitorização, validando dados na base de dados da rede de monitorização da qualidade do ar, emitindo pareceres a processos diversos no âmbito da qualidade do ar e das emissões, participando em vistorias, pelo que na sua ausência ninguém o substitui nesta competência de apreciação de relatórios de autocontrolo. Nos períodos de férias ter-se-ão verificado os maiores atrasos.	DSA
Promover a prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera				
Proceder à apreciação de relatórios de autocontrolo e registo em base de dados	Apreciação em 7 dias úteis	44% dos relatórios apreciados em prazo igual ou inferior a 7 dias úteis	Desvio significativo. O técnico que efetua este trabalho é igualmente o técnico que mantém em funcionamento a rede de monitorização da qualidade do ar, efetuando visitas técnicas obrigatórias às estações de monitorização, validando dados na base de dados da rede de monitorização da qualidade do ar, emitindo pareceres a processos diversos no âmbito da qualidade do ar e das emissões, participando em vistorias, pelo que na sua ausência ninguém o substitui nesta competência de apreciação de relatórios de autocontrolo. Nos períodos de férias ter-se-ão verificado os maiores atrasos.	DSA
Promover a realização de seminários / eventos / iniciativas que contribuam para influenciar a agenda regional				
Nível de qualidade dos seminários/ eventos/iniciativas	Grau de satisfação dos participantes nos seminários/ eventos/iniciativas	Atingir um grau de satisfação de ≥ 3 numa escala de 4	Não foram aplicados inquéritos.	DSDR
Dinamizar a rede regional para a implementação do Sistema Europeu de Indicadores do Turismo para Desenvolvimento de Destinos Sustentáveis e Competitivos no âmbito da rede NECSTOUR				
Assinatura do acordo de parceria até 31/10/2014	Data de assinatura do protocolo de parceria	Realizaram-se reuniões de trabalho com a Região de Turismo do Algarve mas não foi formalizada a parceria.		DSDR
Dinamizar a 2ª fase e acompanhar a promoção e divulgação do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) a nível nacional e internacional				
N.º de novos produtos desenvolvidos	Desenvolver 20 novos produtos	Foram desenvolvidos 15 novos produtos.	O procedimento foi lançado só para 15 produtos face ao tempo disponível para conclusão do projeto - 31/12/2014 O prazo definindo inicialmente foi de 12 meses mas no decorrer do procedimento foi alterado para 9 meses para permitir a sua realização no decorrer do ano 2014.	DSDR

Dar continuidade à recolha e sistematização da informação para plataforma on-line para mapear e dinamizar as estações de serviço para autocaravanas				
Prazo de conclusão da plataforma on-line	Concluir plataforma até 30/06/2014	Considerando o protocolo assinado entre a CCDR, a Comunidade Intermunicipal, a Região de Turismo do Algarve e a Associação de Turismo do Algarve, a RTA ficou incumbida de desenvolver a plataforma on-line. No âmbito do projeto os trabalhos desenvolvidos, são consideravelmente mais vastos do programado.	Os desvios reportam-se, exclusivamente a atrasos no desenvolvimento dos trabalhos da parte não técnica.	DSDR
Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião e da Cooperação Transfronteiriça				
N.º de participações em projetos internacionais	Participar em 5 projetos internacionais	Participação em 2 projetos: • GIT – AAA • GIT- Euro AAA	Os programas foram aprovados tardiamente, o que não permitiu a abertura de convocatórias para apresentação/aprovação de candidaturas.	DSDR
Realização de questionário de satisfação junto dos colaboradores da CCDR Algarve				
Nº de dias	Realização dos questionários em 181 dias	Não cumprido	Objetivo não cumprido, em resultado da insuficiência de recursos humanos uma vez que no 1.º quadrimestre de 2014 se registou a saída 2 trabalhadores ou seja o equivalente a 29% dos recursos humanos afetos à Divisão de Recursos Humanos (assumida pela Diretora de Serviços desde janeiro de 2009). A inexistência de redundância impossibilitou a concretização deste importante objetivo.	DSCGA F
Relatório	Elaboração de relatório incorporando análise crítica dos resultados	Não cumprido		
Implementar funcionalidades no site institucional que permitam chegar a um maior número de pessoas e otimização da sua compatibilidade com smartphones				
Disponibilização das funcionalidades online	Até 30 de setembro	Processo concluído em Dezembro.	Atraso na candidatura ao SAMA e na obtenção de parecer da AMA.	DSI
Implementar nova ferramenta de webmail OpenSource com integração com Outlook e Smartphones				
Disponibilização aos utilizadores	Até 30 de abril	Implementado parcialmente não estando a funcionar a integração completa com Outlook.	Não foi possível implementar na sua totalidade esta ação dando-se prioridade a ações previstas numa candidatura SAMA.	DSI
Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos				
Resposta a pedidos de Helpdesk	2 Dias	Prazo de resposta cumprido para 96%		DSI
Implementar um novo sistema de monitorização e alerta dos recursos informáticos				
Implementação da solução	Até 30 de setembro	Não implementado	Atraso na emissão de parecer prévio da Secretaria de Estado da Administração Pública.	DSI
Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21				
2.º e 3º PAC concluído (80% do trabalho efetuado)	Nº de Etapas concluídas do 2º e 3º PAC / Nº de Etapas totais do PAC	80% (do trabalho do 2º e 3º PAC efetuado)	Foram realizadas 58% das atividades previstas nesta subunidade. O trabalho relativo ao 3º PAC não foi realizado. (0%) O trabalho do 2º PAC foi realizado a 100%.	GFC

			Se excluirmos o 3º PAC que poderá ser realizado em 2015, o desempenho situar-se-ia nos 88%. Equipa reduzida (insuficiência de meios) Foram realizadas ações imprevistas com prioridade sobre as não efetuadas.	
--	--	--	--	--

Numa breve análise à informação constante nesta tabela conclui-se que o incumprimento e os resultados insuficientes se devem em grande medida a três razões: nº insuficiente de recursos humanos, por força da redução ocorrida em 2014 e a inexistência de “redundância”; morosidade na obtenção das autorizações/pareceres prévios inerentes aos procedimentos administrativos de aquisição de bens e serviços e a conjuntura económica.

II.5 - DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, a autoavaliação deve ser acompanhada de informação relativa às medidas que foram tomadas para o reforço positivo do desempenho. As principais medidas tomadas durante o ano foram sumariamente as seguintes:

- 1) Monitorização trimestral do QUAR envolvendo os dirigentes superiores e intermédios no sentido de avaliar a existência de possíveis desvios e identificar soluções;
- 2) Realização regular de reuniões de chefias com o objetivo de monitorizar o sistema de avaliação, na perspetiva dos objetivos definidos no QUAR e nas unidades orgânicas;
- 3) Articulação com a entidade coordenadora do P02 - Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros – Divisão de Planeamento e Avaliação – responsável pela monitorização e avaliação de desempenho no âmbito do SIADAP 1 – com o objetivo de melhorar os procedimentos inerentes à elaboração e reporting do QUAR;
- 4) Reunião de dirigentes por solicitação do dirigente máximo para reflexão sobre o futuro das CCDR;
- 5) Auscultação dos dirigentes intermédios por solicitação do dirigente máximo dos pontos críticos do funcionamento de cada unidade orgânica, com vista à identificação de soluções, tendo como objetivo a melhoria do seu desempenho;
- 6) Dinamização da participação dos dirigentes e trabalhadores em seminários, workshops e ações de formação promovidas por entidades externas.

II.6 – COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

A CC DR Algarve integra uma unidade homogénea juntamente com as demais Comissões de Coordenação, em conformidade com o estipulado no artigo 16º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de Dezembro.

Tendo presente que no quadro dessa unidade homogénea foram definidos por cada CC DR, sem que tivesse sido realizado o alinhamento dos objetivos ditos “homogéneos” e posteriormente foi feita a monitorização também individualizada dos indicadores de desempenho que permitiriam a comparabilidade com os restantes serviços que integram a mesma unidade homogénea que a CC DR Algarve, não é possível proceder no plano nacional à comparação de desempenho dos serviços que integram esta unidade homogénea.

Para além do contributo prestado ao trabalho desta unidade homogénea, esta CC DR não dispõe de informação adicional sobre este item do relatório.

II.7 – AUDIÇÃO DE DIRIGENTES E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

Durante o ano 2014 procedeu-se a audição dos dirigentes sobre a autoavaliação nas reuniões de chefias, nas monitorizações trimestrais do QUAR, na fase de reformulação do QUAR e finalmente aquando da elaboração do presente relatório de atividades.

Acresce ainda que nas reuniões realizadas sobre o Futuro das CC DR e Os Pontos Críticos de Funcionamento das Unidades Orgânicas foram também abordadas genericamente as questões inerentes ao desempenho dos serviços e a relevância da monitorização regular do desempenho dos objetivos operacionais.

II.8 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PREVISTAS E NÃO PREVISTAS

Não tendo sido definida em sede de planeamento a metodologia a adotar para cálculo da taxa de realização do Plano de Atividades ensaiou-se, nesta fase de elaboração do relatório, uma tentativa de cálculo da referida taxa. Assim atribuiu-se:

- a cada direção de serviços uma ponderação de 16,66% (DSOT, DSA+DVC, DSDR, DSAJAL, DCGAF + DSI, GFC);
- a mesma ponderação a todos indicadores em cada direção de serviços. A pontuação atribuída foi de 1 para os cumpridos e 0 para os não cumpridos.

Depois foi calculada a taxa de realização para cada direção de serviço e em seguida a taxa de realização do Plano de Atividades.

Apesar de não constituir uma metodologia burilada traduz um exercício que se consideramos válido e que permite aferir de forma simplista a taxa de realização alcançada pela CCDR Algarve em 2014. Assim, pode afirmar-se que em 2014 a taxa de realização do Plano de Atividades foi de 77,8%.

II.8.1 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR UNIDADE ORGÂNICA

Em conformidade com os objetivos operacionais definidos ao nível do QUAR e em cada unidade orgânica identificam-se de seguida as principais atividades desenvolvidas pelas Direções de Serviços e Divisões, remetendo-se a descrição mais pormenorizada para o Anexo 5. Assim, por unidade orgânica as atividades desenvolvidas foram as seguintes:

a) Ordenamento do Território

Apoiar a elaboração, execução, alteração e revisão, dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), assegurando a sua compatibilização com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), em articulação com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Garantir o exercício das competências da CCDR, nomeadamente, no âmbito dos regimes jurídicos da Urbanização e da Edificação (RJUE), da Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN), agilizando a emissão de parecer nos termos da lei, em matéria de uso, ocupação e transformação do território

De salientar que, no âmbito desta Direção de Serviços foi criada a “infraestrutura de dados espaciais do Algarve” (IDEAlg), recorrendo às tecnologias de informação e comunicação (TIC), baseadas em sistemas de informação geográfica (SIG), ferramenta transversal à CCDR, que contribuiu decisivamente para a modernização dos meios de apreciação técnica dos planos, dos projetos e das ações, bem como para disponibilizar um diversificado conjunto de informação regional atualizada.

Acautelar a representação da CCDR em conselhos, comissões e júris externos, colaborar com os demais sectores, nomeadamente no acompanhamento e apreciação de projetos de interesse regional, orientar e apoiar tecnicamente a execução de boas práticas de gestão territorial e ambiental, colaborar na realização de ações de divulgação técnica em matéria de ordenamento do território, conservação da natureza, valorização da paisagem e qualificação das cidades.

Garantir a colaboração técnica, o acompanhamento e a apreciação de propostas de alteração ou delimitação de REN municipal, bem como dos procedimentos necessários ao reconhecimento do interesse público de projetos em REN, incluindo a preparação dos elementos finais para aprovação superior e a publicação das alterações da competência da CCDR.

TABELA 3
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Objetivos/Indicadores		Resultados	Justificação dos desvios
Indicador	Meta		
O1 - Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente, assegurando a sua compatibilidade com o PROT Algarve, em articulação com o PNPOT, e participar na aplicação do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE)			
Assegurar a implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)	3 Reuniões	0 Reuniões	A acentuada conjuntura económica recessiva terá motivado que não houvesse novas solicitações das CM, que justificassem a realização das reuniões previstas.
Analisar e elaborar informação técnica de apoio à decisão, sobre os IGT remetidos à apreciação dos Serviços	6 Planos	10 Planos	Desvio significativo, resultante essencialmente do incremento de alterações aos PDM, promovidas pelas Autarquias.
	3 Atualizações.	3 Atualizações	Não se verificaram desvios.
	30 Dias	25 dias	Ligeiro desvio resultante do cumprimento dos prazos legais ser contabilizado em 22 dias uteis e os prazos aqui referidos serem dias consecutivos.
	3 Planos	13 Planos	Desvio significativo, resultante essencialmente da iniciativa das CM de alterarem ou reverem os seus PDM, e ainda de terem sido considerados o estudo de mobilidade interurbana, os PIR - Projetos de Intervenção e Requalificação das Ilhas Barreira da Ria Formosa e a suspensão do PDM de VRSA.
Assegurar a avaliação de projetos estruturantes (NDT e NDE) e demais procedimentos legais	3 Projetos	3 Projetos	Não se verificaram desvios Contudo, também foram acompanhados o NDT da Qt da Ombria em Loulé e o NDE do Parque Temático Vasco da Gama em Albufeira, através da prestação de informações e/ou participação em reuniões.
Assegurar o papel de Entidade Coordenadora no processo de consulta às Entidades Externas, bem como de Entidade da Administração Central Consultada, sobre operações urbanísticas, em razão da localização, utilizando o sistema de informação do regime jurídico de urbanização e edificação (SIRJUE)	40 Respostas aos requerimentos	98 Respostas	Desvio muito significativo, resultante do facto da quase generalidade das autarquias do Algarve ter passado a aderir a esta plataforma informática.
Apreciar pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	10 Apreciações	43 Apreciações	Desvio muito significativo, resultante essencialmente do volume das solicitações que foram dirigidas aos Serviços, não enquadradas noutros âmbitos.
Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve	6 Avaliações de conteúdos sobre a salvaguarda da ERPVA na elaboração de PMOT	5 Avaliações	Ligeiro desvio, resultante do menor número de IGT que determinaram a necessidade de avaliação da ERPVA
	2 Exercícios de transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal dos PDM	0 Exercícios	Desvio resultante da ausência de evolução técnica dos PDM, que justificaria a necessidade transposição da ERPVA para a EEM
O2 - Assegurar a implementação do Regime Jurídico da REN e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional			
Garantir a apreciação dos processos de Comunicação	250 Pareceres	613 Pareceres (informações e	Desvio muito significativo, resultante essencialmente do elevado número de pedidos de

Prévia no âmbito da REN, incluindo processos veiculados pelo SIRJUE		ofícios de decisão final) 121 Informações no âmbito do SIRJUE	legalização de edificações e de respostas no âmbito da audiência dos interessados em sede de CPA
Acompanhar e aprovar as propostas de delimitação e alteração da REN no âmbito dos PMOT	6 Processos acompanhados / pareceres emitidos	7 Processos acompanhados, com 6 processos concluídos (10 relatórios e 2 preparações de elementos finais para publicação)	Desvio ligeiro, resultante do maior número de processos submetidos à CCDR
Avaliar e aprovar as propostas de alteração simplificada da delimitação da REN, e executar os procedimentos necessários com vista à sua publicação	5 Relatórios de avaliação/aprovação e/ou publicações em D.R.	6, em 2 alterações simplificadas da REN e 2 RIP (4 relatórios e 2 despachos de publicação, incluindo o respetivo mapa de publicação)	Não se verificaram desvios
Apreciar os projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e florestais e demais pretensões	50 Projetos apreciados, incluindo planos de gestão florestal (PGF)	80 Projetos (42 PGF e Arborização/rearborização, 35 projetos de investimento agrícola e 3 projetos instalação galerias ripícolas)	Desvio significativo, resultante, sobretudo, do incremento do número de projetos de arborização/rearborização
Apreciar e autorizar usos não agrícolas de solos da RAN, no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (ER RAN), como membro integrante desta	40 Reuniões da ER RAN	42 Reuniões	O ligeiro incremento do n.º de reuniões deveu-se ao facto da sua periodicidade ser semanal, realizando-se todas as sextas-feiras, exceto em período de férias e feriados.
Articular com a Divisão responsável pela fiscalização, os procedimentos necessários para a reposição da legalidade em REN	40 Pareceres emitidos sobre os relatórios e notas de colaboração técnica prestadas	23 Pareceres emitidos através de informação ou CSI; 21 colaborações prestadas em documentos da DVC	Não se verificaram desvios
O3 - Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA			
Emitir pareceres sobre processos de AIA e de AlncA, nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem	8 Pareceres emitidos	12 Pareceres	Desvio assinalável, motivado pelo número de solicitações da DSA.
O4 - Promover e garantir, com recurso às TIC (através da IDEALG), uma adequada articulação intersetorial, no domínio dos SIG, entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias e/ou com as demais CCDR/ DG Território			
Integração numa plataforma colaborativa de dados espaciais (IDEALG) de conteúdo temáticos inerentes a outros serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias	2 Entidades aderentes ao projeto	2 Entidades	Não se verificaram desvios.
O5 - Assegurar o acompanhamento de projetos e programas			
Acompanhar a elaboração de planos e projetos no âmbito do Programa Polis e do PO Algarve 21	8 Pareceres de análise dos planos e projetos	8 Pareceres no âmbito do programa Polis e 5 reuniões de acompanhamento	Não se verificaram desvios relativamente aos projetos do programa Polis; grande incremento da análise de projetos do PO Algarve 21

		o para a emissão de pareceres; 12 pareceres no âmbito do PO Algarve 21;	
O6 - Colaborar / cooperar com as entidades da administração central e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações			
Apresentar comunicações em seminários ou encontros técnicos	2 Participações , com apresentação de comunicação	3 Participações	O ligeiro incremento do n.º de apresentação de comunicações, em função do n.º de solicitações.
Representar a CCDR em conselhos, comissões e júris	8 Participações em reuniões	38 Participações	O tão significativo desvio relativamente ao n.º total de reuniões realizadas deveu-se essencialmente à contabilização das 22 reuniões da CPAI, cuja regularidade é quinzenal, com a participação do DSOT
Colaboração institucional às autarquias, bem como contributos para proposta de diploma, no âmbito do ambiente, ordenamento do território e urbanismo	10 Pareceres ou esclarecimentos emitidos	10 Pareceres de colaboração institucional às autarquias, 1 ao TAF de Loulé, 1 à IGAMAOT e 1 ao GTT (alteração RJREN)	Não se verificaram desvios

No ano de 2014 foi publicada diversa legislação, sobretudo em matéria de ordenamento do território, gestão urbanística, ambiente, conservação da natureza e atividades económicas, matérias em que esta unidade orgânica tem atribuições, nomeadamente:

- Regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou frações, Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação;
- Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, entrada em vigor a 29 de junho, de 2015, a qual terá grande repercussão nas matérias a que respeita, cuja aplicação é em parte atribuída à DSOT;
- Regime jurídico da urbanização e da edificação, Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, contudo só entrou em vigor a 7 de janeiro de 2015;
- Regime extraordinário de regularização de atividades económicas (industriais, pecuárias, gestão de resíduos e extração de massas minerais), Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, contudo só entrou em vigor a 2 de janeiro de 2015.

Parte desta legislação foi igualmente determinante para as atividades desenvolvidas pelas unidades orgânicas do Ambiente e da Fiscalização.

b) Ambiente

Proceder ao licenciamento da atividade de gestão de resíduos, com emissão e renovação de alvarás de licenças e realização de vistorias. Prosseguiu-se em 2014 com o programa de visitas a empresas licenciadas para operações de gestão de resíduos, para verificação das condições de laboração definidas na licença atribuída por esta CCDR.

Relativamente ao processo de desmaterialização dos procedimentos de licenciamento de operações de gestão de resíduos, verificou-se uma maior adesão dos requerentes ao envio das suas solicitações através dos serviços on-line.

A Direção de serviços garantiu a representação da CCDR em diversas reuniões técnicas, com outros serviços do MAOTE, nas áreas de resíduos, emissões atmosféricas e qualidade do ar e colaborou com os demais setores da CCDR na emissão de pareceres, nomeadamente com a Direção de Serviços de Ordenamento do Território e apreciação de projetos candidatos a fundos comunitários. Procedeu igualmente ao acompanhamento de projetos regionais, como os da Sociedade Polis.

No âmbito da implementação da “Estratégia de Regularização das Extrações de Massas Minerais na Região do Algarve” realizou-se uma reunião conjunta com todas as CCDR, o ICNF e a DREconomia do Algarve, tendo como objetivo adequar o exercício das competências das CCDR à legislação em vigor sobre atividade extrativa, numa perspetiva de uniformização de procedimentos e de identificação de constrangimentos regionais. A Direção de Serviços de Ambiente organizou a realização de um seminário, de dois dias, sobre “Estratégia de Recuperação Ambiental de Pedreiras”, com o objetivo de promover a divulgação e discussão de soluções e técnicas de recuperação de pedreiras, tendo sido envolvidos diversos interessados, nomeadamente Universidades, empresas projetistas, exploradores e entidades licenciadoras.

TABELA 4
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE

Objetivos/Indicadores		Resultados	Justificação dos desvios
Indicador	Meta		
O1 - Coordenar a implementação do regime jurídico de gestão de resíduos na região do Algarve			
Executar plano de controlo das instalações de gestão de resíduos licenciadas	40 visitas a operadores de gestão de resíduos	41 visitas	A meta proposta inicialmente foi alterada. Até julho de 2014 a DSA dispunha de 2 técnicos nesta área de competência, passando a ter somente um a partir de 1 de agosto de 2014, o qual também desempenha competências na área do licenciamento industrial, pelo que a capacidade de desempenho foi reduzida em 50%
Proceder à apreciação de pedidos de esclarecimento sobre gestão de resíduos	Emissão de resposta em 7 dias úteis para 90% das solicitações	36% dos pedidos de esclarecimento foram respondidos em prazo inferior a 7 dias	Durante o ano de 2014 a área de competência de resíduos passou a ter um só técnico o que veio dificultar o exercício atempado de todas as questões colocadas nesta área de competência.
Proceder ao carregamento da base de dados das licenças OGR (SILOGR)	5 Dias úteis para carregamento de dados, após registo do requerente, para 95% das licenças emitidas	Mais de 30 dias	Desvio significativo. O gestor do SILOGR é a APA, entidade que durante o ano de 2014 procedeu a alterações profundas na base de dados, tendo esta ficado inoperacional durante várias semanas, o que não permitiu o carregamento das licenças emitidas por esta CCDR no prazo previsto. Todas as licenças toram carregadas em dezembro de 2014 /janeiro2015
Promover o licenciamento de operadores de gestão de resíduos através dos serviços on-line	95% dos operadores efetuarem licenciamento através dos serviços on-line	54%	Desvio relevante. Apesar de alertados de que devem efetuar o pedido de licenciamento on-line, os requerentes acabam por fazê-lo por diversas vias, primeiro on-line, em caso de falta de elementos enviam mail e acabam por confirmar enviando em papel
O2 - Colaborar com a Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), na implementação do regime jurídico da			

AAE			
Emitir pareceres sobre processos de AAE	Emissão de parecer em 7 dias úteis para 85% das solicitações	3 dias para 50% das solicitações. Superior a 7 dias úteis para os restantes 50%	Em média o prazo de apreciação foi cumprido. Desvio significativo em metade das apreciações, mas deve ser tido em conta que dos 10 processos apreciados 2 eram somente relativos a avaliação acústica estando o técnico que efetua tais avaliações colocado noutra direção de serviços e partilha funções com a DSA. Na medida em que desde 2014 a DAA só tem um técnico e a chefe de divisão, tendo sido deslocada para outra direção de serviços a técnica que emitia os pareceres de AAE, face ao volume de trabalho não foi possível emitir os pareceres solicitados pela DSOT no prazo de 7 dias estipulado nos objetivos.
O3 - Proceder à monitorização de projetos sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, cuja Autoridade de AIA foi a CCDR Algarve			
Verificação do cumprimento e eficácia dos planos de monitorização - Elaboração de relatórios	Verificar 14 projetos	12	Durante o ano de 2014 foi efetuado ponto de situação dos relatórios de monitorização a apreciar. Foram notificados os proponentes, mas somente foram entregues 12 relatórios
O4 - Promover a prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera			
Proceder à apreciação de relatórios de autocontrolo e registo em base de dados	Apreciação em 7 dias úteis	44% dos relatórios apreciados em prazo igual ou inferior a 7 dias úteis	Desvio significativo. O técnico que efetua este trabalho é igualmente o técnico que mantém em funcionamento a rede de monitorização da qualidade do ar, efetuando visitas técnicas obrigatórias às estações de monitorização, validando dados na base de dados da rede de monitorização da qualidade do ar, emitindo pareceres a processos diversos no âmbito da qualidade do ar e das emissões, participando em vistorias, pelo que na sua ausência ninguém o substitui nesta competência de apreciação de relatórios de autocontrolo. Nos períodos de férias ter-se-ão verificado os maiores atrasos.
O5 - Implementação da proposta de atuação, definida em 2013, para regularização das explorações de massas minerais na região do Algarve			
Realização de reuniões com os exploradores	30 reuniões	37	Nas 37 reuniões com entidades licenciadoras, 16 foram realizadas com os exploradores. As restantes não se considerou conveniente a sua realização com o explorador até à prévia definição de soluções ajustadas à regularização específica da exploração
O6 - Coordenar a gestão da rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve			
Obtenção de dados da qualidade do ar nas 4 estações de monitorização da qualidade do ar	Obtenção de 85% de dados, na rede de monitorização da qualidade do ar, no ano de 2014	81,1% e 87,22%	O valor de 81,1% corresponde à média de dados obtidos nas 4 estações de monitorização da qualidade do ar. Se contabilizarmos somente as 3 estações que durante o ano de 2013-2014 receberam equipamento novo a média de dados obtidos é de 87,22%. A estação David Neto não recebeu qualquer equipamento novo e os que estão em funcionamento têm 10 anos e são alvo de frequentes avarias o que baixa consideravelmente a quantidade de dados obtidos naquela estação para 62,73%

Em 2014 foi publicada legislação sobre diversas temáticas relacionadas com as atribuições desta direção de serviços, nomeadamente:

- Lei n.º 19/2014, de 14 de abril - Nova Lei de Bases do Ambiente;
- Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio - Aprova o regime jurídico da gestão de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos;
- Decreto-lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, estabelece o regime de regularização de estabelecimentos entre outros, os de operadores de gestão de resíduos;

- Portaria 40/2014, de 17 de Fevereiro - Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados.

Parte desta legislação foi igualmente determinante para as atividades desenvolvidas pela unidade orgânica da Fiscalização.

c) Desenvolvimento Regional

Durante 2014 a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional do Algarve colaborou no acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos para a Estratégia Regional 2014-2020 e participou na organização de inúmeras reuniões de trabalho com empresas e outras entidades públicas e privadas da região tendo em vista a preparação da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) do Algarve para o período 2014-2020.

Desenvolveu uma 2ª fase do projeto TASA onde foram criados 15 novos produtos, sendo que 6 desses produtos foram produzidos no âmbito da Eurorregião Alentejo-Algarve-Andaluzia envolvendo artesãos das três regiões.

Relativamente à Dieta Mediterrânica promoveu a criação da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica com diversos parceiros regionais, coordenou as ações promovidas pelos parceiros no âmbito da candidatura “Articular para Intervir – 2ª fase” – componente Dieta Mediterrânica. Além disso participou nas reuniões do Grupo de Acompanhamento de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica (Comissão Nacional), fez parte da organização e também participou na 2ª Feira da Dieta Mediterrânica.

No âmbito da cooperação podemos destacar a organização do seminário ANDALUSIADAS e a elaboração do Folheto sobre a maridagem das Receitas do Mar com os Vinhos Regionais do Algarve.

A CCDR Algarve participou no Grupo de Trabalho do Programa de Cooperação INTERREG V-A (POCTEP II) 2014-2020 e também na criação de um Grupo de Trabalho para a RIS3 Cooperação Transfronteiriça e Acompanhamento do documento RIS3 – Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia.

Participou e dinamizou reuniões de trabalho com empresas e algumas entidades públicas e privadas da região e com os parceiros nacionais, no âmbito do apoio à representação regional da rede Enterprise Europe Network (EEN) e organizou um encontro empresarial durante a BTN'14 – Bial de Turismo de Natureza (Aljezur 27 e 28/09/2014) visando fomentar a internacionalização dos seus negócios.

Também pode destacar-se a visita da Vice-Presidente da Comissão Europeia Viviane Reding à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve e ao Centro Europe Direct do Algarve.

TABELA 5
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Objetivos / Indicadores		Resultados	Justificação dos Desvios
Indicador	Meta		
O1 - Promover a realização de seminários / eventos / iniciativas que contribuam para influenciar a agenda regional			
N.º de seminários/eventos/ iniciativas	5 Seminários/ eventos/ iniciativas com pelo menos 50 participantes por sessão.	Foram organizados 7 eventos: • Mais Algarve na Europa – Horizon 2020 - 26/02/2014 (150 partic.) • Sessão pública – Infraestruturas de Alto Valor Acrescentado - 26/02/2014 (61 partic.) • Edificação Dispersa: Custos e Benefícios à Escala Local – 04/04/2014 (88 partic.) • Europa Criativa – 29/05/2014 (100 partic.) • Programa Porta-a-porta – 09/07/2014 (60 partic.) • Contratação Pública e o Portal Base – 22/09/2014 – 2 sessões (141 partic.) Missão Empresarial – Sevilha (2 e 3 abril/2014) • Encontro empresarial no âmbito da BTN – Bienal de Turismo de Aljezur (26 a 28 de Setembro)	Ao longo do ano realizaram-se várias sessões que resultaram de solicitações externas e não estavam programadas inicialmente. As temáticas destas sessões eram pertinentes no âmbito das competências da CCDR e neste sentido justificou-se a sua realização.
Nível de qualidade dos seminários/ eventos/iniciativas	Grau de satisfação dos participantes nos seminários/ eventos/iniciativas	Atingir um grau de satisfação de >= 3 numa escala de 4	Não foram aplicados inquéritos.
O2 - Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas			
N.º de participações em redes europeias	Participação em 2 redes europeias	Participação em 2 Redes Europeias: • Enterprise Europe Network; • Europe Direct	
N.º de sessões/eventos de divulgação de informação europeia aos cidadãos	5 Sessões/ eventos	Foram organizadas 28 sessões /eventos para divulgação de várias temáticas de âmbito europeu, destinadas a diversos públicos: • A Europa: os nossos direitos (7 sessões) • Direitos e oportunidades para os jovens no setor turístico no espaço transfronteiriço” (1 sessão) • Comunicar a Europa: Compreender as políticas da União Europeia (3 sessões) • Consumidores no espaço europeu – O papel da rede ECC – Net (Rede CEC) (1 sessão) • A Europa nas estórias (14 sessões e exposição em 5 escolas (15 dias em cada) e Sala de Exposições da CCDR Algarve (mês outubro)) • Formação para jornalistas - “Comunicar a Europa - Compreender as políticas da União Europeia” (1 sessão) • Dinamização de atividades e progrma de rádio (1H) na FATACIL – (17/08/2014)	Ao longo do ano foram realizadas várias sessões que resultaram de solicitações externas e não estavam programadas inicialmente, o que justifica o desvio significativo face ao programado. Estas sessões destinaram-se a públicos diferenciados, sendo umas mais restritas e outras mais alargadas.
Nº de mailings informativos enviados a agentes económicos	3 mailings	22 Mailings informativos	O desvio registado deve-se ao facto de ter saído com

			maior frequência informação de âmbito europeu com interesse para as empresas da região.
O3 - Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional			
N.º de atualizações trimestrais dos indicadores de monitorização	4 atualizações trimestrais	Disponibilização de 4 Boletins Trimestrais de Conjuntura – Mobilidade e Transportes (4ºT2013, 1ºT2014, 2ºT2014 e 3ºT2014) e do relatório Anual 2014 – Mobilidade e Transportes	Apesar de inúmeros contratempos e de dificuldades ocorridas com entidades responsáveis pela produção da informação (as fontes primárias), não há desvios a reportar.
N.º de boletins disponibilizados on-line	4 Boletins		
O4 - Dinamizar a rede regional para a implementação do Sistema Europeu de Indicadores do Turismo para Desenvolvimento de Destinos Sustentáveis e Competitivos no âmbito da rede NECSTOUR			
Data de assinatura do acordo de parceira	Assinatura do acordo de parceira até 31/10/2014	Realizaram-se reuniões de trabalho com a Região de Turismo do Algarve mas não foi formalizada a parceira.	
O5 - Manter atualizada, com carácter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site “Algarve Acolhe” e assegurar a monitorização da sua dinâmica.			
Espaços para o acolhimento de atividades empresariais, cuja informação é atualizada com uma periodicidade semestral, com recurso a trabalho de campo e informação disponibilizada pelos promotores. (No total - 75 espaços)	A 10ª atualização concluída e lançada na plataforma em 30/06/2014. Pelo menos 85% da 11ª atualização concluída e lançada na plataforma em 31/12/2014.	A 10ª atualização (trabalho de campo e inserção na plataforma) das áreas de acolhimento foi efectuada antes de 31/12/2014.	Não há desvios a registar no que respeita à actualização da informação e conteúdos inseridos na plataforma. Ao invés, foram atualizados (com novos formatos) os Indicadores de Contexto, e foram introduzidos mais conteúdos (CAE Principal e Secundárias).
% de áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2014	Pelo menos 85% das áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2014	A 11ª atualização (trabalho de campo e inserção na plataforma) das áreas de acolhimento foi efectuada antes de 31/12/2014.	
O6 - Dinamizar a 2ª fase e acompanhar a promoção e divulgação do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) a nível nacional e internacional			
N.º de iniciativas de promoção e divulgação acompanhadas	Acompanhar 2 iniciativas de promoção e divulgação	No âmbito da promoção do projeto desenvolveram-se as seguintes ações: • Apresentação no Programa da RTP 1 “Há Tarde” no dia 22/10/2014	Ficou concluída a 2.ª fase do projeto com a produção de

		• Lançamento de novos produtos TASA na Feira da Dieta Mediterrânica em Tavira (5 a 7 setembro) • Exposição dos produtos na FATAFIL realizada em Lagoa (15 a 24 agosto) e na Feira de Santa Iria em Faro (17 a 26 outubro)	15 novos produtos e ações de animação com artesãos.
N.º de novos produtos desenvolvidos	Desenvolver 20 novos produtos	Foram desenvolvidos 15 novos produtos.	O procedimento foi lançado só para 15 produtos face ao tempo disponível para conclusão do projeto - 31/12/2014 O prazo definindo inicialmente foi de 12 meses mas no decorrer do procedimento foi alterado para 9 meses para permitir a sua realização no decorrer do ano 2014.
O7 - Acompanhar o desenvolvimento do plano de salvaguarda da Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade			
N.º de ações desenvolvidas	Desenvolver 3 ações	No âmbito do acompanhamento do Plano Salvaguarda da Dieta Mediterrânica foram desenvolvidas 4 ações: • Participação na Comissão Organizadora da 2.ª Feira da Dieta (5 a 7 setembro) – • Lançamento do folheto sobre a maridagem das Receitas do Mar com os Vinhos Regionais do Algarve na 2.ª Feira da Dieta Mediterrânica (06/09/2014) • Reuniões da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica. • FATAFIL – Programa de rádio em direto (1h) no stand da CCDR dedicado à Dieta Mediterrânica e à Economia do Mar (19/08/2014)	
O8 - Dar continuidade à recolha e sistematização da informação para plataforma on-line para mapear e dinamizar as estações de serviço para autocaravanas			
Prazo de conclusão da plataforma on-line	Concluir plataforma até 30/06/2014	Considerando o protocolo assinado entre a CCDR, a Comunidade Intermunicipal, a Região de Turismo do Algarve e a Associação de Turismo do Algarve, a RTA ficou incumbida de desenvolver a plataforma on-line. No âmbito do projeto os trabalhos desenvolvidos, são consideravelmente mais vastos do programado.	Os desvios reportam-se, exclusivamente e a atrasos no desenvolvimento dos trabalhos da parte não técnica.
O9 - Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião e da Cooperação Transfronteiriça			
N.º de participações em projetos internacionais	Participar em 5 projetos internacionais	Participação em 2 projetos: • GIT – AAA • GIT- Euro AAA	Os programas foram aprovados tardiamente, o que não permitiu a abertura de convocações para apresentação /aprovação

			de candidaturas.
N.º de ações realizadas	Realizar 5 ações	Realizaram-se 5 ações: • IV ANDALUSIADAS – 18/12/2014; • Exposição de Fotografia ANDALUSIADAS em Castro Marim (Co-organização) • Seminário Técnico ENPI-CBCMED – 22/07/2014 • Exposição de fotografia “ Al Hilo Del Guadiana” – CCDRALgarve, Dezembro • FATACIL - Programa rádio em direto (1h) no stand da CCDR dedicado à Eurorregião e Projetos POCTEP na área da cultura (18/08/2014)	
O10 - Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis			
% de despesa validada e prazo médio de apreciação de pedidos	Assegurar que 75% da despesa apresentada é validada num prazo médio inferior a 30 dias úteis	O prazo médio de validação foi de 16 dias úteis	
O11- Assegurar que os parceiros das candidaturas da 3ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 – Alentejo/Algarve/Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/12/2014			
% de parceiros das candidaturas que iniciam e enviam despesa para validação até 31/12/2014	Assegurar que 50% dos parceiros das candidaturas iniciam o projeto e enviam despesa para validação até 31/12/2014	Assegurar que 50% dos parceiros das candidaturas iniciam o projeto e enviam despesa para validação até 31/12/2014	100% - Todos os parceiros dos projectos da 3ª Convocatória iniciaram os projetos até 31/12/2014
O12 - Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local			
% de atividades desenvolvidas / acompanhadas	Desenvolver/ acompanhar 100 % atividades com intervenção da Divisão	Foram desenvolvidas/ acompanhadas 100% das atividades com intervenção da Divisão. Colaboração nas seguintes atividades: • Trabalhos de preparação da Estratégia Regional e do Programa Operacional 2014 – 2020; • Sessões e outras iniciativas do Centro <i>Europe Direct</i>; • Sessões/eventos/ ações realizadas pela DSDR. • Acompanhamento do estudo sobre a Temática Emprego e Inclusão, realizado pelo IESE, desenvolvido no âmbito da preparação do período de programação 201-2020. Este acompanhamento implicou a presença nas reuniões externas no acompanhamento das equipas de consultores e algum apoio Logístico. Presença em 4 reuniões e elaboração de memorandos.	
O13 - Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades)			
% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR	Colaboração na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR. Foram elaborados: • QUAR 2015; • Plano Atividades 2015; • Relatório Atividades e Autoavaliação 2013, • Monitorização do QUAR 2014 (a 31/03/2014, a 30/06/2014, a 30/09/2014); • Reformulação do QUAR 2014.	
O14 - Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão do Centro <i>Europe Direct</i>			
% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão	Colaboração na preparação de 100% dos instrumentos de gestão do Centro <i>Europe Direct</i> . Foram elaborados: • Plano de Ação 2015.	

		- Relatório de Atividades 2013. - Documento de avaliação das atividades realizadas em 2013.	
--	--	--	--

d) Apoio Jurídico e Administração Local

No setor das contraordenações, foram elaborados 880 ofícios correspondentes, às notificações de acusação enviadas aos arguidos por infrações cometidas no âmbito da legislação em vigor e decorrente dos autos levantados pela GNR, Polícia de Segurança Pública e Divisão de Vigilância e Controlo da CCDR, notificações da decisão resultantes dos 138 relatórios elaborados, ao envio das guias de receitas, à convocação de testemunhas e às solicitações a entidades policiais, consulados e outras entidades.

Foram enviados para tribunal, no corrente ano, para execução 40 processos e para impugnação da decisão 34 processos, os quais aguardam decisão judicial.

Na base de dados estão registados 1.358 processos.

Foi prestado apoio jurídico à administração local, através da elaboração de 23 pareceres referentes aos pedidos de parecer solicitados pelas autarquias.

TABELA 6

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURIDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Objetivos/Indicadores		Resultados	Justificação dos desvios
Indicador	Meta		
O1 - Caracterizar os recursos humanos dos municípios, referentes ao ano 2013			
Elaborar e analisar um conjunto de indicadores e gráficos referentes aos balanços sociais de 2013 dos municípios.	Apresentar documento até setembro de 2014	Objetivo cumprido	Foram elaborados um conjunto de gráficos e quadros referentes aos balanços sociais dos municípios, às contas de gerência
O2 - Assegurar a gestão dos processos de contraordenação			
Elaboração dos relatórios referentes aos processos de contraordenação	Concluir 70% dos processos pendentes de 2012 e de 2013	70% Objetivo cumprido	Tal deve-se ao facto de termos tido no ano de 2014 duas juristas ao abrigo de um Programa de Ocupação de Desempregado afetas a esta tarefa - elaboração de relatórios(uma esteve o ano inteiro e a outra a partir de setembro).
	Concluir 15% dos processos de 2014	32% Objetivo superado	Tal deve-se ao facto de termos tido no ano de 2014 duas juristas ao abrigo de um Programa de Ocupação de Desempregado afetas a esta tarefa- elaboração de relatórios(uma esteve o ano inteiro e a outra a partir de setembro).
O3 - Reduzir os pedidos de parecer jurídicos pendentes solicitados pelas autarquias (relativos a pedidos recebidos durante o ano de 2013)			
% de pareceres pendentes efetuados	90%	100% Objetivo superado	Foram dadas respostas a todos os pareceres pendentes de 2013
% de pareceres efetuados referente a pedidos de 2014	75%	23% Objetivo não cumprido	A meta definida teve por base a entrada de 20 novos pedidos de parecer e de 15 respostas/ informações. Entraram 28 pedidos, mas só foram dadas 7 respostas. Justificação – Devido à falta de juristas nesta Direção de Serviços, tem que ser pedida a colaboração dos juristas afetos às outras Direcções.

O4 - Colaborar com a DGAL na gestão dos projetos, no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, entre a Administração Central, as Autarquias e as entidades privadas sem fins lucrativos e proceder ao acompanhamento físico e financeiro dos projetos.			
Análise das candidaturas apresentadas.	Prazo máximo de 15 dias úteis.	Objetivo cumprido	No âmbito da Cooperação Técnica e Financeira não foram Apresentadas candidaturas. No Programa Equipamentos entrou uma e foi devidamente analisada dentro do prazo definido.
Análise dos pedidos de pagamento entrados até Novembro de 2014.	90%	100 % Objetivo cumprido	Foram apresentados 3 pedidos de pagamento que foram analisados e remetidos para a DGAL.

e) Gestão Administrativa e Financeira

A par das múltiplas e pesadas tarefas de caráter regular intrínsecas às áreas financeira, recursos humanos, património e expediente desenvolveram-se em 2014 atividades em torno de alguns projetos chave, nomeadamente:

- Modernização Administrativa – As atividades desenvolvidas orientaram-se em 2 vertentes:
 - a) Execução da candidatura “Racionalização das TIC e Modernização Administrativa da CCDR Algarve” – financiada pelo Programa Operacional Regional do Algarve, que prossegue os seguintes objetivos (vide Anexo 2):
 1. Melhorar a eficiência do funcionamento interno através da racionalização da organização e gestão da CCDR Algarve e da simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;
 2. O desenvolvimento de serviços em rede e a flexibilização da relação entre a Administração Pública e os cidadãos e as empresas com recurso ao uso das tecnologias da informação e comunicação enquanto infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa

Projeto desenvolvido em parceria com a Divisão de Sistemas de Informação, que mais adiante faz referência de forma sumária às ações empreendidas no ano 2014. Sublinhe-se, que o período de execução da candidatura é de 18 meses, encerrando em julho de 2015, data em que se poderão medir efetivamente os resultados alcançados face aos objetivos programados. Contudo, importa referir que as questões da modernização administrativa não são um tema recente na CCDR Algarve, visto ao longo dos últimos anos se ter assegurado de forma continuada a adoção de medidas relevantes ao nível da desmaterialização e desburocratização que se encontram plasmadas nos relatórios de atividades de anos anteriores.

- b) Diagnóstico interno e reflexão sobre as medidas de modernização administrativa e de prestação digital de serviços públicos consagradas nos Decretos-lei nº 73/2014 e 74/2014 de 13 de maio de 2014 e a sua operacionalização no quadro atual de funcionamento dos serviços.

No ano 2013 foi renovado o conceito de atendimento ao público substituindo a tradicional aquisição de serviços de segurança por trabalhadores com conhecimento profundo do funcionamento das várias unidades orgânicas e sobretudo dos serviços prestados pelas CCDR aos cidadãos em geral. Acompanhou-se esta nova realidade com a disponibilização sucessiva de informação na Internet através dos serviços on-line. No ano 2014 registaram-se 114 novos utilizadores e realizaram-se 611 acessos aos serviços on-line o que representa um acréscimo de 68% e 23% respetivamente face ao ano anterior. No ano 2012 disponibilizou-se pela 1ª vez a hipótese de submissão on-line de formulários na área do ambiente. No ano 2014 registou-se a submissão de 22 formulários, valor em tudo idêntico ao do ano anterior, mas que constitui uma mudança considerável de atitude dos utilizadores se atendermos que em 2012 foram submetidos 4 formulários. Mas esta mudança é também fruto da disponibilização de maior número de serviços on-line que aparentemente fácil esbarra em inúmeras formalidades legais por vezes difíceis de ultrapassar.

- MEF – Macro Estrutura Funcional e Massas Acumuladas – Na sequência da adesão da CCDR Algarve ao Programa “Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica”, através de um Protocolo celebrado com a Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Biblioteca (DGLAB) em 30.11.2012, estabeleceu-se como objetivo a elaboração do Plano de Classificação conforme à Macro-Estrutura Funcional (MEF) e a avaliação das massas acumuladas.

Trata-se de um projeto estruturante e que visa a criação de um Plano de Classificação a aplicar a toda a Administração Pública, exigindo aos vários organismos um trabalho de identificação e harmonização dos processos em que intervêm.

Pese embora esta CCDR disponha de poucos recursos para afetar a este projeto, em resultado do trabalho conjunto com as restantes CCDR foi possível avançar com a identificação dos terceiros níveis de processos de negócios a incluir na versão consolidada da MEF e com a integração dos processos de negócio das CCDR no Plano de Classificação da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, o qual foi apresentado em 11 de dezembro de 2014.

Relativamente às Massas Acumuladas foi definida a metodologia a adotar e elaborada a Folha de Recolha de Dados tendo em vista a elaboração do Relatório de Avaliação durante o ano 2015 das massas acumuladas relativas aos fundos comunitários o que permitirá uma melhor gestão dos passivos documentais.

- Elaboração do diagnóstico das necessidades de formação das entidades regionais com vista à dinamização da formação profissional dirigida aos trabalhadores em funções públicas no ano 2015, conforme descrito no ponto II.2 do presente relatório.

Nas designadas áreas transversais foram vários os diplomas publicados em 2014 que produziram impacto nas atividades desenvolvidas, nomeadamente a Lei Geral de

Trabalho em Funções Públicas e demais diplomas nas áreas da modernização administrativa, já referidos neste ponto do relatório de atividades.

TABELA 7
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS - DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO
ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

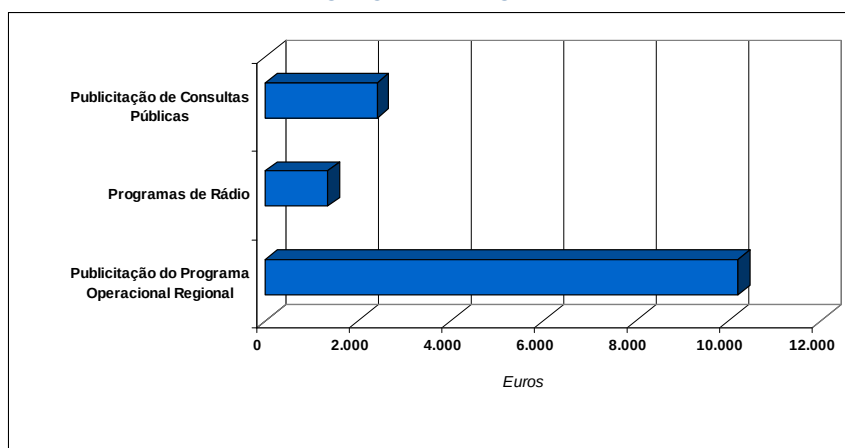
Objetivos / Indicadores		Resultados	Justificação Dos Desvios
Indicador	Meta		
O1 - Monitorização semestral a informação gerada pelo Portal do Trabalhador – Fase 4			
N.º de relatórios semestrais	Apresentação de 2 relatórios: um até 15 de julho e outro até 15 de dezembro	Cumprido, em conformidade com a reformulação entretanto efetuada.	
O2 -Realização de questionário de satisfação junto dos colaboradores da CCDR Algarve			
Nº de dias	Realização dos questionários em 181 dias	Não cumprido	Objetivo não cumprido, em resultado da insuficiência de recursos humanos uma vez que no 1.º quadrimestre de 2014 se registou a saída 2 trabalhadores ou seja o equivalente a 29% dos recursos humanos afetos à Divisão de Recursos Humanos (assumida pela Diretora de Serviços desde janeiro de 2009). A inexistência de redundância impossibilitou a concretização deste importante objetivo.
Relatório	Elaboração de relatório incorporando análise crítica dos resultados	Não cumprido	
O3 - Elaboração do Regulamento de Horário de Trabalho			
Prazo de apresentação da proposta de regulamento de horário de trabalho	Apresentação de proposta de regulamento de horário de trabalho durante o 1º semestre	Cumprido, em conformidade com a reformulação entretanto efetuada.	
O4 - Determinação do valor arquivístico da documentação acumulada			
Preenchimento da Folha de Recolha de Dados identificando as séries documentais	Elaboração da Folha de Recolha de Dados (FRD) em 258 dias	Cumprido, em conformidade com a reformulação entretanto efetuada.	
N.º de dias para elaboração do Relatório de avaliação	Elaboração de Relatório de Avaliação em 365 dias		
O5 - Monitorização dos gastos gerais e dos consumos de economato			
Nº de relatórios elaborados	Elaboração de relatórios trimestrais dos gastos gerais até ao dia 10 do mês seguinte	Cumprido	
O6 - Elaboração de relatórios financeiros periódicos de suporte à prestação anual de contas			
N.º de relatórios	Apresentação de 2 relatórios, até 30 de julho e 15 de dezembro	Cumprido	
O7 - Reformulação do sistema de faturação - GesGuias			
Prazo de implementação	Implementação concluída até 31 de março	Cumprido, em conformidade com a reformulação entretanto efetuada.	

O8 - Monitorização dos Centros de Custo

N.º de relatórios	Apresentação de relatórios com análise crítica e propostas concretas de melhoria, até 30 de junho e 15 de dezembro.	Cumprido	
-------------------	---	----------	--

Em cumprimento com as diretrizes constantes na RCM nº 47/2010 de 25 de junho de 2010, a CCDR Algarve procedeu em 2014 à inserção de publicidade institucional, com o objetivo de promover iniciativas por si dinamizadas e difundir informação relacionada com os seus fins ou atribuições, conforme quadro a seguir apresentado:

GRÁFICO 1
PUBLICIDADE EFETUADA



Fonte: SINGAP

a) Fiscalização

Continuação do destaque para as ações de fiscalização relacionadas com os resíduos e com a REN, mantendo-se a crise de recursos humanos disponíveis (inexistência de qualquer vigilante da natureza no setor).

De destacar, uma vez mais, a importância do Protocolo de Colaboração entre a CCDR Algarve e a GNR através do SEPNA, assinado em maio de 2011, em que a Chefia deste setor foi o elemento de interligação desta CCDR com o Comando Territorial de Faro da GNR/SEPNA. Este Protocolo de Colaboração incluía da parte dos Serviços, nomeadamente, a disponibilização de formação, o que permitiu uma agilização da articulação, com um incremento na quantidade e qualidade do trabalho. Assim, através de uma permanente dinamização do referido Protocolo durante o presente ano, contribuiu-se para uma efetiva capacidade de fiscalização desta CCDR face à inexistência de vigilantes da natureza no setor.

TABELA 8
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO

Objetivos/Indicadores		Resultados	Justificação dos desvios
Indicadores	Meta		
O1 - Regularizar situações de incumprimento sobre resíduos na região do Algarve			
Reposição da legalidade em locais com resíduos ao longo do ano, em parceria com a DSA e com a DAJ	7 Locais com reposição da legalidade	-----	-----
O2 - Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)			
Reposição da legalidade em locais com infrações à REN ao longo do ano, em parceria com a DOTCNVP e com a DAJ	15 Locais com reposição da legalidade	24 Locais	O objetivo foi atingido sem grandes desvios, apesar da alteração do enfoque para o controlo sucessivo de situações da REN, mas sem se descuidar esta componente do trabalho da DVC.
O3 - Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento			
Concretização de ações de fiscalização internas, ou externas na sequência de solicitação	110 Documentos de fiscalização produzidos ou recebidos	136 Documentos	Acréscimo deveu-se a elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização internas pela DVC, em especial devido ao controlo sucessivo de situações da REN.
O4 - Emissão de pareceres ou informações, com vista à decisão superior			
Apreciação de reclamações, de documentos relativos a fiscalizações exteriores e de outras situações diversas	250 Circulações para a Presidência «Para Seguimento» no Filedoc, excetuando as fiscalizações internas	411 Circulações	Acréscimo deveu-se a elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização internas pela DVC, em especial na sequência do controlo sucessivo de situações da REN.

b) Sistemas de Informação

No ano de 2014, destaca-se na área de Sistemas de Informação a aprovação de uma candidatura ao POAlgarve21 – SAMA. Na operação intitulada “Racionalização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Modernização Administrativa da CCDR Algarve” foram desenvolvidas várias ações, destacando-se: Implementação de Novas Funcionalidades no Site Institucional – informação mais acessível e formatada para o cidadão (Vide Anexo 2 Ação 1) e a Reestruturação da Intranet – ferramenta de trabalho interno de apoio aos utilizadores (Vide Anexo 2 – Ação 8); Reestruturação e implementação de novas funcionalidades no gesPCO – Sistema de Gestão e Controlo de Contraordenações (Vide Anexo 2 – Ação 4); Reestruturação e implementação de novas funcionalidades no gesGuias - Sistema Gestão e Controlo de Receita (Vide Anexo 2 – Ação 5) e Segurança e Monitorização dos Recursos Informáticos (parcialmente executada por ausência de parecer da SEAP – (Vide Anexo 2 – Ação 10).

TABELA 9
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Objetivos/Indicadores		Resultados	Justificação dos desvios
Indicadores	Meta		
O1 - Implementar funcionalidades no site institucional que permitam chegar a um maior número de pessoas e otimização da sua compatibilidade com <i>smartphones</i>			
Disponibilização das funcionalidades online	Até 30 de setembro	Processo concluído em Dezembro.	Atraso na candidatura ao SAMA e na obtenção de parecer da AMA.
O2 -Implementar nova ferramenta de <i>webmail OpenSource</i> com integração com Outlook e <i>Smartphones</i>			
Disponibilização aos utilizadores	Até 30 de abril	Implementado parcialmente não estando a funcionar a integração completa com Outlook.	Não foi possível implementar na sua totalidade esta ação dando-se prioridade a ações previstas numa candidatura SAMA.
O3 - Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24			
% de disponibilidade do servidor durante 365x24	Superior a 99%	Disponibilidade superior a 99%	
O4 - Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos			
Resposta a pedidos de <i>Helpdesk</i>	2 Dias	Prazo de resposta cumprido para 96%	
O5 -Modernizar as Plataformas Tecnológicas			
Atualização de equipamentos	10% de equipamentos atualizados	30%	
O6 - Implementar um novo sistema de monitorização e alerta dos recursos informáticos			
Implementação da solução	Até 30 de setembro	Não implementado	Atraso na emissão de parecer prévio da Secretaria de Estado da Administração Pública.

c) Gestão de Fundos Comunitários

No que respeita ao PO Algarve 21¹ foram tomadas decisões sobre 17 concursos encerrados no final de 2013, foram aprovadas 101 operações das 134 decididas neste universo de concursos. No que respeita às operações públicas foram decididas 85% das candidaturas apresentadas e foram notificadas aos promotores 100% das candidaturas decididas resultantes de concursos encerrados. Foi atingida uma taxa de execução de 77% para todo o PO e foi ultrapassada a meta N+2 para 2014 (objetivo QUAR) com 104% do valor previsto.

Ao longo do ano foram verificados, nos projetos públicos, 552 pedidos de pagamento com despesa associada. Destas validações resultaram 775 ordens de pagamento que ultrapassaram os 15 milhões de Euros pagos aos beneficiários.

Foi melhorado o Sistema de Informação, atualizado regularmente o site com informação sobre o PO e realizadas 3 sessões de divulgação dos Sistemas de Incentivos e 6 sessões

¹ No período 1/11/2013 a 31/12/2014

do “Made in Algarve” para apresentação dos resultados dos apoios comunitários às empresas da Região e sensibilização para o próximo Quadro.

Foi atualizada a Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo e foi concluído o 2º Plano Anual de Controlo (2011-2012) e atualizado mensalmente o Sistema Contabilístico de Dívidas.

TABELA 10
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

Objetivos/Indicadores		Resultados	Justificação dos desvios	
Indicador	Meta			
O1 - Assegurar até ao final do ano a decisão sobre 80% das candidaturas e reprogramações ao PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados em 2014 (até 31/10/2014), com prazo médio de decisão até 50 dias úteis (novas candidaturas) e 20 dias úteis (reprogramações) – sem sistemas de incentivos.				
% de candidaturas com decisão de aprovação / não aprovação, com notificação ao promotor e prazos de decisão médios < a 50 dias úteis no caso de novas candidaturas e < a 20 dias úteis no caso de reprogramações	80% Com prazo médio de decisão < a 50 dias úteis (novas candidaturas)	Novas Candidaturas: - 85% - Em 31/12/2014 encontravam-se decididas 92 das 108 candidaturas em concursos encerrados entre 1/11/2014 e 31/10/2014. - 56 dias úteis – prazo médio de decisão de novas candidaturas.		Desvios parcialmente positivos Não foi interrompido o tempo de análise com o tempo de espera de elementos solicitados.
	80% Com prazo médio de decisão de 20 dias úteis (reprogramações)	Reprogramações: - 93% das reprogramações submetidas em 2014 foram decididas até 31/12/2014. - 22 dias úteis – prazo médio de decisão de reprogramações		
O2 - Assegurar a emissão do parecer regional sobre 75% das candidaturas entradas até ao 40º dia útil após o encerramento do Avisos de Abertura de Concursos independentemente da análise dos OI.				
% de candidaturas com parecer regional até ao 40º dia útil.	Nº de candidaturas com parecer regional até ao 40º dia útil / total de candidaturas apresentadas	75% de candidaturas (parecer em 40 dias)	(não é possível contabilizar por ausência de ocorrências)	Não foram abertos concursos nos SI em 2014
O3 - Assegurar o cumprimento de 100% da meta N+2 prevista para 2014 – ultrapassar a execução FEDER de 148.740.883 € até 30/11/2014 ou até à última certificação do ano se for posterior.				
Taxa de Execução em relação à Meta N+2 (por Eixo)	Montante FEDER de Execução a 30/11/2014 ⁽¹⁾ certificado até 31/12/2014 / Montante total da Meta N+2 (2014) (ver quadro de	Taxa de execução da meta N+2 de 100%	104% Despesa FEDER a 31/12/2014 (154.471.500 € / 148.740.883 € - Meta N+3)	Desvios positivos. Foi ultrapassada a meta. Meta QUAR Superada.

	suporte)			
O4 - Colaborar na produção de informação das várias entidades no âmbito do QREN, entre as quais o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados sobre o PO Algarve 21. (encerramentos efetuados e completos em 6 meses após a conclusão)				
100% de encerramentos efetuados com tabelas de indicadores preenchidas em SIGA e fichas finais no site (6 meses após a conclusão)	Nº de encerramentos efetuados com os requisitos referidos / Nº total de encerramentos efetuados	100% (quadro-resumo com requisitos assinalados)	100% - total do PO 139 encerramentos efetuados com os requisitos referidos / 139 encerramentos efetuados. 94% dentro do prazo (encerramentos efetuados até 31/12/2014 / operações concluídas até 30/06/2014 139/148=94%	Meta cumprida Histórico recuperado em 94%. Foi dada prioridade à execução (N+2)
O5 - Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21				
2.º e 3º PAC concluído (80% do trabalho efetuado)	Nº de Etapas concluídas do 2º e 3º PAC / Nº de Etapas totais do PAC	80% (do trabalho do 2º e 3º PAC efetuado)	Foram realizadas 58% das atividades previstas nesta subunidade. O trabalho relativo ao 3º PAC não foi realizado. (0%) O trabalho do 2º PAC foi realizado a 100%. Se excluirmos o 3º PAC que poderá ser realizado em 2015, o desempenho situar-se-ia nos 88%.	- Equipa reduzida (insuficiência de meios) - Foram realizadas ações imprevistas com prioridade sobre as não efetuadas.
O6 - Completar 7 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PO Algarve 21 e próximo período de programação, até final de 2014				
Nº de instrumentos a funcionar: ▪ Manual de Procedimentos (uma atualização em 2014) ▪ 3 Certificações em SI ▪ Descrição de Sistema de Gestão e Controlo (atualizado) ▪ Melhoria do Site com atualização mensal do PO Algarve 21 (Informação financeira e operações encerradas com fichas) ▪ Arrumações arquivos QCA III ▪ Arrumação de partilhas internas e manutenção ▪ Relatório de Execução anual (PO Algarve 21) entregue e aceite, ▪ Realização do Grande Evento anual ▪ 3 Sessões de	Nº de instrumentos a funcionar no final de 2014	7 Instrumentos	100% (aproximadamente) 6 Instrumentos de apoio à gestão ou de informação ao cidadão completamente implementados e 3 incompletos (0,2+0,3+0,5=1); 7/7=100%: ▪ 3 Certificações em SI: 5 certificações efetuadas à CE até Dez.2014. Foi certificada 99,9% da despesa validada apresentada pela AG. ▪ Descrição de Sistema de Gestão e Controlo (com informação positiva em Dez. 2014) ▪ Melhoria do Site com atualização mensal ▪ Relatório de Execução anual (PO Algarve 21) entregue e aceite dentro dos prazos, ▪ Realização do Grande Evento anual (Maio / Junho 2014) ▪ 3 Sessões de Sistemas de	Meta cumprida

Sistemas de Incentivos Correção, edição e divulgação da versão final dos documentos PAR, RIS 3 e PO 2014-2020			Incentivos + 6 sessões do Made In Algarve (realizadas) 3 instrumentos incompletos: Arrumações arquivos QCA III (Ex-GAT de Faro) com organização e rearrumação no arquivo de Stº António; Não foi arrumado o arquivo de Tavira. (0,2) Arrumação de partilhas internas e manutenção; foi efetuada uma arrumação embora incompleta. (0,3) Correção da versão final dos documentos PAR, RIS 3 e PO 2014-2020 – a edição e divulgação não foram efetuadas em 2014 devido ao elevado grau de envolvimento que foi necessário na negociação e à aprovação tardia do PO (18/12/2014). (0,5)	
---	--	--	---	--

No âmbito da gestão de fundos comunitários destaca-se a publicação em 2014 de legislação que enquadra o novo período de programação:

- Decreto-Lei n.º159/2014, de 27 de outubro - Estabelece as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais e dos Programas de Desenvolvimento Rural financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, para o período de programação 2014-2020.
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de Setembro – Estabelece o Modelo de Governação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais 2014-2020.

II.8.2 – QUANTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR UNIDADE ORGÂNICA NO BIÉNIO 2013-2014

No quadro abaixo incluído apresenta-se a execução em 2013 e 2014 por áreas temáticas. À tabela dos Serviços Fornecidos ao Exterior e Tarefas de Apoio Interno, prevista em Plano de Atividades, acrescem ações executadas ao longo do ano e que não estavam aí refletidas.

QUADRO 1
ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREA TEMÁTICA 2013-2014

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	EXECUÇÃO	
	2013	2014
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO		
Reuniões do Observatório do PROT	2	0
Relatório anual de acompanhamento e monitorização do PROT	0	0
Reuniões plenárias das comissões de acompanhamento da revisão de PDM	2	2
Conferências de serviços	5	7
Avaliação de planos, projetos e programas estruturantes (NDT, NDE e Polis)	21	11(1)
Acompanhamento com emissão de informações e pareceres sobre PU e PP por solicitação das autarquias	18	25
Apreciação de operações urbanísticas através da plataforma informática criada no âmbito do SIRJUE	361	121(2)
Processos apreciados relativos a pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	36	43
Avaliação de conteúdos na elaboração de PU e PP para assegurar a salvaguarda da integridade da estrutura regional de proteção e valorização ambiental do PROT	5	5
Exercício de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal	2	0
Apreciação e emissão de decisão sobre usos e ações a implementar em área de Reserva Ecológica Nacional	422	613
Projetos de delimitação e redelimitação das REN	8	11
Reuniões da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional e apreciação das pretensões submetidas a decisão (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	43	42
Deliberações emitidas no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	805	775
Pareceres sobre relatórios de fiscalização da DVC e respostas a denúncias/reclamações	40	44
Pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação de Incidências Ambientais (AIInCA) nos domínios do ordenamento do território	12	44
Participação em projetos de âmbito internacional	--	--
Apresentar comunicações em seminários ou encontros técnicos	2	3
Participação em reuniões de conselhos, comissões, júris e outras	14	38
AMBIENTE		
Projetos de licenciamento industrial	5	3
Vistorias a estabelecimentos industriais	8	6
Pedidos de licenciamento para gestão de resíduos apreciados	12	26
Emissão de alvarás	15	23
Renovação de licenças	4	9
Averbamentos	6	8
Pedidos em apreciação	6	3
Pedido indeferido	2	0
Apreciação de Planos de Gestão de Lamas	0	0
Informações aos requerentes no âmbito das operações de gestão de resíduos (excluem-se contactos telefónicos e presenciais e reclamações)	27	11
Participação em reuniões das 2 comissões de Acompanhamento dos aterros do Algarve	8	8
Participação nas comissões de resíduos	0	0
Planos de Pedreiras/Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras apreciados	5	1

Cauções definidas - a prestar pelo explorador de pedreiras	0	5
Visitas técnicas - licenciamento, abandono de pedreiras e reapreciação de processos de regularização administrativa da extração mineral	2	53
Relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades de queima de combustíveis fósseis analisados	25	32
Relatórios de consumo de solventes e verificação e emissões de compostos orgânicos voláteis analisados	26	28
Rede da Qualidade do Ar – Número de visitas efetuadas	29	43
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em que a CCDR é a autoridade de AIA	3	4
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental em que a APA é a Autoridade de AIA – contributo para o parecer da Comissão de Avaliação	2	1
Procedimentos de Avaliação de Incidências Ambientais (AlncA) relativos a projetos de energias renováveis	0	0
Apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE) em que a CCDR é autoridade de AIA	0	4
Colaboração na apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE) em que a APA é autoridade de AIA	0	4
Apreciação de relatórios de monitorização ambiental de projetos sujeitos a AIA	10	12
Apreciação de processos de Avaliação Ambiental Estratégica	16	10
Pareceres a estudos de incidências ambientais de projetos de estradas	0	0
Pareceres no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projeto de Avaliação de Impacte Ambiental	8	
Pareceres relativos a queixas à União Europeia	4	0
Apreciação de pedidos de prorrogação/alteração de Declarações de Impacte Ambiental	7	4
Coordenação das reuniões da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação Odelouca-Funcho	2	0
FISCALIZAÇÃO		
Ações de fiscalização	136	136
Autos de notícia	22	28
Embargos	3	2
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
Eventos realizados	14	6
Participação em ações de organismos internacionais	2	2
Participação em projetos internacionais	6	2
Participação em redes europeias	2	3
Centro de Observação das Dinâmicas Regionais		
Boletins de Conjuntura	3	0
Boletins Trimestrais de Conjuntura “Mobilidade e Transportes”	3	4
Boletim Anual	1	1
POCTEP		
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 1ª Convocatória		
N.º projetos com execução	5	4
N.º de pedidos de validação de despesa	20	12
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 2ª Convocatória –		
N.º projetos com execução	17	21
N.º de pedidos de validação de despesa	39	40
Análise e emissão de parecer das candidaturas recebidas na 2ª Convocatória – N.º candidaturas	--	--
Análise e emissão de parecer das candidaturas recebidas na 3ª Convocatória – N.º candidaturas	13	--
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 3ª Convocatória		
N.º projetos com execução	--	4
N.º de pedidos de validação de despesa	--	6
INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA		
Centro de Informação Europe Direct		
Boletim Informativo	6	7
Sessões de informação sobre a União Europeia em várias escolas	15	17

Atividades de animação em várias escolas	3	14
Organização e participação em seminários e conferências	5	2
Organização e participação em feiras e exposições	5	5
Organização/colaboração em outros eventos	5	2
Enterprise Europe Network		
Organização ou co-organização de eventos	5	9
Envio de emails informativos (promoção das políticas europeias junta das PME e informação sobre a EU)	14	22
Participação em feiras (com stand promocional)	3	6
Apoio a empresas e agentes económicos em questões sobre matérias europeias	169	192
APOIO JURIDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
Processos de contencioso administrativo contraordenacional e judicial	3	4
Processos de contraordenação		
Relatórios efetuados	135	138
Notificações efetuadas	361	713
Apoio jurídico a órgão e serviços da CCDR (pareceres/informações)	1	4
Apoio Jurídico à Administração Local (pareceres/informações)	31	23
Cooperação técnica e financeira com as autarquias locais		
Candidaturas analisadas	0	0
Informações/relatórios	9	0
Acompanhamento físico das candidaturas (visitas a obras e reuniões com promotores)	5	0
Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva		
Candidaturas analisadas	1	1
Informações/relatórios	9	3
Acompanhamento físicos das candidaturas (visitas a obras)	9	3
Encerramento de processos pendentes no âmbito da Modernização Administrativa	0	0
Verificação das contas de gerência das autarquias	16	16
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Gestão financeira		
Orçamento	1	1
Alterações orçamentais	51	63
Conta de Gerência	1	1
Saldo de Gerência	1	1
Pedidos de libertação de créditos	16	11
Cabimentos	1.061	982
Processamentos de despesa	1.864	1.669
Pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e upload's	936	1.019
Apuramentos e registo de receita	1.553	1.933
Pedidos de pagamentos a fundos comunitários – PO Algarve 21 e POCTEP	65	77
Registo informação contabilísticos nas aplicações informáticas - SIC e SIGO	278	247
Recursos humanos		
Processamento do balanço social	1	1
Processamento de remunerações	12	12
Processamento de ajudas de custo	12	12
Processamento de mapa de férias	1	1
Procedimentos concursais lançados	0	0
Procedimentos concursais concluídos	0	0
Despachos de mobilidade interna	6	9
Instrução de processos disciplinares	0	0
Preparação e submissão de processos de aposentação	0	0
Análise e decisão de reclamações apresentadas por trabalhadores – Avaliação de Desempenho	3	0
Ações de formação profissional realizadas	2	6
Nº de pareceres jurídicos elaborados	18	36
Património e expediente		
Procedimentos por ajuste direto – Regime Simplificado	216	215
Procedimentos por ajuste direto – Regime Geral	15	21
Concursos Públicos (com e sem publicação no JOUE)	1	0
Procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro pela ANCP	18	5

Registo dos processos de aquisição no sistema integrado de gestão	336	304
Registos no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado	12	12
Registo de documentos de entrada	8.616	9.032
Registo de documentos de saída	5.893	6.072
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		
Administração e manutenção de servidores, rede e respetivas funções de segurança – N.º de intervenções	73	33
Apoio aos utilizadores	1.557	1.488
Procedimentos de manutenção preventiva dos postos de trabalho	100%	100%
Atualizações do site e intranet	642	708
Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação – N.º de intervenções	451	398
GESTÃO FUNDOS COMUNITÁRIOS		
PROALGARVE		
Pagamentos FEDER e FSE (mil €)	476	---
Devoluções (mil €)	288	---
Ações de controlo a projetos concluídas	4	0
FEDER	---	---
FSE	3	---
FEOGA	1	---
IFOP	---	---
PO Algarve 21		
Concursos decididos ²	55	17
Projetos com decisão de aprovação	261	101
Reuniões de Comissão Diretiva	10	4
Consultas escritas	17	9
Pedidos de pagamento relativos a projetos públicos e de engenharia financeira analisados	512	552
Ordens de pagamento emitidas (pagamentos FEDER)	689	775
Operações encerradas	19	88
Dívidas arrecadadas e encerradas	b) 49	67
Ações de controlo de operações concluídas (internas)	b) 19	41
Auditorias externas acompanhadas	c) 3	5
Sessões de esclarecimento realizadas	17	3
Apoios publicitários concedidos	1	4

(1) 3 NDT/NDE e 8 Polis

(2) REN

- a) Trata-se da mesma Auditoria do ano anterior efetuada em Novembro de 2012 a 15 projetos FEOGA (Medida 3.11) a qual foi encerrada sem correções financeiras em Setembro de 2013
- b) Valores acumulados
- c) Ao longo do ano 2013 foram acompanhadas 3 auditorias externas diferentes
- d) Durante o ano 2014, o Programa foi alvo de 5 Auditorias externas (2 da IGF, 1 da ADC, 1 do TCN e 1 da Comissão Europeia – Eng Financeira)

² Período de 1/11/2013 a 31/12/2014

II.9 – AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

II.9.1 – RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2014 contabilizavam-se 103 trabalhadores com relação jurídica de emprego público, a que acrescia 1 contrato de prestação de serviços (tarefa), num total de 104 efetivos. Incluíram-se nestes efetivos também os afetos à Estrutura de Missão do Programa Operacional Algarve 21.

Em comparação com janeiro de 2014 em que se contabilizavam 109 trabalhadores com relação jurídica de emprego público registou-se neste ano a diminuição de 5,5% dos efetivos. Recorde-se, que no ano anterior já se tinha registado uma diminuição de 3,5%, o que significa que no período de 2 anos este organismo viu reduzidos os seus efetivos em 9%, sem que se tivesse verificado qualquer alteração ao nível das suas atribuições e competências.

Procedendo à comparação dos Recursos Humanos planeados em sede de elaboração do QUAR com os realizados, obedecendo à pontuação definida na metodologia, obteve-se a informação constante no quadro seguinte.

QUADRO 2
RECURSOS HUMANOS PLANEADOS E REALIZADOS

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	120	120	0
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de Equipa	16	224	224	0
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	648	540	-108
Coordenador Técnico - (inclui Chefes de Secção)	9	18	18	0
Assistente Técnico - (inclui Técnicos de Informática)	8	224	216	-8
Assistente Operacional	5	45	45	0
Total	70	1279	1163	-116

Fonte: QUAR 2014

À semelhança de anos anteriores, o número de efetivos continuou a ser inferior ao número previsto para o cumprimento dos objetivos do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) 2014.

II.9.2 – RECURSOS MATERIAIS

Bens Móveis e Veículos Automóveis

A CCDDR Algarve dispôs dos meios programados no plano de atividades, tendo sido efetuado um reforço através da aquisição de diversos bens móveis, com especial destaque para a aquisição de equipamento informático para atualização do parque informático, com reflexo na melhoria do funcionamento dos serviços.

No que se refere ao parque automóvel, foram contratualizados 4 veículos em regime de aluguer operacional para substituição de 4 veículos cujos contratos terminaram em 2013 e 2014, tendo em vista dotar a Estrutura de Apoio Técnico do Programa Operacional Regional do Algarve das condições necessárias ao desempenho das suas competências.

Tendo em vista alcançar o objetivo de renovação do parque automóvel afeto à CCDDR Algarve foram contratualizados 4 veículos em regime de aluguer operacional e foi submetido um pedido de contratação de um veículo, também em regime de aluguer operacional, junto da ESPAP.

Instalações

A CCDDR Algarve dispõe de 3 edifícios em funcionamento (Edifício-Sede, Palacete Doglioni e Arquivo do Bom João) os quais se encontram registados no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIIE), conforme previsto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado (PGPI). Tendo em vista manter atualizada a informação constante do SIIIE, durante o ano de 2014 procedeu-se às atualizações necessárias nas fichas dos imóveis.

Em cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, no seu artigo 113.º-A, aditado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, procedeu-se ao envio dos planos de ocupação de espaço e de conservação e reabilitação de imóveis (matriz PGPI).

Foram, ainda, efetuadas as obras de manutenção e conservação no edifício-sede previstas no plano de conservação e reabilitação de imóveis da matriz PGPI, não tendo sido efetuadas as obras previstas para o Palacete Doglioni por falta de dotação orçamental.

Por último, importa referir que foram cumpridas as obrigações decorrentes da implementação do Princípio da Onerosidade, nomeadamente através do pagamento do valor de 15.852,00 € referente ao Palacete Doglioni.

II.9.3 – RECURSOS FINANCEIROS

Durante o ano 2014 as atividades desenvolvidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve enquadraram-se nas atribuições definidas no Decreto-lei nº 228/2012 de 25 de Outubro, e alterações subsequentes, assim como, nos objetivos operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no estabelecido no Plano Anual de Atividades.

O escrupuloso cumprimento das normas constantes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso obrigou à realização de rigorosos exercícios mensais de apuramento dos fundos disponíveis, num cenário caracterizado por receita (própria) de carácter sazonal face a despesa certa e obrigatória.

De salientar que o apuramento dos fundos disponíveis foi efetuado com sucesso, resultando assim que a CCDR Algarve honrou todos os compromissos assumidos não tendo gerado pagamentos em atraso.

Por outro lado, cumpriu também a Regra do Equilíbrio Financeiro ao garantir no final do ano a disponibilidade em conta da liquidez gerada pelos saldos transitados de anos anteriores, utilizada fundamentalmente durante o 1º semestre/2014 altura em que a receita própria é manifestamente insuficiente para fazer face aos compromissos de carácter fixo.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese da execução orçamental desagregada pelo orçamento de funcionamento (atividades) e Investimento (projetos). Em anexo ao presente relatório, encontra-se um documento mais detalhado sobre a análise da execução orçamental do ano económico de 2014.

QUADRO 3
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014

(euros)

Atividades/Projetos	Planeados QUAR Aprovado	Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Taxa de Execução	Peso Orçamental
Orçamento de Funcionamento (atividades)	2.543.557	3.083.809	2.542.943	82,46%	54,18%
Despesas com o Pessoal	1.899.063	2.417.881	2.160.160	89,34%	46,03%
Aq. de Bens e Serviços Correntes	292.154	244.858	169.311	69,15%	3,61%
Outras Despesas Correntes	27.340	9.931	8.370	84,28%	0,18%
Investimento (projetos)	2.771.448	2.988.857	2.150.284	71,94%	45,82%
Outros valores (atividades)	325.000	411.139	205.102	49,89%	4,37%
Transf. de Capital + Prog. PIPITAL					
TOTAL	5.315.005	6.072.666	4.693.227	77,28%	100,00%

O orçamento global corrigido para 2014 previu uma despesa total de € 6.072.666 após cativações (fixados na LEO e DLEO) o que comparado com o valor efetivamente realizado permite concluir que a taxa de execução global totalizou 77,3%.

Relativamente ao Orçamento de Funcionamento, a taxa de execução foi de 82,5%, registando-se assim um desvio de apenas 17,5% face à dotação corrigida, o que é justificado em grande medida pela taxa de execução do agrupamento de despesa das transferências de capital, que apresentou um valor inferior às projeções iniciais, e pelo facto das transferências de RP entre organismos (F.F 540 – € 300.000) no âmbito do PIPITAL (Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve) correspondente às verbas a transferir para os beneficiários do Programa, em parte não se concretizaram.

Verifica-se que o agrupamento de despesa com maior peso 89,3% da despesa realizada em 2014 refere-se a despesas com pessoal.

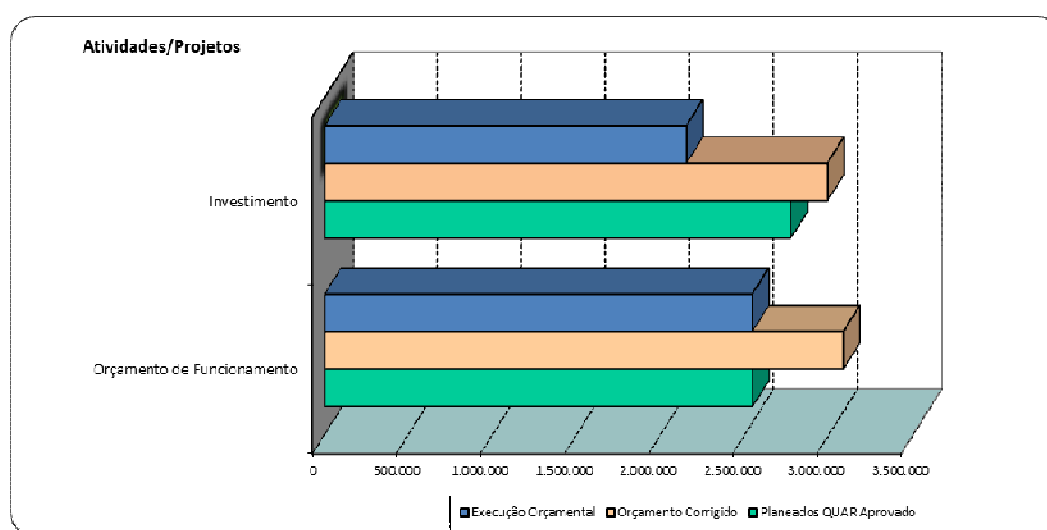
No que respeita ao agrupamento das despesas com aquisições de bens e serviços realça-se o esforço que continuou a ser feito no sentido da redução deste tipo de despesas.

Ao nível do Orçamento de Investimento a taxa global de execução da despesa totalizou 71,9%.

O desvio de 28,10% face às dotações corrigidas expressou antes de mais o investimento que não foi realizado por falta atempada de obtenção do pedido de parecer prévio junto do SEAP – Secretaria de Estado da Administração Pública para a assunção de novos compromissos.

Graficamente são evidentes os desvios entre a dotação corrigida e os valores pagos.

**GRÁFICO 2
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**



Em conclusão os recursos financeiros realizados é inferior aos valores planeados. O Relatório da Execução orçamental em anexo dispõe de uma análise detalhada sobre os resultados alcançados.

III. BALANÇO SOCIAL (SÍNTESE)

Apresenta-se de seguida o Quadro 12 com a informação referente aos principais indicadores do Balanço Social relativos ao período compreendido entre 2012 e 2014 construídos com base na informação compilada no Relatório do Balanço Social constante no Anexo 3 ao presente relatório de atividades.

QUADRO 4
INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2012-2014

ANOS/INDICADORES	2012	2013	2014
Taxa de Tecnicidade de (Nº Técnicos Sup/Total dos Trab.)*100	43,36%	44,03%	41,30%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática)	45,13%	45,87%	43,27%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática + Dirigentes)	62,83%	64,22%	62,50%
Taxa de Assistente Operacional	7,96%	8,26%	8,70%
Taxa de Feminização	66,37%	66,05%	67,00%
Taxa de Feminização Dirigente	55,00%	55,00%	55,00%
Taxa de Enquadramento	17,69%	17,03%	19,20%
Taxa de Emprego Jovem	0,00%	0,00%	0,00%
Leque Etário	2,15	1,97	1,94
Taxa de Envelhecimento	29,20%	29,30%	33,00%
Taxa de Habilitação Sup.	63,72%	63,30%	64,40%
Taxa de Habilitação Sec.	18,58%	19,27%	20,20%
Taxa de Habilitação Básica	17,70%	14,68%	14,40%
Índice de Rotação	1,14	1,00	1,00
Taxa de Cobertura (nº admissões e regressos/saídas) * 100	128,57%	0,00%	14,29%
Taxa Admissão/Regresso	7,96%	0,00%	1,00%
Taxa de Saídas	6,19%	3,67%	6,80%
Taxa de Absentismo	4,30%	2,80%	2,40%
Taxa de Encargos Sociais	5,01%	4,50%	4,31%
Remuneração Base Média Anual	19.816 €	23.404 €	23.809 €
Leque Salarial	9,71	8,50	8,30
Taxa de Participação na Formação	91,15%	32,11%	14,56%
Taxa de Investimento na Formação	0,03%	0,00%	0,04%

Fonte: Balanços Sociais 2012 a 2014

No período em análise a relativa estabilidade registada nos últimos anos ao nível do nº de trabalhadores e dos movimentos de entrada e saída de pessoal justifica em grande medida os valores assumidos por estes indicadores.

Importa no entanto sublinhar que no ano 2014 os indicadores que medem o movimento do pessoal, ou seja, as admissões/regressos e saídas, traduzem na realidade o progressivo emagrecimento da estrutura dos recursos humanos da CCDR Algarve.

O fato de terem ocorrido saídas de trabalhadores que não foram compensadas por qualquer admissão ou regresso, levou a que alguns indicadores assumissem valores inferiores aos de anos anteriores. É disso reflexo a Taxa de Tecnicidade que reduz face aos anos 2012 e 2013, em virtude de 86% das saídas ocorridas terem sido de técnicos superiores.

O valor assumido pela Taxa de Envelhecimento é também reveladora da ausência de rejuvenescimento na estrutura dos ativos em exercício de funções na CCDR Algarve, pois como já foi atrás referido nos últimos anos não se registou qualquer admissão por recrutamento ou mobilidade geral.

IV. AVALIAÇÃO FINAL

Num ano marcado por fortes constrangimentos financeiros e de recursos humanos conseguiu esta Comissão assegurar o cumprimento da sua missão e das atribuições que lhe estão confiadas.

Como consequência do extremo rigor empregue na gestão dos recursos disponíveis, o cumprimento escrupuloso da legislação em vigor e do empenho dos colaboradores desta instituição foi possível atingir e superar as metas ambiciosas constantes do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades.

Importa salientar que a CCDR Algarve em 2014 cumpriu, em regra, nos prazos estabelecidos, as múltiplas obrigações nas mais diversas áreas, enquanto serviço e fundo autónomo, no que se refere à prestação de informação, nos termos do estabelecido na Lei e no Decreto-Lei de Execução Orçamental.

Há no entanto aspetos que pretendemos melhorar em 2015, designadamente:

- Promover a formação profissional, decorrente do protocolo firmado com o INA;
- Concluir a elaboração das Normas de Controlo Interno;
- Rever o Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Efetuar inquéritos de satisfação em todas as nossas atividades.

Cientes dos desafios que se avizinham e da importância que a Comissão têm para um desenvolvimento sustentável da região em todas as suas vertentes, estamos certos que a CCDR Algarve continuará a merecer o papel de referência que detém hoje na região.

Assim, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 18º da Lei 66-B/2007 de 28 de Dezembro, proponho a atribuição da menção de desempenho Bom à CCDR Algarve.

ANEXOS

1 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

2 - MEMÓRIA DESCRITIVA DA CANDIDATURA SAMA

3 - BALANÇO SOCIAL

4 - RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2014

5 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR UNIDADE ORGÂNICA

**6 - MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES
CONEXAS**

7 - EXECUÇÃO DO QUAR 2014

ANEXO 1
AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	ND	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Estão definidas nos fluxogramas em "avulso". Em novembro de 2014 foi iniciado o procedimento de contratação de serviços para a elaboração e implementação da Norma de Controlo Interno (aguarda parecer prévio do SEAP).
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Existe segregação de funções em várias tarefas.
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?		X		
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		Por restrições orçamentais não tem sido possível implementar uma política de formação. No entanto, perspectiva-se que em 2015 possa ser reativado o contrato celebrado em 2012 com o INA.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Através de reuniões periódicas.
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		Em janeiro de 2014, foi rececionado o Relatório Preliminar no âmbito da "Auditoria à implementação das recomendações às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional relativas à receita cometida ao Fundo de Intervenção Ambiental", realizada pela IGAMAOT em 2013 e em resposta ao apresentado por esta entidade, em fevereiro de 2014, foi enviado o nosso contraditório.
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			Decreto-lei nº 228/2012 de 25 de Outubro – aprova a Orgânica das Comissões de Coordenação Regional; Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril – Determina a Estrutura Nuclear. Aguarda-se a publicação da nova Portaria. Despacho n.º 11491/2008, de 31 de Março de 2008 – Define e implementa as Unidades Flexíveis. A elaboração de novo Despacho está dependente da publicação da Portaria da Estrutura Nuclear.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X			14%
3. Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Manuais existentes: Regulamento do Uso de Viaturas, Regulamento do Fundo de Maneio, Regulamento do Cadastro e Inventário, Regulamento Interno, entre outros.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Em normas legais e Despachos de delegações de competências.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			No âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) é elaborado um plano ministerial de compras (PMC) cabendo a cada entidade vinculada, neste caso à CCDR a elaboração do seu plano a remeter para a Unidade Ministerial de Compras (UMC).
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Apenas tem sido promovida a rotação na área administrativa, para assegurar o nível mínimo de redundância que permita fazer face a eventuais impedimentos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Existem fluxogramas descritores de controlo dos circuitos dos documentos, por área, por processo e por posto de trabalho.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			No âmbito do sistema de gestão documental implementado - Filedoc.
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	X			Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções conexas.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	X			
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Gestão Documental - Filedoc, ERP SINGAP (Recursos Humanos, Contabilidade, Tesouraria, Aprovisionamento, Prestação de Contas), GesGuias e GesPCO.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Existe interoperabilidade entre as aplicações referidas no ponto anterior.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			As aplicações dispõem dos mecanismos que permitem retirar informação fidedigna e atempada produzindo outputs relevantes e fundamentais.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			As aplicações geram outputs relevantes para a gestão e tomada de decisão
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			Existem regras para o acesso de terceiros aos sistemas de informação, sendo possível o acesso remoto através de VPN.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Toda a informação residente nos servidores e partilhas de rede é salvaguardada automaticamente.
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Dispomos de normas para garantir os requisitos de segurança.

ANEXO 2

MEMÓRIA DESCRITIVA DA CANDIDATURA SAMA



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

RACIONALIZAÇÃO DAS TIC E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CCDR ALGARVE

Memória Descritiva

SISTEMA DE APOIOS À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013

DEZEMBRO DE 2013

ÍNDICE

1. DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E OBJETIVOS	3
3. CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO	5
AÇÃO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES NO SITE INSTITUCIONAL	5
AÇÃO 2 - REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS ONLINE	6
AÇÃO 3 - SIMFAT – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO AMBIENTE E DO TERRITÓRIO.....	7
AÇÃO 4 – REESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES NO GESPCO – SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DE CONTRAORDENAÇÕES	10
AÇÃO 5 - REESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES NO GESGUIAS – SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DE RECEITA.....	10
AÇÃO 6 - IMPLEMENTAÇÃO DE WORKFLOWS DE PROCESSOS	11
AÇÃO 7 - SIMII – SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO E INDICADORES	12
AÇÃO 8 - REESTRUTURAÇÃO DA INTRANET CORPORATIVA.....	12
AÇÃO 9 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	13
AÇÃO 10 – SEGURANÇA E MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS INFORMÁTICOS.....	14
4. INSERÇÃO DA OPERAÇÃO NA REGIÃO (ÂMBITO GEOGRÁFICO).....	15
5. REFERÊNCIA AOS RECURSOS HUMANOS, TÉCNICOS E FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO E À CAPACIDADE PARA OS ASSEGURAR.....	15
RECURSOS HUMANOS	15
RECURSOS TÉCNICOS	16
RECURSOS FINANCEIROS	17
6. PERTINÊNCIA DA SUA REALIZAÇÃO	17
7. INDICADORES.....	18
INDICADORES DE REALIZAÇÃO	18
INDICADORES DE RESULTADO	19
8. TIPOLOGIAS E MÉRITO DA OPERAÇÃO	19
9. QUADRO RESUMO (S/I/VA)	23

1. DESIGNAÇÃO DA OPERAÇÃO

Racionalização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Modernização Administrativa da CCDR Algarve

2. FUNDAMENTAÇÃO E OBJETIVOS

É hoje uma realidade que a Sociedade da Informação contribui para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar de todos os cidadãos. Neste sentido e numa ótica de modernização da Administração Pública, o governo português tem vindo a tomar algumas medidas para promover a generalização da utilização das tecnologias de informação e comunicação na gestão, processamento, arquivo e troca de informação entre os serviços públicos e os cidadãos, bem como a modernização de infraestruturas tecnológicas que garantam a otimização da utilização destes meios.

O Programa Operacional Fatores de Competitividade, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional, define seis eixos prioritários, um dos quais assenta na criação de Uma Administração Pública e de Qualidade (Eixo IV), tendo em vista o aumento da eficácia e eficiência dos serviços públicos e a melhoria da interação com os cidadãos e com os agentes económicos, reduzindo os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos ao desenvolvimento económico.

Numa perspetiva regional, o Programa Operacional do Algarve 2007-2013 define como uma das seis faces do reforço da competitividade regional uma Administração Pública, tanto central como local, mais eficiente, enquadradora e facilitadora do desenvolvimento económico e social, capaz designadamente de minorar os atuais custos de contexto para os agentes económicos. Esta associação dos agentes públicos ao esforço de modernização e ao dinamismo regional implica não só uma alteração das mentalidades, mas também a inovação e criação de novos processos e modalidades de intervenção.

Assim, a presente operação enquadra-se no Eixo Prioritário “Competitividade, Inovação e Conhecimento”, no Domínio/Tipologia de Intervenção “Modernização e Qualificação da Administração Pública/Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento”.

Esta intervenção articula ações que visam melhorar as condições e o ambiente de competitividade da Região, no que se refere em particular à relação da administração com o tecido empresarial.

Neste sentido, conjugam-se um conjunto de atuações com vista a reduzir os custos de contexto na relação com a administração e garantir um acesso generalizado da Região a uma oferta competitiva a infraestruturas de banda larga.

Neste âmbito, a presente operação enquadra-se nas estratégias e políticas definidas nos programas nacionais e regionais, na medida em que assenta em dois pontos fulcrais:

- No reforço da capacidade institucional da Administração Pública, através da modernização e acréscimo de eficiência das suas estruturas e da consolidação dos sistemas de informação e de apoio à decisão;
- No desenvolvimento de conteúdos, serviços e aplicações locais, incrementando e generalizando o acesso a serviços públicos em linha (“e-government”);

Pretende-se contribuir para uma maior racionalização na organização e funcionamento da CCDR, proporcionando melhorias significativas na eficiência interna e na qualidade dos serviços prestados ao cidadão/cliente, através da desmaterialização e desburocratização de processos e da disponibilização de serviços através da internet.

É no contexto referido anteriormente que se considera imprescindível o desenvolvimento da operação “Racionalização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Modernização Administrativa da CCDR Algarve”, definindo-se como principais objetivos:

- Melhorar a eficiência do funcionamento interno através da racionalização da organização e gestão da CCDR Algarve e da simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos, promovendo a:
 - Desmaterialização, racionalização e simplificação da tramitação de processos através da automatização dos *workflows* documentais;
 - Partilha da informação e a cooperação internamente e externamente, nomeadamente com os serviços desconcentrados da Administração Pública;
 - Consulta centralizada, estruturada e consolidada da informação;
 - Qualificação e a motivação dos recursos humanos;
 - Criar as condições necessárias para a implementação de um sistema de controlo interno através da definição do Manual de Procedimentos Administrativos.
- O desenvolvimento de serviços em rede e a flexibilização da relação entre a Administração Pública e os cidadãos e as empresas com recurso ao uso das tecnologias

da informação e comunicação enquanto infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa, permitindo:

- O atendimento mais eficiente, pelo recurso à disponibilização de serviços por meios não presenciais, nomeadamente com recurso à Internet;
- A resolução mais rápida das solicitações (processos), nomeadamente através da criação de sistemas de *backoffice* centralizados;
- A satisfação das necessidades dos cidadãos/clientes.

3. CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

AÇÃO 1 - IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES NO SITE INSTITUCIONAL

Esta ação consiste na introdução de um conjunto de melhorias no atual *site* internet, de forma a torná-lo compatível com a variedade de plataformas existentes, bem como dotá-lo de mecanismos para difundir com maior eficácia a informação da CCDR Algarve junto de um maior número de destinatários.

Descrição:

- Criação de um sistema de *templating* com capacidade de adaptação aos diferentes tamanhos de ecrã, desde computadores a *smartphones*;
- Mecanismo de auto redimensionamento de imagens, de forma a que as mesmas se adaptem aos diferentes tamanhos de ecrã;
- Otimização da visualização em ecrã pequeno (*smartphone*) e criação de um ícone de atalho que simule uma *mobile App*;
- Construção da imagem e mecanismo de *newsletter*, compatível com a nova imagem do site e do logótipo;
- Reformulação do sistema de envio de SMS, tendo em consideração a remodelação do *site*;
- Capacitação do *site* para poder consultar informação por *webservices* ou ficheiros de texto, a fim de apresentá-la dinamicamente;
- Criação de um banco de imagens;
- Implementação de um projeto de SEO, para reposicionamento nos resultados das buscas, utilizando as mais recentes tecnologias e tendências na área;
- Capacidade de sincronização de informação (notícias, eventos, etc) com outros *sites* que utilizem a mesma tecnologia aplicada na CCDR;

- Criação de um *feed* em *iCal* para que os utilizadores possam ter os eventos sempre sincronizados nas agendas pessoais;
- Implementação de um mecanismo genérico para recolha de informação dos utilizadores (inquéritos, questionários de satisfação, etc);
- Pacote de créditos SMS para divulgação de informação institucional.

AÇÃO 2 - REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS ONLINE

Esta ação visa a reestruturação do atual sistema de serviços *online*, através da conceção dum novo visual compatibilizado com a nova imagem institucional da CC DR Algarve, da implementação de novas funcionalidades e do reforço da capacidade de integração com diversos sistemas.

Pretende-se ainda reforçar a rede de cooperação com outras entidades públicas que será iniciada através do Sistema Integrado de Monitorização e Fiscalização do Ambiente e do Território (SIMFAT) cujos beneficiários incluem além das entidades parceiras (SEPNA, GNR), os Programas Operacionais Regionais, o IFDR, a IGAMAOT e a população em geral, aumentando assim a eficácia operativa e a satisfação dos vários intervenientes.

Esta ação permitirá à CC DR Algarve proceder a uma melhoria contínua dos serviços prestados ao público através da Internet.

Descrição:

- Renovação da imagem, compatibilizando com a atual imagem institucional da CC DR Algarve;
- Reformulação tecnológica: Framework asp.net 4.5, aspx, HTML 5.0, CSS 3.0 e SQL Server 2008;
- Compatibilidade com os principais *browsers*, nomeadamente Internet Explorer, Chrome, Firefox e Opera;
- Integração com o sistema SIMII (Ação 7) para disponibilização de painéis e gráficos interativos aos destinatários;
- Integração com o sistema de receita gesGuias (Ação 5) para emissão de avisos de pagamentos;
- Disponibilização de novos formulários com emissão automática de avisos de pagamento;
- Submissão de informação relativa a Processos de Contraordenação;
- Submissão de relatórios de monitorização;

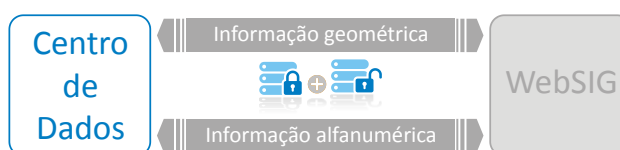
- Integração com SIMFAT (Ação 3) e o sistema de gestão e controlo dos Processos de Contraordenação GesPCO (Ação 4) para as entidades parceiras e autuantes;
- Módulo de acompanhamento dos formulários submetidos;
- Módulo para submissão de formulários sem necessidade de registo;
- Módulo para submissão e acompanhamento de reclamações/denúncias anónimas;
- Criação de *webservices* para disponibilização de informação a outras entidades públicas.

AÇÃO 3 - SIMFAT – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO AMBIENTE E DO TERRITÓRIO

A implementação do Sistema Integrado de Monitorização e Fiscalização do Ambiente e do Território (SIMFAT) está baseada numa execução modelar. Esta abordagem possibilita aos destinatários da ação o acompanhamento de todo o processo de construção e o teste sistemático das respetivas ferramentas e funcionalidades, contribuindo atempadamente para melhorar a solução e adequar o aperfeiçoamento da resposta no apoio à decisão.

A primeira etapa do SIMFAT é a configuração e estruturação do centro de dados respeitando as normas e padrões nacionais e internacionais. A correta organização da informação, alfanumérica e/ou geométrica, promove uma gestão de conteúdos mais eficaz e beneficia a disponibilização e o desempenho computacional de resposta às diversas solicitações, bem como a versatilidade e a atualização dos elementos na interoperabilidade com outros sistemas.

A definição prévia do modelo de dados que estruture o repositório regional é indispensável para suportar o sistema de informação geográfica em rede, vulgarmente designado por WebSIG, e a otimização do funcionamento e da partilha entre as várias entidades intervenientes com competências e atribuições nos domínios do ambiente e do território.



Posteriormente à fase de implementação do centro de dados, sucede a migração da informação alfanumérica existente para o sistema, recuperando o histórico do registo das infrações ocorridas sujeitas a autos de notícia e/ou a processos de contraordenação.

A componente espacial do WebSIG permite uma abordagem integrada, no contexto regional, sobre as localizações e as ocorrências dos ilícitos. A interface gráfica proporcionada pela cartografia possibilita a realização de análises relacionais de modo intuitivo e interativo e simultaneamente, permite auxiliar na definição de propostas de atuação no terreno para os agentes de fiscalização.

Com a conclusão da recolha e sistematização de informação sobre autos de notícia e processos de contraordenação é iniciada uma nova etapa do processo de implementação do SIMFAT, a

composição da plataforma tecnológica que suporta o WebSIG e disponibiliza o acesso aos elementos alfanuméricos e geométricos por aplicações ou outros sistemas.

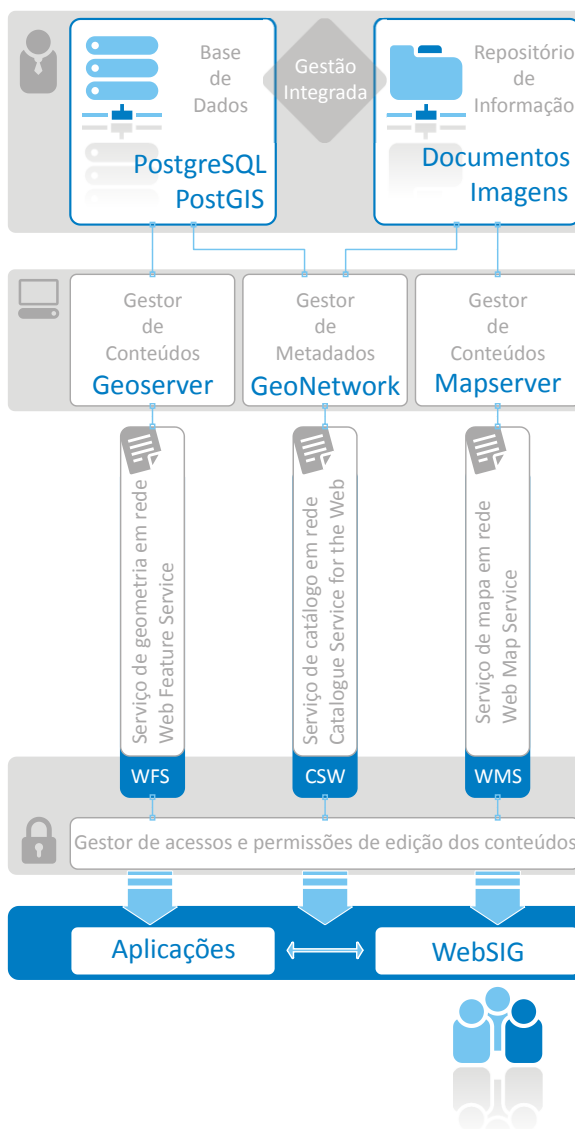
A utilização de aplicações gratuitas de código aberto nos elementos constituintes do SIMFAT possibilita o desenvolvimento customizado e direcionado para satisfazer as necessidades específicas subjacentes e, concomitantemente, permite reduzir os custos de contexto na aquisição de programas que exijam licenciamento bem como atualização.

Para conhecimento da plataforma tecnológica que suporta o SIMFAT e do trabalho de configuração que é necessário efetuar, enuncia-se a estrutura basilar do sistema. O centro regional de informação está alicerçado numa base de dados PostgreSQL / PostGIS e num diretório de imagens e de documentos diversos, assegurando deste modo a inclusão no sistema da multiplicidade de ficheiros não suportados em base de dados.

A comunicação e a interação em rede entre o centro de dados e os utilizadores é assegurada por três programas distintos (Geoserver, Geonetwork e Mapserver), com funcionalidades particulares e em conjunto possibilitam a divulgação de padrões de ligação entre as aplicações e os WebSIG através de serviços.

Para garantir a integridade da informação e assegurar que será editada por utilizadores autorizados será implementado um gestor de segurança. A ferramenta admite a atribuição diferenciada de múltiplos níveis de acesso e de permissão para a edição dos conteúdos existentes no centro de dados, em conformidade com as credenciais que os utilizadores possuam.

A concretização de todas as configurações da plataforma tecnológica em sincronia com o tratamento de informação temática estabelece a robusta circunstância para iniciar a nova fase de desenvolvimento do SIMFAT, a conceção e implementação das páginas eletrónicas em rede de divulgação, acesso e edição de informação.



Genericamente, a construção das páginas eletrónicas obedece a diversas necessidades que são comedidas aos perfis dos utilizadores e procura dar resposta em função dos níveis de permissão e dos propósitos a que se destinam. No caso, o WebSIG é o resultado da conceção de páginas de acesso a um repositório de informação geográfica, os resultados obtidos diferem em função da aplicação de filtros.

Com o intuito de promover a atuação das entidades finalizadoras e de sensibilizar os cidadãos para as infrações nos domínios do ambiente e do território, será desenvolvida uma página dedicada à divulgação de elementos sobre a localização de ilícitos, fomentando a prevenção e a mobilização da sociedade no sentido de também contribuir nas ações de fiscalização.

Considerando a multiplicidade das exigências dos utilizadores, que se refletem nas funcionalidades e ferramentas que necessitam, o SIMFAT preconiza três domínios de acesso para otimizar as respostas a que correspondem designadamente:

- Público em geral, que admite o registo de denúncias/ reclamações através da indicação pontual da localização da infração e do preenchimento de um formulário tipo de caracterização, cujo remetente poderá ser identificado ou anónimo;
- Partilhado entre as entidades da administração pública, que possibilita o registo de autos de notícia com a indicação da localização da infração (área, linha ou ponto), o preenchimento de um formulário tipo e a anexação de elementos de prova (fotos, filmes e documentos diversos);
- Restrito, destinado à gestão interna da CCDR Algarve no registo dos processos de contraordenação, que permite a consulta e divulgação geocontextualizada do ponto de situação do processo de contraordenação e a verificação de reincidências de ilícitos.



Em suma, a realização do Sistema Integrado de Monitorização e Fiscalização do Ambiente e do Território (SIMFAT) compreende um período de execução de 12 meses e consubstancia as seguintes etapas de execução:

- Configuração e implementação de um centro de dados regional, constituído pela base de dados PostgreSQL / PostGIS e pelo diretório de imagens e de documentos diversos;
- Compilação, tratamento e sistematização da informação existente sobre a temática e migração para o modelo de dados implementado;
- Configuração dos programas de interação e gestão de elemento em rede, com a implementação dos serviços de acesso aos dados;
- Conceção de um módulo de gestão de utilizadores e das respetivas permissões;
- Implementação de páginas eletrónicas em rede para consulta, visualização e edição de mapas e respetiva informação alfanumérica associada prezando os três domínios de acesso.

AÇÃO 4 – REESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES NO GESPCO – SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DE CONTRAORDENAÇÕES

O objetivo desta ação é de proceder ao *upgrade* tecnológico do atual sistema (gesPCO), bem como implementar um conjunto de novas funcionalidades por forma a otimizar a gestão e controle de processos de contraordenação.

Das novas funcionalidades destacam-se a integração com sistema de gestão documental, com o propósito de otimizar o processo de desmaterialização dos PCO, e a integração com o SIMFAT no sentido de reforçar uma rede de cooperação com outras entidades públicas.

Descrição:

- Reformulação da imagem;
- Reformulação tecnológica: Framework asp.net 4.5, aspx, HTML 5.0, CSS 3.0 e SQL server 2008;
- Criação de *widgets* e gráficos interativos;
- Compatibilidade com os principais *browsers*, nomeadamente Internet Explorer, Chrome, Firefox e Opera;
- Integração com sistema de gestão documental (Filedoc);
- Criação de alarmes de gestão e controlo;
- Integração com SIMII (Ação 7);
- Integração com SIMFAT (Ação 3);
- Criação de *webservices* para disponibilização de informações de contraordenações a outras entidades públicas: IGAMAOT, IFDR, etc;
- Criação de módulo específico para receção eletrónica dos autos de notícia, e validação pelas entidades autuantes.

AÇÃO 5 - REESTRUTURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS FUNCIONALIDADES NO GESGUIAS – SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLO DE RECEITA

Em funcionamento desde 2002, o sistema de gestão e controlo da receita é estável, robusto e adaptável às necessidades da CCDR Algarve, de fácil integração com outros sistemas e de fácil utilização. Este sistema foi desenvolvido numa tecnologia que atualmente se encontra “obsoleta”.

Sendo este sistema objeto de múltiplas e contínuas alterações/adaptações e implementação de novas funcionalidades importa facilitar e minimizar o esforço e custo de desenvolvimento nas mesmas despendidas.

Com esta ação pretende-se proceder à “renovação tecnológica” bem como à implementação dum conjunto de novas funcionalidades que além de permitirem otimizar a gestão e controle da receita, irão permitir uma melhoria de qualidade de serviço ao cidadão e a disponibilização de novos serviços pela internet.

Descrição:

- Reformulação da imagem;
- Reformulação tecnológica: Framework asp.net 4.5, aspx, HTML 5.0, CSS 3.0 e SQL server 2008;
- Criação de *widgets* e gráficos interativos;
- Compatibilidade com os principais *browsers*, nomeadamente Internet Explorer, Chrome, Firefox e Opera;
- Criação de mecanismos de alarme de gestão e controle de receita;
- Integração com SIMII (Ação 7).

AÇÃO 6 - IMPLEMENTAÇÃO DE WORKFLOWS DE PROCESSOS

A CC DR Algarve detetou várias oportunidades de melhoria na gestão de alguns processos que são geridos de forma não estruturada no sistema de gestão documental e processual (Filedoc). Algumas dessas melhorias passam pela necessidade de se automatizar alguns desses processos utilizando para o efeito o módulo de *workflow* do Filedoc. Esta ação irá implicar o levantamento e mapeamento de alguns processos, a sua posterior parametrização no Filedoc, o desenvolvimento de relatórios e a formação dos colaboradores. O objetivo é uniformizar e automatizar processos, procedimentos e níveis de serviço de forma a obter ganhos de eficiência administrativa e processual e consequentemente a redução de custos operacionais.

Descrição:

- Uniformizar e automatizar a tramitação processual;
- Controlo e segurança da informação e dos fluxos de informação (documentos e processos);
- Aumentar o controlo sistemático da atividade e reduzir riscos (erros, fraudes);
- Possibilidade de criar alertas em algumas fases do processo em função dos prazos legais;

- Possibilidade de retirar métricas / indicadores de gestão;
- Relatórios de tempos mínimos, máximos e médios de cada fase e do total do processo;
- Relatórios/listagens de processos em cada fase, em progresso e finalizados;.

AÇÃO 7 - SIMII – SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO E INDICADORES

Esta ação tem como objetivo a criação de um sistema gerador de informação de apoio à decisão da CCDR Algarve, mediante a transformação de dados armazenados nos diversos repositórios existentes em informação qualitativa.

A informação apresentada será obtida através da implementação de mecanismos periódicos de extração de dados, sempre que a obtenção dos mesmos em tempo real possa por em causa a *performance* dos sistemas onde estes se encontram armazenados.

Descrição:

- Criação de mecanismos para recolha de dados;
- Compatibilidade com os principais *browsers*, nomeadamente Internet Explorer, Chrome, Firefox e Opera;
- Interligação com o sistema de autenticação *Active Directory*;
- Perfis de utilizadores com vários níveis de acesso;
- Criação de *widgets* e gráficos interativos;
- Criação de um repositório de dados centralizado de informação;
- Criação de *dashboard* por área de intervenção ou setor;
- Criação de relatórios;
- Flexibilidade na criação de novos relatórios, *widgets* e gráficos.

AÇÃO 8 - REESTRUTURAÇÃO DA INTRANET CORPORATIVA

Esta ação consiste na substituição do atual sistema de gestão de conteúdos por uma ferramenta mais moderna, mais funcional e com maior capacidade de integração com os sistemas existentes.

Descrição:

- Operação compatível e muito semelhante ao sistema de gestão de conteúdos do atual site institucional (*opensource*), melhorando a produtividade dos operadores de ambos os sistemas devido à simultaneidade de funcionalidades;

- Capacidades avançadas de produção de conteúdos e tratamento de imagem, aliviando o operador nas tarefas mais básicas;
- Criação de *webservices* para interligação a bases de dados existentes e apresentação de informação específica para o utilizador que se valida na intranet, de acordo com o seu perfil na instituição;
- Possibilidade de instalação de módulos existentes, por forma a aproximar-se de um sistema de trabalho colaborativo: colocação de artigos, eventos partilhados, recursos internos, etc;
- Capacidade para criação de gestão de listas de conteúdos, de acordo com as necessidades específicas de cada requerente interno;
- Interligação com sistema de autenticação *Active Directory*, beneficiando da estrutura de permissões já existente, podendo a mesma ser aplicada na intranet para atribuição de áreas reservadas;
- Compatibilidade com qualquer browser e acesso externo via VPN;
- Renovação da imagem, compatibilizando a mesma com a atual imagem externa, dando um aspeto de modernização e dinamismo.

AÇÃO 9 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Elaboração de Manual de Procedimentos Administrativos que contemple as normas e procedimentos que deverão nortear as unidades orgânicas da CC DR Algarve no âmbito das atribuições e competências que lhe estão cometidas, visando a total transparência dos procedimentos adotados e a avaliação da *accountability* na gestão dos recursos (financeiros, humanos e patrimoniais).

O Manual de Procedimentos Administrativos orientará todo o Sistema de Controlo Interno dos processos administrativos, conforme disposições consagradas sobre esta matéria no Plano Oficial de Contabilidade Público (POCP) e demais normas legais.

Pretende-se deste modo dispor de uma ferramenta facilitadora para a revisão e avaliação objetivas das práticas e processos institucionalizados.

Descrição:

- Identificação das normas e procedimentos nas áreas financeira, recursos humanos, património e expediente;

- Adequação, coerência e continuidade das normas e dos procedimentos a seguir pelas várias unidades orgânicas;
- Definição de fluxogramas de procedimentos indispensáveis à implementação dos workflows de processos identificados na Ação 6;
- Fixação de critérios e padrões que garantam a normalização das atividades administrativas;
- Níveis de *accountability* procedimentais.

AÇÃO 10 – SEGURANÇA E MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS INFORMÁTICOS

Implementação de um conjunto de ferramentas *opensource*, sem custos de licenciamento, para monitorização e alerta dos recursos informáticos (servidores, *Storage Area Network*, *routers*). O objetivo é obter uma gestão mais proactiva do que reativa, um controle remoto efetivo com ganhos claros ao nível de tempo de intervenção com a consequente redução de custos e aumento da disponibilidade e fiabilidade dos recursos.

De forma a aumentar a segurança pretende-se implementar um controlo de acesso ao DataCenter através de Smart Card (cartão de aproximação) e/ou leitura biométrica. Pretende-se igualmente intervir no sistema de ar-condicionado de forma a obter uma redundância efetiva nos aparelhos e da alimentação elétrica.

Descrição:

- Monitorizar toda a infraestrutura informática;
- Detetar “sintomas” de problemas;
- Conhecimento imediato da ocorrência de falhas;
- Apresentar informação de disponibilidade dos sistemas;
- Detetar problemas de segurança;
- Auxiliar no planeamento dos investimentos em tecnologias de informação;
- Reduzir o tempo de paragem dos sistemas devido a falhas;
- Sistema de alertas automáticos (email, sms):
- Implementado um dispositivo de Monitorização Ambiental e intervenção no sistema de ar-condicionado;
- Implementação de Controlo de acessos e videovigilância no *DataCenter*.

4. INSERÇÃO DA OPERAÇÃO NA REGIÃO (ÂMBITO GEOGRÁFICO)

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) é um serviço periférico da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa e financeira que se encontra integrado na Presidência do Conselho de Ministros e é tutelado em conjunto pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia e Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

A CCDR Algarve tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e apoio às autarquias locais e suas associações, procurando antecipar soluções e contribuir para a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento económico e social da região, num quadro de sustentabilidade e de otimização dos recursos disponíveis.

Neste contexto, identificou-se a população da região do Algarve como população alvo abrangida pela operação, já que qualquer um dos residentes na região será um potencial utilizador dos serviços da CCDR Algarve.

5. REFERÊNCIA AOS RECURSOS HUMANOS, TÉCNICOS E FINANCEIROS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO E À CAPACIDADE PARA OS ASSEGURAR

RECURSOS HUMANOS

Tratando-se de uma operação estruturante e com grande impacto no funcionamento da CCDR Algarve é fundamental o envolvimento de toda a estrutura organizacional, sendo necessário constituir uma equipa de projeto multidisciplinar que será responsável pela sua implementação e servirá de elo de ligação com as equipas de projeto das empresas com as quais venham a ser contratados os fornecimentos dos vários bens e serviços previstos nas diversas componentes.

As atividades da equipa de projeto estão subjacentes a todo o trabalho e visam organizar, planear e controlar o Projeto, bem como efetuar a gestão da qualidade, de riscos e de âmbito. Adicionalmente e por ser importante neste tipo de trabalhos, inclui também os aspetos relacionados com a comunicação da evolução do projeto aos diversos níveis da Organização, facilitando a execução das várias componentes inerentes à operação.

A equipa de projeto terá a seguinte constituição:

Coordenador de Projeto:

Funções	Identificação
- Garantir a ligação da CCDR Algarve com as empresas adjudicatárias - Coordenar o desenvolvimento da operação de acordo com o planeamento das atividades - Assegurar os recursos financeiros, humanos e materiais necessários	Diretora de Serviços de Comunicação e de Gestão Administrativa e Financeira

Chefe de Projeto:

Funções	Identificação
- Coordenar o desenvolvimento do projeto na vertente técnica - Garantir o cumprimento dos objetivos propostos - Promover a execução de Reuniões de Controlo - Zelar pelo cumprimento dos prazos definidos - Assegurar a elaboração de Relatórios de Progresso	Chefe de Divisão de Sistemas de informação

Equipa de Execução:

Funções	Identificação
- Executar as funções que lhe forem atribuídas, de acordo com objetivos definidos - Assumir a responsabilidade pelas componentes técnicas na área respetiva - Apoiar na produção da documentação de suporte ao Projeto - Colaborar nas reuniões da Equipa de Projeto - Envolver os funcionários da área respetiva na implementação do projeto	- Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e Administração Local - Diretor e Serviços de Ordenamento do Território - Diretora de Serviços do Ambiente - Chefe de Divisão Financeira - Chefe de Divisão de Património e Expediente - Empresas externas a contratar em função das especificidades das ações

RECURSOS TÉCNICOS

Para garantir o bom funcionamento dos sistemas a implementar serão usados servidores virtuais (VM) da atual infraestrutura pelo que se necessitará apenas de adquirir *software* (Sistema Operativo Windows Server e SQL Server CAL). Eventualmente poderá ser necessário um upgrade dos servidores dotando-os de mais memória RAM e de espaço em disco. Esta hipótese tem que ser posteriormente avaliada em conjunto com os fornecedores depois de fechado o procedimento de adjudicação.

A Ação 1 prevê a aquisição de um solução de Painel de Controle para a gestão e administração de web servers baseado em plataforma Linux.

Para o funcionamento das aplicações de *backoffice* é necessário renovar 20 postos de trabalhos obsoletos de forma a disporem dos requisitos mínimos necessários ao seu funcionamento. Isto implica a aquisição de computadores e respetivo software de produtividade.

Estão igualmente previstos 2 computadores portáteis para uso generalizado dos colaboradores para permitir o acesso remoto às aplicações via VPN em caso de deslocações em serviço externo ou em reuniões.

Devido à componente de desmaterialização presente nesta operação, serão adquiridos 30 teclados com c/Leitor Smart Card para permitir a assinatura digital (cartão cidadão) de documentos e 2 Adobe Acrobat para manipulação de documentos em formato fechado.

Na Ação 10 prevê-se para o DataCenter, quer a renovação do sistema de ar-condicionado, quer a aquisição de um sistema de segurança para controlo de acessos (Smart Card e/ou leitura biométrica e uma webcam). Está previsto também implementar sensores de temperatura e humidade.

RECURSOS FINANCEIROS

As despesas inerentes à implementação da presente operação serão suportadas por verbas inscritas no orçamento de investimento da CCDR Algarve para o ano de 2014 e por verbas a inscrever no orçamento de investimento para o ano de 2015.

6. PERTINÊNCIA DA SUA REALIZAÇÃO

A pertinência de realização de cada componente foi avaliada em função da potencial diminuição de custos, aumento da eficiência operativa, aumento do controlo dos processos e contribuição para a inovação e modernização da CCDR Algarve.

Os sistemas de informação desempenham, na gestão moderna das organizações, o mesmo papel estruturante que era desempenhado, há algum tempo atrás, pelo conjunto de normas procedimentais e pela cadeia hierárquica, que velavam pela fiscalização do seu cumprimento.

Os sistemas de informação definem, atualmente, a forma de organização das instituições, com vantagens significativas:

- Aumento da produtividade dos recursos humanos envolvidos;
- Garantia do cumprimento das regras e medição da eficiência dos recursos;
- Verificação da validade das normas face aos procedimentos correntes;
- Transmissão rápida e efetiva de novas orientações de gestão.

A gestão deixa de ser realizada com sistemas de informação de controlo e passa a funcionar com sistemas de informação de suporte à atividade desenvolvida. É através deste tipo de sistemas, mais complexos e mais exigentes, que, de forma apoiada e transparente, se processa à descentralização efetiva e à responsabilização na decisão, sem que se perca a coerência global de atuação.

Por outro lado, a implementação deste tipo de sistemas implica que os serviços façam uma análise dos procedimentos e fluxos de informação interna, possibilitando que se questionem os procedimentos e normas usados e se adotem métodos e formas de trabalho mais eficientes, com benefícios claros para o funcionamento da CCDR Algarve e para os cidadãos/clientes que com ela se relacionam, na medida em que terão um organismo público mais eficiente e capaz de lhes prestar serviços com maior qualidade e rapidez.

Com a implementação de serviços transacionais *on-line* os cidadãos/clientes passarão a dispor de uma alternativa aos canais tradicionais (presencial, telefone e envio de informação pelo correio) e deixarão de estar sujeitos aos custos de envio de documentação, aos horários de atendimentos dos serviços e às perdas de tempo com deslocações.

7. INDICADORES

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Indicadores	Unidade	Valor
Serviços orientados para empresas/público disponibilizados online	nº	2
Operações de organização e integração de serviços adm. e informação através de TIC	nº	1
Equipamento informático adquirido	nº	52

INDICADORES DE RESULTADO

Indicadores	Unidade	Valor
População beneficiada	nº	451.006
Serviços transacionais orientados para o cidadão prestados <i>online</i>	nº	1
Disponibilização de serviços partilhados a outras entidades	nº	1

8. TIPOLOGIAS E MÉRITO DA OPERAÇÃO

A presente candidatura enquadra-se nas seguintes tipologias:

- Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas, nomeadamente:
 - Projetos de organização e integração transversal de serviços administrativos e de disponibilização de informação, apoiados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em função das necessidades dos respetivos utentes finais, cidadãos e empresas, nomeadamente numa lógica de “balcão único”.
- Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública, nomeadamente:
 - Projetos de racionalização e simplificação organizacional;
 - Projetos de reengenharia e desmaterialização nos processos, seja nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, seja nos processos internos à própria Administração, designadamente segundo uma perspetiva de integração transversal.

De uma forma sucinta pode-se enquadrar a importância da implementação das ações acima discriminadas tendo por base os critérios de avaliação do SAMA:

- **A. Contributo para a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas,** nomeadamente:
 - **Contributo para a execução dos indicadores e metas do POAlgarve21 e Acessibilidade física, temporal e digital dos cidadãos e das empresas aos serviços**
As ações 1, 2 e 3 vão permitir implementar serviços online orientados para empresas e público em geral com possibilidade de submissão de processos. O *site* institucional vai estar disponível em maior número de dispositivos (smartphones,

tablets) e permitirá divulgar os serviços online de uma forma mais integrada usando newsletters e sms. Os serviços online da CCDR permitirão que qualquer entidade possa submeter formulários interativos em diversas áreas (Resíduos, Aterros, Ruído, etc) e consultar informação relativa a qualquer dos seus processos na CCDR, ofícios, guias de pagamento, faturas, processos de contraordenação e acompanhar os formulários submetidos. De realçar que nesta fase a submissão de informação relativa a processos de contraordenação e o preenchimento de formulários/requerimentos com emissão automática de avisos de pagamento estará completamente desmaterializada. O acesso aos serviços online pode ser efetuado com recurso à autenticação via Cartão do Cidadão.

➤ **População-alvo diretamente beneficiada com a intervenção**

A população-alvo abrangida por esta operação são os 451.006 habitantes do Algarve embora exista uma procura dos nossos serviços por não residentes, quer nacionais quer estrangeiros, pois tratando-se de uma região turística pode, em determinados períodos do ano, apresentar valores de população presente na ordem de 1.500.000 indivíduos.

■ **B. Contributo para a modernização da entidade beneficiária (efeitos e resultados), nomeadamente:**

➤ **Qualidade técnica e tecnológica da operação**

Esta operação obedece a uma série de *guidelines* da Agência de Modernização Administrativa (AMA) uma vez que tem 4 ações assentes em *software opensource*, adota normas abertas (Lei 36/2011, RCM 91/2012), utiliza o Cartão de Cidadão para autenticação e a infraestrutura de suporte aos sistemas a implementar é em ambiente virtualizado. A reformulação tecnológica de algumas das ações utiliza já Framework asp.net 4.5, aspx, HTML 5.0, CSS 3.0 e SQL server 2008.

➤ **Relevância da operação (custos/benefícios, resultados esperados)**

Os custos identificados na operação permitirão atingir os objetivos constantes no ponto 2 deste documento, ou seja, melhorar a eficiência do funcionamento interno e a qualificação dos recursos humanos obtendo ganhos de produtividade e a redução dos custos de contexto. Espera-se reduzir prazos de resposta e reduzir a utilização e consumo de papel. A ação 10 - Segurança e Monitorização dos Recursos Informáticos permitirá uma gestão mais proactiva, um controle remoto

efetivo com ganhos claros ao nível de tempo de intervenção com a consequente redução de custos e aumento da disponibilidade e fiabilidade dos recursos.

O desenvolvimento de serviços em rede e a flexibilização da relação entre a Administração Pública e os cidadãos e as empresas permitirá um atendimento mais eficiente, pelo recurso à disponibilização de serviços por meios não presenciais, a resolução mais rápida das solicitações (processos), a satisfação das necessidades dos cidadãos/clientes.

➤ **Impacto na organização interna das entidades e Impacto na qualificação dos Recursos Humanos**

Melhorar a eficiência do funcionamento interno através da racionalização da organização e gestão da CCDR Algarve e da simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos e implementação de sistema de controlo interno. A implementação deste tipo de sistemas implica que se faça uma análise dos procedimentos e fluxos de informação interna, possibilitando que se questionem os procedimentos e normas usados e se adotem métodos e formas de trabalho mais eficientes contribuindo para a produtividade e enriquecimento pessoal, quer técnico quer tecnológico, dos colaboradores envolvidos.

➤ **Criação de redes de cooperação permanentes com outras entidades públicas**

Na realização da Ação 3 prevê-se o estabelecimento de parcerias com outras entidades da administração pública representativas dos interesses a ponderar nos domínios do ambiente e do território e com atribuições e competências no cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (ex. GNR-SEPNA, IGAMAOT, Municípios, etc).

■ **C. Contributo para a estratégia e objetivos da política nacional para a modernização administrativa e administração eletrónica, nomeadamente:**

➤ **Grau de adequação às prioridades nacionais e prioridades regionais em matéria de modernização administrativa e administração eletrónica**

Esta operação reforçará a capacidade institucional da CCDR Algarve, através da modernização e acréscimo de eficiência e da consolidação dos sistemas de informação e de apoio à decisão. Assenta em desenvolvimento de conteúdos, serviços e aplicações, incrementando e generalizando o acesso a serviços públicos em linha (“e-government”). Esta operação obedece a uma série de *guidelines* da Agência de Modernização Administrativa (AMA) uma vez que tem 4 ações assentes

em *software opensource*, adota normas abertas (Lei 36/2011, RCM 91/2012), utiliza o Cartão de Cidadão para autenticação e a infraestrutura de suporte aos sistemas a implementar é em ambiente virtualizado.

➤ **Potencial de demonstração e disseminação de resultados a outras entidades**

O facto dos serviços *online* poderem ser comuns a outras entidades similares, mas especialmente pelo grande potencial demonstrativo da Ação 3 - SIMFAT, permitirá alargar a sua utilização a outras entidades e até disseminar a sua implementação noutras regiões.

■ **D. Grau de inovação ou de utilização de “boas práticas” da operação:**

➤ **Inovação da operação (à escala nacional ou internacional) e Utilização de “boas práticas” (aplicação testada noutros contextos)**

O recurso a ferramentas *opensource* largamente usadas internacionalmente constitui uma garantia da qualidade das soluções a implementar (Ações 1, 9 e 10) e a reestruturação e reformulação tecnológica (Framework asp.net 4.5, aspx, HTML 5.0, CSS 3.0 e SQL server 2008) de algumas das ações em uso à vários anos quer nesta CCDR (Ação 4) como neste e noutros organismos (Ação 5) conferem garantias de sucesso ao projeto.

A CCDR demonstra mais uma vez que é possível construir um sistema de informação modular e comunicante entre si, assente nas *guidelines* da AMA mesclando tecnologias *opensource* com ferramentas de baixo custo totalmente *webizadas*. O projeto SIMFAT pretende transformar-se numa boa prática da administração pública pelo seu carácter inovador pois interliga a tramitação processual com a componente geográfica (SIG) oferecendo um serviço simples e inovador quer para outras entidades da Administração Pública, quer para empresas e público em geral.

■ **E. Grau de envolvimento dos parceiros relevantes ou representatividade à escala nacional/regional**

Na realização da ação 3 e 4 prevê-se o estabelecimento de parcerias com outras entidades da administração pública representativas dos interesses a ponderar nos domínios do ambiente e do território e com atribuições e competências no cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis (ex. GNR-SEPNA, IGAMAOT, Municípios, etc).

9. QUADRO RESUMO (S/IVA)

Ações	Execução		Totais
	2014	2015	
Ação 1 - Implementação de novas funcionalidades no <i>Site</i> institucional	5.750	0	5.750
Trabalho Especializados	5.000	0	5.000
Software Informático	750	0	750
Ação 2 - Reestruturação dos Serviços Online	10.000	17.500	27.500
Trabalhos Especializados	10.000	17.500	27.500
Ação 3 - SIMFAT – Sistema Integrado de Monitorização e Fiscalização do Ambiente e Ordenamento do Território	26.500	15.000	41.500
Trabalhos Especializados	20.000	15.000	35.000
Equipamento Informático	2.750	0	2.750
Software Informático	3.750	0	3.750
Ação 4 - Reestruturação e implementação de novas funcionalidades no gesPCO – Sistema de Gestão e Controlo de Contraordenações	18.000	10.000	28.000
Trabalhos Especializados	12.500	10.000	22.500
Equipamento Informático	2.750	0	2.750
Software Informático	2.750	0	2.750
Ação 5 - Reestruturação e implementação de novas funcionalidades no gesGuias - Sistema Gestão e Controlo de Receita	21.600	0	21.600
Trabalhos Especializados	15.000	0	15.000
Equipamento Informático	3.300	0	3.300
Software Informático	3.300	0	3.300
Ação 6 - Desmaterialização e Workflows de Processos	22.600	5.000	27.600
Trabalhos Especializados	20.000	5.000	25.000
Equipamento Informático	2.600	0	2.600
Ação 7 - SIMII - Sistema de Monitorização de Informação e de Indicadores	13.200	0	13.200
Trabalhos Especializados	10.000	0	10.000
Equipamento Informático	1.100	0	1.100
Software Informático	2.100	0	2.100
Ação 8 - Reestruturação da Intranet corporativa	10.000	0	10.000
Trabalhos Especializados	10.000	0	10.000
Ação 9 - Manual de Procedimentos Administrativos	10.000	30.000	40.000
Trabalhos Especializados	10.000	30.000	40.000
Ação 10 - Segurança e Monitorização dos Recursos Informáticos	4.600	7.000	11.600
Trabalhos Especializados	1.000	4.000	5.000
Equipamento Informático	1.100	2.000	3.100
Equipamento Básico	2.500	1.000	3.500
Total	142.250	84.500	226.750

ANEXO 3

BALANÇO SOCIAL

ÍNDICE

I. RECURSOS HUMANOS	4
I.1. Trabalhadores Segundo a Modalidade de Vinculação	4
I.2. Trabalhadores Segundo o Cargo/Carreira	5
I.3. Trabalhadores Segundo o Género e Grupo de Pessoal	7
I.4. Trabalhadores por Escalão Etário	8
I.5. Trabalhadores por Nível de Antiguidade	9
I.6. Trabalhadores Segundo o Nível de Escolaridade	10
I.7. Trabalhadores Portadores de Deficiência	12
I.8. Trabalhadores Admitidos e Regressados	12
I.9. Saída de Trabalhadores em Comissão de Serviço e Contratados Segundo o Motivo de Saída e Género	12
I.10. Postos de Trabalho Previstos e Não Ocupados	13
I.11. Mudança de Situação dos Trabalhadores	14
I.12. Modalidade de Horário de Trabalho	14
I.13. Trabalho Extraordinário	14
I.14. Absentismo	14
II. ENCARGOS COM PESSOAL	16
II.1. Estrutura Remuneratória	16
II. 2. Encargos com Pessoal	17
III. ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS	18
IV. FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTERNA E EXTERNA	18
IV.1. Formação Profissional Interna e Externa	18
V. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA	19
VI. PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2012-2014	19

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição dos trabalhadores segundo o vínculo – 2014	4
Quadro 2 - Trabalhadores por grupos/cargos/carreiras	6
Quadro 3 - N.º de trabalhadores por género em 2014	7
Quadro 4 - N.º de trabalhadores por escalão etário em 2014	8
Quadro 5 - Antiguidade por grupo de pessoal em 2014	9
Quadro 6 - N.º de trabalhadores segundo o nível de escolaridade em 2014	10
Quadro 7 - Indicadores de movimento de pessoal	13
Quadro 8 - N.º de ausências ao trabalho	14
Quadro 9 - Ausências ao trabalho 2012-2014	15
Quadro 10 - Estrutura remuneratória	16
Quadro 11 - Ações de formação – 2012 a 2014	19
Quadro 12 – Indicadores – Balanço social 2012-2014	20

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhadores segundo o vínculo – 2014	5
Gráfico 2 - Trabalhadores por grupos/cargos/carreiras	6
Gráfico 3 - N.º de Trabalhadores por género 2012-2014	7
Gráfico 4 - N.º de Trabalhadores por escalão etário em 2014	8
Gráfico 5 - Antiguidade por grupo de pessoal em 2014	10
Gráfico 6 - N.º de trabalhadores segundo o nível de escolaridade em 2014	11
Gráfico 7 - N.º de trabalhadores segundo o género e nível de escolaridade	12
Gráfico 8 – N.º de dias de ausência ao trabalho no período 2012-2014	15
Gráfico 9 – Estrutura remuneratória -2014	17
Gráfico 10 – Encargos com pessoal – 2014	18

I. RECURSOS HUMANOS

Para melhor compreensão da informação fornecida por este instrumento de gestão, na medida em que permite avaliar o desempenho social e o desenvolvimento do capital humano das organizações, procede-se de seguida à caracterização da evolução trabalhadores em exercício de funções na CCDR Algarve durante o ano 2014 comparando-a pontualmente com a registada nos dois últimos anos.

O presente Balanço Social foi elaborado nos termos do estabelecido no Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de outubro, documento que de acordo com a alínea e) do nº1 do artigo 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, integra o relatório de atividades.

A informação foi sistematizada em quadros que contem informação estatística e ilustrada em gráficos, incluindo-se ainda um conjunto de indicadores usualmente utilizados na área dos recursos humanos que espelham a evolução registada nos últimos 3 anos.

As fontes de informação utilizadas foram fundamentalmente o sistema integrado de gestão de recursos humanos, que inclui os módulos de gestão de pessoal, vencimentos, horas extraordinárias e ajudas de custo e o portal do trabalhador – vertente backoffice – assiduidade.

1. Trabalhadores Segundo a Modalidade de Vinculação

Conforme consta no Balanço Social da CCDR Algarve referente ao ano 2014 a 31 de dezembro contabilizavam-se 104 efetivos.

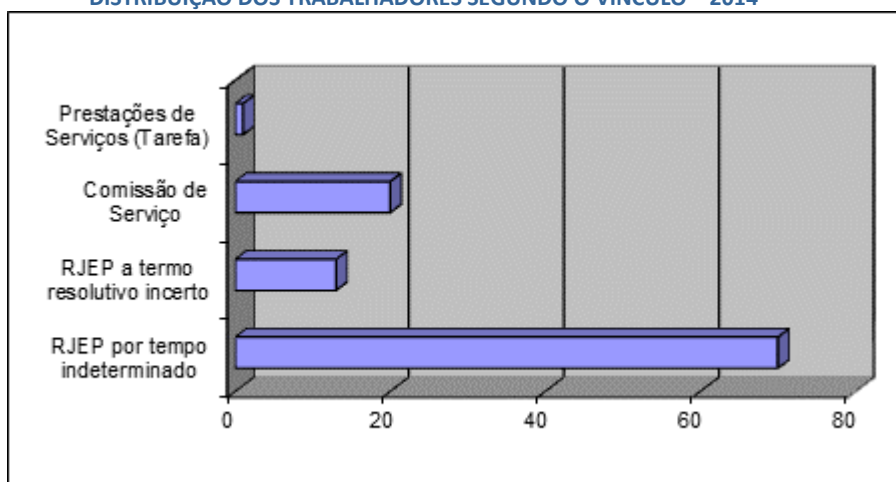
Dos 104 trabalhadores em efetividade de funções, cerca de 67% estavam em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 13% com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (efectivos afetos à estrutura de missão do Programa Operacional Algarve 21) e 19% em comissão de serviço. O remanescente, 1%, corresponde ao contrato de tarefa.

QUADRO 1
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO O VÍNCULO - 2014

MODALIDADE DE VÍNCULO	Nº TRAB.	%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	70	67%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto (Estrutura de Apoio Técnico PO Algarve 21)	13	13%
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR	20	19%
Outros (Prestações de Serviços)	1	1%
TOTAL	104	100%

Fonte: Balanço Social 2014

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO O VÍNCULO – 2014



Fonte: Balanço Social 2014

A evolução do número de trabalhadores da CCDR Algarve nos últimos três anos, contabilizando apenas os trabalhadores com Relação Jurídica de Emprego Público, foi a seguinte:

2012	2013	2014
113	109	103

Esta evolução está alinhada com o emagrecimento que em geral se tem vindo a operar na estrutura dos recursos humanos da Administração Pública, mas não deixa de ser significativa a redução em termos absolutos de 10 efetivos o que corresponde à diminuição de 9% num período de 3 anos.

Importa ter presente que a lista nominativa de transição elaborada no início do ano 2009 nos termos do estabelecido no nº 3 do artigo 109º da Lei nº12-A/2008, 27 de fevereiro, elencou todos os trabalhadores da CCDR Algarve, ao serviço e fora do serviço, segundo o seu vínculo de origem, tendo-lhes sido associada a nova modalidade de vinculação e respetiva categoria, assim como a posição remuneratória e o nível correspondentes.

Os trabalhadores estavam, em regra, no regime de nomeação definitiva, passando então a estar abrangidos pelo regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado. Os trabalhadores afetos à estrutura de missão do Programa Operacional transitaram, em função do carácter temporário das suas funções, para o regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto.

2. Trabalhadores Segundo o Cargo/Carreira

Em função da informação a seguir apresentada constata-se que nas carreiras que integram o Mapa de Pessoal da CCDR Algarve, a mais representativa é a de técnico superior que registava 43 trabalhadores em 2014, seguida da de assistente técnico e de assistente operacional que registavam 29 e 9 trabalhadores respetivamente.

Em 2014 a **Taxa de Tecnicidade** (em sentido restrito – N.º técnicos superiores * 100 / total de recursos humanos) atingiu os 41,3%, valor mais baixo do que o registado nos últimos 3 anos, em virtude da saída por rescisão por mútuo acordo e aposentação de técnicos superiores registada neste ano.

Em sentido mais amplo, se adicionarmos os técnicos superiores da área da informática e os dirigentes intermédios esta taxa totaliza 56,7%.

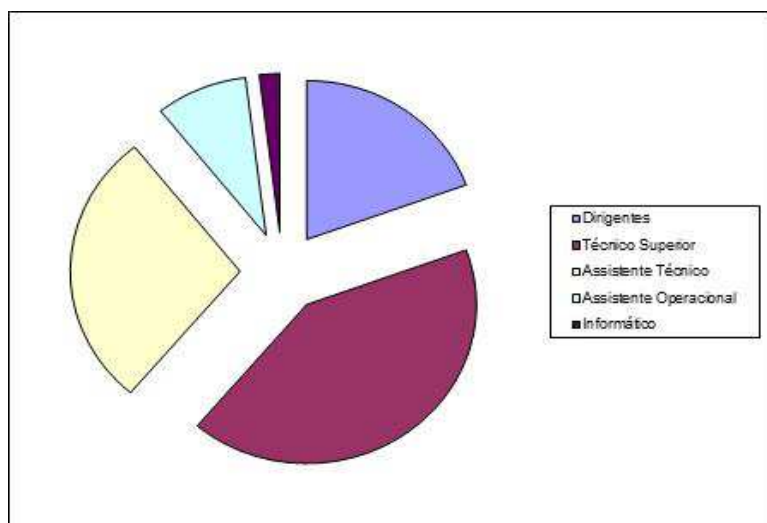
A **Taxa de Enquadramento** (n.º dirigentes * 100 / total de recursos humanos) situou-se nos 19,2%, valor ligeiramente superior ao registado nos últimos 3 anos, em virtude de terem ocorrido movimentos de entrada/ saída noutros grupos de pessoal, enquanto que o grupo de pessoal dirigente se manteve inalterado.

QUADRO 2
TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS

<i>GRUPOS PROFISSIONAIS</i>	<i>N.º DE TRABALHADORES</i>
Dirigentes	20
Técnico Superior	43
Assistente Técnico	29
Assistente Operacional	9
Informático	2
Outros (Prestações de Serviços)	1
TOTAL	104

Fonte: Balanço Social 2014

GRÁFICO 2
TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS



Fonte: Balanço Social 2014

3. Trabalhadores Segundo o Género e Grupo de Pessoal

Relativamente à distribuição global do pessoal efetivo por género em 2014, verificamos que é notória a predominância de trabalhadores do sexo feminino, à semelhança aliás dos últimos 3 anos. A estes valores está associada uma Taxa de Feminização de 66%.

É no grupo de pessoal Assistente Técnico que se verifica a maior concentração de efetivos femininos, com cerca de 87% de trabalhadores.

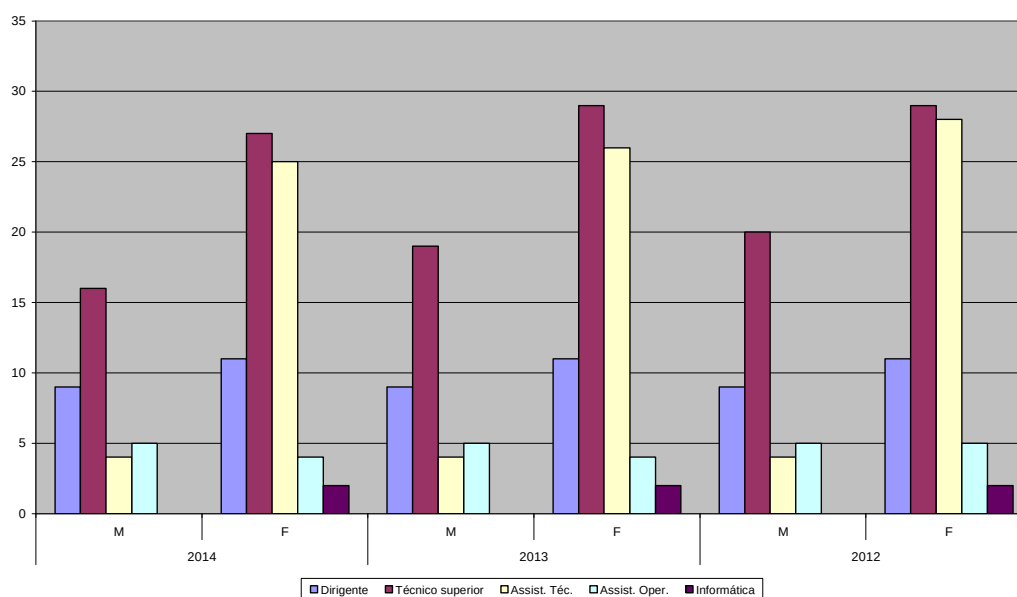
QUADRO 3
N.º DE TRABALHADORES POR GÉNERO EM 2014

GÉNERO / GRUPO	MASC.	FEM.	TOTAIS	% MASC.	% FEM.
Dirigente	9	11	20	45%	55%
Técnico superior	16	27	43	37%	63%
Assistente técnico	4	25	29	14%	86%
Assistente operacional	5	4	9	56%	44%
Informática	0	2	2	0%	100%
TOTAL	34	69	103	33%	67%

Fonte: Balanço Social 2014

Aliás, com exceção da carreira dos Assistentes Operacionais, existe uma maior predominância de elementos do sexo feminino nas outras carreiras/cargos.

GRÁFICO 3
N.º DE TRABALHADORES POR GÉNERO 2012 - 2014



Fonte: Balanço Social 2012 – 2014

4. Trabalhadores por Escalão Etário

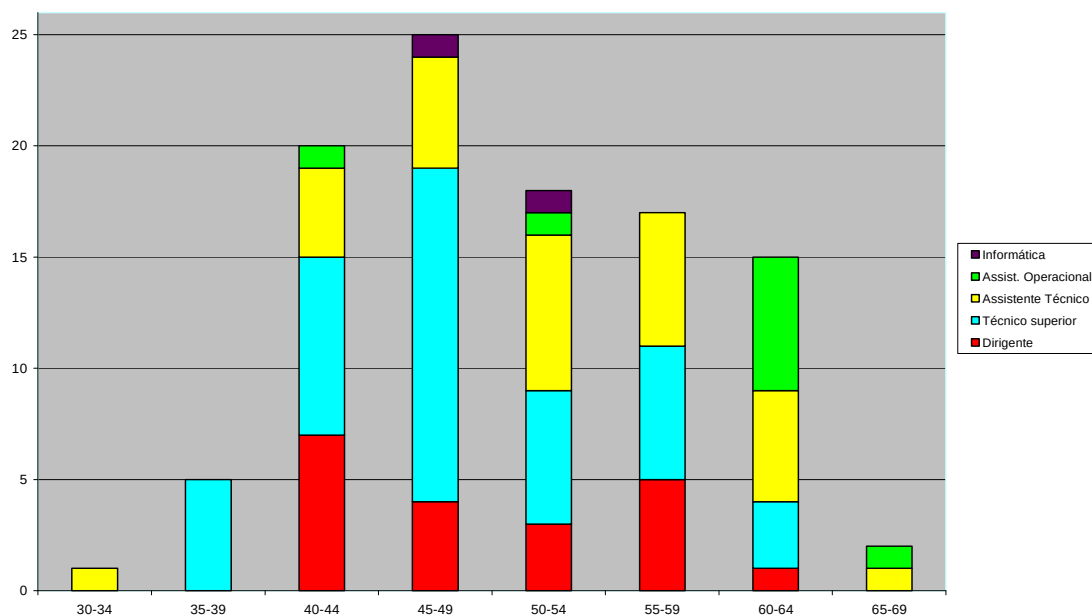
À data de 31 de Dezembro de 2014 as faixas etárias que registavam maior número trabalhadores correspondiam aos intervalos de (40-44), (45-49) e (50-54) anos, concentrando estes 61% dos trabalhadores da CCDR Algarve, como pode verificar-se pelo quadro e gráfico seguintes.

QUADRO 4
Nº DE TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIO EM 2014

GRUPOS /IDADES	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	TOTAL
Dirigente	0	0	7	4	3	5	1	0	20
Técnico superior	0	5	8	15	6	6	3	0	43
Assistente técnico	1	0	4	5	7	6	5	1	29
Assistente operacional	0	0	1	0	1	0	6	1	9
Informática	0	0	0	1	1	0	0	0	2
TOTAL	1	5	20	25	18	17	15	2	103

Fonte: Balanço Social 2014

GRÁFICO 4
Nº DE TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIO EM 2014



Fonte: Balanço Social 2014

A percentagem dos trabalhadores com idade inferior a 40 anos totalizava cerca de 5,8%.

No que se refere aos trabalhadores jovens, a CCDR Algarve não dispunha de qualquer trabalhador nos escalões abaixo dos 29 anos. O trabalhador mais jovem era uma Assistente Técnica que estava enquadrada no escalão etário imediatamente seguinte, entre os (30-34) anos.

No escalão seguinte (45-49) anos concentravam-se 24% dos efetivos.

No ano 2014 já se contabilizaram 15 trabalhadores no escalão etário dos (60-64) anos e 2 trabalhadores no escalão seguinte, (65-69) anos, o que evidencia a tendência de envelhecimento dos efetivos ao serviço da CCDR Algarve.

A **Idade Média** (somatório das idades / total dos efetivos) dos trabalhadores da CCDR Algarve cifrou-se nos 50 anos.

O **Leque Etário** que é obtido pela diferença de idades entre o trabalhador mais idoso e o trabalhador menos idoso foi de 32 anos em 2014, o que representa o valor mais baixo dos últimos anos.

Ao nível da **Taxa de Envelhecimento** (nº de trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos * 100 / total trabalhadores), nos últimos 3 anos registaram-se os seguintes valores:

2012	2013	2014
29,20%	29,30%	33%

A evolução desta taxa está de acordo com o expectável, face à inexistência de novas admissões de trabalhadores nos últimos anos.

5. Trabalhadores por Nível de Antiguidade

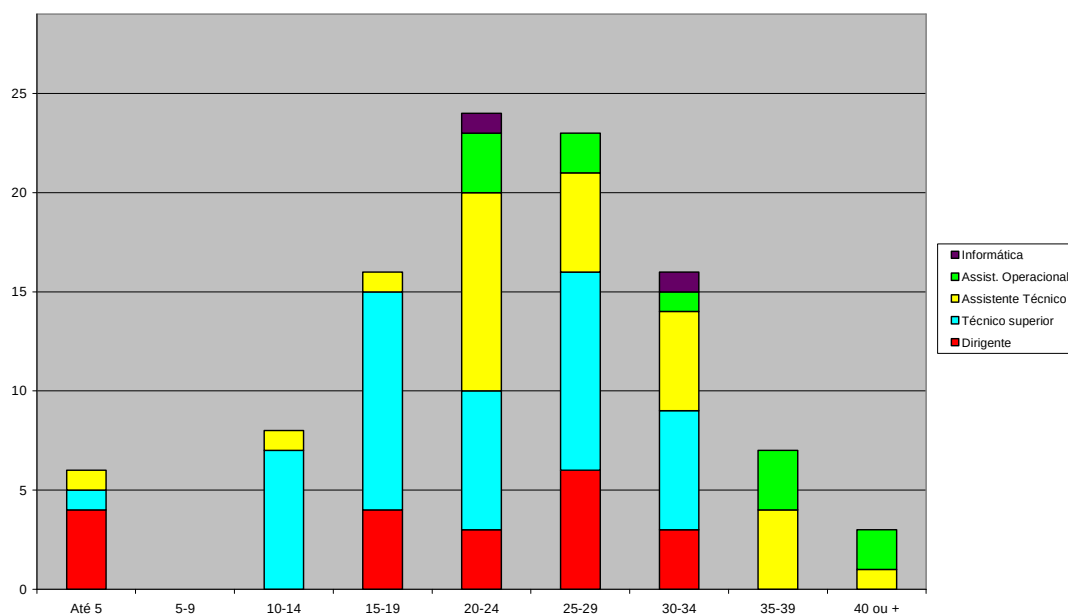
Ao nível da antiguidade, verificava-se a seguinte distribuição de trabalhadores por grupo de pessoal:

QUADRO 5
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL EM 2014

GRUPO/ANOS	ATÉ 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40 OU +	TOTAL
Dirigente	4	0	0	4	3	6	3	0	0	20
Técnico superior	1	0	7	11	7	10	6	0	0	42
Assistente técnico	1	0	1	1	10	5	5	4	1	28
Assistente operacional	0	0	0	0	3	2	1	3	2	11
Informática	0	0	0	0	1	0	1	0	0	2
TOTAL	6	0	8	16	24	23	16	7	3	103

Fonte: Balanço Social 2014

GRÁFICO 5
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL EM 2014



Fonte: Balanço Social 2014

Distinguiam-se como classes com maior frequência absoluta a dos (20-24) anos e a dos (25-29) anos, representando 45,6% do total dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Adicionando a estas classes as referente aos (15-19 e (30-34) anos conclui-se que 77% dos trabalhadores da CCDR Algarve tinham uma antiguidade compreendida entre os 15 e os 34 anos, o que revela o claro compromisso assumido pelos trabalhadores de carreira na AP.

Na realidade na CCDR Algarve o **Nível Médio de Antiguidade**, obtido a partir da soma das antiguidades dividida pelo nº de trabalhadores era de cerca de 23 anos.

6. Trabalhadores Segundo o Nível de Escolaridade

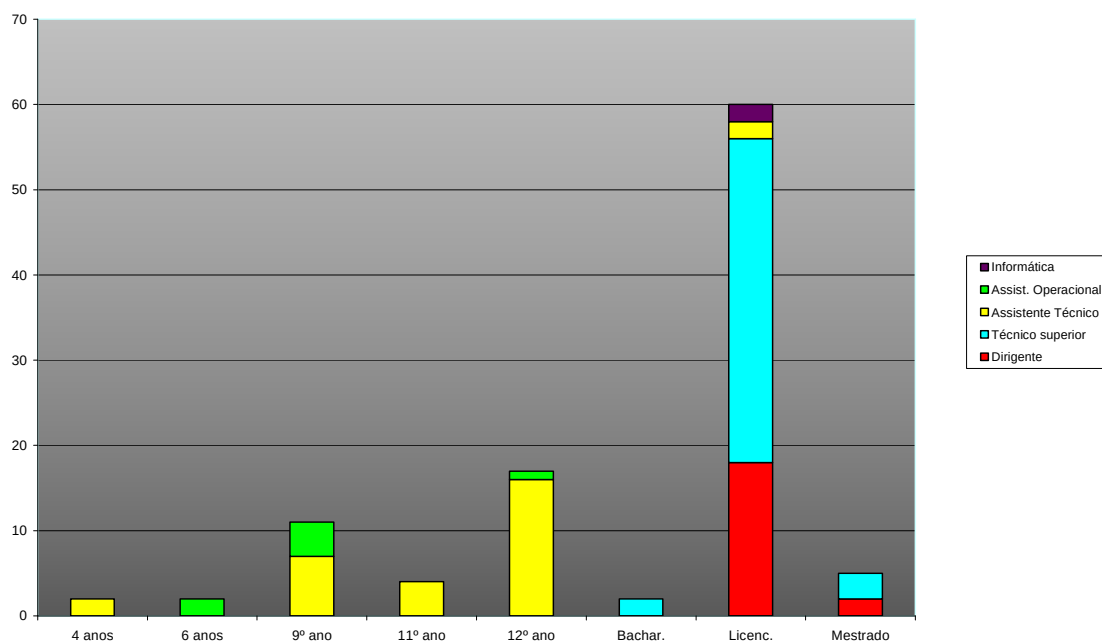
No que respeita às habilitações literárias, os trabalhadores da CCDR Algarve em 2014, encontravam-se assim distribuídos:

QUADRO 6
Nº DE TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM 2014

GRUPO/ESCOLARIDADE	4 ANOS	6 ANOS	9º ANO	11º ANO	12º ANO	BACHAR.	LICENC.	MESTRADO	TOTAL
Dirigente	0	0	0	0	0	0	18	2	20
Técnico superior	0	0	0	0	0	2	38	3	43
Assistente Técnico	2	0	7	4	16	0	2	0	31
Assist. Operacional	0	2	4	0	1	0	0	0	7
Informática	0	0	0	0	0	0	2	0	2
TOTAL	2	2	11	4	17	2	60	5	109

Fonte: Balanço Social 2014

GRÁFICO 6
Nº DE TRABALHADORES SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE EM 2014



Fonte: Balanço Social 2014

A licenciatura era o grau académico mais representativo. Com efeito, no universo de todos os grupos, possuíam licenciatura cerca de 58% dos trabalhadores.

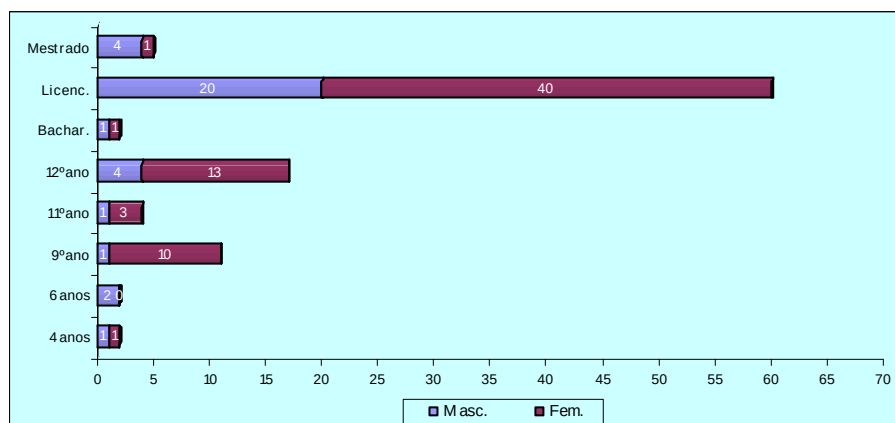
As licenciaturas mais representativas eram por ordem decrescente as seguintes: áreas de Gestão e Economia – 33%; área da Arquitetura – 13% e as áreas das Engenharias Ambiental e Construção Civil com uma representatividade idêntica de 7%.

A parcela relativa ao nível de escolaridade correspondente ao 12º ano apresentava-se como a segunda mais significativa, correspondendo a 17% do total.

Os graus de ensino superior detidos pelos trabalhadores da CCDR Algarve assumiam a posição dominante na estrutura dos níveis de escolaridade, com 2% de bacharéis, 58% de licenciados e 5% de mestres.

Na distribuição do grau habilitacional por género, constatou-se ser mais elevada a presença dos homens com 6º ano e mestrado, enquanto nos restantes níveis, as mulheres representavam uma taxa bastante mais elevada, de acordo com a seguinte representação gráfica:

Nº DE TRABALHADORES SEGUNDO O GÉNERO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Fonte: Balanço Social 2014

7. Trabalhadores Portadores de Deficiência

A CCDD Algarve não dispunha em 2014 de trabalhadores ao serviço portadores de deficiência.

8. Trabalhadores Admitidos e Regressados

No ano de 2014 registou-se apenas o regresso de 1 trabalhador que se encontrava em comissão de serviço noutro organismo.

9. Saída de Trabalhadores em Comissão de Serviço e Contratados Segundo o Motivo de Saída e Género

No decurso do ano 2014 registou-se a saída de 7 trabalhadores, dos quais 3 por motivo de rescisão por mútuo acordo (3 técnicos superiores – 2H/1M), de 1 técnico superior e de 1 assistente técnica por mobilidade interna para outros serviços, de um técnico superior em comissão de serviço enquanto dirigentes para outro organismo da Administração Central e de uma técnica superior por aposentação

Ao nível dos indicadores que permitem aferir sobre os movimentos de entrada e saída pessoal, destacam-se:

- **Taxa de Admissões** (somatório das admissões e/ou regressos / total de trabalhadores * 100);
- **Taxa de Saídas** (somatório das saídas/ total dos trabalhadores * 100).
- **Índice de Rotação** (efetivos a 1 de janeiro + entradas - saídas / trabalhadores a 31 de dezembro);

os quais registaram no período compreendido entre 2012 e 2014, os seguintes valores:

QUADRO 7
INDICADORES DE MOVIMENTO DE PESSOAL

Ano	Taxa Admissões	Taxa Saídas	Índice de Rotação
2014	1,00%	6,8%	1,00%
2013	0,00%	3,67%	1,00%
2012	7,96%	6,19%	1,14%

Fonte: Balanços Sociais 2012 a 2014

Em função dos valores registados no ano 2014 constata-se que os movimentos de pessoal ocorridos, praticamente apenas no sentido da saída de trabalhadores, sem que se tenha operado qualquer compensação por via da admissão de novos trabalhadores resulta na diminuição continua dos recursos humanos afetos à organização, o que aliás está em linha com o que já atrás foi mencionado sobre o emagrecimento da estrutura dos recursos humanos na Administração Pública.

10. Postos de Trabalho Previstos e Não Ocupados

Apesar do compromisso assumido pela gestão da CCDR Algarve desde 2010, contemplado nos Mapas de Pessoal e respetivos orçamentos, na realização de novos procedimentos concursais e/ou realização de processos de mobilidade interna, a sua concretização foi sempre condicionada pelas medidas do Ministério de Estado e das Finanças, em matéria de admissões de pessoal e redução de efectivos, nomeadamente com a publicação da Leis do Orçamento de Estado, dos respetivos Decretos-lei de Execução Orçamental e dos sucessivos diplomas e orientações, que impuseram restrições legais e orçamentais praticamente inultrapassáveis à admissão de novos efetivos e à mobilidade de trabalhadores oriundos de outros serviços.

Atente-se que a CCDR Algarve no ano 2014 registou uma diminuição de 3,6% dos seus efetivos, determinado em função dos pressupostos fixados na RCM nº 22/2012. Pelo 3º ano consecutivo este serviço contribuiu para os objetivos fixados no Plano de Redução de efetivos fixado pelo governo.

Assim, considerando que no ano de 2014 vigorou o mesmo cenário fortemente restritivo do ponto de vista orçamental, não foi igualmente possível a realização de novos procedimentos concursais ou processos de mobilidade interna para preenchimento dos 4 postos de trabalho previstos e não ocupados. Apenas 1 dos postos de trabalho esteve temporariamente ocupado com o regresso de 1 trabalhador que entretanto saiu por rescisão de mútuo acordo.

Deste modo, mantêm-se as fortes carências de recursos humanos com habilitações vitais para o exercício das competências cometidas à CCDR Algarve, em determinadas áreas, de que se destaca a jurídica, tendo-se a situação agravado durante o ano com a saída de 1 jurista sénior que representava 25% dos trabalhadores em exercício de funções com este perfil de competências.

As soluções encetadas em anos anteriores com vista à minimização, de certa forma, desta situação de carência de trabalhadores com determinado perfil de competências com recurso à mobilidade interna de trabalhadores entre as várias unidades orgânicas não se mostrou totalmente eficaz.

11. Mudança de Situação dos Trabalhadores

Em cumprimento com o estipulado na Lei do Orçamento para o ano 2014, no que concerne à proibição das valorizações remuneratórias, não se verificaram neste ano mudanças na situação dos trabalhadores desta CCDR.

12. Modalidade de Horário de Trabalho

A CCDR Algarve pratica o horário de trabalho flexível, com plataformas fixas entre as 10.00 e as 12.00 horas e entre as 14.30 e as 16.30 minutos.

Em 2014 estavam abrangidos por este horário de trabalho 81 trabalhadores. Dos restantes, 2 (telefonistas) estavam abrangidos pelo horário desfasado e 20 (dirigentes) pela isenção de horário.

13. Trabalho Extraordinário

Em 2014 contabilizaram-se 288 horas de trabalho extraordinário, associadas maioritariamente à carreira de Assistente Operacional, representando 98,9% das horas realizadas. Nesta carreira destacam-se os trabalhadores com funções de motoristas.

As deslocações permanentes dos técnicos e dirigentes da CCDR Algarve justificam estas horas, que ocorreram em regra nos dias da semana.

Foram realizadas 3 horas em dias de descanso semanal complementar.

Relativamente ao ano anterior registou-se o decréscimo de 1 hora extraordinária.

14. Absentismo

No ano de 2014 registaram-se 589,5 dias de ausência ao trabalho, sendo que 305 dias foram por motivo de doença, representando 52% do total de dias de ausência registados. No ano anterior estas faltas representaram 47% do total das ausências.

Relativamente ao ano anterior, regista-se um decréscimo de 17% no nº total de dias de ausência.

No quadro a seguir indicado identifica-se o número de dias de ausência ao trabalho durante o ano 2013 por grupo/cargo/carreira.

QUADRO 8
Nº DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO

GRUPO/CARGO/ CARREIRA	Falecim. familiar	Doença	Assis. Fam	Acidentes em Serviço	P/conta período férias	Outros	Total
Dirigentes	6	66	0	7	16,5	12	107,5
Técnico Superior	13	121	16	0	72,5	51	273,5
Assistente Técnico	8	91	0	0	34,0	9	142
Assistente Operac.	5	27	3	1	11,5	0	47,5
Informático	1	0	10	0	6	2	19
TOTAL	33	305	29	8	140,5	74	589,5

Fonte: Balanço Social 2014

No Quadro 9 está sintetizada a evolução das ausências ao trabalho no período compreendido entre 2012 e 2014.

QUADRO 9
AUSÊNCIAS AO TRABALHO 2012-2014

ANO/ AUSÊNCIA	Casam.	Prot. Parent.	Falec. Familiar	Doença	Acid. Serv.	Assis. Famil.	Conta férias	Perda venc.	Greve	Injust.	Outros	Total
2012	0,0	14,0	42,0	715,0	0,0	41,0	111,5	0,0	12,0	0,0	208,0	1.143,5
2013	0,0	54,0	54,0	332,0	0,0	59,0	118,0	0,0	11,0	0,0	81,0	709,0
2014	0,0	0,0	33,0	305,0	8,0	29,0	140,5	0	0	0	74,0	589,5
TOTAL	0,0	68,0	129,0	1.352,0	8,0	129,0	370,0	0,0	23,0	0,0	363,0	2.442

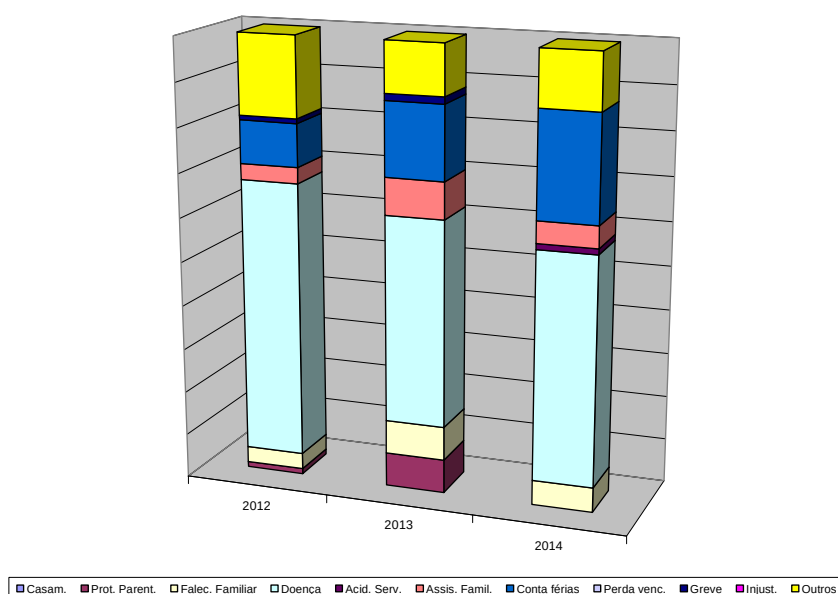
Fonte: Balanço Social 2012-2013

A evolução da **Taxa de Absentismo** (nº dias de faltas * 100 / nº anual dias trabalháveis * nº total recursos humanos) no mesmo período foi a seguinte:

2012	2013	2014
4,30%	2,80%	2,40%

Os valores registados entre 2012 e 2014 estão principalmente associados a 2 tipos de ausências: doença, outro tipo de faltas (tratamento ambulatorio, estatuto de dirigente associativo, etc...) e faltas por conta do período de férias. É significativa a diminuição registada neste período do nº de dias de ausência por motivo de doença a que não são alheias a alterações legislativas que ocorreram nesta área.

GRÁFICO 8
Nº DE DIAS DE AUSÊNCIA AO TRABALHO NO PERÍODO 2012-2014



Fonte: Balanços Sociais 2012-2014

II. ENCARGOS COM PESSOAL

1. Estrutura Remuneratória

A estrutura remuneratória da CCDR Algarve com referência ao mês de dezembro, tendo por base as remunerações mensais líquidas (remuneração base + suplementos) era a seguinte:

QUADRO 10
ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

Escalão de remunerações	Nº trabalhadores	%
Até 500 €	0	0,0 %
501-1000 €	24	23,3%
1001-1250 €	9	8,7%
1251-1500 €	10	9,7%
1501-1750€	15	14,6%
1751-2000 €	11	10,7%
2001-2250 €	5	4,9%
2251-2500 €	4	3,9%
2501-2750 €	2	1,9%
2751-3000 €	10	9,7%
3001-3250 €	0	0%
3251-3500 €	7	6,8%
3501-3750 €	5	4,9%
3751-4000 €	0	0%
4001-4250 €	0	0%
4251-4500 €	0	0%
4501-4750 €	0	0%
4751-5000 €	1	0.9%
Mais de 5000 €	0	0,0%
TOTAL	103	100%

Nota: Consideram-se apenas os trabalhadores em RCTFP. Excluem-se as prestações de serviços.

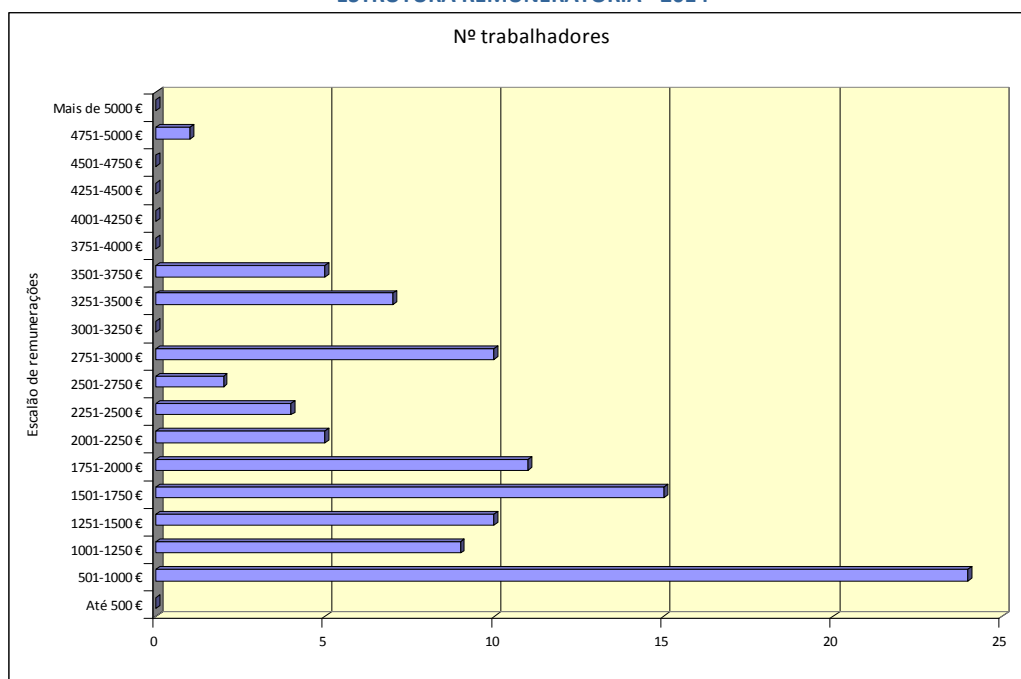
Fonte: Balanço Social 2014

Conclui-se que cerca de 32% dos trabalhadores auferem entre 501 e 1.250€ e 35% entre 1.251 e 2.000€. Somando estas percentagens, contabilizam-se cerca de 67% de trabalhadores cujas remunerações brutas não ultrapassam os 2.000€. No escalão dos 3001-3500€ identificam-se cerca de 6,8%.

Comparativamente ao ano anterior as percentagens por grandes classes são muito semelhantes, em resultado de no ano 2014 se terem mantido os ajustamentos em baixa dos salários.

De fato as reduções salariais efetuadas a partir de 2011 produziram impacto na estrutura remuneratória, aumentando o nº de trabalhadores com remunerações entre os 501-2000€ e diminuindo os que auferiam remunerações entre os 3251-4000€.

GRÁFICO 9
ESTRUTURA REMUNERATÓRIA - 2014



Fonte: Balanço Social 2014

Em termos de Remuneração Mínima e Máxima, por género, as remunerações brutas ilíquidas distribuíram-se da seguinte forma:

(euros)

REMUNERAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
Mínima	702,87	576,42
Máxima	4.874,64	3.682,02

Fonte: Balanço Social 2014

O **Leque Salarial Ilíquido** obtido a partir da maior remuneração base ilíquida, que em 2014 ascendeu a € 4.874,64, dividida pela menor remuneração base ilíquida, totalizou em 2014 € 576,42. Quer isto dizer que a maior remuneração corresponde 8,3 vezes a menor remuneração base ilíquida.

Excluindo as remunerações dos Dirigentes o **Leque Salarial Ilíquido** totalizava 2,2.

2. Encargos com Pessoal

O total dos encargos com pessoal totalizou € 3.458.004 distribuído pelas seguintes rubricas:

(euros)

Remuneração base	Suplementos remuneratórios	Encargos c/ prestações e benefícios sociais	Outros encargos com pessoal	TOTAL
2.452.314	108.275	105.731	791.684	3.458.004

Fonte: Balanço Social 2014

A remuneração base representou no ano transato 71% do total dos encargos com pessoal, o que relativamente ao ano anterior representa um decréscimo de 5% aliás à semelhança do registada no ano 2013 face a 2012 .

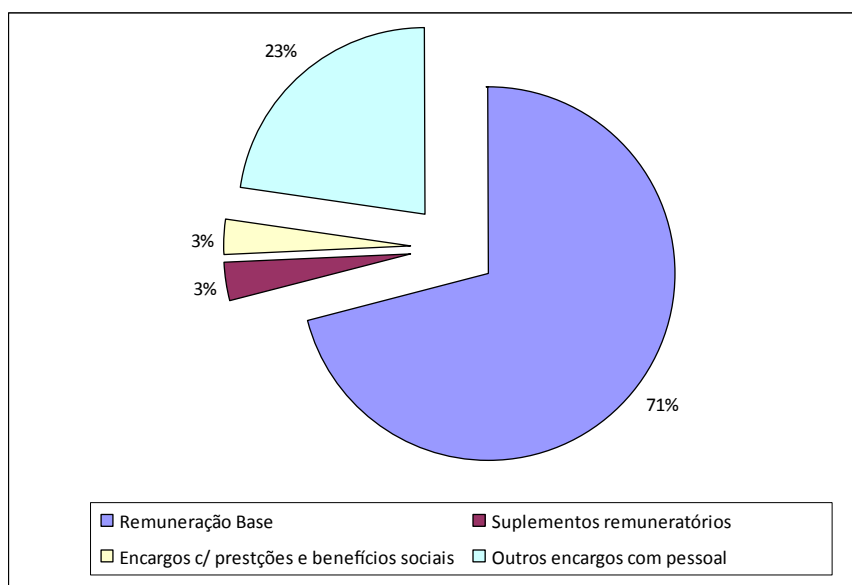
É relevante determo-nos nos indicadores:

- Taxa de Encargos Sociais (Total dos Encargos c/ Prest. Sociais/Total de Enc. c/ Rem. Base)

- Remuneração Base Média Anual (Total de Enc. c/ Rem. Base/Total de Efetivos)

que assumiram em 2014 os valores de 4,3% e € 23.808/trab. Ou seja, valores em tudo idênticos aos registados no ano anterior.

GRÁFICO 10
ENCARGOS COM PESSOAL - 2014



Fonte: Balanço Social 2014

III. ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

Durante o ano 2014 ocorreram 2 acidentes de trabalho que implicaram a ausência de 8 dias de trabalho (com lugar a baixa).

IV. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1. Formação Profissional Interna e Externa

No quadro 11 sistematizam-se os principais indicadores da formação realizada no triénio 2012-2014, sendo importante sublinhar que nos últimos anos o volume de formação assumiu valores muito modestos, tendo como referência os objetivos fixados na RCM nº 89/2010, de 17 de novembro.

De fato as fortíssimas restrições orçamentais a que acresce a não elegibilidade da região do Algarve ao POP-H condicionaram fortemente a submissão de candidaturas e a dinamização de ações de formação internas.

A celebração do protocolo de colaboração com a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), ocorrida no final do ano 2012, permitiu a realização de 1 ação de grande atualidade – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas - tendo como destinatários os vários organismos da administração central e local, onde se inclui naturalmente a CCDR Algarve.

Como já foi atrás mencionado neste relatório de atividades a realização do Diagnóstico das Necessidades de Formação junto das entidades públicas regionais, em novembro de 2014, permitirá no próximo ano a dinamização de ações de formação em temas de grande atualidade tendo como destinatários os trabalhadores da CCDR.

QUADRO 11
AÇÕES DE FORMAÇÃO – ANOS 2012 A 2014

Ano	Tipo	Nº Ações	Nº Participações (1)	Nº Horas de Formação
2012	Internas	2	142	1.589
	Externas	8	32	424
2013	Internas	2	10	70
	Externas	9	25	285,5
2014	Internas	0	0	0
	Externas	19	19	161

Fonte: Balanços Sociais 2011-2013

Nota (1): Nº Participações refere-se ao nº de trabalhadores que participaram nas ações

À semelhança de anos anteriores a CCDR Algarve procedeu à elaboração e submissão do relatório de formação do ano 2014 no prazo estipulado.

V. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

Entre os trabalhadores em exercício de funções da CCDR Algarve contabilizavam-se 10 trabalhadores sindicalizados a 31 de dezembro.

Não existe comissão de trabalhadores.

Ao longo do ano 2014 não foi instaurado qualquer processo disciplinar.

VI.PRINCIPAIS INDICADORES DO BALANÇO SOCIAL 2012-2014

Apresenta-se de seguida o Quadro 12 com a informação referente aos principais indicadores do Balanço Social relativos ao período compreendido entre 2012 e 2014 construídos com base na informação compilada no Relatório do Balanço Social constante no Anexo 3 ao presente relatório de atividades.

QUADRO 12
INDICADORES BALANÇO SOCIAL 2012-2014

ANOS/INDICADORES	2012	2013	2014
Taxa de Tecnicidade de (Nº Técnicos Sup/Total dos Trab.)*100	43,36%	44,03%	41,30%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática)	45,13%	45,87%	43,27%
Taxa de Tecnicidade (inc.Espec. Informática + Dirigentes)	62,83%	64,22%	62,50%
Taxa de Assistente Operacional	7,96%	8,26%	8,70%
Taxa de Feminização	66,37%	66,05%	67,00%
Taxa de Feminização Dirigente	55,00%	55,00%	55,00%
Taxa de Enquadramento	17,69%	17,03%	19,20%
Taxa de Emprego Jovem	0,00%	0,00%	0,00%
Leque Etário	2,15	1,97	1,94
Taxa de Envelhecimento	29,20%	29,30%	33,00%
Taxa de Habilitação Sup.	63,72%	63,30%	64,40%
Taxa de Habilitação Sec.	18,58%	19,27%	20,20%
Taxa de Habilitação Básica	17,70%	14,68%	14,40%
Índice de Rotação	1,14	1,00	1,00
Taxa de Cobertura (nº admissões e regressos/saídas) * 100	128,57%	0,00%	14,29%
Taxa Admissão/Regresso	7,96%	0,00%	1,00%
Taxa de Saídas	6,19%	3,67%	6,80%
Taxa de Absentismo	4,30%	2,80%	2,40%
Taxa de Encargos Sociais	5,01%	4,50%	4,31%
Remuneração Base Média Anual	19.816 €	23.404 €	23.809 €
Leque Salarial	9,71	8,50	8,30
Taxa de Participação na Formação	91,15%	32,11%	14,56%
Taxa de Investimento na Formação	0,03%	0,00%	0,04%

Fonte: Balanços Sociais 2012 a 2014

ANEXO 4
RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ANO ECONÓMICO DE 2014

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
I - ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E POR CENTROS DE CUSTO	4
I.1 - CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	5
I.1.1 – Estrutura da Receita	5
I.1.2 – Estrutura da despesa	10
I.2 – CONTABILIDADE PATRIMONIAL (POC P)	14
I.1.3 – Balanço	14
II.2.2 – Demonstração de Resultados	19
I.3 - CONTABILIDADE POR CENTROS DE CUSTO	22
II – CONCLUSÃO	28

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Taxa de execução da receita - Orçamento de Funcionamento	6
Quadro 2 - Taxa de execução da receita - Orçamento Investimento	8
Quadro 3 - Receita global por orçamento e fonte de financiamento	9
Quadro 4 - Taxa de execução da despesa - Orçamento de Funcionamento	10
Quadro 5 - Taxa de execução da despesa - Orçamento de Investimento	11
Quadro 6 - Despesa global por orçamento e agrupamento de despesa	13
Quadro 7 - Composição do ativo líquido 2013-2014	14
Quadro 8 - Composição percentual do ativo líquido	15
Quadro 9 - Fundos próprios e passivo 2013-2014	17
Quadro 10 - Composição percentual dos fundos próprios e passivo	17
Quadro 11 - Estrutura de proveitos	19
Quadro 12 - Estrutura de custos	20
Quadro 13 – Composição dos Resultados do Exercício	21
Quadro 14 - Receita/despesa por centro de custo	24
Quadro 15 - Fontes de receita por centro de custo	24
Quadro 16 - Despesa por unidade orgânica	25
Quadro 17 - Receita/despesa por centro de custo	27

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receita – Orçamento Funcionamento	7
Gráfico 2 - Receita – Orçamento Investimento	8
Gráfico 3 - Receita global por orçamento e fonte de financiamento	9
Gráfico 4 – Despesa – Orçamento Funcionamento	11
Gráfico 5 - Despesa – Orçamento Investimento	12
Gráfico 6 - Despesa global por orçamento	13
Gráfico 7 - Composição do ativo líquido	16
Gráfico 8 - Comparação dos fundos próprios e passivo 2013-2014	17
Quadro 9 - Composição dos fundos próprios e passivo	18
Gráfico 10 - Proveitos e ganhos operacionais	19
Gráfico 11 - Custos e perdas operacionais	21
Gráfico 12 - Receita/despesa por centro de custo	26
Gráfico 13 - Receita/despesa por centro de custo	27

INTRODUÇÃO

Durante o ano 2014 as atividades desenvolvidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve enquadraram-se nas atribuições definidas no Decreto-lei nº 228/2012 de 25 de Outubro, assim como, nos objetivos operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no estabelecido no Plano de Atividades Anual.

I. ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E POR CENTROS DE CUSTO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2004 – 2ª Seção.

O orçamento privativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve integra dois orçamentos: funcionamento (atividades) e investimento (projetos).

No presente relatório procede-se, numa 1ª parte à análise da execução da receita e da despesa, na ótica da contabilidade orçamental, numa 2ª parte à análise das demonstrações financeiras, o Balanço e a Demonstração de Resultados, do ponto de vista da contabilidade patrimonial, e numa 3ª parte à análise da execução orçamental por centros de custo.

Antecedendo a análise das contas relativas ao ano 2014, importa desde já descrever o quadro de referência que regulou a execução do orçamento desta Comissão de Coordenação ao longo do ano 2014. Assim, identificam-se, entre outros, os seguintes diplomas ou orientações:

- ✎ Lei do Orçamento de Estado para 2014 – Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro;
- ✎ Portaria nº 53/2014, de 3 de março – Regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública aplicável a todos os contratos de aquisição de serviços;
- ✎ Lei nº 13/2014, de 14 de março - Procede à primeira alteração à Lei n.º 83 -C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2014;
- ✎ Decreto - Lei da Execução Orçamental (DLEO) – Decreto-Lei nº 52/2014 de 7 de abril;
- ✎ Lei nº 41/2014, de 10 de julho – Oitava alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto;
- ✎ Lei nº 75 - A/2014, de 30 de setembro - Procede à segunda alteração à Lei n.º 83 - C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Legislação ainda vigente durante o ano económico de 2014:

- ✎ Lei nº 155/92, de 28 de julho – Estabelece o Regime de Administração Financeira do Estado
- ✎ Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro - Estabelece o regime jurídico dos códigos de classificação económica das receitas e das despesas públicas, bem como a estrutura das classificações orgânicas aplicáveis aos organismos que integram a administração central
- ✎ Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) - Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro – Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas;
- ✎ Decreto – Lei nº 127/2012, de 21 de Junho – Estabelece os procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação;
- ✎ Despacho nº 13037/2012, de 26 de Setembro – autorização para assunção de compromissos plurianuais pelas entidades que não tenham pagamentos em atraso.

De salientar que à semelhança do ano anterior a execução orçamental durante o ano 2014 foi marcada pelas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e pelas medidas de consolidação orçamental, de que são exemplo o controle da despesa dos serviços com particular enfoque na assunção de novos compromissos condicionada pelo montante de fundos disponíveis.

I.1 – CONTABILIDADE ORÇAMENTAL

I.1.1 – ESTRUTURA DA RECEITA

As receitas anuais provêm de três fontes de financiamento: receitas gerais, receitas comunitárias (reembolsos FEDER) e receitas próprias.

Tendo presente o valor total da receita arrecadada durante o ano 2014 face ao valor global corrigido para o mesmo período, conclui-se que não se registaram desvios significativos, conforme valores evidenciados no Quadro 1.

QUADRO 1
TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA - ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

(euros)

GRUPOS RECEITA	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Recebido (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
Orçamento do Estado	994.703	1.230.950	1.218.554	99,0%
Transferências Correntes OE	994.703	1.230.950	1.218.554	99,0%
Financiamento da EU	225.779	316.623	377.951	119,4%
Transferências Correntes	225.779	225.779	287.110	127,2%
Saldo Gerência de Anos Anteriores	0	90.844	90.841	100,0%
Receita Própria	1.023.075	1.023.075	1.236.864	120,9%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	952.625	940.637	1.133.102	120,5%
Taxas	932.525	931.525	1.120.204	120,3%
Multas e Outras Penalidades	20.100	9.112	12.898	141,5%
Venda de Bens e Serviços Correntes	70.450	81.938	103.642	126,5%
Venda de Bens	450	1.127	1.591	141,2%
Serviços	70.000	80.811	102.051	126,3%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0	500	120	24,0%
Reposições	0	500	120	24,0%
Na posse do Serviço	0	1.097.963	1.097.963	100,0%
Saldo Gerência de Anos Anteriores	0	1.097.963	1.097.963	100,0%
Transferências de RP entre organismos	300.000	300.000	221.397	73,8%
Transf. de Capital - Inst. de Turismo de Portugal	300.000	300.000	221.397	73,8%
TOTAL	2.543.557	3.968.611	4.152.729	104,6%

Fonte: SIGO

Antes de prosseguir a análise da receita arrecadada face às previsões iniciais, importa identificar os pressupostos que nortearam a elaboração do orçamento para o ano económico de 2014.

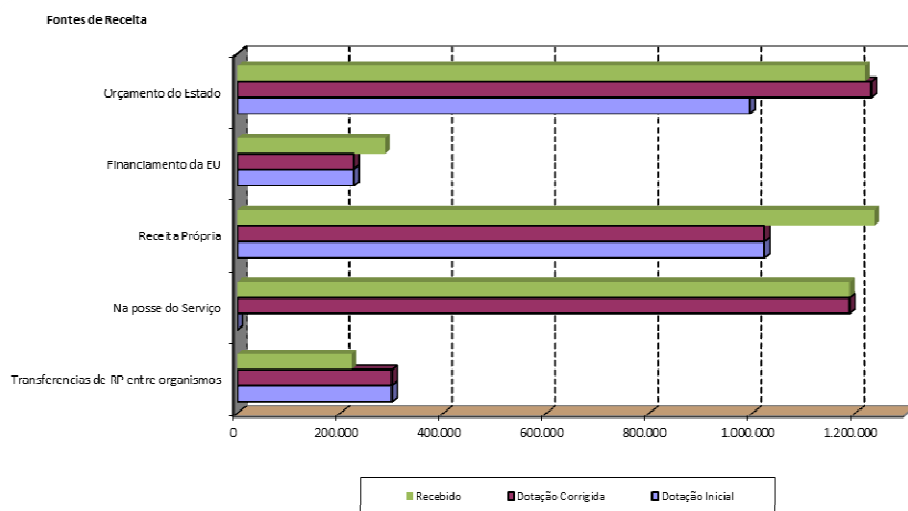
Assim, em sede de preparação do orçamento, estes serviços procederam à orçamentação de 100% da receita proveniente da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), receita consignada à realização de despesas com o financiamento de atividades da CCDR que contribuam para o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos, correspondente a 70%, e ao financiamento de atividades dos sujeitos passivos (operadores de resíduos), correspondente a 30%.

No que concerne à execução orçamental propriamente dita, a receita TGR na rubrica Taxas, totalizou € 1.029.964, dos quais € 720.975 corresponderam à componente CCDR (70%) e € 308.989 à componente Incentivos (30%).

Concentrando agora a análise na taxa de execução da receita própria proveniente da TGR importa salientar que a componente CCDR (€ 720.975) superou em cerca de 13% as projeções iniciais (€ 638.519). Considerando a receita global proveniente da TGR (componentes CCDR+Incentivos) a taxa de execução assumiu o valor de 120,3%.

A Componente Incentivos referente a anos anteriores transitou em saldo (€ 825.789) e foi orçamentada como receita, mas não foi aplicada em despesa. No que concerne à receita arrecadada em 2014, esta totalizou € 308.989, que adicionados ao saldo transitado somam € 1.134.778.

GRÁFICO 1
RECEITA – ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO



Fonte: SIGO

O Gráfico 1 evidencia claramente a boa performance alcançada pelas receitas próprias em função das previsões efetuadas, e também pelas receitas comunitárias que compensou a diminuição do financiamento assegurado pelas receitas gerais. Verifica-se assim, uma alteração profunda e abrupta do modelo de financiamento da CCDR Algarve, que até 2013 era financiada essencialmente por receitas gerais.

De salientar ainda, que as transferências de Receitas Próprias entre organismos (F.F 540 – € 300.000) no âmbito do PIPITAL (Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve) foram orçamentadas no orçamento privativo, em virtude da 3ª Delegação da DGO, na fase de aprovação do Orçamento de Estado para 2014 ter dado instruções para a sua inscrição. Estas transferências em anos anteriores foram consideradas como operações extraorçamentais.

No que se refere ao Orçamento de Investimento conclui-se com base na informação constante no Quadro 2 que a taxa global de execução, na ótica da receita, foi de 78,2 %.

QUADRO 2
TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA - ORÇAMENTO INVESTIMENTO

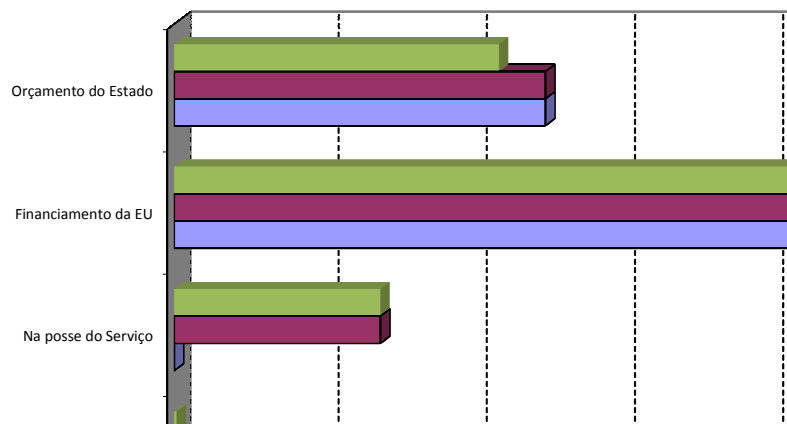
(euros)

GRUPOS RECEITA	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Recebido (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
Orçamento do Estado	501.024	501.024	438.395	87,5%
Transferências Correntes OE	491.003	476.314	417.625	87,7%
Transferências de Capital OE	10.021	24.710	20.770	84,1%
Financiamento da EU	2.361.992	2.358.788	1.735.891	73,6%
Transferências Correntes	2.339.443	2.300.694	1.686.833	73,3%
Transferências de Capital	22.549	58.094	49.058	84,4%
Na posse do Serviço	0	278.331	278.331	100,0%
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	278.331	278.331	100,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	3.209	3.208	100,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	3.209	3.208	100,0%
TOTAL	2.863.016	3.141.352	2.455.825	78,2%

Fonte: SIGO

GRÁFICO 2
RECEITA – ORÇAMENTO INVESTIMENTO

Fontes de Receita



Fonte: SIGO

A morosidade na obtenção de autorização para assunção de novos compromissos, junto do SEAP, impediu a realização de algumas despesas programadas, bem como, a aplicação dos cativos previstos na Lei nº 83-C/2013 de 31/12, justificam a taxa de execução alcançada, comprometendo-se deste modo o cumprimento dos objetivos e ações dos projetos de investimento.

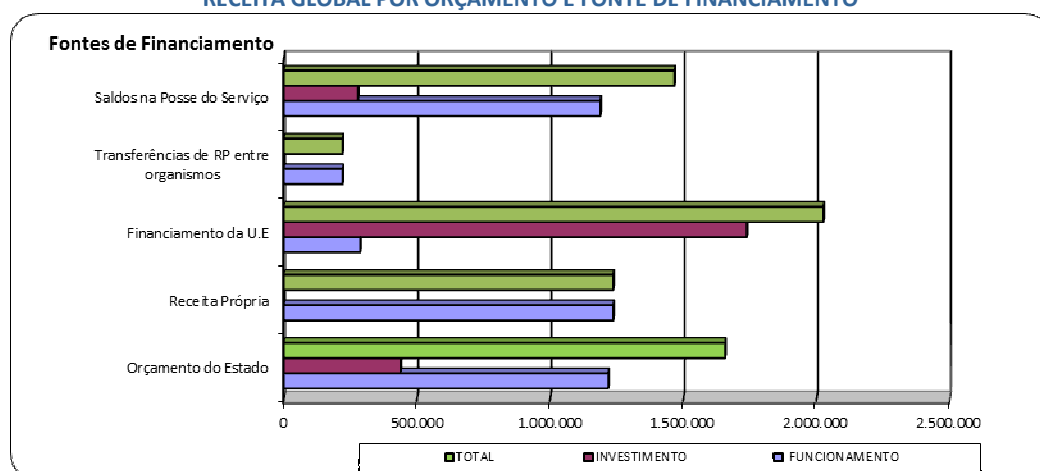
QUADRO 3
RECEITA GLOBAL POR ORÇAMENTO E FONTE DE FINANCIAMENTO

(euros)

GRUPOS DE RECEITA	FUNCIONAMENTO	INVESTIMENTO	TOTAL
Orçamento do Estado	1.218.554	438.395	1.656.949
Receita Própria	1.236.864	0	1.236.864
Financiamento da U.E	287.110	1.739.099	2.026.209
Transferências de RP entre organismos	221.397	0	221.397
SalDOS na Posse do Serviço	1.188.804	278.331	1.467.135
TOTAL	4.152.729	2.455.825	6.608.554

Fonte: SIGO

GRÁFICO 3
RECEITA GLOBAL POR ORÇAMENTO E FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte: SIGO

O orçamento inicial da receita para 2014 corrigida das cativações totalizou € 5.642.820.

Durante o ano contabilizaram-se € 6.608.554, incluindo este valor o saldo transitado do ano 2013, no montante de € 1.467.135 (saldos globais apurados no valor de € 1.499.315 e entregues ao Estado € 32.180), alcançando-se assim uma taxa global de execução que ascende a 117,1%.

I.1.2 – ESTRUTURA DA DESPESA

QUADRO 4
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA - ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

(euros)

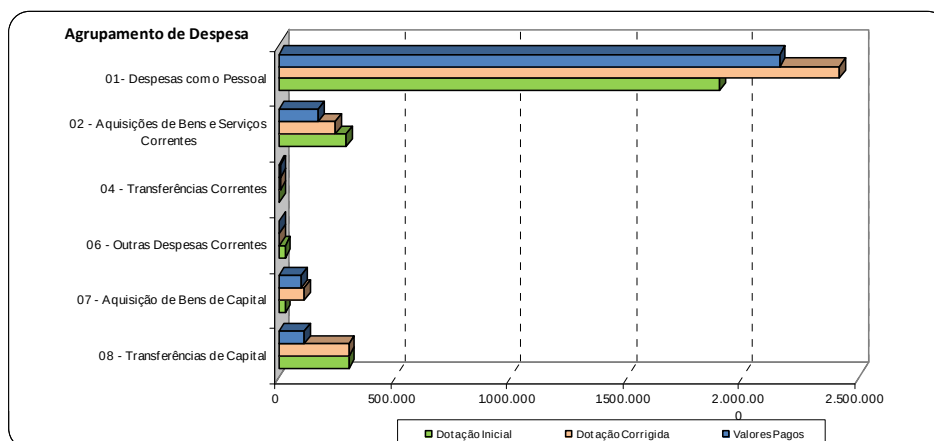
GRUPOS DESPESA	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Valores Pagos (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
01 - Despesas com o Pessoal	1.899.063	2.417.881	2.160.160	89,3%
01.01 - Remunerações Certas e Permanentes	1.426.326	1.798.084	1.579.194	87,8%
01.02 - Abonos Variáveis ou Eventuais	19.636	183.442	179.624	97,9%
01.03 - Segurança Social	453.101	436.355	401.342	92,0%
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	292.154	244.858	169.311	69,1%
02.01 - Aquisições de Bens	38.754	26.850	12.030	44,8%
02.02 - Aquisições de Serviços	253.400	218.008	157.281	72,1%
04 - Transferências Correntes	1.500	5.914	4.401	74,4%
04.07 - Instituições em Fins Lucrativos	1.500	1.500	1.500	100,0%
04.08 - Famílias	0	4.414	2.901	65,7%
06 - Outras Despesas Correntes	25.840	4.017	3.969	98,8%
06.02 - Diversas	25.840	4.017	3.969	98,8%
07 - Aquisição de Bens de Capital	25.000	111.139	95.153	85,6%
07.01 - Investimentos	25.000	111.139	95.153	85,6%
08 - Transferências de Capital	300.000	300.000	109.949	36,6%
08.03 - Administração Central	210.000	210.000	109.949	52,4%
08.05 - Administração Local	48.000	48.000	0	0,0%
08.07 - Instituições sem Fins Lucrativos	42.000	42.000	0	0,0%
TOTAL	2.543.557	3.083.809	2.542.943	82,5%

Fonte: SIGO

O Orçamento de Funcionamento na componente despesa apresentou uma taxa de execução de 82,5%, registando-se assim um desvio de apenas 17,5% face à dotação corrigida, o que é justificado em grande medida pela taxa de execução (36,6%) do agrupamento de despesa das transferências de capital, que apresentou um valor inferior às projeções iniciais.

As razões justificativas para este desvio não são a consequência de projeções iniciais erradas, mas sim pelo facto das transferências de RP entre organismos (F.F 540 – € 300.000) no âmbito do PIPITAL (Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve), não se terem concretizado como previsto.

GRÁFICO 4
DESPESA – ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO



Fonte: SIGO

Nesta representação gráfica é visível que o agrupamento de despesa com maior peso da despesa realizada em 2014 se refere a despesas com pessoal (89,3%).

Considerando a nova estrutura de receita e a “forte” dependência da TGR, cerca de 85% da receita própria, procedeu-se em 2014, à aplicação integral das receitas próprias provenientes da TGR (100%) em despesa corrente (pessoal, aquisições de bens e serviços e de capital), como forma de honrar compromissos anteriores e evitar a transição de dívidas para o ano seguinte. Só desta forma foi possível a viabilização do orçamento de funcionamento num cenário realista.

No que respeita ao agrupamento das despesas com aquisições de bens e serviços realça-se o esforço que continuou a ser feito no sentido da contenção deste tipo de despesas.

QUADRO 5
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA - ORÇAMENTO INVESTIMENTO

(euros)

GRUPOS DESPESA	Dotação Inicial (1)	Dotação Corrigida (2)	Valores Pagos (3)	Taxa de Execução (4)=(3)/(2)
01 - Despesas com o Pessoal	1.359.639	1.349.463	1.326.500	98,3%
01.01 - Remunerações Certas e Permanentes	1.061.355	1.074.226	1.062.645	98,9%
01.02 - Abonos Variáveis ou Eventuais	15.953	20.199	10.506	52,0%
01.03 - Segurança Social	282.331	255.038	253.349	99,3%
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	1.372.572	1.528.924	774.044	50,6%
02.01 - Aquisições de Bens	73.467	85.037	19.138	22,5%
02.02 - Aquisições de Serviços	1.299.105	1.443.887	754.906	52,3%
04 - Transferências Correntes	6.667	6.667	2.000	30,0%
04.09 - Resto do Mundo	6.667	6.667	2.000	30,0%
07 - Aquisição de Bens de Capital	32.570	103.803	47.740	46,0%
07.01 - Investimentos	32.570	103.803	47.740	46,0%
TOTAL	2.771.448	2.988.857	2.150.284	71,9%

Fonte: SIGO

Ao nível do Orçamento de Investimento a taxa global de execução da despesa totalizou 71,9%.

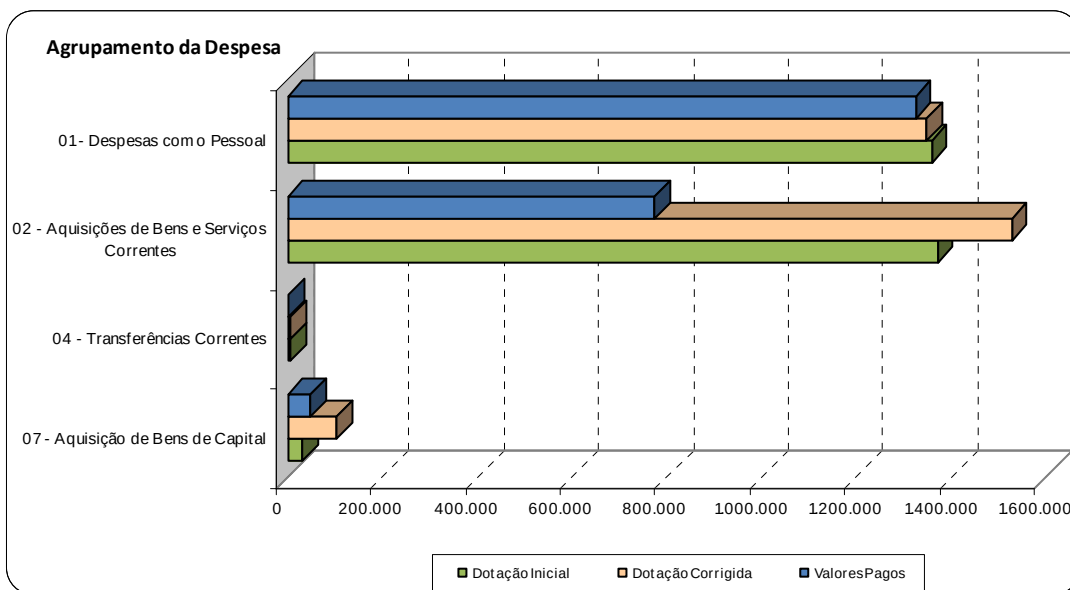
Contribuiu decisivamente para esta taxa a rubrica das despesas com pessoal, que constituíram uma das exceções à regra da assunção de novos compromissos, pelo seu carácter obrigatório e inadiável.

O desvio de 28% face às dotações corrigidas revela antes de mais o investimento que não foi realizado por falta atempada de obtenção do pedido de parecer prévio junto do SEAP – Secretaria de Estado da Administração Pública para a assunção de novos compromissos.

Importa sublinhar que tendo como pano de fundo o cenário orçamental fortemente restritivo a CCDR Algarve tem procurado gerir da melhor forma a realização da despesa em função das dotações orçamentais disponíveis, embora por vezes os morosos procedimentos legais para a realização das aquisições de bens e serviços constituam um forte entrave à sua execução em tempo útil.

Graficamente são evidentes os desvios entre a dotação corrigida e os valores pagos, sendo de salientar que por cada euro que não se investe de Capítulo 50º ou seja de contrapartida nacional não se recebem € 2,33 de verbas comunitárias.

GRÁFICO 5
DESPESA – ORÇAMENTO INVESTIMENTO



Fonte: SIGO

QUADRO 6
DESPESA GLOBAL POR ORÇAMENTO E AGRUPAMENTO DE DESPESA

(euros)

GRUPOS DE DESPESA	FUNCIONAMENTO	INVESTIMENTO	TOTAL
01 - Despesas com o Pessoal	2.160.160	1.326.500	3.486.660
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	169.311	774.044	943.355
04 - Transferências Correntes	4.401	2.000	6.401
06 - Outras Despesas Correntes	3.969	0	3.969
07 - Aquisição de Bens de Capital	95.153	47.740	142.893
08 - Transferências de Capital	109.949	0	109.949
TOTAL	2.542.943	2.150.284	4.693.227

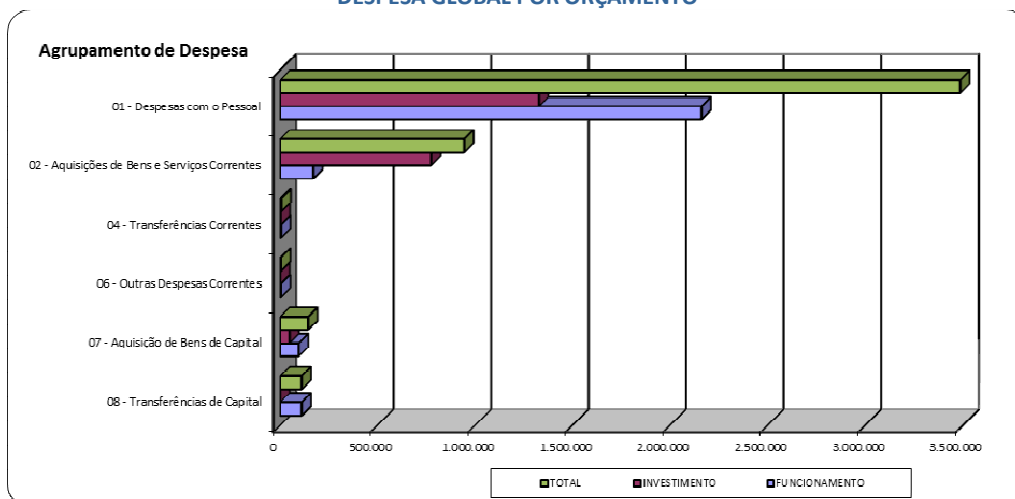
Fonte: SIGO

O orçamento inicial corrigido das cativações para 2014 previa uma despesa total de € 6.072.666 o que comparado com o valor efetivamente realizado permite determinar a taxa de execução que totalizou 77,3%.

Dos saldos transitados para 2014 no montante de € 1.499.315 apenas foram aplicados em despesa € 641.347 (€ 272.974 em despesas com pessoal, € 255.531 em aquisição de bens e serviços e € 112.842 em despesas de investimento). O valor remanescente, € 825.788 foi integrado na ótica da receita, correspondente ao saldo da componente -TGR Incentivos e € 32.180 foram entregues nos Cofres do Estado.

No Gráfico 6 é evidenciado claramente o grande peso das despesas com pessoal, sendo de destacar o particular significado assumido pela componente dos encargos da entidade patronal (ADSE, CGA e SS) no cômputo destas despesas.

GRÁFICO 6
DESPESA GLOBAL POR ORÇAMENTO



Fonte: SIGO

Conclui-se assim, da análise à receita e despesa, dos orçamentos de funcionamento e investimento que as receitas cobradas durante o ano permitiram cobrir as despesas efetuadas e garantir a regra do equilíbrio financeiro. O rácio relativo ao grau de cobertura global das despesas (receita total/despesa total) situou-se nos 117% no orçamento de funcionamento (€ 2.963.925/€ 2.542.943), e cerca de 101% no orçamento de investimento (€ 2.177.494/€ 2.150.284), sem recorrer à aplicação dos saldos da gerência anterior.

De salientar que, apesar dos fortes constrangimentos financeiros, esta CCDR conseguiu alcançar durante o ano de 2014 uma boa performance das receitas próprias e garantiu em tesouraria a reposição da verba da TGR - componente incentivos.

I.2 – CONTABILIDADE PATRIMONIAL (POC P)

As demonstrações financeiras que instruem a conta de gerência do ano 2014 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

I.2.1 – BALANÇO

QUADRO 7
COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO 2013-2014

(euros)

CONTAS	2014	2013
Imobilizado	2.373.930,41 €	2.340.130,18 €
Bens de domínio público	0,00 €	0,00 €
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €
Imobilizações corpóreas	2.371.430,41 €	2.337.630,18 €
Investimentos financeiros	2.500,00 €	2.500,00 €
Circulante	3.697.438,07 €	2.594.300,25 €
Existências	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.263.582,81 €	627.015,85 €
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa	2.412.079,29 €	1.945.210,94 €
Acréscimos e diferimentos	21.775,97 €	22.073,46 €
Total do Ativo	6.071.368,48 €	4.934.430,43 €

Fonte: Balanço

O ativo líquido totalizou no ano 2014 cerca de 6,07 milhões de euros tendo-se registado uma variação positiva na ordem dos 23% de 2013 para 2014. A justificação para esta variação reside fundamentalmente no aumento do ativo circulante em 42,5%, sobretudo gerado pelo aumento significativo das dívidas de terceiros (clientes) de curto prazo.

De referir o aumento do saldo da conta no tesouro, 24% relativo ao ano de 2013, justificado essencialmente pela receita cobrada da componente TGR Incentivos (€ 308.989) e pelo acumulado dos saldos apurados que transitam para o exercício de 2015.

Nos anos em análise a composição do ativo líquido apresentou os seguintes valores percentuais:

Ativo Fixo	2014 -> 39%	2012-> 47%
Ativo Circulante	2014 -> 61%	2012 -> 53%

Graficamente a composição do ativo líquido relativo a estes anos reflete precisamente esta realidade.

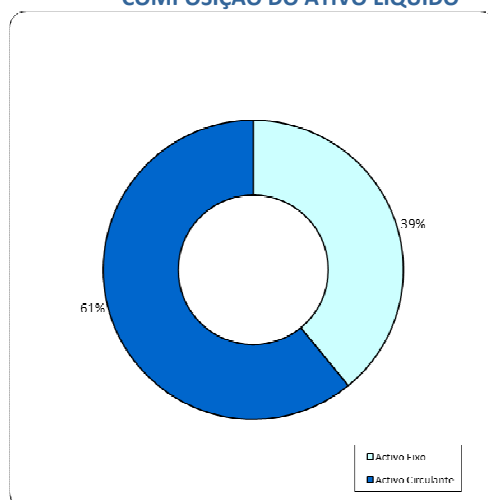
QUADRO 8
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO ATIVO LÍQUIDO

(euros)

Contas	Valor	%
Imobilizado	2.373.930,41 €	39%
Bens de domínio público	0,00 €	
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	
Imobilizações corpóreas	2.371.430,41 €	99,9%
Investimentos financeiros	2.500,00 €	0,1%
Circulante	3.697.438,07 €	61%
Existências	0,00 €	
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.263.582,81 €	34%
Títulos negociáveis	0,00 €	
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa	2.412.079,29 €	65%
Acréscimos e diferimentos	21.775,97 €	1%
TOTAL DO ATIVO	6.071.368,48 €	100%

Fonte: Balanço

GRÁFICO 7
COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO



Fonte: Balanço

No ano 2014 o ativo fixo totalizou € 2.373.930 sendo de salientar o peso assumido pelas imobilizações corpóreas que representaram 99,9% do Ativo Fixo. A -se à conta Edifícios e Outras Construções que representaram 82% do seu valor.

Por seu turno, o Ativo Circulante totalizou € 3.697.438, sendo constituído por:

- Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, que representaram 34% do ativo, dos quais 82,5% corresponderam a Dívidas de Clientes de Cobrança Duvidosa;
- Disponibilidades, que representaram 65% e se reportam aos saldos existentes nas várias Contas no IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública;
- Acréscimos e Diferimentos que refletiram a aplicação do princípio da especialização dos exercícios ao contemplar as estimativas de gastos gerais que serão efetivados no ano 2015.

A composição dos Fundos Próprios e do Passivo apresentaram nos anos em análise os seguintes valores percentuais:

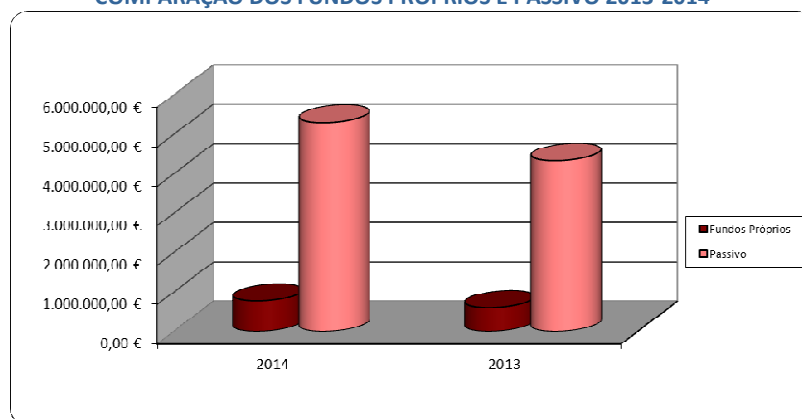
Fundos Próprios	2014 -> 13%	2013 -> 12%
Passivo	2014 -> 87%	2013 -> 88%

QUADRO 9
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2013-2014

	(euros)	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2014	2013
Fundos próprios	308.448,46 €	308.448,46 €
Reservas Transf. Ativos	2.500,00 €	2.500,00 €
Resultados transitados	258.892,15 €	200.140,27 €
Resultado líquido do exercício	198.254,04 €	90.932,03 €
Subtotal Fundos Próprios	768.094,65 €	602.020,76 €
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas a terceiros - Curto prazo	2.815.956,41 €	1.862.785,84 €
Acréscimos e diferimentos	2.487.317,42 €	2.469.623,83 €
Subtotal Passivo	5.303.273,83 €	4.332.409,67 €
Total Fundos Próprios e Passivo	6.071.368,48 €	4.934.430,43 €

Fonte: Balanço

GRÁFICO 8
COMPARAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2013-2014



Fonte: Balanço

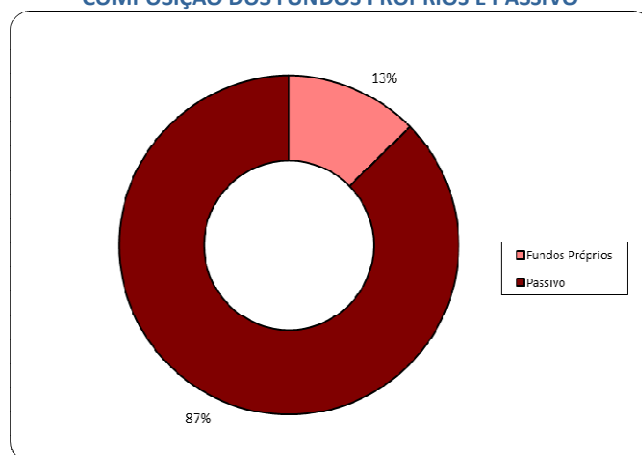
Face às pequenas diferenças percentuais registadas nos dois anos em análise, conclui-se que a estrutura dos Fundos Próprios e Passivo que suporta o Ativo é em tudo muito idêntica.

QUADRO 10
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

	(euros)	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2014	%
Fundos próprios	308.448,46 €	40%
Reservas Transf. Ativos	2.500,00 €	0%
Resultados transitados	258.892,15 €	34%
Resultado líquido do exercício	198.254,04 €	26%
Subtotal Fundos Próprios	768.094,65 €	13%
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00 €	0%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	2.815.956,41 €	53%
Acréscimos e Diferimentos	2.487.317,42 €	47%
Subtotal Passivo	5.303.273,83 €	87%
Total Fundos Próprios e Passivo	6.071.368,48 €	100%

Fonte: Balanço

GRÁFICO 9
COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO



Fonte: Balanço

No ano 2014 os Fundos Próprios totalizaram € 768.095 e incluíram:

- A Conta de Fundos Próprios ou Património, cujo montante permaneceu inalterado no decurso do período económico findo em 31 de Dezembro de 2014, representando a diferença entre os ativos e passivos.
- A Conta de Resultados Transitados que corresponde aos resultados retidos de anos anteriores, ou seja, aos resultados de anos anteriores diminuídos da parte entregue ao Estado.

Importa referir que nesta conta efetuaram-se os seguintes movimentos:

- aumento pelo montante do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior em € 90.932,03.
- diminuição no montante de € 32.180,15 em resultado da entrega dos saldos da conta de gerência do ano de 2013.

A conta Resultados Líquidos refletiu um valor positivo de € 198.254 que será explicado mais adiante quando for analisada a Demonstração de Resultados – Componente Custos.

O Passivo no montante de € 5.303.274 incluiu duas contas:

- Dívidas a Terceiros de Curto Prazo no valor de € 2.815.956 (53% do total do passivo) que incluiu entre outras: a Conta de Outros Credores que integra os € 1.134.778 da Componente Incentivos da TGR (30%); as Contas de Ordem no valor de € 424.193; e € 1.203.662 a favor das entidades autuantes em função dos valores percentuais legalmente fixados sobre determinadas receitas arrecadadas por esta Comissão de Coordenação; e,
- Acréscimos e Diferimentos, no valor de € 2.487.317 (47% do total do passivo), em cumprimento com o princípio da especialização, efetuaram-se os seguintes cálculos: as estimativas com as despesas com pessoal previstas para 2015 (€ 439.304); as estimativas de consumos de fornecimentos e serviços externos em 2014 que apenas serão faturados pelos respetivos fornecedores em 2015 (água, eletricidade, comunicações) no valor de € 4.377 e a contabilização dos subsídios ao investimento que totalizam € 2.043.636.

I.2.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

QUADRO 11
ESTRUTURA DE PROVEITOS

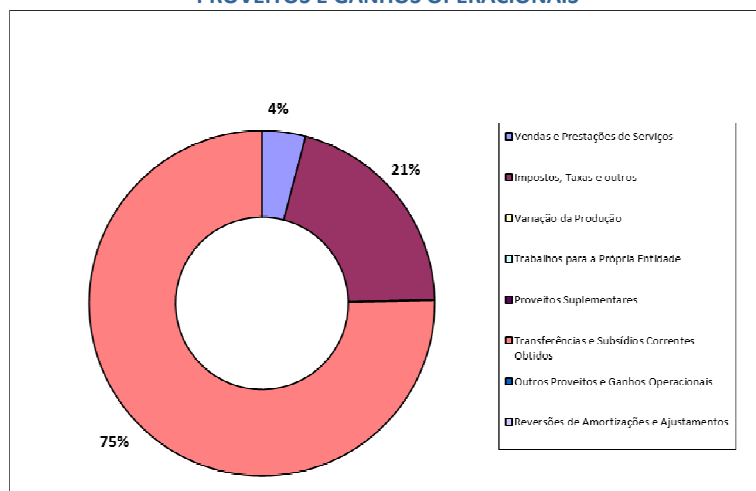
(euros)

PROVEITOS E GANHOS	2014	%	2013	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	4.797.426	93,5%	5.771.477	98,0%
Vendas e Prestações de Serviços	195.355	4,1%	118.138	2,0%
Impostos, Taxas e outros	989.051	20,6%	946.002	16,4%
Variação da Produção	0	0,0%	0	0,0%
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0,0%	0	0,0%
Proveitos Suplementares	1.893	0,0%	1.875	0,0%
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	3.611.127	75,3%	4.705.462	81,5%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0,0%	0	0,0%
Reversões de Amortizações e Ajustamentos	0	0,0%	0	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0,0%	0	0,0%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	335.404	6,5%	114.802	2,0%
Proveitos Totais	5.132.830	100,0%	5.886.279	100,0%

Fonte: Demonstração Resultados

Assim sendo, verificou-se que em 2014 os Proveitos e Ganhos totalizaram 5,1 milhões de euros sendo constituídos pelos Proveitos e Ganhos Operacionais, que representaram 93,5% deste valor, e pelos Proveitos e Ganhos Extraordinários que representaram 6,5% do mesmo valor.

GRÁFICO 10
PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS



Fonte: Demonstração Resultados

A estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais alicerçou-se fundamentalmente nas transferências correntes, as quais representaram 75,3% do total desta conta. Estas incluíram os valores arrecadados no âmbito da Solicitação de Transferências de Fundos associada ao Orçamento de Funcionamento, bem como as transferências por parte da ADC – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, referentes à contrapartida nacional dos projetos de investimento e as transferências de verbas comunitárias resultantes de pedidos de reembolso aprovados pelo PO Algarve 21 e POCTEP.

Com menor expressão surge a Conta Impostos e Taxas, que representa cerca de 21% do total. Os € 989.051 arrecadados correspondem essencialmente às receitas provenientes da TGR – Componente CCDR (€ 720.975), que é atualmente a principal fonte de receita própria, a qual registou como já foi anteriormente referido um acréscimo de 13% face às projeções efetuadas em sede de elaboração do orçamento para o ano 2014.

No que concerne os Proveitos e Ganhos Extraordinários os mesmos assumiram o valor de € 335.404 correspondendo às transferências de capital obtidas no âmbito do PIPITAL (Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico para o Algarve) e à contabilização dos subsídios ao investimento (princípios do acréscimo e do *matching*) afetos aos bens adquiridos com verbas comunitárias, que anualmente são transferidos da respetiva conta de Acréscimos e Diferimentos para esta conta.

Os Custos e Perdas assumiram em 2014 o valor de € 4.934.576 repartidos, respetivamente, pelos Custos e Perdas Operacionais que representaram 99,7% e pelos Custos e Perdas Extraordinárias que representaram apenas 0,3% dos custos totais.

A análise da estrutura dos Custos e Perdas Operacionais permite concluir que cerca de 71% dos custos se reportaram a encargos com pessoal, e cerca de 19% corresponderam aos custos com fornecimentos e serviços externos. Estes últimos abrangeram essencialmente os gastos gerais inerentes ao funcionamento dos 2 edifícios ocupados pelas unidades orgânicas desta Comissão de Coordenação e os custos relativos aos trabalhos especializados, nomeadamente: serviços de informática e estudos, pareceres e consultadoria.

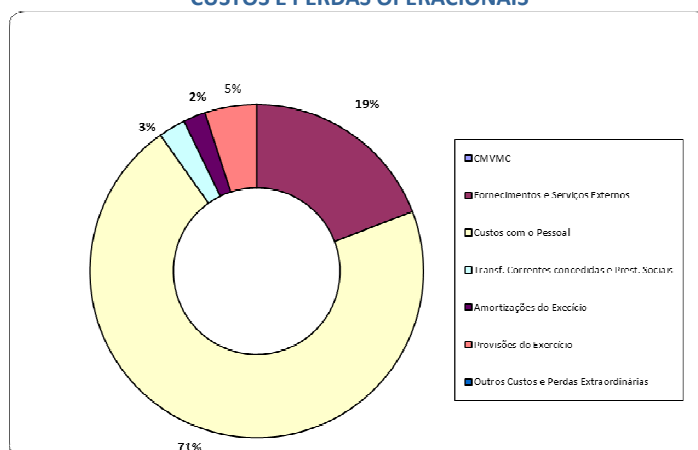
QUADRO 12
ESTRUTURA DE CUSTOS

(euros)

CUSTOS E PERDAS	2014	%	2013	%
Custos e Perdas Operacionais	4.921.212	99,7%	5.783.679	99,8%
CMVMC	0	0,0%	0	0,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	944.514	19,2%	697.193	12,1%
Custos com o Pessoal	3.494.121	71,0%	3.551.335	61,4%
Transf. Correntes concedidas e Prest. Sociais	129.102	2,6%	1.232.715	21,3%
Amortizações do Exercício	106.201	2,2%	91.460	1,6%
Provisões do Exercício	247.275	5,0%	210.976	3,6%
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%
Custos e Perdas Financeiras	303	0,0%	283	0,0%
Custos e Perdas Extraordinárias	13.061	0,3%	11.384	0,2%
Custos Totais	4.934.576	100,0%	5.795.347	100,0%

Fonte: Demonstração Resultados

GRÁFICO 11
CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS



Fonte: Demonstração Resultados

Por fim, apresentam-se os resultados consolidados do ano 2014.

O resultado líquido apurado foi influenciado pelos valores assumidos em 2014 pelos Proveitos e Ganhos e pelos Custos e Perdas.

No que se refere aos proveitos registou-se um aumento da receita própria associada à TGR, o que naturalmente influenciou os resultados. Quanto aos custos e perdas, pese embora os custos com os fornecimentos e serviços externos tenham aumentado quando comparados com os do ano anterior, as transferências correntes concedidas e os custos com pessoal tiveram uma diminuição significativa, em resultado dos seguintes fatores:

- transferência no âmbito do FSE/QCA III relativa à recuperação de restituições e reembolsos de despesa executada pelos beneficiários do IGFSE pelo montante de € 1.216.205, efetuada excecionalmente em 2013. Os valores apurados em 2014 correspondem fundamentalmente às transferências efetuadas no âmbito do Programa PIPITAL e ao pagamento das prestações sociais;
- saída de 3 trabalhadores (agosto 2014) no âmbito do Programa de Rescisões por Mutuo Acordo de Técnicos Superiores (Portaria nº 8-A/2014, de 15 de janeiro);
- impacto dos ajustamentos nas remunerações em função das reduções remuneratórias aplicadas.

QUADRO 13
COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

(euros)

Em Resumo	2014	2013
Resultados Operacionais	-123.787	-12.202
Resultados Financeiros	-303	-283
Resultados Correntes	-124.089	-12.486
Resultado Líquido do Exercício	198.254	90.932

Fonte: Demonstração Resultados

Em conformidade com as Notas Explicativas da Conta Resultados Transitados constantes no Plano Oficial de Contabilidade, propõe-se a transferência do resultado líquido apurado no exercício económico de 2014, no valor de € 198.254, para esta conta.

I.3 - CONTABILIDADE POR CENTROS DE CUSTO

Desde 2010 que esta CCDR Algarve produz informação relevante de apoio à gestão no que concerne às receitas/despesas por unidade orgânica através da contabilidade por centros de custo. A sua estrutura é composta por tabelas que são atualizadas semestralmente, no sistema integrado de gestão – SINGAP – módulos dos Recursos Humanos e da Gestão Financeira, em função das entradas/saídas de trabalhadores das unidades orgânicas, e por sua vez, o nº de horas mensais que cada trabalhador dispensa na realização de cada uma das funções às mesmas afetas.

Genericamente, a estrutura dos Centros de Custo assenta em dois grandes grupos, Funcionamento e Investimento, correspondentes respetivamente aos orçamentos em execução.

No que se refere à componente do Funcionamento a imputação das receitas/despesas é feita por unidade orgânica, Direção de Serviço, e ainda, dentro de cada unidade pelas diversas funções que decorrem diretamente da missão e atribuições da CCDR Algarve. Neste sentido, no início do ano de 2013, foram revistas/validadas com as diversas Unidades Orgânicas todas as imputações inerentes às funções, de modo a obter o valor mais aproximado do custo efetivo de cada uma das funções, que integram os centros de custo.

Na componente Investimento, muito identificada com os projetos executados anualmente, a imputação das receitas/despesas é efetuada diretamente aos mesmos.

As unidades orgânicas consideradas na estrutura dos centros de custos do funcionamento são as constantes na tabela seguinte:

Unidade Orgânica	Atribuição/Competência
DSOT	Ordenamento do Território
DSA	Ambiente
DSDR	Desenvolvimento Regional
DSAJAL	Apoio Jurídico a Administração Local
SERVIÇOS TRANSVERSAIS	Gestão Financeira Gestão Patrimonial/Expediente Gestão de Recursos Humanos Sistemas de Informação Presidência

O Quadro 14 sintetiza a receita arrecadada e a despesa paga por unidade orgânica e respectivas funções, relativamente à execução orçamental registada do ano 2014. Esta informação no que respeita à componente receita, não incluiu os saldos transitados de anos anteriores na posse do serviço, atrás identificados, pelo que os valores globais aqui apresentados são naturalmente inferiores aos reproduzidos na Contabilidade Orçamental.

Para melhor compreensão da informação constante neste quadro, é importante analisar os Quadros 20 e 21 que identificam a origem da receita arrecadada e a tipologia da despesa realizada por unidade orgânica.

Assim, no que se refere às receitas imputadas a cada unidade orgânica identificaram-se as seguintes:

- receitas gerais provenientes do OE – imputação da receita a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que está afeto;
- receitas próprias – receitas imputadas a cada unidade orgânica em função do disposto nos diplomas legais que estabelecem os valores a cobrar e a sua repartição por 3^{as} entidades, quando aplicável.

De referir que determinadas unidades orgânicas pelas funções que desenvolvem não são “geradoras” de receita, como é o caso dos serviços transversais que englobam as atribuições/competências da gestão financeira, patrimonial e dos recursos humanos, os sistemas de informação e a Presidência. Nestes casos, as receitas imputadas correspondem, em regra, às receitas provenientes do Orçamento de Estado – Solicitação de Transferências de Fundos (exclusivamente aplicados em despesas com pessoal) e às receitas comunitárias, provenientes de reembolsos FEDER (despesas cofinanciadas por fundos comunitários e por convenções assinadas com a Comissão Europeia relativas a projetos especiais – *Europe Direct* e *Entreprise Europe Network*).

QUADRO 14
RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO

euros

				RECEITA		DESPESA			RESULTADO LIQUIDO							
Unidade Orgânica		C.C. Final (movimentável)		Valor por função (COBRADO)		Valor por Un. Orgânica		Valor por função (PAGO)	Valor por Un. Orgânica	Valor por função	Valor por Un. Orgânica					
DSOT	1. Monitorização do PROT; NDT e NDE(1)			MONIT	4.880	233.993		9.114	505.178	-4.234	-271.186					
	2. Acompanhamento IGT e AAE (2)			IGT / AAE	66.849			139.271		-72.422						
	3. SIRJUE e outros processos (3)			SIRJUE	11.403			39.789		-28.387						
	4. REN E RAN			REN / RAN	87.979			177.210		-89.231						
	5. AIA E AIncA (4)			AIA	8.172			14.299		-6.127						
	6. Projectos e outras funções			PROJ	54.710			125.495		-70.785						
DSA	1. Avaliação de Impacte Ambiental			AVAL	128.347	1.350.347		104.470	287.760	23.876	1.062.588					
	2. Licenciament. e Gestão de Resíduos			LICENÇ	1.131.427			55.503		1.075.924						
	3. Rede de Qualidade do Ar e Emissões			QUAL. AR	27.692			63.621		-35.929						
	4. Extração Mineral			EXT MIN	30.077			48.542		-18.465						
	5. Ruído			RUIDO	18.048			12.326		5.722						
	6. Acomp. AAE / IGT			AAE / IGT	14.756			3.296		11.460						
DSDR	1. Cooperação			COOP	141.319	385.597		147.184	447.834	-5.864	-62.237					
	2. Estudos Regionais			EST. REG	150.133			166.796		-16.663						
	3. Plan. e acompanh. de prog. comunitários			PLAN	17.932			37.212		-19.280						
	4. Informação Europeia (Empresas)			IEE	30.869			74.160		-43.292						
	5. Informação Europeia (Cidadãos)			IEC	45.344			22.482		22.862						
DSA.JAL	1. Finanças Locais			FIN. LOC	14.640	100.049		44.655	276.520	-30.015	-176.471					
	2. Programa Equip. Urbanos, Utilização Colectiva e Coop. Técnica e Financeira			PEUJUCTF	16.344			22.899		-6.555						
	3. Balanço Social das Autarquias			BAL. SOC	4.880			21.468		-16.588						
	4. Processos de Contra- ordenação			CONTR	51.249			121.741		-70.493						
	5. Elaboração Pareceres Jurídicos e Contencioso			PAREC	8.172			15.737		-7.565						
	6. Vigilância e Controlo			VIG./ CONTROL	4.764			50.020		-45.256						
SERV. TRANSV.	DSCGAF	1. Gestão Financeira			FINANC	306.623	507.716	704.179	915.703	60.607	-196.463	-243.163				
		2. Gestão Patrimonial/ Expediente			PATRIM	118.479				230.162			-111.683			
		3. Gestão de Recursos Humanos			RH	82.614				228.001			-145.387			
	DSI	DSI	26.104	26.104	55.977	55.977	-29.873			-29.873						
	PRES	Presidência	PRES	138.720	138.720	155.547	155.547			-16.827			-16.827			
Total					2.742.527		2.742.527		2.432.995		2.432.995		309.532		309.532	

Fonte: Balancetes da Receita - SINGAP

QUADRO 15
FONTES DE RECEITA POR CENTRO DE CUSTO

(euros)

Unidade orgânica						
Designação das receitas	DSA	DSA.JAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.	TOTAL
Taxas, multas e outras penalidades	1.117.486	15.616	0	0	0	1.133.101
Transferências correntes	164.503	84.434	385.597	205.877	665.253	1.505.664
Venda de bens e serviços	68.359	0	0	28.116	7.167	103.642
Outras receitas correntes	0	0	0	0	0	0
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0	0	0	120	120
TOTAIS	1.350.347	100.049	385.597	233.993	672.541	2.742.527

Fonte: Balancetes da Receita - SINGAP

As receitas arrecadadas em 2014 totalizaram € 2.742.527, o que representou uma percentagem de execução na ordem dos 122% face ao valor orçamentado inicial (€ 2.243.557), expurgando como foi referido, as transferências no montante de € 300.000 correspondente às verbas a transferir para os beneficiários do programa PIPITAL – Programa de Investimentos Públicos de Interesse Turístico do Algarve.

Efetuada uma análise mais detalhada à componente da receita arrecadada, e não por fonte de financiamento como anteriormente foi demonstrada, conclui-se que o agrupamento das transferências correntes assumiu maior expressão, no cômputo global da receita arrecadada, representando cerca de 55% do valor total, das quais 44% se reportaram às transferências de receitas gerais do Orçamento de Estado e os restantes 11% às transferências comunitárias.

Segue-se em termos de maior representatividade na receita arrecadada a proveniente da TGR que representou cerca de 38% do total, o que permite evidenciar à semelhança dos anos anteriores a forte dependência que estes serviços têm relativamente a uma fonte de receita sazonal e com tendência para diminuir face ao decréscimo do volume de resíduos produzidos sujeitos a taxa.

Concentrando agora a análise na receita arrecadada por unidade orgânica, conclui-se que a Direção de Serviços do Ambiente (DSA) foi o centro de custos com mais receita arrecadada, representando 49% do total cobrado. Este valor justifica-se pelo facto de se ter convencionado, aquando da definição da estrutura dos centros de custo, que a receita da TGR pela sua natureza estaria associada a esta unidade orgânica.

QUADRO 16
DESPESA POR UNIDADE ORGÂNICA

(euros)

Designação	Unidades orgânicas					TOTAL
	DSA	DSAJAL	DSDR	DSOT	SERV. TRANS.	
Despesas com Pessoal	251.666	247.716	408.662	478.685	773.431	2.160.160
Aquisição de Bens e Serviços	32.268	9.227	17.492	25.324	85.001	169.312
Transfer. Correntes	0	6.269	1.500	0	600	8.370
Aquisição de Bens de Capital	3.826	13.308	20.180	1.169	56.671	95.154
TOTAIS	287.760	276.520	447.834	505.178	915.703	2.432.995

Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

Quanto às despesas, está definido o seguinte critério de imputação:

- despesas gerais – imputação a cada unidade orgânica em função do nº de trabalhadores que está afeto;
- despesas gerais específicas por edifício/unidade orgânica/função – imputação às unidades orgânicas/funções a que respeitam.

As despesas realizadas e pagas em 2014 totalizaram € 2.432.995, representando uma percentagem de execução na ordem dos 108% face ao valor orçamentado.

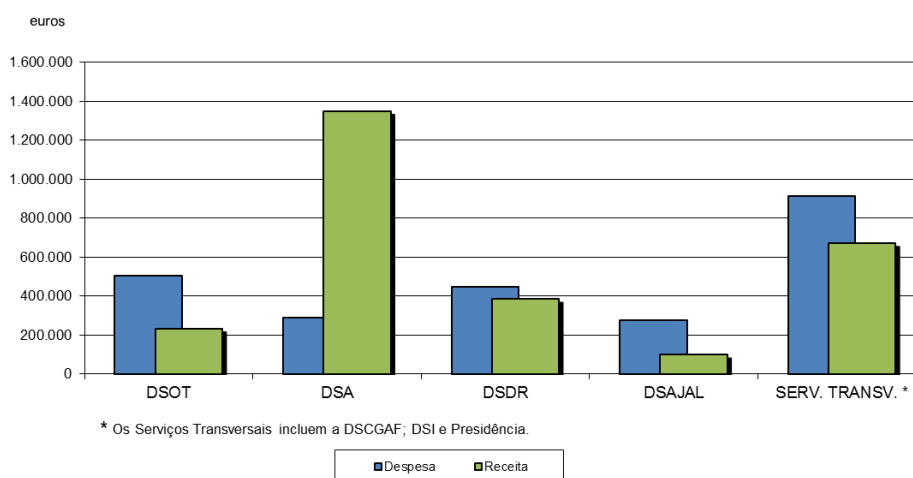
Numa análise por grandes agrupamentos de despesa conclui-se que as despesas com pessoal representaram 89% do total do orçamento executado. Por sua vez, o agrupamento aquisição de bens e serviços registou uma taxa de execução na ordem dos 7%.

Relativamente à despesa por unidade orgânica, a que teve maior expressão na execução global foi sem sombra de dúvida a dos Serviços Transversais, sendo responsável pelo maior volume de despesa em todos os agrupamentos de classificação económica, pelo facto de ser esta a unidade orgânica que integra o maior número de trabalhadores em funções na CCDR Algarve, conforme espelhado na tabela das unidades orgânicas atrás referida.

Procedendo à análise comparativa entre a receita e despesa afetas a cada unidade orgânica, conclui-se que excetuando a DSA, que gerou um resultado líquido positivo, as restantes unidades orgânicas apresentaram um resultado negativo, que naturalmente foi compensado pelos excedentes do Ambiente. O Gráfico 12 a seguir apresentado evidencia claramente esta realidade.

Para remate da análise dos centros de custo resta proceder à identificação das funções que no geral, e em particular em cada unidade orgânica, representaram maior custo ponderado naturalmente pelo nº de horas/trabalhador. O Quadro 14 permite retirar conclusões interessantes e de grande importância para a gestão dos serviços.

GRÁFICO 12
RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO



Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

Relativamente ao Orçamento de Investimento cada projeto aprovado no âmbito do PO Algarve21 e POCTEP tem correspondência com um centro de custo com a mesma designação.

QUADRO 17 RECEITA/DESPESA POR CENTRO DE CUSTO

Prog./Medida	Centro de Custo (Projeto)	Cód. Proj.	RECEITA		DESPESA		RESULTADO LIQUIDO	
			Valor por Centro de Custo (COBRADO)	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo (PAGO)	Valor por Prog./Medida	Valor por Centro de Custo	Valor por Prog./Medida
P002 M003	Cooperação Territorial Europeia - Vert. Transfronteiriça	6662	13.423	13.423	14.819	14.819	-1.396	-1.396
P002 M031	Gestão Territorial - Algarve	6167	126.536	263.342	95.862	155.463	30.674	107.879
	Promoção e Capacitação - Articular para Intervir	7069	136.806		59.601		77.205	
P002 M063	Assistência Técnica Global do Programa Operacional do Algarve	6302	1.668.214	1.900.729	1.756.814	1.980.002	-88.600	-79.273
	Assistência Técnica da Cooperação Territorial	6664	15.921		8.054		7.867	
	Estratégia Regional para o Algarve	9114	147.787		153.131		-5.344	
	Racionalização das TIC's	9330	68.807		62.003		6.804	
Total			2.177.494	2.177.494	2.150.284	2.150.284	27.210	27.210

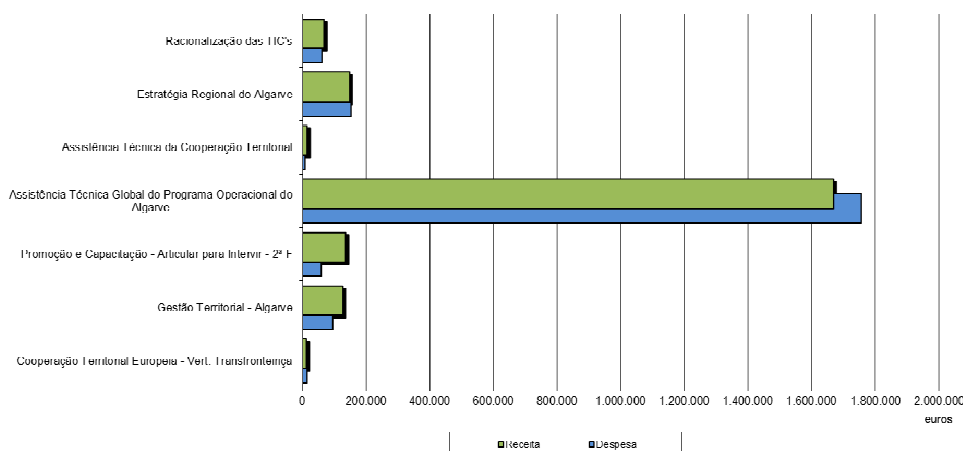
Fonte: Balancetes da Despesa - SINGAP

O Quadro 17 evidencia a receita cobrada acumulada, discriminada por centros de custo (projetos) no montante total de € 2.177.494, sendo o centro de custo afeto ao projeto - Assistência Técnica do PO Algarve, o que apresentou a maior taxa de receita cobrada, a qual ascendeu a 77%. Todos os outros ficaram aquém das previsões orçamentadas.

Relativamente à despesa, o centro de custo com maior execução foi igualmente o da Assistência Técnica do PO Algarve 21, representando cerca de 82% da execução global do orçamento de Investimento. O maior encargo foi de longe, o que diz respeito às despesas com pessoal, com um peso de 75% no total das despesas realizadas.

O Gráfico 13 evidencia o resultado líquido alcançado em cada projeto, sendo de salientar que, em regra, os mesmos foram positivos com exceção dos projetos na área da Cooperação em que foi necessário utilizar a liquidez gerada pelos saldos transitados para assegurar os compromissos assumidos.

GRÁFICO 13 RECEITA-DESPESA POR CENTRO DE CUSTO



Fonte: Balancetes da Despesa – SINGAP

II - CONCLUSÃO

Face ao exposto no presente Relatório de Gestão conclui-se que no ano de 2014 os objetivos inicialmente propostos foram cumpridos no que se refere à execução orçamental. O escrupuloso cumprimento das normas constantes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso obrigou à realização de rigorosos exercícios mensais de apuramento dos fundos disponíveis, num cenário caracterizado por receita (própria) de carácter sazonal face a despesa certa e obrigatória.

De salientar que o apuramento dos fundos disponíveis foi efetuado com sucesso, resultando assim que a CCDR Algarve honrou todos os compromissos assumidos não tendo gerado dívidas e/ou pagamentos em atraso.

De salientar que, a gestão empreendida pela Presidência da CCDR Algarve ao longo do ano económico de 2014 orientada por princípios de forte contenção e rigor na aplicação das verbas disponíveis, tal como a identificação sistemática de novas soluções para velhos problemas, foram sem sombra de dúvida primordiais para se atingirem os resultados retratados no presente relatório, sendo de destacar o cumprimento da Regra do Equilíbrio Financeiro e do Rácio de Auto Financiamento e Equilíbrio Orçamental, com um grau de autonomia na ordem dos 90%, nos termos do estabelecido na Lei do Enquadramento Orçamental.

Foi na realidade neste enquadramento que se garantiu o cumprimento dos objetivos operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades Anual.

Por fim importa salientar que a CCDR Algarve em 2014 cumpriu, em regra, nos prazos estabelecidos, as múltiplas obrigações nas mais diversas áreas, enquanto serviço e fundo autónomo, no que se refere à prestação de informação, nos termos do estabelecido na Lei e no Decreto-Lei de Execução Orçamental.

ANEXO 5
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR UNIDADE ORGÂNICA
EM 2014

A) DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Analisar e elaborar informações técnicas de apoio à decisão, sobre os instrumentos de gestão territorial (IGT) remetidos para apreciação dos Serviços, nomeadamente os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e a respetiva avaliação ambiental estratégica (AAE):

Esta apreciação é efetuada através da elaboração de informações técnicas e da realização de reuniões, nomeadamente com as câmaras municipais responsáveis pela elaboração dos PMOT e com as entidades representativas dos interesses a ponderar. As referidas informações e reuniões têm lugar, quer em fase intermédia, no âmbito do acompanhamento da elaboração, alteração, revisão ou suspensão dos Planos, quer na fase final da sua apreciação. Neste processo a CCDR tem um papel fundamental de coordenação na apreciação das propostas, no sentido de serem encontradas posições consensuais, que cumpram com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e sejam compatíveis com os IGT de hierarquia superior.

- Assegurar a avaliação de projetos estruturantes nas modalidades de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) e de Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE), bem os previstos no programa Polis e outros de interesse regional, nomeadamente os apoiados por fundos comunitários:

Este processo implica a realização de diversas reuniões com as autarquias, os promotores e/ou as entidades envolvidas, bem como a elaboração de informações e pareceres, necessários à instrução destes processos e a garantir que os projetos financiados se encontra compatíveis com os IGT, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública, aplicáveis.

- Coordenação do processo de consulta às entidades externas, sobre operações urbanísticas, em razão da localização, através do sistema de informação do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (SIRJUE):

Neste âmbito a CCDR é a entidade coordenadora, à qual compete emitir uma decisão global e vinculativa da administração central, em razão da localização da operação urbanística em apreço, tendo por base os pareceres emitidos pelas diferente entidades consultadas.

- Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT:

5 Exercícios de avaliação de conteúdos no âmbito da elaboração de PU e PP.

- Apreciação das comunicações prévias para usos e ações que se pretendem implementar em área abrangida pelo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN); conclusão do procedimento de delimitação da REN do concelho de Castro Marim, único na região que não dispõe de carta oficial da REN; acompanhamento e apreciação dos procedimentos de alteração e de redelimitação das REN promovidas pelos municípios, bem como os decorrentes de projetos individuais que justifiquem tal opção; acompanhamento e instrução de procedimentos de Reconhecimento do Interesse Público (RIP):

422 Documentos produzidos, entre pareceres de autorização ou de comunicação prévia, solicitação de elementos instrutórios e prestação de esclarecimentos; 11 processos de delimitação/redelimitação da REN, alteração da REN e RIP.

- Apreciação de projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e florestais e outros:

80 Apreciações (38 projetos de desenvolvimento agrícola e 42 planos de gestão florestal e de projetos de arborização e rearborização).

- Apreciação e autorização de usos não agrícolas de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola (ER RAN):

Participação nas 42 reuniões da ER RAN e apreciação de todas as pretensões submetidas a decisão num total de 721 processos analisados, tendo sido elaboradas 775 atas, e autorizada a utilização de 303988,40m² de solos da RAN, para utilizações não agrícolas.

- Articulação com a Divisão de Vigilância e Controlo (DVC), em matéria de fiscalização e análise de denúncias / reclamações:

Emissão de informações e pareceres sobre os relatórios de fiscalização da DVC e respostas a denúncias / reclamações, bem como vistorias/ visitas de campo.

- Emissão de pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA), nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem:

Colaboração na apreciação dos processos, em resultado das solicitações apresentadas pela Divisão de Avaliação Ambiental, através da respetiva Direção de Serviços de Ambiente desta CCDR.

- Representação da CCDR em conselhos, comissões, júris:

Estes Serviços têm tido uma participação regular nas reuniões quinzenais da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), bem como nas reuniões da Comissão de Autorização Comercial do Algarve (COMAC), e nas reuniões do Grupo de Trabalho para o Território (GTT), e ainda nas reuniões da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN), quando se encontram em apreciação delimitações da REN municipal relativas a concelhos da região, nas reuniões de Júris dos concursos e nas reuniões de grupos técnicos de trabalho, com destaque para o da alteração do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

- Realização do “Curso pós-graduado de aperfeiçoamento em direito do urbanismo e da construção. 2013-2014”.

Importa destacar o facto da DSOT ter contribuído decisivamente para a realização deste curso de pós-graduação, realização conjunta entre esta CCDR e o Instituto de Ciências Jurídico Políticas, da faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Curso este que teve uma conferência inaugural subordinada ao tema “O ordenamento do território e as alterações climáticas”, ocorreu nas instalações da CCDR Algarve, de março a junho de 2014, inclusive. Foi lecionado por um diversificado conjunto de especialistas nestas temáticas, com experiência académica e profissional, e foi frequentado por 30 formandos.

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências	
		Descrição	Fórmula de cálculo					
1	DSOT	Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT), nomeadamente, assegurando a sua compatibilidade com o PROT Algarve, em articulação com o PNPOT, e participar na aplicação do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE)						
		Assegurar a implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)	N.º de Reuniões do Observatório do PROT Algarve	3 Reuniões	0 Reuniões	A acentuada conjuntura económica recessiva terá motivado que não houvesse novas solicitações das CM, que justificassem a realização das reuniões previstas.	Verificação através do Filedoc, cruzada com folha Excel da DGTQC.	
		Analisar e elaborar informação técnica de apoio à decisão, sobre os IGT remetidos à apreciação dos Serviços	Nº de planos apreciados em Conferências de Serviços (CS) ou Comissões de Acompanhamento (CA)	6 Planos	10 Planos	Desvio significativo, resultante essencialmente do incremento de alterações aos PDM, promovidas pelas Autarquias.	Verificação através do Filedoc, cruzada com folha Excel da DGTQC: - CA (6.ª) PDM Lagos - CS PU Vale Freixo, Loulé - CS Altera regulamento PDM Monchique - CS PP Aljezur - RP Revisão PDM Olhão -CS PIER Parque Campismo Quarteira, Loulé - CA (1.ª) PDM de Faro - CS alteração PDM Faro - realojamentos - CS Alteração art 27.º PDM de Lagoa - CS Alteração PDM VRSA – Zona de equipamentos	
			N.º de atualizações do ponto de situação dos PMOT do Algarve	3 Atualizações.	3 Atualizações	Não se verificaram desvios.	Página dos planos municipais de ordenamento do território, disponível no site da CCDR.	
			N.º de dias para emissão de pareceres no âmbito do acompanhamento dos PMOT	30 Dias			Verificação através do Sistema de gestão documental da CCDR – Filedoc, cruzada com a folha Excel onde se regista o movimento dos processos da DGTQC.	

	N.º de outros IGT, cujo acompanhamento e apreciação implique uma complexidade equivalente aos PMOT submetidos a CS ou CA	3 Planos	13 Planos	Desvio significativo, resultante essencialmente da iniciativa das CM de alterarem ou reverem os seus PDM, e ainda de terem sido considerados o estudo de mobilidade interurbana, os PIR - Projetos de Intervenção e Requalificação das Ilhas Barreira da Ria Formosa e a suspensão do PDM de VRSA.	Verificação através do Filedoc, cruzada com folha Excel da DGTQC: - Apreciação da proposta de RCM, aprova POA Odeleite - Acompanhamento da alteração do PDM Aljezur - Avaliação do Plano de Atividades do PNPOT - Estudo de Mobilidade interurbana do Alg Central - PIR Península do Ancão - PIR da Ilha da Culatra, núcleo do Farol Nascente - PIR da Ilha da Culatra, núcleo dos Hangares - Acompanhamento da Revisão PDM Loulé - Acompanhamento da Revisão do PDM Faro - Acompanhamento da Revisão PDM de Tavira - Prorrogação das Medidas Preventivas, suspensão PDM de VRSA – FRUSUAL - PP Pinhal do SOL, Loulé - Parecer alteração PIER do Barranco do Velho, Loulé
Assegurar a avaliação de projetos estruturantes (NDT e NDE) e demais procedimentos legais	Nº de projetos avaliados	3 Projetos	3 Projetos	Não se verificaram desvios Contudo, também foram acompanhados o NDT da Qt da Ombria em Loulé e o NDE do Parque Temático Vasco da Gama em Albufeira, através da prestação de informações e/ou participação em reuniões.	Verificação através do Filedoc, cruzada com folha Excel da DGTQC: - NDT de Portimão - NDE Vale do Frixo, Loulé - NDT da Qt Atalaia, Tavira - Correção material ao regulamento PDM Tavira, sítio da Picota - Correção material ao PP Área Industrial de Stª Margarida, Tavira
Assegurar o papel de Entidade Coordenadora no processo de consulta às Entidades Externas,	Respostas aos requerimentos, garantindo a decisão final após pronúncia das entidades	40 Respostas	98 Respostas	Desvio muito significativo, resultante do facto da quase generalidade das	Verificação através do SIRJUE, cruzada com folha Excel da DGTQC.

		bem como de Entidade da Administração Central Consultada, sobre operações urbanísticas, em razão da localização, utilizando o sistema de informação do regime jurídico de urbanização e edificação (SIRJUE)	consultadas, ou através de conferência decisória, quando aplicável, bem como a emissão dos pareceres enquanto Entidade da Administração Central Consultada			autarquias do Algarve ter passado a aderir a esta plataforma informática.	
		Apreciar pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	N.º de solicitações apreciadas e de colaborações prestadas	10 Apreciações	43 Apreciações	Desvio muito significativo, resultante essencialmente do volume das solicitações que foram dirigidas aos Serviços, não enquadradas noutros âmbitos.	Verificação através do Filedoc, cruzada com as folhas Excel da DGTQC e da DOTCNVP.
		Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve	N.º de avaliações de conteúdos sobre a salvaguarda da ERPVA na elaboração de PMOT	6 Avaliações	5 Avaliações	Ligeiro desvio, resultante do menor número de IGT que determinaram a necessidade de avaliação da ERPVA	Verificação através do Sistema de gestão documental da CCDR – Filedoc
			N.º de exercícios de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal dos PDM	2 Exercícios de transposição da ERPVA	0 Exercícios	Desvio resultante da ausência de evolução técnica dos PDM, que justificaria a necessidade transposição da ERPVA para a EEM	
2	DSOT	Assegurar a implementação do Regime Jurídico da REN e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional					
		Garantir a apreciação dos processos de Comunicação Prévia no âmbito da REN, incluindo processos veiculados pelo SIRJUE	N.º de pareceres emitidos	250 Pareceres	613 Pareceres (informações e ofícios de decisão final) 121 Informações no âmbito do SIRJUE	Desvio muito significativo, resultante essencialmente do elevado número de pedidos de legalização de edificações e de respostas no âmbito da audiência dos interessados em sede de CPA	Verificação através do Filedoc, cruzada com o SIRJUE e com a folha Excel onde se regista a tramitação dos processos na DOTCNVP.
		Acompanhar e aprovar as propostas de delimitação e alteração da REN no âmbito dos PMOT	N.º de processos acompanhados e de pareceres emitidos	6 Processos/ pareceres	7 Processos acompanhados, com 6 processos concluídos (10 relatórios e 2 preparações de elementos finais para publicação)	Desvio ligeiro, resultante do maior número de processos submetidos à CCDR	Verificação através do Filedoc, cruzada com a página da REN, no site da CCDR http://www.ccdr-alg.pt/site/info/alteracao-da-delimitacao-da-ren , onde constam as alterações da REN, em curso ou concluídas.

		Avaliar e aprovar as propostas de alteração simplificada da delimitação da REN, e executar os procedimentos necessários com vista à sua publicação	N.º de processos avaliados e aprovados, incluindo os procedimentos necessários para publicação	5 Relatórios de avaliação/aprovação e/ou publicações em D.R.	6 , em 2 alterações simplificadas da REN e 2 RIP (4 relatórios e 2 despachos de publicação, incluindo o respetivo mapa de publicação)	Não se verificaram desvios	Verificação através do Filedoc, cruzada com a página da REN, no site da CCDR http://www.ccdr-alg.pt/site/info/alteracao-da-delimitacao-da-ren , onde constam as alterações da REN, em curso ou concluídas.
		Apreciar os projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e florestais e demais pretensões	N.º de projetos apreciados, incluindo planos de gestão florestal (PGF)	50 Projetos	80 Projetos (42 PGF e Arborização/rearborização , 35 projetos de investimento agrícola e 3 projetos instalação galerias ripícolas)	Desvio significativo, resultante, sobretudo, do incremento do número de projetos de arborização/rearborização	Verificação através do Sistema de gestão documental da CCDR – Filedoc e folha Excel onde se regista a tramitação dos processos na DOTCNVP.
		Apreciar e autorizar usos não agrícolas de solos da RAN, no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (ER RAN), como membro integrante desta	N.º de participações em reuniões da ER RAN	40 Reuniões	42 Reuniões	O ligeiro incremento do n.º de reuniões deveu-se ao facto da sua periodicidade ser semanal, realizando-se todas as sextas-feiras, exceto em período de férias e feriados.	Cfr. ATA n.º 83/2015, de 30/01/2015, da ER RAN
		Articular com a Divisão responsável pela fiscalização, os procedimentos necessários para a reposição da legalidade em REN	N.º de pareceres emitidos sobre os relatórios de fiscalização emitidos pelo setor responsável, e de prestações de colaboração técnica	40 Pareceres e notas de colaboração prestadas	23 Pareceres emitidos através de informação ou CSI; 21 colaborações prestadas em documentos da DVC	Não se verificaram desvios	Verificação através do Filedoc, cruzada com o registo interno da DVC
3	DSOT	Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA					
		Emitir pareceres sobre processos de AIA e de AlncA, nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem	N.º de pareceres emitidos	8 Pareceres	12 Pareceres	Desvio assinalável, motivado pelo número de solicitações da DSA.	Verificação através do SIRJUE, cruzada com folha Excel da DGTQC:
4	DSOT	Promover e garantir, com recurso às TIC (através da IDEALG), uma adequada articulação intersetorial, no domínio dos SIG, entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias e/ou com as demais CCDR/ DG Território					
		Integração numa plataforma colaborativa de dados espaciais (IDEALG) de conteúdo temáticos inerentes a outros serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias	N.º de entidades aderentes ao projeto	2 Entidades	2 Entidades	Não se verificaram desvios.	Verificação efetuada através da consulta do site da CCDR http://idealg.ccdr-alg.pt/parceiros.aspx
5	DSOT	Assegurar o acompanhamento de projetos e programas					

		Acompanhar a elaboração de planos e projetos no âmbito do Programa Polis e do PO Algarve 21	N.º pareceres de análise dos planos e projetos	8 Pareceres	8 Pareceres no âmbito do programa Polis e 5 reuniões de acompanhamento para a emissão de pareceres; 12 pareceres no âmbito do PO Algarve 21;	Não se verificaram desvios relativamente aos projetos do programa Polis; grande incremento da análise de projetos do PO Algarve 21	Verificação efetuada através do Filedoc e das fichas de controlo do PO Algarve 21
6	DSOT	Colaborar / cooperar com as entidades da administração central e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações					
		Apresentar comunicações em seminários ou encontros técnicos	N.º de participações, com apresentação de comunicação	2 Participações	3 Participações	O ligeiro incremento do n.º de apresentação de comunicações, em função do n.º de solicitações.	Conforme programas: - Apresentação seminário da UALG sobre Avaliação Ambiental dos PMOT - Participação "Seminário sobre recuperação Ambiental de pedreiras" - Apresentação seminário da UALG sobre "Território e Paisagem: Do ordenamento ao Projeto",
		Representar a CCDR em conselhos, comissões e júris	N.º de participações em reuniões	8 Participações	38 Participações	O tão significativo desvio relativamente ao n.º total de reuniões realizadas deveu-se essencialmente à contabilização das 22 reuniões da CPAI, cuja regularidade é quinzenal, com a participação do DSOT	Verificação através do SIRJUE, cruzada com folha relativa ao plano reuniões, constante na partilha setor DSOT e com as atas das reuniões: - Reunião Conselho Estratégico RN Sapal (a 23/12/2015) - Reunião Conselho Estratégico PN Ria Formosa (a 23/12/2015) - 5 Reuniões da COMAC (da 35.ª a 10/02/2014 à 39.ª a 18/09/2014) - 22 Reuniões da CPAI (1.ª 24/01 a 22.ª 15/12/2014) - 5 Reuniões do GTT (2.ª a 25/02/2014 e 6.ª a 20/11/2014) - 2 Reuniões do "grupo técnico" para alteração do RJREN (realizadas a 10 e a 26/11/2014). 2 Reuniões da Comissão

							Nacional da Reserva Ecológica Nacional: REN Lagos, a 27/02/2014 e REN de Castro Marim, a 24/03/2014
		Colaboração institucional às autarquias, bem como contributos para proposta de diploma, no âmbito do ambiente, ordenamento do território e urbanismo	N.º de pareceres ou esclarecimentos emitidos	10 Pareceres	10 Pareceres de colaboração institucional às autarquias, 1 ao TAF de Loulé, 1 à IGAMAOT e 1 ao GTT (alteração RJREN)	Não se verificaram desvios	Verificação através do SIRJUE

B) DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE

- A Direção de Serviços de Ambiente organizou a realização de um seminário, de dois dias, sobre “Estratégia de Recuperação Ambiental de Pedreiras”, tendo sido envolvidos diversos interessados, nomeadamente Universidades, empresas projetistas, exploradores e entidades licenciadoras.
- No âmbito da exploração de massas minerais, foram realizadas visitas a 67 explorações de massas minerais, 39 explorações licenciadas e 28 explorações com licença caduca. Foi analisado um plano ambiental e de recuperação paisagística (PARP), três Planos Trienais, um Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER) para regularização de uma pedreira, três pretensões de suspensão de lavra, um pedido de alteração do regime de licenciamento, três processos de devolução de caucões, dois processos de regularização de explorações e participação em 4 vistorias.
- Apreciação de 3 projetos de licenciamento industrial, através da plataforma eletrónica REAI.
- Participação em 6 vistorias a estabelecimentos industriais.
- Na atividade de Gestão de Resíduos verificou-se:
 - *Apreciação de 17 pedidos de licenciamento e 9 pedidos de renovação de licenças de OGR, tendo sido emitidos 23 alvarás de licença. Destes 26 pedidos de licenciamento, 14 foram remetidos via serviços on-line. Foram igualmente solicitados 8 pedidos de averbamento para operações de gestão de resíduos (OGR).*
 - *Prestação de 17 pareceres a projetos de AIA, AAE.*
 - *20 Vistorias a operadores de gestão de resíduos.*
 - *41 Visitas a operadores de gestão de resíduos.*
- Funções de secretariado (emissão de convocatórias e elaboração de atas) nas duas comissões de acompanhamento dos aterros do Algarve e participação nas 8 reuniões anuais.
- Apreciação e emissão de pareceres aos relatórios de monitorização dos 2 aterros sanitários da região do Algarve.
- Colaboração com a DVC na apreciação e emissão de parecer a 48 processos relativos a resíduos.
- Apreciação de 32 relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades que queimam combustíveis fósseis, de acordo com o estipulado no DL nº 78/2004, de 3 de abril, para verificação da conformidade com os valores limite definidos e participação em visitas técnicas para verificação da conformidade dos sistemas de exaustão de gases.
- Apreciação dos relatórios de consumo de solventes e verificação das emissões de compostos orgânicos voláteis, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 242/2001, 31 de agosto: foram analisados 28 relatórios.

- No âmbito das emissões atmosféricas e qualidade do ar foram emitidos 17 pareceres a diversos estudos (AIA, AAE, Polis).
- Foi mantida a gestão da rede de monitorização da qualidade do ar nas 4 estações de monitorização da qualidade do ar (EMQA) que compõem a rede e cujos dados são validados pelo técnico da DSA e enviados para o QUALAR, a base de dados on-line de dados da qualidade do ar, no sítio da Agência Portuguesa do Ambiente. Foram efetuadas 43 visitas técnicas às EMQA, sendo 13 visitas à estação do Cerro (Alcoutim), 12 visitas à estação de Malpique (Albufeira), 10 visitas à estação Joaquim Magalhães (Faro) e 8 visitas à estação David Neto (Portimão).
- Apreciação e emissão de parecer a 16 reclamações de ruído, com encaminhamento das mesmas, algumas das quais sendo abaixo assinados de requerentes que se sentem incomodados com o ruído provocado pelo estabelecimento.
- Realização de um procedimento de “Proposta de Definição de Âmbito”, em que a CCDR foi autoridade de AIA.
- Realização de 4 procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), com a emissão de 3 Declarações de Impacte Ambiental (DIA) nos casos em que a CCDR é a autoridade de AIA e elaborado 1 contributo nos casos em que a APA é a Autoridade de AIA. Foi realizado um procedimento de Proposta de Definição de Âmbito (PDA).
- Realização de dois procedimentos de RECAPE (Relatório de Conformidade Ambiental da DIA com o Projeto de Execução) quando a CCDR é autoridade de AIA, com emissão de uma Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com a DIA (DCAPE).
- Realização de quatro procedimentos de RECAPE (Relatório de Conformidade Ambiental da DIA com o Projeto de Execução) quando a APA é autoridade de AIA, com emissão de uma Decisão de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com a DIA (DCAPE).
- Representação da CCDR nos trabalhos do Grupo de Pontos Focais das Autoridades de AIA, coordenado pela APA.
- Apreciação de 12 relatórios de monitorização ambiental de projetos sujeitos a AIA.
- Colaboração na apreciação de 9 processos de avaliação ambiental estratégica, dos quais:
 - 2 Planos Estratégicos de transportes
 - 3 Planos de Pormenor
 - 2 Planos Diretores Municipais
 - 1 Plano Estratégico de Abastecimento de água e águas residuais (PENSAAR2020)
 - 1 Programa de Cooperação Territorial Europeu “Espaço SUDOE”
- Elaboração de pareceres, no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projetos a avaliação de impacte ambiental ou avaliação de incidências ambientais
- Apreciação de 2 pedidos de prorrogação de Declarações de Impacte Ambiental (DIA’s), em que a CCDR foi autoridade de AIA e apreciação de 2 pedidos de alteração da DIA.

- Participação em diversas reuniões na APA e SEAmb, relativamente às competências de gestão de resíduos e regime jurídico de AIA.
- Apreciação e emissão de parecer a propostas de alteração de legislação, nomeadamente: regime jurídico de AIA, licenciamento industrial, gestão de resíduos.
- Apreciação e emissão de parecer a projetos da Sociedade Polis Litoral da Ria Formosa.
- Colaboração com o POAlgarve21 na apreciação da componente ambiental de projetos candidatos a fundos comunitários.
- Colaboração com outros serviços da CCDR, nomeadamente a DSOT, DSDR e DSAJAL na apreciação de processos, com emissão de pareceres, colaboração em visitas e reuniões.
- Emissão de parecer e participação em reuniões no âmbito do Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020).
- Emissão de parecer no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR).
- Apreciação e emissão de parecer a relatório sobre a implementação da Convenção de Aarhus (Acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente).
- Prestação de esclarecimentos a requerentes e consultores nas áreas de gestão de resíduos, pedreiras e regime jurídico de AIA, com elaboração de 296 informações.

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências	
		Descrição	Fórmula de cálculo					
1	DSA	Coordenar a implementação do regime jurídico de gestão de resíduos na região do Algarve						
		Executar plano de controlo das instalações de gestão de resíduos licenciadas	N.º visitas a operadores de gestão de resíduos (nova meta) <i>N.º operadores de gestão de resíduos visitados (meta inicial)</i>	40 visitas a operadores de gestão de resíduos (nova meta) <i>50 operadores de gestão de resíduos visitados (meta inicial)</i>	41 visitas	A meta proposta inicialmente foi alterada. Até julho de 2014 a DSA dispunha de 2 técnicos nesta área de competência, passando a ter somente um a partir de 1 de agosto de 2014, o qual também desempenha competências na área do licenciamento industrial, pelo que a capacidade de desempenho foi reduzida em 50%	De todas as visitas efetuadas foi elaborado relatório que está registado em Filedoc.	
		Proceder à apreciação de pedidos de esclarecimento sobre gestão de resíduos	Emissão de resposta	7 Dias úteis para 90% das solicitações	36% dos pedidos de esclarecimento foram respondidos em prazo inferior a 7 dias	Durante o ano de 2014 a área de competência de resíduos passou a ter um só técnico o que veio dificultar o exercício atempado de todas as questões colocadas nesta área de competência.	Os pedidos de esclarecimento e respetiva resposta estão registados em Filedoc	
		Proceder ao carregamento da base de dados das licenças OGR (SILOGR)	Prazo de carregamento de dados	5 Dias úteis, após registo do requerente, para 95% das licenças emitidas	Mais de 30 dias	Desvio significativo. O gestor do SILOGR é a APA, entidade que durante o ano de 2014 procedeu a alterações profundas na base de dados, tendo esta ficado inoperacional durante várias semanas, o que não permitiu o carregamento das licenças emitidas por esta CCDR no prazo previsto. Todas as licenças foram carregadas em dezembro de 2014	Na consulta da base de dados SILOGR pode verificar-se a data de carregamento das licenças. No mail da DSA estão as evidências de troca de correspondência com a APA sobre os problemas do SILOGR e a sua entrada em funcionamento	

		Promover o licenciamento de operadores de gestão de resíduos através dos serviços on-line	Nº de operadores que solicitam licenciamento	95% dos operadores efetuarem licenciamento através dos serviços on-line	54%	/janeiro2015 Desvio relevante. Apesar de alertados de que devem efetuar o pedido de licenciamento on-line, os requerentes acabam por fazê-lo por diversas vias, primeiro on-line, em caso de falta de elementos enviam mail e acabam por confirmar enviando em papel	Todas as entradas, por qualquer via foram registadas em Filedoc
2	DSA	Colaborar com a Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), na implementação do regime jurídico da AAE					
		Emitir pareceres sobre processos de AAE	Prazo de emissão de pareceres	Emissão de parecer em 7 dias úteis para 85% das solicitações	3 dias para 50% das solicitações. Superior a 7 dias úteis para os restantes 50%	Em média o prazo de apreciação foi cumprido. Desvio significativo em metade das apreciações, mas deve ser tido em conta que dos 10 processos apreciados 2 eram somente relativos a avaliação acústica estando o técnico que efetua tais avaliações colocado noutra direção de serviços e partilha funções com a DSA. Na medida em que desde 2014 a DAA só tem um técnico e a chefe de divisão, tendo sido deslocada para outra direção de serviços a técnica que emitia os pareceres de AAE, face ao volume de trabalho não foi possível emitir os pareceres solicitados pela DSOT no prazo de 7 dias estipulado nos objetivos.	Todas as apreciações estão registadas em Filedoc.
3	DSA	Proceder à monitorização de projetos sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, cuja Autoridade de AIA foi a CCDR Algarve					
		Verificação do cumprimento e eficácia dos planos de monitorização - Elaboração de	Relatórios concluídos no prazo	Verificar 14 projetos	12	Durante o ano de 2014 foi efetuado ponto de situação dos relatórios de	Toda a documentação relativa à monitorização em AIA, apreciações,

		relatórios				monitorização a apreciar. Foram notificados os proponentes, mas somente foram entregues 12 relatórios	notificações e pareceres estão registados em Filedoc.
4	DSA	Promover a prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera					
		Proceder à apreciação de relatórios de autocontrolo e registo em base de dados	Prazo de apreciação	Apreciação em 7 dias úteis	44% dos relatórios apreciados em prazo igual ou inferior a 7 dias úteis	Desvio significativo. O técnico que efetua este trabalho é igualmente o técnico que mantém em funcionamento a rede de monitorização da qualidade do ar, efetuando visitas técnicas obrigatórias às estações de monitorização, validando dados na base de dados da rede de monitorização da qualidade do ar, emitindo pareceres a processos diversos no âmbito da qualidade do ar e das emissões, participando em vistorias, pelo que na sua ausência ninguém o substitui nesta competência de apreciação de relatórios de autocontrolo. Nos períodos de férias ter-se-ão verificado os maiores atrasos.	Todas as apreciações efetuadas pelo técnico estão registadas em Filedoc.
5	DSA	Implementação da proposta de atuação, definida em 2013, para regularização das explorações de massas minerais na região do Algarve					
		Realização de reuniões com os exploradores	Nº de reuniões	30 reuniões	37	Nas 37 reuniões com entidades licenciadoras, 16 foram realizadas com os exploradores. As restantes não se considerou conveniente a sua realização com o explorador até à prévia definição de soluções	Foram elaborados relatórios das visitas efetuadas

						ajustadas à regularização específica da exploração	
6	DSA	Coordenar a gestão da rede de monitorização da qualidade do ar do Algarve					
		Obtenção de dados da qualidade do ar nas 4 estações de monitorização da qualidade do ar	Funcionamento permanente das estações de monitorização da qualidade do ar	Obtenção de 85% de dados, na rede de monitorização da qualidade do ar, no ano de 2014	81,1% e 87,22%	O valor de 81,1% corresponde à média de dados obtidos nas 4 estações de monitorização da qualidade do ar. Se contabilizarmos somente as 3 estações que durante o ano de 2013-2014 receberam equipamento novo a média de dados obtidos é de 87,22%. A estação David Neto não recebeu qualquer equipamento novo e os que estão em funcionamento têm 10 anos e são alvo de frequentes avarias o que baixa consideravelmente a quantidade de dados obtidos naquela estação para 62,73%	Os dados obtidos podem ser consultados no sistema de aquisição de dados da rede de monitorização da qualidade do ar, "ATMIS" disponível num computador na DSambiente ou no sistema QUALAR gerido pela APA.

C) DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

➤ Estratégia 2014-2020

Em 2014 foi dada continuidade aos trabalhos iniciados em 2012, visando a preparação do período de programação 2014-2020.

Durante o ano foram encerrados os diversos processos de consultoria, contratados com base na candidatura aprovada no PO Assistência Técnica. Estas consultorias, direcionadas para as temáticas Emprego e Inclusão, Baixa Densidade, Mobilidade, Energia, Política de Cidades e Especialização Inteligente, contribuíram para enriquecer o conhecimento e a posição negocial da região, ao mesmo tempo que forneceram informação relevante para a elaboração e/ou revisão de vários documentos estratégicos.

Assim, foi concluída a versão pré-final do Plano de Ação Regional, que foi submetida a apreciação e aprovação do Conselho Regional no início de 2015.

O grupo de trabalho regional responsável pela elaboração da Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) consolidou e concluiu o documento de suporte à Estratégia. Durante o ano foram organizadas 14 apresentações públicas e mais de 40 reuniões restritas sobre esta temática, o que originou seis atualizações do documento. Este documento constituía um dos elementos autónomos obrigatórios do processo de avaliação *ex-ante* do Programa Operacional 2014-2020.

A elaboração do documento do Programa Operacional Regional foi uma das prioridades de 2014, implicando um intenso processo de negociação. Ao longo do ano decorreram inúmeras reuniões de âmbito nacional, com a presença das diversas Comissões de Coordenação Regional, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão e diversas entidades setoriais. Foram apresentadas à Comissão Europeia, de forma formal ou informal, quatro versões do Programa Operacional (Fevereiro, Agosto, Outubro e Dezembro), tendo a versão final originado uma ronda de 4 reuniões de negociação. O Programa Operacional Regional foi aprovado pela Comissão Europeia a 18 de Dezembro.

➤ Projeto “Algarve Acolhe” (www.algarveacolhe.com)

No âmbito do projeto “Algarve Acolhe” deu-se continuidade aos trabalhos de atualização da oferta regional de parcelas/lotês e instalações livres/disponíveis para venda/aluguer nos espaços para tal destinados pelos instrumentos de gestão territorial em vigor, bem como das empresas e estabelecimentos instaladas nesses espaços. Na plataforma onde esta informação se encontra disponibilizada ao público em geral, agentes regionais e potenciais investidores, foram introduzidos, para além das atualizações, novos conteúdos, tendo por objetivo a disponibilização de uma informação mais detalhada e precisa (designadamente as CAE, Principal e Secundária) das empresas e estabelecimentos instalados.

O projeto, designadamente os seus objetivos, metodologias e conteúdos, foi apresentado e debatido em diversas frentes, e incorporado em estudos, trabalhos e propostas apresentadas por outras entidades. Essas frentes são amplas e diversificadas, havendo a destacar:

- aula lecionada na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (alunos da cadeira de Geografia Urbana – Mestrado Integrado de Arquitetura);

- publicação do artigo “Áreas para o acolhimento das atividades empresariais no Algarve. Estratégias e instrumentos de gestão territorial”, de Alexandre Domingues e João Vassalo Cabral, CEGOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território (Universidades de Coimbra, Porto e Minho) – GOT -, nº 5, Junho de 2014, pp 67/91, <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/issue/current>;
- abordagem, para eventual replicação do modelo, por parte da Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento SA, no território da Comunidade Intermunicipal do Douro;
- candidatura aceite aos “Prémios Europeus de Promoção Empresarial 2014”, promovidos pelo IAPMEI, na categoria “Melhoria do Ambiente Empresarial”;
- utilização dos conteúdos na elaboração do “Plano de Ação de Marketing Verde para os Espaços de Acolhimento das Atividades Empresariais do Algarve” (elaborado pela a RTGeo, Planeamento e Ordenamento do Território, a convite do CRIA/UAlg).

Foram ainda propostas melhorias / alterações na estrutura da plataforma, bem como a incorporação de novas funcionalidades, que aguardam tanto pelo entendimento superior como pela reformulação do quadro contratual com a empresa responsável pela manutenção da plataforma.

➤ Portal da Mobilidade e Transportes (<http://mt.ccdr-alg.pt/>)

Em 2014 foi criada uma aplicação na página da CCDR Algarve denominada “Portal da Mobilidade e Transportes”. Trata-se da adaptação para ambiente web do anterior Boletim Trimestral de Conjuntura – Mobilidade e Transportes, com novo formato, apresentação, funcionalidades e conteúdos, que vem permitir igualmente uma mais rápida disponibilização da informação. A criação deste portal foi possível graças à colaboração graciosa do Centro de Cartografia da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, e também da disponibilidade das entidades e empresas detentoras da informação.

➤ Projeto: Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA)

Em 2014 desenvolveu-se a 2ª fase do projeto TASA. Foram criados 15 novos produtos, dos quais 6 no âmbito da Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia e que envolveram artesãos das três regiões.

➤ Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal a Património Imaterial da Unesco

A DSDR promoveu a criação da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica com diversos parceiros regionais e coordenou as ações promovidas pelos parceiros da candidatura “Articular para Intervir – 2ª fase” – componente Dieta Mediterrânica.

Participou também nas reuniões regulares do Grupo de Acompanhamento de Salvaguarda da Dieta Mediterrânica (Comissão Nacional), integrou a Comissão Organizadora e participou na 2ª Feira da Dieta Mediterrânica que se realizou em Tavira

➤ Cooperação Interregional Externa

I) Cooperação Transfronteiriça

POCTEP – Plano Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal 2007-2013

- Gestão na região do subprograma AC5 - Área de Cooperação 5 Alentejo-Algarve-Andaluzia, do POCTEP.

- Verificação e validação de toda a despesa efetuada pelos parceiros do Algarve, relativamente aos projetos aprovados na 1ª, 2ª e 3ª Convocatórias, correspondendo a 29 Candidaturas abertas, com registado na plataforma FONDOS 2007, o que perfaz mais de 68 pedidos de validação de despesa.
- Participação em reuniões com os promotores dos projetos da 1ª, 2ª e 3ª Convocatórias.
- Acompanhamento sistemático da execução dos projetos aprovados em todas as convocatórias do POCTEP.
- Acompanhamento técnico das obras realizadas no âmbito dos projetos aprovados nos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.
- Visitas às obras e às ações realizadas no âmbito dos projetos aprovados no Programa POCTEP.
- Participação em três reuniões de Coordenadores Regionais do POCTEP.
- Participação no 8º Comité de Acompanhamento e no 11º Comité de Gestão Conjunto do POCTEP, realizados em Junho.
- Participação no seminário sobre o projeto RUTA-CECE, realizado no mês de junho, em Faro.
- Participação na reunião sobre o POCTEP, com a presença do Coordenador Nacional, realizada em Faro, tendo como principal objetivo o cumprimento do N+2 do programa.
- Regularmente procede-se a atualizações da página Web, com a divulgação de informação relevante para o programa e para as entidades que integram os projetos.

Programa de Cooperação INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020

- A CCDRALgarve integrou o Grupo de Trabalho do Programa de Cooperação INTERREG V-A (POCTEP II) 2014-2020.
- Envio de elementos técnicos para construção dos indicadores.
- Participação na 3ª e 4ª reuniões do Grupo de Trabalho Interreg V-A, realizadas respetivamente em Março e Junho.
- Acompanhamento das 2 primeiras versões do programa INTERREG V-A Espanha-Portugal, que foram submetidas à Comissão Europeia para aprovação, nomeadamente a 1 de Agosto e a 17 de Dezembro de 2014.
- Participação numa Ação de Formação sobre os projetos Geradores de Receitas, organizada pela IGF e realizada a 7 de janeiro, em Lisboa.
- Participação na ação de formação sobre o Regulamento FEDER 2014-2020, organizada pela ADC, no dia 14 de Outubro, em Lisboa.
- Participação na ação de formação organizada pela Significado, sobre Programas de Cooperação 2014-2020.

Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças

- Participação nas reuniões referentes à programação das atividades a desenvolver a nível do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças e da EURORREGIÃO Alentejo-Algarve-Andaluzia (EURO-AAA), para o ano 2014, em conjunto com as regiões do Alentejo e da Andaluzia.

- Execução das ações previstas na candidatura do GIT-EUROAAA – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, dando cumprimento às ações programadas para o ano 2014.
- Atualização regular da informação transfronteiriça na Web da EURO-AAA e da CCDRALgarve.
- Tradução do PACTAAA- Plano de Ação da Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia, do castelhano para português, com vista à sua publicação.
- Participação na reunião da Comissão Luso-Espanhola – Delegação Portuguesa, realizada em Março, em Lisboa.
- Participação na Reunião da Comissão Mista Luso Espanhola, realizada a 25 de Março, em Viana do Castelo.
- Co-organização da Exposição de Fotografia ANDALUSIADAS, na casa de exposições da Altura – Castro Marim.
- Organização da Exposição de fotografia “ Al Hilo Del Guadiana”, realizada em Faro, na CCDRALgarve, patente ao público durante o mês de Dezembro.
- Participação no 1º Fórum Hispano-Luso sobre Cooperação Transfronteiriça, realizado a 26 de Junho, em Huelva, onde foi proferida uma intervenção sobre “Os Modelos de Governação no Espaço Transfronteiriço Hispano-Luso”.

EURORREGIÃO Alentejo – Algarve – Andaluzia (EURO-AAA)

- Execução das ações previstas para o ano de 2014 no Projeto GIT EURO-AAA, especialmente reportadas à Eurorregião.
- Acompanhamento do documento RIS3 – Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia
- Criação de um Grupo de Trabalho para a RIS3 Cooperação Transfronteiriça.
- Participação em reuniões conducentes ao desassoreamento da Barra do Guadiana – ação integrada no projeto GUADIANA, aprovado no POCTEP
- Participação na realização do mapa da EURORREGIÃO, apresentado em Dezembro, em Faro.
- Participação em várias reuniões com a Confraria de Gastrónomos do Algarve com vista à edição de publicações de gastronomia transfronteiriça.
- Elaboração do Folheto sobre a maridagem das Receitas do Mar com os Vinhos Regionais do Algarve.
- Participação nos OPEN DAYS, em Bruxelas, onde foi efetuada uma apresentação sobre a área da Saúde na Cooperação Transfronteiriça entre o Alentejo, o Algarve e a Andaluzia.
- Organização do seminário ANDALUSIADAS, realizado em Dezembro, em Faro.
- Criação de 6 peças de artesanato, em conjunto com os artesãos e os designers do Algarve, do Alentejo e da Andaluzia, tendo por base a experiência adquirida no projeto TASA.
- Realização de reuniões regulares com vista à programação das atividades.
- Atualização regular da página Web da EURO-AAA.

Programa Mid-Atlântique

- Participação no 2º Comité do Programa Mid-Atlântique.
- Envio de contributos para a realização do texto do novo Programa Mid-Atlântique, nomeadamente informação relacionada com a caracterização da região e também dados estatísticos para que sirvam de base à construção dos indicadores.

II) Cooperação Transnacional e Interregional

- Divulgação de informação com interesse para a cooperação transnacional e interregional, na Página Web da CCDR Algarve.
- Organização do Seminário Técnico ENPI-CBCMED “Reporte e Verificação de Despesas”, realizado Julho, na CCDRALgarve.
- Tratamento de informação sobre os projetos aprovados nos diferentes programas transnacionais e interregionais, com parceria Algarve.

III) Instituições Internacionais

Embora não fazendo parte da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas - CRPM, continuamos a divulgar na nossa página Web informação de interesse.

Foram estabelecidos contactos no sentido de integrar o Algarve na Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE).

➤ Elaboração de pareceres

No âmbito das competências da DSDR, foram elaborados os seguintes pareceres:

- 15 referentes ao descritor socioeconomia, relativos a Estudos de Impacte Ambiental, Planos de Pormenor e Estudos de Incidência Ambiental.
- 1 referente ao documento “Avaliação do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território”
- 1 referente à alteração do Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António.
-

➤ Colaboração com outras Unidades Orgânicas

A Divisão de Planeamento colaborou com a Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira na preparação e acompanhamento dos instrumentos que integram o ciclo de gestão anual. No âmbito desta colaboração foi assegurada a preparação dos seguintes instrumentos de gestão:

- *Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação da CCDR - 2013*
- *Monitorização trimestral do QUAR 2014*
- *Preparação dos instrumentos de gestão do ano 2015 – Plano de Atividades e QUAR*

➤ Outras atividades

- *Colaboração Técnica com o Museu do Traje em Brás de Alportel*
- *Elaboração de um artigo para a revista D&F, Dirigir e Formar sobre o tema “A cerâmica no Algarve”*

➤ Participação em grupos de trabalho e encontros técnicos:

- *Projeto Querença*
- *Jornadas Técnicas Fruteiras do Algarve*
- *Grupo nacional de acompanhamento do Fórum Atlântico*
- *Comissão de Acompanhamento do Programa PROMAR*

INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

No âmbito da Informação Europeia foram desenvolvidas atividades quer pelo Centro *Europe Direct* quer pela *Enterprise Europe Network* (EEN).

As atividades desenvolvidas pelo Centro *Europe Direct* ao longo do ano foram as seguintes:

- Prestação de serviços de informação e atendimentos ao público no total de 274, distribuídos da seguinte forma: Contactos presenciais: 83; Respostas por telefone: 35; Respostas por e-mails: 156
- Tratamento e difusão de documentação europeia: registo, tratamento e arquivo, para consulta do público no caso de monografias e periódicos de exemplares únicos.
- Gestão de stocks e difusão de documentação (brochuras, folhetos) junto das entidades regionais (Postos de Turismo, Câmaras Municipais, Bibliotecas e outras).
- Elaboração de 7 edições do boletim informativo eletrónico para divulgação de informação relativa a temáticas da União Europeia com interesse para a região e para divulgar a atividade e iniciativas desenvolvidas pelo Centro. Nestes boletins foi incluída a divulgação de pedidos de parceria, iniciativas desenvolvidas por entidades externas, programas, concursos entre outras informações. O boletim foi divulgado na página web do Centro, no facebook e por e-mail para 292 contactos que incluem entidades públicas e privadas de âmbito local e regional, escolas, associações, pessoas a título individual, entre outros
- Organização de 32 eventos que incluíram sessões de divulgação de informação e atividades de animação sobre a União e Europeia em várias escolas e outras instituições da região, com um total de 1.663 participantes.
- Participação em feiras (5).
- Atualização regular das páginas Web e Facebook
- Desenvolvimento de atividades no âmbito das comemorações do Dia da Europa - dia 9 de maio em Faro que contaram com a participação de cerca de 510 pessoas.
- Participação em reuniões e ações de formação da rede de Centros de Informação Europeia - Europe Direct (5).
- Em 2014 o Centro *Europe Direct* apresentou candidatura a uma Subvenção Específica de Ação para a realização de atividades relacionadas com as Eleições Europeias que se realizaram a 25 de Maio. No âmbito desta candidatura o Centro organizou 6 sessões (3 em Faro, 1 em Lagos, 1 em Loulé e 1 em Vila Real de Santo António). Nestas sessões participaram 329 pessoas.

Quanto às atividades desenvolvidas pela *Enterprise Europe Network* do Algarve, destacam-se as de maior relevância:

- Organização de uma ação formativa (Gestão de Inovação em PME, 03/07, para 11 empresas) e de um seminário (Horizonte 2020 – Projetos para PME e Financiamentos de Risco, 23/09, 66 participantes) e coorganização de um evento com PO Algarve21 (Mais Algarve na Europa, 26/02, 150 participantes) e de um outro com o PO Algarve21 e com o Europe Direct (Europa Criativa, 29/05, 100 participantes). A Enterprise Europe Network colaborou ainda com o Europe Direct em 6 sessões, sobre várias temáticas, realizadas no âmbito das Eleições Europeias e que reuniram 249 participantes;
- Promoção das políticas europeias junto das PME regionais e informação sobre a UE, com o envio de 22 mailings informativos;
- Participação, com o stand promocional, em 6 feiras ou eventos (Dia da Europa, Bienal de Turismo de Natureza, MarAlgarve Expo, I Jornadas Técnicas de Fruteiras Tradicionais, III AGE Albufeira e Portugal Exportador, este último em stand conjunto da rede) com o objetivo de informar e sensibilizar as PME;
- Resposta a questões e aconselhamento, incluindo prestação de serviços especializados sobre apoios financeiros, a mais de 192 empresas e agentes económicos regionais;
- Realização de 38 diagnósticos empresariais;
- Participação nas atividades do grupo de trabalho setorial “Turismo e Património Cultural” na qualidade de representante nacional da rede;
- Coorganização com os parceiros espanhóis dos Encontros de Negócios Internacionais no âmbito da Missão para o Crescimento da UE (Sevilha e Mérida, 02 e 03/04/2014) e organização de outro encontro durante a BTN’14 – Bienal de Turismo de Natureza (Aljezur 27 e 28/09/2014), tendo prestado apoio à participação de 79 PME regionais e à realização de reuniões bilaterais visando fomentar a internacionalização dos seus negócios;
- Inserção de 10 perfis de empresas algarvias na base de cooperação europeia e gestão das expressões de interesse provenientes do estrangeiro, assim como das expressões de interesse resultantes da divulgação de oportunidades de negócio internacionais junto das empresas regionais (32);
- Comunicação à Comissão Europeia da opinião de 36 PME regionais acerca de 2 consultas públicas, através do serviço de *Feedback Mechanism* que possibilita às empresas de participarem ativamente na formação de políticas europeias.
- A qualidade dos serviços prestados pela Enterprise Europe Network em 2014 foi aferida mediante questionário de satisfação enviado aos seus clientes (utilizando a seguinte escala: 1-fraco, 2-médio, 3-bom, 4-muito bom) tendo o somatório do bom+muito bom obtido os seguintes valores:
 1. *Organização de eventos (seminários, workshops, formação, reuniões, etc.): 94%*
 2. *Cooperação Empresarial (pesquisa de parceiros de negócios ou tecnológicos europeus, participação em encontros, feiras ou missões empresariais, etc.): 87%*

3. *Resposta a questões (sobre matérias europeias de âmbito empresarial como regulamentação, fiscalidade, programas comunitários, etc.): 96%*
4. *Serviços especializados (assistência personalizada sobre inovação, internacionalização, financiamentos europeus, etc.): 89%*
5. *Serviços de alerta (emails informativos sobre financiamentos comunitários, mercado europeu, temáticas empresariais, etc.): 76%*
6. *Conteúdos informativos (nos websites www.ccdr-alg.pt e www.enterpriseeuropenetwork.pt): 83%.*

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências	
		Descrição	Fórmula de cálculo					
1	DSDR	Promover a realização de seminários / eventos / iniciativas que contribuam para influenciar a agenda regional						
		N.º de seminários/eventos/ iniciativas	Seminários/eventos/ iniciativas realizados	5 Seminários/ eventos/ iniciativas com pelo menos 50 participantes por sessão.	Foram organizados 7 eventos: • Mais Algarve na Europa – Horizon 2020 - 26/02/2014 (150 partic.) • Sessão pública – Infraestruturas de Alto Valor Acrescentado - 26/02/2014 (61 partic.) • Edificação Dispersa: Custos e Benefícios à Escala Local – 04/04/2014 (88 partic.) • Europa Criativa – 29/05/2014 (100 partic.) • Programa Porta-a-porta – 09/07/2014 (60 partic.) • Contratação Pública e o Portal Base – 22/09/2014 – 2 sessões (141 partic.) - Missão Empresarial – Sevilha (2 e 3 abril/2014) • Encontro empresarial no âmbito da BTN – Bienal de Turismo de Aljezur (26 a 28 de Setembro)	Ao longo do ano realizaram-se várias sessões que resultaram de solicitações externas e não estavam programadas inicialmente. As temáticas destas sessões eram pertinentes no âmbito das competências da CCDR e neste sentido justificou-se a sua realização.		
		Nível de qualidade dos seminários/ eventos/iniciativas	Grau de satisfação dos participantes nos seminários/ eventos/iniciativas	Atingir um grau de satisfação de >= 3 numa escala de 4	Não foram aplicados inquéritos.			
2	DSDR	Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas						
		N.º de participações em redes europeias	Participações em redes europeias	Participação em 2 redes europeias	Participação em 2 Redes Europeias: • Enterprise Europe			

					Network; • Europe Direct		
		N.º de sessões/eventos de divulgação de informação europeia aos cidadãos	Sessões/eventos de divulgação de informação europeia aos cidadãos realizados	5 Sessões/ eventos	Foram organizadas 28 sessões /eventos para divulgação de várias temáticas de âmbito europeu, destinadas a diversos públicos: • A Europa: os nossos direitos (7 sessões) • Direitos e oportunidades para os jovens no setor turístico no espaço transfronteiriço" (1 sessão) • Comunicar a Europa: Compreender as políticas da União Europeia (3 sessões) • Consumidores no espaço europeu – O papel da rede ECC – Net (Rede CEC) (1 sessão) • A Europa nas estórias (14 sessões e exposição em 5 escolas (15 dias em cada) e Sala de Exposições da CCDR Algarve (mês outubro)) • Formação para jornalistas - "Comunicar a Europa - Compreender as políticas da União Europeia" (1 sessão) • Dinamização de atividades e programa de rádio (1H) na FATACIL – (17/08/2014)	Ao longo do ano foram realizadas várias sessões que resultaram de solicitações externas e não estavam programadas inicialmente, o que justifica o desvio significativo face ao programado. Estas sessões destinaram-se a públicos diferenciados, sendo umas mais restritas e outras mais alargadas.	
		Nº de mailings informativos enviados a agentes económicos	Mailings enviados a agentes económicos	3 mailings	22 Mailings informativos	O desvio registado deve-se ao facto de ter saído com maior frequência	

						informação de âmbito europeu com interesse para as empresas da região.	
3	DSDR	Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional					
		N.º de atualizações trimestrais dos indicadores de monitorização	Atualizações trimestrais dos indicadores de monitorização	4 atualizações trimestrais	Disponibilização de 4 Boletins Trimestrais de Conjuntura – Mobilidade e Transportes (4ºT2013, 1ºT2014, 2ºT2014 e 3ºT2014) e do relatório Anual 2014 – Mobilidade e Transportes	Apesar de inúmeros contratempos e de dificuldades ocorridas com entidades responsáveis pela produção da informação (as fontes primárias), não há desvios a reportar.	Durante o ano de 2014 foi concluído o Portal da Mobilidade e Transportes (apresentado superiormente em setembro). O Portal contém toda a informação que era disponibilizada, recupera o histórico que já não estava disponível no site da CCDR e apresenta todas as vantagens que o ambiente web permite sob o anterior formato.
		N.º de boletins disponibilizados on-line	Boletins publicados on-line	4 Boletins			
4	DER	Dinamizar a rede regional para a implementação do Sistema Europeu de Indicadores do Turismo para Desenvolvimento de Destinos Sustentáveis e Competitivos no âmbito da rede NECSTOUR					
		Data de assinatura do acordo de parceira	Data de assinatura do acordo de parceria	Assinatura do acordo de parceira até 31/10/2014	Realizaram-se reuniões de trabalho com a Região de Turismo do Algarve mas não foi formalizada a parceira.		
5	DER	Manter atualizada, com carácter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site “Algarve Acolhe” e assegurar a monitorização da sua dinâmica.					
		Espaços para o acolhimento de atividades empresariais, cuja informação é atualizada com uma periodicidade semestral, com recurso a trabalho de campo e informação disponibilizada pelos promotores. (No total - 75 espaços) (Novo)	Áreas de acolhimento com informação atualizada. Atualizações concluídas em 2 momentos: 30/06/2014 (10ª atualização) e 31/12/2014 (11ª atualização) (Novo)	A 10ª atualização concluída e lançada na plataforma em 30/06/2014. Pelo menos 85% da 11ª atualização concluída e lançada na plataforma em 31/12/2014. (Novo)	A 10ª atualização (trabalho de campo e inserção na plataforma) das áreas de acolhimento foi efetuada antes de 31/12/2014.	Não há desvios a registar no que respeita à atualização da informação e conteúdos inseridos na plataforma. Ao invés, foram atualizados (com novos formatos) os Indicadores de Contexto, e foram introduzidos mais conteúdos (CAE Principal e Secundárias).	Todas as atualizações e novos conteúdos estão visíveis na plataforma. Como evidências do trabalho desenvolvido, releve-se o artigo publicado na revista do CEGOT ¹ , a escolha de um modelo semelhante de estrutura e metodologia da plataforma para uma CIM do Norte do País, e a constante procura e utilização do trabalho por equipas de consultores e serviços das autarquias.
		N.º de áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo (Inicial)	Áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo até 30/06/2014 (Inicial)	Todas as áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo até 30/06/2014 (Inicial)			
		% de áreas de acolhimento com	Áreas de acolhimento com	Pelo menos 85% das áreas	A 11ª atualização (trabalho		

		trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2014	trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2014	de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2014	de campo e inserção na plataforma) das áreas de acolhimento foi efetuada antes de 31/12/2014.		
6	DER	Dinamizar a 2ª fase e acompanhar a promoção e divulgação do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) a nível nacional e internacional					
		N.º de iniciativas de promoção e divulgação acompanhadas	Iniciativas de promoção e divulgação acompanhadas	Acompanhar 2 iniciativas de promoção e divulgação	No âmbito da promoção do projeto desenvolveram-se as seguintes ações: • Apresentação no Programa da RTP 1 “Há Tarde” no dia 22/10/2014 • Lançamento de novos produtos TASA na Feira da Dieta Mediterrânica em Tavira (5 a 7 setembro) • Exposição dos produtos na FATACIL realizada em Lagoa (15 a 24 agosto) e na Feira de Santa Iria em Faro (17 a 26 outubro)		Ficou concluída a 2.ª fase do projeto com a produção de 15 novos produtos e ações de animação com artesãos.
		N.º de novos produtos desenvolvidos	Novos produtos desenvolvidos	Desenvolver 20 novos produtos	Foram desenvolvidos 15 novos produtos.	O procedimento foi lançado só para 15 produtos face ao tempo disponível para conclusão do projeto (31/12/2014). O prazo definindo inicialmente foi de 12 meses mas no decorrer do procedimento foi alterado para 9 meses para permitir a sua realização no decorrer do ano 2014.	
7	DER	Acompanhar o desenvolvimento do plano de salvaguarda da Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade					
		N.º de ações desenvolvidos	N.º de ações desenvolvidos	Desenvolver 3 ações	No âmbito do acompanhamento do Plano Salvaguarda da Dieta Mediterrânica as ações desenvolvidas foram:		

					• Participação na Comissão Organizadora da 2.ª Feira da Dieta (5 a 7 setembro) – • Lançamento do folheto sobre a maridagem das Receitas do Mar com os Vinhos Regionais do Algarve na 2.ª Feira da Dieta Mediterrânica (06/09/2014) • Reuniões da Comissão Regional da Dieta Mediterrânica. • FATACIL – Programa de rádio em direto (1h) no stand da CCDR dedicado à Dieta Mediterrânica e à Economia do Mar (19/08/2014)		
8	DER	Dar continuidade à recolha e sistematização da informação para plataforma on-line para mapear e dinamizar as estações de serviço para autocaravanas					
		Prazo de conclusão da plataforma on-line	Data de conclusão da plataforma on-line	Concluir plataforma até 30/06/2014	Considerando o protocolo assinado entre a CCDR, a Comunidade Intermunicipal, a Região de Turismo do Algarve e a Associação de Turismo do Algarve, a RTA ficou incumbida de desenvolver a plataforma on-line. No âmbito do projeto os trabalhos desenvolvidos, são consideravelmente mais vastos do programado. Não obstante esta situação destacam-se os seguintes resultados: • Alargamento da rede de Áreas de Serviços para	Os desvios reportam-se, exclusivamente, a atrasos no desenvolvimento dos trabalhos da parte não técnica.	

					Autocaravanas (ASA) cobertas pelo registo; • Elaboração e divulgação mensal da “Folha Síntese” às ASA; • Elaboração do “Balanço Anual”, disponibilizado às ASA; • Alteração do IPCAMP (INE) lançado junto dos PCC, para apuramento do movimento de autocaravanas (proposta aceite pelo Conselho Superior de Estatística); • A concretização do Protocolo entre as 4 entidades (CCDR / AMAL / RTA / ATA); • Trabalho de acompanhamento e aconselhamento das intenções apresentadas pelo público e privados; • A sensibilização dos serviços das autarquias para o tema.		
9	DCOOP	Dinamizar a cooperação no quadro da Eurorregião, da Cooperação Transfronteiriça					
		N.º de participações em projetos internacionais	N.º de participações em projetos internacionais	Participar em 5 projetos internacionais	Participação em 2 projetos: • GIT – AAA • GIT- Euro AAA	Os programas foram aprovados tardiamente, o que não permitiu a abertura de convocatórias para apresentação/aprovação de candidaturas.	
		N.º de ações realizadas	Ações realizadas	Realizar 5 ações	Realizaram-se 4 ações: • IV ANDALUSIADAS – 18/12/2014; • Exposição de Fotografia ANDALUSIADAS em Castro Marim (Co-organização)		

					• Seminário Técnico ENPI-CBCMED – 22/07/2014 • Exposição de fotografia “Al Hilo Del Guadiana” – CCDRALgarve, Dezembro • FATACIL - Programa rádio em direto (1h) no stand da CCDR dedicado à Eurorregião e Projetos POCTEP na área da cultura (18/08/2014)		
10	DCOOP	Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis					
		% de despesa validada e prazo médio de apreciação de pedidos	Despesa validada e prazo médio de apreciação dos pedidos	Assegurar que 75% da despesa apresentada é validada num prazo médio inferior a 30 dias úteis	O prazo médio de validação foi de 16 dias úteis		
11	DCOOP	Assegurar que os parceiros das candidaturas da 3ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 – Alentejo/Algarve/Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/12/2014					
		% de parceiros das candidaturas que iniciam e enviam despesa para validação até 31/12/2014	Parceiros das candidaturas com despesa enviada para validação até 31/12/2014	Assegurar que 50% dos parceiros das candidaturas iniciam o projeto e enviam despesa para validação até 31/12/2014	Assegurar que 50% dos parceiros das candidaturas iniciam o projeto e enviam despesa para validação até 31/12/2014	100% - Todos os parceiros dos projetos da 3ª Convocatória iniciaram os projetos até 31/12/2014	
12	DP	Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local					
		% de atividades desenvolvidas / acompanhadas	Atividades desenvolvidas / acompanhadas	Desenvolver/ acompanhar 100 % atividades com intervenção da Divisão	Foram desenvolvidas/ acompanhadas 100% das atividades com intervenção da Divisão. Colaboração nas seguintes atividades: • Trabalhos de preparação da Estratégia Regional e do Programa Operacional 2014 – 2020; • Sessões e outras iniciativas do Centro Europe Direct;		

					- Sessões/eventos/ ações realizadas pela DSDR. - Acompanhamento do estudo sobre a Temática Emprego e Inclusão, realizado pelo IESE, desenvolvido no âmbito da preparação do período de programação 201-2020. Este acompanhamento implicou a presença nas reuniões externas no acompanhamento das equipas de consultores e algum apoio Logístico. Presença em 4 reuniões e elaboração de memorandos.		
13	DP	Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades)					
		% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR	Colaboração na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR. Foram elaborados: - QUAR 2015; - Plano Atividades 2015; - Relatório Atividades e Autoavaliação 2013, - Monitorização do QUAR 2014 (a 31/03/2014, a 30/06/2014, a 30/09/2014) - Reformulação do QUAR 2014		
14	DP	Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão do Centro <i>Europe Direct</i>					
		% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos gestão	Colaboração na preparação de 100% dos instrumentos de gestão do Centro <i>Europe Direct</i> .		

					Foram elaborados: • Plano de Ação 2015. • Relatório de Atividades 2013. • Documento de avaliação das atividades realizadas em 2013.		
--	--	--	--	--	--	--	--

¹ - “Áreas para o acolhimento das atividades empresariais no Algarve. Estratégias e instrumentos de gestão territorial”, de Alexandre Domingues e João Vassalo Cabral, Revista de Geografia e Ordenamento do Território (Universidades de Coimbra, Porto e Minho) – GOT -, nº 5, Junho de 2014, pp 67/91, <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/issue/current>).

D) DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Durante o ano de 2014 foram elaborados 880 ofícios, correspondentes às notificações de acusação enviadas aos arguidos, por infrações cometidas no âmbito da legislação em vigor (ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza) e decorrentes dos autos levantados pela GNR, Polícia de Segurança Pública e Divisão de Vigilância e Controlo da CCDR, bem como às notificações da decisão resultantes dos 165 relatórios elaborados, das 618 guias emitidas, das convocatórias enviadas às testemunhas e das solicitações efetuadas às entidades policiais, consulados e outras entidades.

- As decisões tomadas no âmbito dos relatórios elaborados foram as seguintes: 3 arquivamentos por prescrição, 14 absolutórias e 121 com decisão condenatória (5 admoestações e 116 com aplicação de coimas)
- A receita líquida arrecada pela CCDR foi de apenas 15 615,58€.
- Foram enviados para tribunal, no ano de 2014 para execução, 40 processos e para impugnação 34 processos, os quais aguardam decisão judicial. A receita referente a estes processos ronda 1 400 0000€.
- Na base de dados estão registados 1.357 processos.
- No corrente ano foram abertos 120 novos processos de contraordenação (3 AEP; 5 Óleos; 14 Queimas; 17 REN; 79 RS e 2 RN 2000). Os autos correspondentes a estes processos foram analisados, tendo sido elaboradas as respetivas informações.
- Foi prestado apoio jurídico à administração local, através da elaboração de 22 pareceres/informações, em resposta às solicitações apresentadas pelos presidentes dos órgãos da administração local.
- O acompanhamento dos processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial, no âmbito da atividade da CCDR, foi efetuado tendo sido elaboradas respostas aos Tribunais. Foi ainda prestada colaboração no âmbito do Proalgarve, através de ofícios enviados para a Secretaria de Estado do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia.
- Relativamente à cooperação técnica e financeira com as autarquias locais, não foram apresentadas candidaturas pelas entidades beneficiárias e não temos qualquer candidatura em curso.
- Acompanhamento do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva. Foram efetuadas reuniões com as entidades beneficiárias (associações e entidades religiosas), prestados esclarecimentos e apoio, quer no acompanhamento, quer na execução das candidaturas/projetos. Foram elaboradas 3 informações e efetuadas 3 visitas. Os pedidos de pagamento referentes ao Subprograma 2 foram registados na Base de dados da DGAL. Foi analisada e enviada para a DGAL uma candidatura.
- No âmbito da colaboração com a Administração Local e DGAL, no que respeita à modernização administrativa, não foram aprovadas novas candidaturas.

- No âmbito do POCAL foi garantido o apoio técnico em matéria de contabilidade autárquica e divulgadas as fichas de apoio técnico (FAT's) junto das autarquias locais e entidades equiparadas.
- Foram verificadas as 16 contas de gerências do ano 2013 das autarquias em articulação com a DGAL.
- Foi efetuada análise gráfica referente às contas de gerências dos municípios do ano de 2013, a qual se encontra disponível na página da CCDR/Administração Local.
- Relativamente à análise e verificação dos balanços sociais das autarquias foram detetadas as não conformidades e contactados os responsáveis para procederem às respetivas correções. Foi dado conhecimento à DGAL.
- Foi efetuada a análise gráfica dos balanços sociais das autarquias, que está disponível na página da CCDR/Administração Local.
- Encontra-se também disponível para consulta na página da CCDR/Administração Local, informação sobre a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.
- Emprego da Engenharia Militar em Missões de Interesse Público foi enviado para todas as Câmaras Municipais cópia do Plano de Atividades Operacional Civil de 2014 e solicitado a relação dos trabalhos a propor no âmbito do Plano de Atividade Operacional Civil para 2015.

No âmbito da “Auditoria à implementação das recomendações às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional relativas à receita cometida ao Fundo de Intervenção Ambiental”, realizada pela IGAMAOT em 2013 e em resposta ao Relatório Preliminar apresentado por esta entidade em janeiro de 2014, foi enviado o n/contraditório em fevereiro de 2014 (S00608-201402-AUT).

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSAJAL	Caracterizar os recursos humanos dos municípios, referentes ao ano 2013					
		Elaborar e analisar um conjunto de indicadores e gráficos referentes aos balanços sociais de 2013 dos municípios.	Apresentar documento até setembro de 2014	Apresentar documento até setembro de 2014	Objetivo cumprido	Foram elaborados um conjunto de gráficos e quadros referentes aos balanços sociais dos municípios, às contas de gerência	Site da CCDR – Administração Local
2	DSAJAL	Assegurar a gestão dos processos de contraordenação					
		Elaboração dos relatórios referentes aos processos de contraordenação	% de execução (N.º de relatórios efetuados/nº PCO pº relatório) *100	Concluir 70% dos processos pendentes de 2012 e de 2013	70% Objetivo cumprido	Tal deve-se ao facto de termos tido no ano de 2014 duas juristas ao abrigo de um Programa de Ocupação de Desempregado afetas a esta tarefa - elaboração de relatórios(uma esteve o ano inteiro e a outra a partir de setembro).	A base de dados dos processos de contraordenação (THEMIS) permite extrair listagens dos processos
				Concluir 15% dos processos de 2014	32% Objetivo superado	Tal deve-se ao facto de termos tido no ano de 2014 duas juristas ao abrigo de um Programa de Ocupação de Desempregado afetas a esta tarefa- elaboração de relatórios(uma esteve o ano inteiro e a outra a partir de setembro).	A base de dados dos processos de contraordenação (THEMIS), permite extrair listagens dos processos
3	DSAJAL	Reduzir os pedidos de parecer jurídicos pendentes solicitados pelas autarquias (relativos a pedidos recebidos durante o ano de 2013)					
		% de pareceres pendentes efetuados	(N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes) *100	90%	100% Objetivo superado	Foram dadas respostas a todos os pareceres pendentes de 2013	As informações elaboradas encontram-se registadas no filedoc
		% de pareceres efetuados referente a pedidos de 2014	(N.º pareceres efetuados/N.º pareceres solicitados em 2014) *100	75%	23% Objetivo não cumprido	A meta definida teve por base a entrada de 20 novos pedidos de parecer e de 15 respostas/ informações. Entraram 28 pedidos, mas	As informações elaboradas encontram-se registadas no filedoc.

						só foram dadas 7 respostas. Justificação – Devido à falta de juristas nesta Direção de Serviços, tem que ser pedida a colaboração dos juristas afetos às outras Direções.	
4	DSAJAL	Colaborar com a DGAL na gestão dos projetos, no âmbito da Cooperação Técnica e Financeira, entre a Administração Central, as Autarquias e as entidades privadas sem fins lucrativos e proceder ao acompanhamento físico e financeiro dos projetos.					
		Análise das candidaturas apresentadas.	Nº de dias (data do informação – data do despacho)	Prazo máximo de 15 dias úteis.	Objetivo cumprido	No âmbito da Cooperação Técnica e Financeira não foram apresentadas candidaturas. No Programa Equipamentos entrou uma e foi devidamente analisada dentro do prazo definido.	Base de dados da DGAL
		Análise dos pedidos de pagamento entrados até Novembro de 2014.	Grau de execução (Nº de pedidos de pagamento analisados/nº de pedidos de pagamentos entrados) *100	90%	100 % Objetivo cumprido	Foram apresentados 3 pedidos de pagamento que foram analisados e remetidos para a DGAL.	Base de dados da DGAL

E) DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A atividade da Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira, centrou-se fundamentalmente nas múltiplas e pesadas tarefas de carácter regular, inerentes à execução dos orçamentos de funcionamento e de investimento, num cenário marcado por fortes constrangimentos financeiros, à semelhança aliás dos últimos anos.

Adicionalmente ao contemplado no Ponto II.8.1 do Relatório de Atividades refira-se que em termos de sub-unidade orgânica as atividades desenvolvidas foram as seguintes:

i) GESTÃO FINANCEIRA

A Divisão Financeira desenvolveu a sua atividade num ambiente pautado por fortíssimas restrições no que se refere à receita efetivamente disponível para fazer face aos compromissos certos e exigíveis segundo prazos previamente contratualizados.

O escrupuloso cumprimento das normas constantes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso obrigou à realização de rigorosos exercícios mensais de apuramento dos fundos disponíveis, num cenário caracterizado por receita (própria) de carácter sazonal face a despesa certa e obrigatória.

De salientar que o apuramento dos fundos disponíveis foi efetuado com sucesso, resultando assim que a CCDR Algarve honrou todos os compromissos assumidos não tendo gerado pagamentos em atraso.

Por outro lado, cumpriu também a Regra do Equilíbrio Financeiro ao garantir no final do ano a disponibilidade em conta da liquidez utilizada dos saldos transitados de anos anteriores, assim como da liquidez correspondente à componente TGR – Incentivos (30%), utilizada sobretudo durante o 1º semestre/2014 altura em que a receita própria foi manifestamente insuficiente para fazer face aos compromissos de carácter fixo.

Em termos de gestão e controlo orçamental as principais tarefas desenvolvidas foram as seguintes: elaboração e registo de 1 orçamento com as componentes, Funcionamento e Investimento, incluindo esta última 7 projetos; elaboração e registo de 63 alterações orçamentais; emissão de 11 Solicitações de Transferências de Fundos; 982 cabimentos e 1669 processamentos de despesa; 1.019 pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e *upload's* (reúne um número variável de pagamentos, por cada movimento efetuado).

Na ótica da receita contabilizaram-se 1.933 apuramentos e registos de receita.

No âmbito da gestão das candidaturas financiadas por fundos comunitários procedeu-se à submissão de 77 pedidos de pagamento junto do PO Algarve 21. Recorde-se que esta unidade orgânica acompanhou durante o ano 2014 a execução financeira de 7 projetos de investimento de que a CCDR Algarve é beneficiária.

Por fim, no que se refere ao reporte da execução orçamental contabilizaram-se 247 registos nas aplicações externas SIGO – Sistema de Informação e Gestão Orçamental e Serviços Online da DGO – Direção Geral do Orçamento.

No que se refere à prestação anual de contas junto do Tribunal de Contas foi elaborada a Conta de Gerência reportada ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, de 2014.

Com o objetivo de sistematizar o trabalho anual de prestação de informação junto de entidades externas, elaborou-se a Tabela 1 a seguir apresentada que resume os reportes de informação obrigatórios que um serviço e fundo autónomo, como é o caso desta CCDR Algarve, tem de cumprir ao longo dum ano económico.

TABELA 1
PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO - GESTÃO FINANCEIRA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
ATUALIZAÇÃO PERMANENTE	
Compromissos Assumidos - Contas de execução orçamental	SIGO
Compromissos Plurianuais - (SCEP)	
Registo da Execução Financeira dos Contratos	
REPORTE MENSAL	
STF - Solicitação de Transferência de Fundos	DGO
Mapa de Origem e Aplicação de Fundos - Acompanha a STF	
Fundos Disponíveis	
Envio de ficheiros previstos na Circular , Série A, nº 1369	SIGO
Pagamentos em Atraso	
Contas de execução Orçamental e Alterações Orçamentais	
Necessidades relativas a Despesas com Pessoal	
Unidade de Tesouraria	DGO
PME - Previsão Mensal da Execução	
Deslocações em Território Nacional e Estrangeiro	
Atualização da Execução Física do Investimento	SIGO
Balancete Analítico	
REPORTE TRIMESTRAL	
Operações de Financiamento - Empréstimos e amortizações efetuadas.	Email (DSFP DGO)
Atualização da Execução Física do Investimento	DGO
Unidade de Tesouraria	
Registo da Execução financeira dos Contratos	
Relatório da Execução Orçamental	Email (DGO)
Previsão da Execução Orçamental do ano, incluindo a previsão de despesas de anos anteriores a suportar	SIGO
Situação da Dívida e Ativos em Títulos de Dív. emitidos - (Stock da dívida)	
Operações de Financiamento - Empréstimos e Amortizações	
Informação relativa aos fluxos financeiros da Adm. Central para a Local (cooperação técnica financeira)	
REPORTE ANUAL	
Património Financeiro Público	TRIBUNAL
Mapa de Despesa (Artigo 3º do decreto nº 27 327 de Dezembro de 1936)	DE CONTAS
Até ao dia 30 de março do ano seguinte	
Balanço	DGO
DR - Demonstração de Resultados	
REQ - Rácio de Autofinanciamento e Equilíbrio Orçamental	
Fluxos de caixa	
Controlo da despesa e Controlo da receita	
Relatório e parecer do órgão de fiscalização	
Até ao dia 30 de abril do ano seguinte	
Prestação de Contas do Exercício Económico	TRIBUNAL
TSICE - Transferências, Subsídios e Indemnizações/Créditos Extintos	DE CONTAS
Pedido de Transição de Saldos	DGO

Em regra, foram cumpridas por esta CCDR Algarve as suas obrigações no que se refere à prestação de informação – na área financeira – nos prazos estabelecidos.

ii) RECURSOS HUMANOS

No ano 2014 manteve-se a dinâmica encetada em anos anteriores de interiorização dos novos diplomas com impacto na área dos recursos humanos, sendo de salientar a entrada em vigor em agosto de 2014 da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, que constitui sem sombra de dúvida um importantíssimo referencial legislativo na gestão dos recursos humanos na administração pública.

O trabalho desenvolvido na área dos recursos humanos manteve um nível bastante intenso, destacando-se, entre outras, as seguintes atividades:

- Reporte anual de informação materializado nos seguintes relatórios/mapas: Balanço Social (DGAEP, Tutela); Relatório Anual de Formação (INA); Mapa de Férias; e, Mapa de Pessoal 2015;
- Reporte trimestral de informação mediante o carregamento on-line de aplicações específicas ou preenchimento de ficheiros pré-definidos: SIOE – Sistema de Informação de Organização do Estado (DGAEP); Plano de Redução de Efetivos (RCM nº 22/2012 – SGPCM);
- Gestão da Avaliação de Desempenho – em conformidade com a legislação aplicável procedeu-se à avaliação do desempenho do SIADAP 2 referente ao ano 2013. Por outro lado, foi efetuada a monitorização trimestral do QUAR 2014 e a elaboração do QUAR 2015 em parceria com a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional;
- Elaboração do Relatório de Atividades e de Auto-avaliação do ano 2013 e elaboração do Plano de Atividades de 2015, em estreita articulação com a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional;
- Formação Profissional – dinamização de 1 ação de formação sobre a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, em estreita articulação com o INA, no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado em finais do ano 2012.

Neste domínio importa salientar a realização do diagnóstico das necessidades de formação junto das entidades públicas pertencentes à administração central e local, assim como demais entidades do setor empresarial do estado, sedeadas na região do Algarve e do Baixo Alentejo com o objetivo de identificar as áreas prioritárias de formação com vista à dinamização de um programa de formação alargado em 2015 em parceria com o INA.

- Gestão de Pessoal – continuação do processo de atualização do cadastro individual dos trabalhadores; atualização e validação das situações de acumulação de funções; gestão administrativa do processo de aposentação concretizado em 2014; gestão e monitorização dos 3 processos de rescisão por mutuo acordo realizados no âmbito do programa específico para a Administração Central; gestão administrativa dos processos de mobilidade interna e resposta/esclarecimentos em resultado dos requerimentos efetuados por trabalhadores e dirigentes;
- Gestão da Assiduidade e do Portal do Trabalhador – manutenção evolutiva, desenvolvimento específico e contratação de serviços de assistência técnica com vista à otimização das aplicações face às necessidades identificadas pelos serviços e a auditoria aos dados das mesmas;
- Elaboração de 36 pareceres jurídicos em resposta a solicitações internas e externas, estas últimas provenientes de autarquias locais.

TABELA 2
PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO – RECURSOS HUMANOS

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
REPORTE MENSAL	
Declaração Mensal de Remunerações	Portal das Finanças
Relação de Descontos ADSE/CGA	ADSE Direta/RCI
REPORTE TRIMESTRAL	
Nº de Trabalhadores ao Serviço - SIOE - Sistema de Informação de Organização do Estado	DGAEP
Plano de Redução de Efetivos - RCM nº 22/2012	SG
REPORTE ANUAL	
Até dia 30 de março	
Balanço Social	DGAEP/SG
Relatório de Formação Profissional	INA
Plano de Atividades	SG

iii) PATRIMÓNIO E EXPEDIENTE

As principais atividades desenvolvidas pela Divisão de Património e Expediente, por grandes áreas, foram as seguintes:

c.1) Instalações

Ao nível da manutenção e conservação de imóveis foram efetuadas grandes obras de manutenção/reparação do edifício sede (Empreitada "Intervenções nas instalações da CCDR Algarve - 2014"), tendo em vista a substituição do quadro elétrico principal do edifício sede, a criação de 2 novos gabinetes, a remodelação de instalações sanitárias de apoio ao auditório e à sala de reuniões e a criação de instalações sanitárias para pessoas com mobilidade reduzida, a instalação de plataforma elevatória nas escadas laterais para possibilitar o acesso às instalações de pessoas com mobilidade reduzida, a substituição de tetos falsos que se encontravam deteriorados, a pintura de alguns gabinetes e tratamento de pavimento em madeira.

No âmbito da gestão e organização do inventário, procedeu-se à inventariação dos bens adquiridos e à verificação física dos bens, com vista à atualização da sua localização e avaliação em termos funcionais, tendo-se procedido ao abate de 53 bens que se verificou estarem deteriorados pelo muito uso e tempo de serviço, tendo o seu período de vida útil sido largamente ultrapassado, estando já obsoletos ou avariados e sem qualquer utilidade para o Serviço.

c.2) Contratação Pública

No âmbito da Contratação Pública, foram efetuados 215 procedimentos de Ajuste Direto – Regime Simplificado e 21 procedimentos de Ajuste Direto – Regime Geral. Foram, ainda, efetuados 5 procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP (ESPAP).

c.3) Gestão do Parque Automóvel

Durante o ano de 2014 procedeu-se à renovação do parque automóvel, tendo sido contratualizadas 4 viaturas em regime de aluguer operacional para o Programa Operacional Regional do Algarve para substituição de 4 viaturas cujos contratos terminaram em maio de 2013 e fevereiro de 2014.

Procedeu-se, ainda, à submissão de um pedido de contratação de 1 viatura, em regime de aluguer operacional, para renovação do parque automóvel da CCDR Algarve que, para além de reduzido, é composto por viaturas com uma média de 15 anos e cerca de 200.000 kms.

No que se refere à gestão do parque automóvel, foram efetuadas as diligências necessárias à manutenção das viaturas de forma a assegurar o seu bom funcionamento e foi feita a gestão das requisições prosseguindo sempre o objetivo de otimização das deslocações em serviço externo.

De seguida apresenta-se uma caracterização do parque automóvel afeto à CCDR Algarve, constituído por 9 viaturas à data de 31.12.2014.

Caracterização dos Veículos	
Distribuição por Tipologia	
Ligeiros de passageiros e mistos	8
Ligeiros de mercadorias	1
Distribuição por Proveniência	
AOV	4
Apreensão	1
Aquisição	4
Distribuição por Idade	
Até 4 anos	4
De 4 a 8 anos	1
De 9 a 12 anos	0
De 13 a 16 anos	2
Mais de 16 anos	2
Distribuição por Quilometragem	
Até 100.000 Kms	5
De 100.001 a 200.000 kms	2
De 200.001 a 300.000 kms	1
Mais de 300.000 kms	1

Fonte: SGPVE

c.4) Projeto MEF – Macro Estrutura Funcional e Massas Acumuladas

Na sequência da adesão da CCDR Algarve ao Programa “Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica”, através de um Protocolo celebrado com a Direcção Geral

do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) em 30.11.2012, foram desenvolvidas diversas atividades:

- Participação em sessões de trabalho com as restantes CCDR tendo em vista a identificação e caracterização dos processos de negócio para a criação de terceiros níveis do plano de classificação conforme à Macro-Estrutura Funcional (MEF);
- Reuniões entre as CCDR e a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros para análise e validação dos processos de negócio das CCDR tendo em vista a sua integração no Plano de Classificação da Presidência do Conselho de Ministros;
- Reuniões com a Secretaria-Geral e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, tendo em vista a validação e criação de terceiros níveis na versão consolidada da MEF referentes a processos de negócio das CCDR;
- Reuniões de harmonização com a Agência Portuguesa do Ambiente tendo em vista a harmonização de processos de negócios comuns nas áreas de ambiente;
- Elaboração de proposta de criação e inclusão de processos de terceiro nível no Plano de classificação da PCM;
- Inclusão de processos de negócio das CCDR no Plano de Classificação da Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros, cuja sessão de apresentação aos diversos organismos decorreu em 11.12.2014.
- Participação numa ação de formação promovida pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas subordinada ao tema "Da classificação suprainstitucional à avaliação suprainstitucional";
- Definição da metodologia de avaliação das massas acumuladas que passa pela elaboração de diversos relatórios de avaliação, tendo sido acordado que o primeiro relatório incidiria sobre os fundos documentais no âmbito da gestão de fundos comunitários;
- Elaboração de uma primeira proposta de folha de recolha de dados e de relatório de avaliação, documentos que estes que ainda não estão finalizados, e que deverão ser finalizados durante o ano de 2015. Este trabalho tem também contado com o apoio da DGLAB.

c.5) Sistema de Gestão Documental

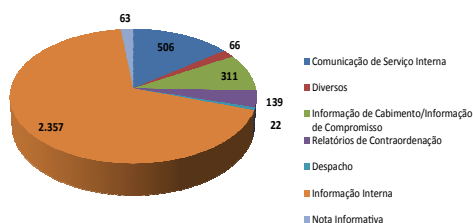
No que se refere ao Sistema de Gestão Documental (Filedoc), apresenta-se um resumo dos documentos produzidos durante o ano de 2014 assim como a tipologia dos documentos entrados e saídos no geral e por unidade orgânica.

Documentos registados no Filedoc

Distribuição por Tipologia	
Documentos de entrada	9.032
Documentos de saída	6.072
Documentos Internos	3.457

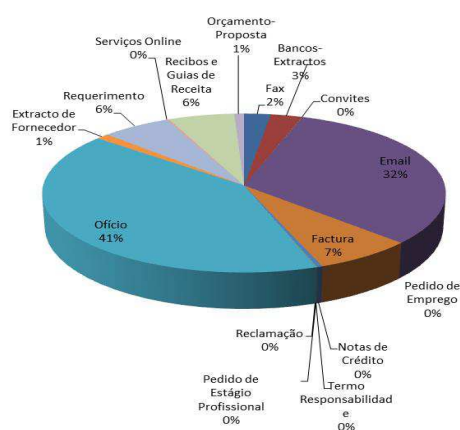
Fonte: Filedoc

Caracterização dos Documentos Internos



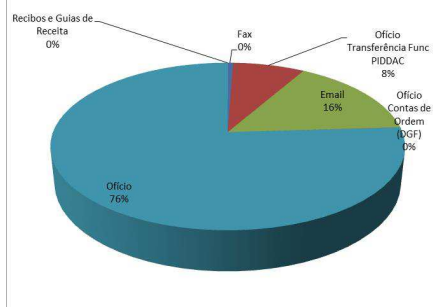
Fonte: Filedoc

Tipologia dos Documentos Entrados

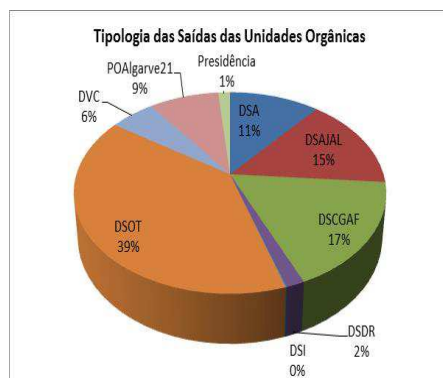


Fonte: Filedoc

Tipologia dos Documentos de Saída



Fonte: Filedoc



Fonte: Filledoc

c.6) Reporte de Informação

A Tabela 3 a seguir representada sistematiza a prestação de informação de carácter obrigatório que a Divisão de Património e Expediente tem que assegurar ao longo do ano económico, e que à semelhança das anteriores áreas funcionais cumpriu nos prazos estabelecidos.

**TABELA 3 – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO
GESTÃO PATRIMONIAL**

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO	
ATUALIZAÇÃO PERMANENTE	
Publicitação de informação sobre todos os procedimentos de contratação pública no Portal dos Contratos Públicos	Portal Base
Relatórios de contratação de procedimentos de aquisição efetuados ao abrigo dos acordos quadro da ESPAP no SRVI - Sistema de Recolha e Validação de Informação	ESPAP
Atualização de informação sobre ocupação de imóveis no SIIE - Sistema de Informação dos Imóveis do Estado	DGTF
REPORTE MENSAL	
Até dia 10 do mês seguinte	
Informação mensal sobre as viaturas (kms percorridos, manutenções/reparações, consumos combustível, portagens, sinistros, ...) no SGPVE - Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado	ESPAP
REPORTE ANUAL	
Até dia 30 de março	
Matriz do Programa de Gestão do Património Imobiliário Público (Programa de afetação, ocupação, avaliação e reabilitação dos imóveis)	SG PCM
Até dia 30 de setembro	
Plano Anual de Compras (previsão das aquisições de bens e serviços a efetuar no ano seguinte)	Unidade Ministerial de Compras
Até dia 31 de outubro	
Reporte Estatístico Anual relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços celebrados no ano anterior no SRVI - Sistema de Recolha e Validação de Informação	ESPAP
Até dia 30 de novembro	
Plano Anual de Necessidades de Veículos para o ano seguinte, por tipologias, para fornecimento de veículos e seguros automóvel ao abrigo dos acordos quadro da ESPAP	ESPAP

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DRH	Monitorização semestral a informação gerada pelo Portal do Trabalhador – Fase 4					
		N.º de relatórios semestrais	N.º de relatórios apresentados	Apresentação de 2 relatórios: um até 15 de julho e outro até 15 de Dezembro	Cumprido, em conformidade com a reformulação entretanto efetuada		Meta reformulada no que concerne o nº de relatórios, alterado de 2 para 1, em resultado da insuficiência de recursos humanos, uma vez que no 1.º quadrimestre de 2014 se registou a saída 2 trabalhadores ou seja o equivalente a 29% dos recursos humanos afetos à Divisão de Recursos Humanos (assumida pela Diretora de Serviços desde janeiro de 2009).
2	DRH	Realização de questionário de satisfação junto dos colaboradores da CCDR Algarve					
		Nº de dias	Determinação do nº de dias	Realização dos questionários em 181 dias	Não cumprido		Objetivo não cumprido, em resultado da insuficiência de recursos humanos uma vez que no 1.º quadrimestre de 2014 se registou a saída 2 trabalhadores ou seja o equivalente a 29% dos recursos humanos afetos à Divisão de Recursos Humanos (assumida pela Diretora de Serviços desde janeiro de 2009). A inexistência de redundância impossibilitou a concretização deste importante objetivo.
		Relatório	Relatórios apresentados	Elaboração de relatório incorporando análise crítica dos resultados	Não cumprido		
3	DRH	Elaboração do Regulamento de Horário de Trabalho					
		Prazo de apresentação da	Data de apresentação da	Apresentação de proposta	Cumprido, em		Meta reformulada no que

		proposta de regulamento de horário de trabalho	proposta de regulamento de horário de trabalho	de regulamento de horário de trabalho durante o 1º semestre	conformidade com a reformulação entretanto efetuada		se refere à data de apresentação da proposta de regulamento de horário que foi alterada para o fim do 2º semestre de 2014, em resultado da entrada em vigor da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas a 1 de agosto de 2014
4	DPE	Determinação do valor arquivístico da documentação acumulada					
		Preenchimento da Folha de Recolha de Dados identificando as séries documentais (<i>novo</i>)	N.º de dias para a elaboração da Folha de Recolha de Dados identificando as séries documentais (<i>novo</i>)	Elaboração da Folha de Recolha de Dados (FRD) em 258 dias (<i>novo</i>)	Cumprido, em conformidade com a reformulação entretanto efetuada		Objetivo operacional do QUAR reformulado pelas razões à data apresentadas e consideradas válidas pela SGPCM – PLAV constantes na solicitação efetuada por esta CCDR.
		Relatório de avaliação da documentação acumulada com identificação das séries documentais (<i>inicial</i>)	N.º de dias para elaboração do Relatório de avaliação (<i>inicial</i>)	Elaboração de Relatório de Avaliação em 365 dias (<i>inicial</i>)			
5	DPE	Monitorização dos gastos gerais e dos consumos de economato					
		Nº de relatórios elaborados	Relatórios apresentados	Elaboração de relatórios trimestrais dos gastos gerais até ao dia 10 do mês seguinte	Cumprido		
6	DF	Elaboração de relatórios financeiros periódicos de suporte à prestação anual de contas					
		N.º de relatórios	Relatórios apresentados	Apresentação de 2 relatórios, até 30 de julho e 15 de dezembro	Cumprido		
7	DF	Reformulação do sistema de faturação - GesGuias					
		Prazo de implementação	Cálculo do nº de dias seguidos de implementação	Implementação concluída até 31 de março	Cumprido, em conformidade com a reformulação entretanto efetuada		Meta reformulada no que se refere à data de implementação que foi alterada para 31 de dezembro de 2014, em virtude do contrato de aquisição de serviços com o fornecedor se ter concretizado apenas em novembro de 2014 concluídas que foram

							todas as extensas formalidades administrativas
8	DF	Monitorização dos Centros de Custo					
		N.º de relatórios	Relatórios apresentados	Apresentação de relatórios com análise crítica e propostas concretas de melhoria, até 30 de junho e 15 de dezembro.	Cumprido		

F) DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO

No desenvolvimento das ações de fiscalização, manteve-se a predominância das relacionadas com os resíduos e a Reserva Ecológica Nacional (REN), em que foi possível ultrapassar a meta inicialmente definida (15 reposições da legalidade), com a regularização de 24 locais.

No conjunto com as realizadas no âmbito de pedidos formalizados ao SEPNA, o número de ações de fiscalização realizadas em 2014 atingiu as 136, valor aproximado às 137 de 2013, mantendo-se uma maior predominância do setor da fiscalização em dar o seguimento às situações verificadas, através de propostas de atuação para consideração superior, mas também pelo reduzido número de situações pendentes de verificação no terreno, que conduziram a que mantivesse um baixo número de ‘pedidos de fiscalização’ ao SEPNA da GNR (75 pedidos em 2013 e 79 em 2014).

Complementarmente, de notar que, do valor global das ações de fiscalização de 2014, 29% foram concretizadas pela Chefia, ainda bastante significativo apesar de ser inferior aos 42% de 2013 e, em especial, devido à inexistência de qualquer vigilante da natureza no setor, com a saída, por transferência, do último em 2010, e sem a possibilidade de recrutamento de mais funcionários, face às fortes restrições financeiras que se mantêm sobre a Administração Pública.

Adicionalmente, devido à acima citada predominância no seguimento das situações verificadas, em especial pelo SEPNA, através de propostas de atuação para consideração superior, que implicavam, na maior parte das situações, a produção de projetos de ofícios, manteve-se o Objetivo que materializava esta dimensão do trabalho do setor da fiscalização: ‘A emissão de pareceres ou informações, com vista à decisão superior’; neste âmbito, durante o ano de 2014, foram produzidas 411 informações/pareceres pela ‘fiscalização’, valor bastante superior às 286 de 2013.

Os resultados alcançados só foram assim possíveis pelo empenho e participação da Chefia de Divisão no trabalho de campo e pela rentabilização da articulação com o SEPNA da GNR, reforçando a dinamização do Protocolo de Colaboração celebrado em maio de 2011.

De relevar que, durante 2014, foram levantados 28 autos de notícia, um pouco acima dos 22 de 2013, e foram efetuados 2 autos de embargo (em 2013 tinham sido 3), sendo que 100% de ambos correspondem a intervenções em áreas da REN, o que reflete as prioridades previamente definidas para 2014, em que o controlo sucessivo da REN teve um peso muito significativo.

Dos autos de notícia levantados em 2014, 85% (24) correspondem a ações de fiscalização programadas (genericamente, situações com antecedentes nos serviços e integralmente no âmbito do controlo sucessivo na REN), 11% (3) a ações de fiscalização resultantes diretamente de reclamações e 4% (1) referem-se a ações de fiscalização «não programadas», ou seja, situações novas que são identificadas no campo.

Por último, é de salientar ainda que a DVC assegurou a representação da CCDR Algarve na Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na condição de representante substituto, bem com nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Faro e de Loulé e ainda na Comissão Municipal de Proteção Civil de Faro.

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DVC	Regularizar situações de incumprimento sobre resíduos na região do Algarve					
		Reposição da legalidade em locais com resíduos ao longo do ano, em parceria com a DSA e com a DAJ	Nº de locais com reposição da legalidade	7 Locais	-----	-----	Este objetivo foi integrado no objetivo 2
2	DVC	Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)					
		Reposição da legalidade em locais com infrações à REN ao longo do ano, em parceria com a DOTCNVP e com a DAJ	Nº de locais com reposição da legalidade	15 Locais (nova meta) 8 Locais (meta inicial)	24 Locais	O objetivo foi atingido sem grandes desvios, apesar da alteração do enfoque para o controlo sucessivo de situações da REN, mas sem se descurar esta componente do trabalho da DVC.	Optou-se pela integração de dois objetivos inicialmente separados, ‘resíduos’ e ‘REN’, tendo-se também integrado as respetivas metas. Lista com NUI dos documentos do ‘Filedoc’ relativos a conclusão do processo e confirmativos da reposição da legalidade e da evidência.
3	DVC	Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento					
		Concretização de ações de fiscalização internas, ou externas na sequência de solicitação	N.º de documentos de fiscalização produzidos ou recebidos	110 Documentos	136 Documentos	Acréscimo deveu-se a elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização internas pela DVC, em especial devido ao controlo sucessivo de situações da REN.	Lista com NUI dos documentos do ‘Filedoc’ relativos à confirmação da evidência.
4	DVC	Emissão de pareceres ou informações, com vista à decisão superior					
		Apreciação de reclamações, de documentos relativos a fiscalizações exteriores e de outras situações diversas	N.º de circulações para a Presidência «Para Seguimento» no Filedoc, excetuando as fiscalizações internas	250 Circulações	411 Circulações	Acréscimo deveu-se a elevada dinâmica na concretização de ações de fiscalização internas pela DVC, em especial na sequência do controlo sucessivo de situações da REN.	Lista com o registo do número de ‘circulações’ mensais no ‘Filedoc’ do CDVC para a Presidência, deduzindo o número referente a ações de fiscalização internas

G) DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2014 a Divisão de Sistemas de Informação desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

- Submissão de candidatura ao Sistema de Apoios à Modernização Administrativa no sentido de contribuir para uma maior racionalização na organização e funcionamento da CCDR, proporcionando melhorias significativas na eficiência interna e na qualidade dos serviços prestados ao cidadão/cliente, através da desmaterialização e desburocratização de processos e da disponibilização de serviços através da internet.

Na candidatura intitulada “Racionalização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Modernização Administrativa da CCDR Algarve” foram desenvolvidas várias ações:

- Implementação de novas funcionalidades no Site institucional prevendo-se em 2015 a entrada em produção. Consistiu na introdução de um conjunto de melhorias no atual site de forma a torná-lo compatível com a variedade de plataformas existentes, bem como dotá-lo de mecanismos para difundir com maior eficácia a informação da CCDR Algarve junto de um maior número de destinatários.
 - Reestruturação e implementação de novas funcionalidades no gesPCO – Sistema de Gestão e Controlo de Contraordenações. Das novas funcionalidades, além da modernização da plataforma tecnológica e do novo design, destaca-se a integração com sistema de gestão documental, com o propósito de otimizar o processo de desmaterialização dos PCO.
 - Reestruturação e implementação de novas funcionalidades no gesGuias - Sistema Gestão e Controlo de Receita, procedendo à “renovação tecnológica” bem como à implementação dum conjunto de novas funcionalidades que além de permitirem otimizar a gestão e controle da receita, permitem uma melhoria de qualidade de serviço ao cidadão e a disponibilização de novos serviços pela internet.
 - Reestruturação da Intranet corporativa, prevendo-se a disponibilização online em 2015. Consistiu na substituição do atual sistema de gestão de conteúdos por uma ferramenta mais moderna, mais funcional e com maior capacidade de integração com os sistemas existentes.
 - Segurança e Monitorização dos Recursos Informáticos, com intervenção no sistema de climatização da sala de servidores.
 - Foram também realizadas adjudicações relativas à modernização de postos de trabalho (Hardware e Software) transversais a várias ações.
- Administração e manutenção dos servidores, rede e respetivas funções de segurança. A percentagem de disponibilidade dos servidores em 2014 foi superior a 99% não se registando quebras de serviço assinaláveis. O plano de backups decorreu sem problemas e não foram detetados incidentes de segurança.

- Apoio aos desenvolvimentos do Sistema de Informação SIGA.21 relativo ao PO Regional (QREN - POAlgarve21).
- Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação com especial destaque para o SINGAP e Filedoc. Nesta área foram efetuados 398 pedidos dos utilizadores.
- Atualização do site www.ccdr-alg.pt, facultando informação sobre a instituição e suas atividades, proporcionando ao exterior um site útil, atual e completo. Realizaram-se 708 pedidos de atualização do Site, dos quais 96% foram resolvidos em menos de 2 dias.
- Aquisição de computadores pessoais e sua instalação e configuração. Renovação do software de segurança e de licenças de software de produtividade.
- Apoio aos utilizadores na exploração dos equipamentos, do software de utilização geral e da integração em redes de informação. 96% dos 1.488 pedidos de apoio foram respondidos e resolvidos em menos de 2 dias.
- Procedimentos de manutenção preventiva na totalidade dos postos de trabalho.

N.º	Subunidade Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências	
		Descrição	Fórmula de cálculo					
1	DSI	Implementar funcionalidades no site institucional que permitam chegar a um maior número de pessoas e otimização da sua compatibilidade com <i>smartphones</i>						
		Disponibilização das funcionalidades online	Prazo	Até 30 de setembro	Processo concluído em Dezembro.	Atraso na candidatura ao Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA) e na obtenção de parecer da Agência para a Modernização Administrativa (AMA).		
3	DSI	Implementar nova ferramenta de <i>webmail OpenSource</i> com integração com Outlook e <i>Smartphones</i>						
		Disponibilização aos utilizadores	Prazo	Até 30 de abril	Implementado parcialmente não estando a funcionar a integração completa com Outlook.	Não foi possível implementar na sua totalidade esta ação dando-se prioridade a ações previstas numa candidatura SAMA.		
4	DSI	Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24						
		% de disponibilidade do servidor durante 365x24	% de disponibilidade	Superior a 99%	Disponibilidade superior a 99%			
5	DSI	Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos						
		Resposta a pedidos de <i>Helpdesk</i>	Prazo de resposta	2 Dias	Prazo de resposta cumprido para 96%		Alguns pedidos ultrapassam o prazo por razões não imputáveis à Informática.	
6	DSI	Modernizar as Plataformas Tecnológicas						
		Atualização de equipamentos	% de equipamentos atualizados	10%	30%			
7	DSI	Implementar um novo sistema de monitorização e alerta dos recursos informáticos						
		Implementação da solução	Prazo	Até 30 de setembro	Não implementado	Atraso na emissão de parecer prévio da Secretaria de Estado da Administração Pública.	Projeto transitou para 2015	

I) GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

No âmbito do Programa Operacional (2007-2013) – PO Algarve 21, durante o ano 2014 não foram abertos concursos, embora tenham sido tomadas decisões de **17 concursos** encerrados no final de 2013, para as seguintes tipologias:

- SI Qualificação PME (1)
- SIALM (1)
- Promoção e Capacitação Institucional (1)
- Apoio a Ações Coletivas (1)
- Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (1)
- Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (2)
- Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados (1)
- Energia (2)
- Ações de Valorização do Litoral (1)
- Rede de Equipamentos Culturais (1)
- Mobilidade Territorial (3)
- Reabilitação Urbana e Rural (1)
- Assistência Técnica (1)

Para além destes concursos que abriram no final de 2013 e foram decididos em 2014, registe-se também mais 6 concursos fechados no período (1/11/2013 a 31/12/2013) e que ficaram decididos nesse mesmo período, embora nalguns casos com notificações em 2014.

Assim, durante todo o período de análise¹ **foram objeto de decisão 134 candidaturas** (resultantes de 17 concursos com decisões no mesmo período)² das quais **foram aprovadas 101 operações** distribuídas pelas seguintes tipologias:

- Incentivos à Qualificação de PME (20)
- Sistema de Incentivos de Apoio Local às Microempresas – SIALM (5)
- Sistema de Incentivos às Ações Coletivas (2)
- Sistema de Apoio às Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (4)
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (8) + (1) Plano de Ação (Espaços do Cidadão)
- Promoção e Capacitação Institucional (8)
- Gestão de Espaços Protegidos e Classificados (1)
- Energia (21)
- Ações de Valorização do Litoral (6)
- Reabilitação Urbana e Rural (14)
- Rede de equipamentos Culturais (2)
- Mobilidade Territorial (8)
- Assistência Técnica (1)

Em 2014, foram realizadas 4 reuniões de Comissão Diretiva e 9 consultas escritas para aprovação de operações e acompanhamento da realização do Programa, registando-se um número de concursos inferior ao de 2013, em face das orientações superiores (Despacho de 13/12/2013 da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais que indicava a data de 31 de Março 2014 para concluir as aprovações).

¹ 01/11/2013 a 31/12/2014

² Alguns fechados no final de 2013

Até 31/12/2014 foram **decididas e notificadas** aos promotores **85%** das 108 candidaturas³ resultantes de concursos encerrados entre 01/11/2013 e 31/10/2014, **sem contar com os Sistemas de Incentivos**. O prazo médio de decisão foi de **56 dias úteis** aproximadamente. Nesta contagem não foi interrompido qualquer tempo de espera por não se dispor de elementos em falta por parte dos promotores. Registe-se que este prazo médio de apreciação encurtou 26% em relação ao período homólogo anterior (76 dias úteis).

As 16 candidaturas que não reuniram todas as condições mínimas para análise e decisão não foram decididas como “**não admitidas**” durante o ano 2014, uma vez que se aguardou que reunissem essas condições e pudessem vir a ser aprovadas até ao limite do “overbooking” autorizado. Registe-se igualmente que o número de candidaturas apresentadas para apreciação cresceu 37% em relação ao que foi apresentado no período homólogo anterior (79 candidaturas).

Durante o ano 2014 foram submetidas 45 reprogramações das quais 42 tiveram decisão durante o ano (42/45=**93%**). O prazo médio de decisão foi de **22 dias úteis**. Nesta contagem não foi igualmente interrompido qualquer tempo de espera por elementos em falta dos promotores.

No que respeita aos **Sistemas de Incentivos** não foi possível contabilizar o indicador relativo ao tempo de registo do parecer regional, uma vez que não foram abertos concursos nos sistemas de incentivos durante o ano 2014. Apesar de ter sido solicitado pela Autoridade de Gestão não foi autorizado superiormente.

No âmbito dos **projetos públicos** foram desenvolvidas as tarefas habituais na área do acompanhamento físico e financeiro da execução das operações aprovadas, nomeadamente através da verificação dos trabalhos no local, da análise dos pedidos de pagamento recebidos, da validação de despesas e da emissão de ordens de pagamento, com vista ao pagamento aos beneficiários a efetuar pela ADC. Este trabalho foi efetuado com o apoio do Sistema de Informação do PO (SIGA.21) que foi objeto de melhoramentos e manutenção ao longo do ano 2014.

Foi facultada informação e dado o apoio solicitado aos beneficiários do Programa, quer em sede de apresentação de candidaturas, quer na sua fase de execução.

Durante o ano de 2014 foram analisados e validados no PO Algarve 21, **552 pedidos de pagamento** no que respeita aos projetos públicos (mais 40 que no ano anterior). A execução em 31/12/2014 ascendia a 134.735.919 € (FEDER)⁴ o que representava uma taxa de execução geral do Programa de 77%. Na última certificação do ano (corte de 30/11/2014) foi certificada pela Autoridade de Gestão cerca de 154.471.500 € de despesa FEDER o que permitiu **cumprir a regra N+2** do Programa para 2014 (**104%**). Este resultado permitiu também superar a meta do QUAR (*Objetivo 2 – QUAR*).

Como contributo para a produção de informação divulgada, em particular pelo Centro de Observação das Dinâmicas Regionais, foram efetuados **85 encerramentos de operações (projetos públicos)** que se encontram evidenciadas no site do PO através de fichas contendo resultados, o que implicou o trabalho de realização e validação do conjunto de elementos técnicos habituais de encerramento como é o caso do relatório final de execução da operação. Dos encerramentos efetuados 100% cumpriam 12 dos 14

³ São consideradas as candidaturas apresentadas retirando as desistidas que não são alvo de decisão. Sem Sistemas de Incentivos.

⁴ Despesa validada na totalidade das aprovações aprovadas.

requisitos definidos para fecho da operação. O acréscimo de trabalho resultante do sobre-esforço com vista ao cumprimento da Regra N+2 em particular no 2º semestre e a necessidade de articular trabalho com outros setores impediu a concretização de todos os 14 requisitos para todas as operações encerradas.

Durante o ano 2014 foi efetuado um esforço de recuperação do histórico relativo ao encerramento de todas as operações concluídas em condições de encerramento até 30/06/2014. Foram encerradas até ao final do ano 90% destas operações. Para a totalidade do PO (incluindo Sistemas de Incentivos) este rácio representa 94%.

A equipa dos **Sistemas de Incentivos** deu também prioridade aos encerramentos das operações e à elaboração das fichas finais para divulgação de resultados no site do PO. Foi recuperado o histórico relativamente a encerramentos de anos anteriores tendo sido elaboradas 54 fichas de encerramento das quais 11 respeitantes ao ano 2014.

No que respeita à atividade de **Controlo Interno** do PO Algarve 21 em 2014 tinham sido completadas **7** das 12 tarefas previstas no Plano de Atividades 2014:

- Acompanhamento das Auditorias do 2º PAC
- Análise e correção de Relatórios de Auditoria (2º PAC)
- Proposta de decisões finais (2º PAC)
- Acompanhamento de correções financeiras (*follow-up*)
- Acompanhamento de Auditorias diversas ao PO
- Atualização do sistema de Gestão de Dívidas (SCD)
- Melhoria do módulo de controlo e da dívida; Registo da informação de controlo e dívidas em SIGA.21

As tarefas previstas no plano de atividades relacionadas com a realização das auditorias do 3º PAC não se concretizaram no decorrer de 2014 devido essencialmente a um conjunto de situações imprevistas entre as quais:

1. Atraso na finalização do 2º PAC, especialmente das operações relacionados com as engenharias financeiras caracterizadas por uma maior complexidade e número de entidades envolvidas, situação que se confirmou pela morosidade e dificuldade na recolha de informação no decorrer do trabalho de campo.
2. Outras atividades não previstas no Plano 2014, como sejam:
 - Implementação de um Plano de Ação de Controlo complementar, solicitada pela IGF no âmbito das Linhas de Crédito PME Invest I e II, a qual teve início em julho 2014 e terminou em dezembro 2014 com a emissão do relatório final (26/12/2014).
 - Envolvimento da equipa de controlo no acompanhamento de um estudo e análise financeira aos projetos geradores de receitas que abrangem 53 operações.

Das 24 ações de controlo programadas (2º PAC) para 2014, foram concluídas, com despacho de decisão final, 21 ações de controlo. Das restantes 3 ações de controlo 2 encontram-se em fase de audiência prévia e 1 em fase de preparação do relatório final na sequência da visita adicional que foi efetuada no seguimento dos elementos adicionais apresentados pelo beneficiário em sede de audiência prévia.

Foi realizado um Plano de Ação de Controlo Complementar com o objetivo de corresponder às recentes solicitações da Comissão Europeia no âmbito das linhas de

crédito PME Invest I e II, tendo sido efetuada pela AG do POAlgarve21 uma seleção de 15 operações, para realização de verificações no local, que representam 10% do universo de 154 operações com intervenção no âmbito das linhas crédito PME Investe I e II. Este Plano de Ação de Controlo Complementar ficou finalizado em dezembro de 2014.

Durante o ano 2014, o Programa foi alvo de 5 auditorias, todas elas acompanhadas diretamente pela Unidade de Controlo do PO, designadamente as temáticas e de sistemas, realizadas pela Autoridade de Auditoria (Inspeção Geral de Finanças), as de operações, realizadas pela Agência de Desenvolvimento e Coesão, IP -Estrutura Segregada da Agência, e a da Missão da Comissão Europeia realizada ao Compete, no âmbito dos Instrumentos de Engenharia Financeira. A equipa de controlo realizou o registo e atualização da ferramenta utilizada para os respetivos *follow-up* e a equipa de gestão efetuou os respetivos contraditórios e implementação de recomendações.

Ao longo do ano de 2014, o Sistema Contabilístico da Dívida, foi objeto de atualizações por parte da ADC, o que implicou um trabalho adicional de novos registos, atualizações e envios de dívida para recuperações de histórico.

Foi efetuado, em parceria com a ADC, o trabalho de alteração de códigos identificados como incorretos, o que envolveu acertos e confirmações na informação relativa às áreas da dívida, certificações e monitorização.

Durante o ano de 2014, foram completamente operacionalizados **6** instrumentos de apoio à gestão e informação do PO Algarve 21, nomeadamente:

- **3 Certificações de Despesa em SI** – foram efetuadas pelo SI do PO **5 certificações** com cortes em 28/02, 30/04, 30/06, 07/10 e 30/11 com certificação de **99,9%** da despesa apresentada pela AG (enviada à Comissão Europeia a 18/12/2014).
- **Descrição de Sistema de Gestão e Controlo** (atualizado) – atualização com *informação positiva – enviado à IGF em 10/12/2014*
- **Melhoria do Site com atualização mensal do PO Algarve 21** (Informação financeira e operações encerradas com fichas) – *todo o ano* e fichas de projetos concluídos.
- **Relatório de Execução anual** (PO Algarve 21) entregue e aceite – *enviado à CE em 27/06/2014 e aceite em 04/07/2014.*
- **Realização do Grande Evento anual** – Realização do **grande evento anual** (Maio – mês da Europa) e da Sessão de Apresentação de resultados 19/06/2014 – 15 h).
- **3 Sessões de Sistemas de Incentivos** – Realização de **3 sessões de esclarecimento sobre Sistemas de Incentivos** mais **6 sessões Made In Algarve** ao longo do ano.

Para além destes 6 instrumentos foi ainda realizado trabalho nos restantes **3 instrumentos previstos**, destacando-se o volume de trabalho substancial no que respeita à elaboração (correção, edição e divulgação) dos documentos estratégicos para o período 2020 (PAR, RIS 3 e PO 2014-2020):

- ❖ **Preparação do período 2014-2020** – Durante o ano de 2014 foi um ano intenso no que respeita à negociação para a concretização do novo programa operacional do Algarve. Foram apresentadas à Comissão, de forma formal ou informal 4 versões (Fevereiro, Agosto, Outubro e Dezembro) do PO Algarve e foram realizadas 4 reuniões de negociação com a Comissão Europeia relativas ao texto final do Plano, que culminou com a aprovação a 18/12/2014.

- ❖ A par deste processo, decorreu o encerramento do processo de construção da **RIS3** (enquanto elemento autónomo, para cumprimento da condicionalidade ex-ante). A RIS3 teve em 2014, 14 apresentações públicas, e mais de 40 reuniões restritas, dando origem a 6 novas versões do documento de trabalho para partilha com os parceiros.
- ❖ Ainda durante o ano de 2014 foram concluídas as consultorias de apoio à elaboração do **Plano de Ação Regional**, com base na candidatura efetuada ao POAT. As 6 consultorias (Emprego e Inclusão, Baixa Densidade, Mobilidade, Energia, Política de Cidades e Especialização Inteligente), resultaram num conjunto estruturado de informação, que permitiu enriquecer o conhecimento e a posição negocial da região, na elaboração do POR, e fornecer informação relevante para a concretização do PAR (que foi apresentado ao Conselho Regional no início de 2015).
- ❖ **Arrumação de arquivos (QCA III)** – Durante o ano 2014 foi ainda concluído o trabalho de organização/arrumação do arquivo de Stº António, embora essencialmente devido ao volume de trabalho e prioridades definidas ao longo do ano, não tenha sido possível efetuar a arrumação do arquivo de Tavira.
- ❖ **Arrumação de partilhas internas e manutenção** – Também neste caso se deu prioridade ao trabalho relacionado com a divulgação exterior nomeadamente com a atualização do novo site com a informação do Programa renovada mensalmente. Foi possível efetuar alguma condensação de pastas existentes nas partilhas internas embora seja ainda necessário algum trabalho de organização de pastas de 2º nível e limpeza de ficheiros.

N.º	Subunidade de Orgânica	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
		Descrição	Fórmula de cálculo				
1	GFC (PO Algarve 21)	Assegurar até ao final do ano a decisão sobre 80% das candidaturas e reprogramações ao PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados em 2014 (até 31/10/2014), com prazo médio de decisão até 50 dias úteis (novas candidaturas) e 20 dias úteis (reprogramações) – sem sistemas de incentivos.					
		% de candidaturas com decisão de aprovação / não aprovação, com notificação ao promotor e prazos de decisão médios < a 50 dias úteis no caso de novas candidaturas e < a 20 dias úteis no caso de reprogramações	Nº de candidaturas /reprogramações com decisão de aprovação ou não aprovação com notificação ao promotor / total das candidaturas/reprogramações apresentadas (retirar as desistidas)	80% Com prazo médio de decisão < a 50 dias úteis (novas candidaturas)	Novas Candidaturas: - 85% - Em 31/12/2014 encontravam-se decididas 92 das 108 candidaturas em concursos encerrados entre 1/11/2014 e 31/10/2014. - 56 dias úteis – prazo médio de decisão de novas candidaturas .	Desvios parcialmente positivos Não foi interrompido o tempo de análise com o tempo de espera de elementos solicitados.	Quadro com resultados dos concursos. (Evidências – anexo 1)
				80% Com prazo médio de decisão de 20 dias úteis (reprogramações)	Reprogramações: - 93% das reprogramações submetidas em 2014 foram decididas até 31/12/2014. - 22 dias úteis – prazo médio de decisão de reprogramações .		Quadro com resultados de reprogramações. (Evidências – anexo 1)
2	GFC (PO Algarve 21)	Assegurar a emissão do parecer regional sobre 75% das candidaturas entradas até ao 40º dia útil após o encerramento do Avisos de Abertura de Concursos independentemente da análise dos OI.					
		% de candidaturas com parecer regional até ao 40º dia útil.	Nº de candidaturas com parecer regional até ao 40º dia útil / total de candidaturas apresentadas	75% de candidaturas (parecer em 40 dias)	(não é possível contabilizar por ausência de ocorrências)	Não foram abertos concursos nos SI em 2014	(Evidências – anexo 2)
3	GFC (PO Algarve 21)	Assegurar o cumprimento de 100% da meta N+2 prevista para 2014 – ultrapassar a execução FEDER de 148.740.883 € até 30/11/2014 ou até à última certificação do ano se for posterior.					
		Taxa de Execução em relação à Meta N+2 (por Eixo)	Montante FEDER de Execução a 30/11/2014 ⁽¹⁾ certificado até 31/12/2014 / Montante total da Meta N+2 (2014) (ver quadro de suporte)	Taxa de execução da meta N+2 de 100%	104% Despesa FEDER a 31/12/2014 (154.471.500 € / 148.740.883 € - Meta N+3)	Desvios positivos. Foi ultrapassada a meta. Meta QUAR Superada.	(Evidências – anexo 3)
4	GFC (PO Algarve 21)	Colaborar na produção de informação das várias entidades no âmbito do QREN, entre as quais o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados sobre o PO Algarve 21. (encerramentos efetuados e completos em 6 meses após a conclusão)					
		100% de encerramentos efetuados com tabelas de indicadores preenchidas em SIGA e fichas finais no site (6 meses após a conclusão)	Nº de encerramentos efetuados com os requisitos referidos / Nº total de encerramentos efetuados	100% (quadro-resumo com requisitos assinalados)	100% - total do PO 139 encerramentos efetuados com os requisitos referidos / 139 encerramentos efetuados. 94% dentro do prazo (encerramentos efetuados até 31/12/2014 / operações	Meta cumprida Histórico recuperado em 94%. Foi dada prioridade à execução (N+2)	(Evidências – anexo 4)

					concluídas até 30/06/2014 139/148=94%		
5	GFC (PO Algarve 21)	Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21					
		2.º e 3º PAC concluído (80% do trabalho efetuado)	Nº de Etapas concluídas do 2º e 3º PAC / Nº de Etapas totais do PAC	80% (do trabalho do 2º e 3º PAC efetuado)	Foram realizadas 58% das atividades previstas nesta subunidade. O trabalho relativo ao 3º PAC não foi realizado. (0%) O trabalho do 2º PAC foi realizado a 100%. Se excluirmos o 3º PAC que poderá ser realizado em 2015, o desempenho situar-se-ia nos 88%.	- Equipa reduzida (insuficiência de meios) - Foram realizadas ações imprevistas com prioridade sobre as não efetuadas.	(Evidências – anexo 5)
6	GFC (PO Algarve 21)	Completar 7 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PO Algarve 21 e próximo período de programação, até final de 2014					
		Nº de instrumentos a funcionar: ▪ Manual de Procedimentos (uma atualização em 2014) ▪ 3 Certificações em SI ▪ Descrição de Sistema de Gestão e Controlo (atualizado) ▪ Melhoria do Site com atualização mensal do PO Algarve 21 (Informação financeira e operações encerradas com fichas) ▪ Arrumações arquivos QCA III ▪ Arrumação de partilhas internas e manutenção ▪ Relatório de Execução anual (PO Algarve 21) entregue e aceite, ▪ Realização do Grande Evento anual ▪ 3 Sessões de Sistemas de Incentivos ▪ Correção, edição e divulgação da versão final dos documentos PAR, RIS 3 e PO 2014-2020	Nº de instrumentos a funcionar no final de 2014	7 Instrumentos	100% (aproximadamente) 6 Instrumentos de apoio à gestão ou de informação ao cidadão completamente implementados e 3 incompletos (0,2+0,3+0,5=1); 7/7=100%: ▪ 3 Certificações em SI: 5 certificações efetuadas à CE até Dez.2014. Foi certificada 99,9% da despesa validada apresentada pela AG. ▪ Descrição de Sistema de Gestão e Controlo (com informação positiva em Dez. 2014) ▪ Melhoria do Site com atualização mensal ▪ Relatório de Execução anual (PO Algarve 21) entregue e aceite dentro dos prazos, ▪ Realização do Grande Evento anual (Maio / Junho 2014) ▪ 3 Sessões de Sistemas de Incentivos + 6 sessões do Made In Algarve (realizadas) 3 instrumentos incompletos: ▪ Arrumações arquivos QCA III (Ex-GAT de Faro) com organização e	Meta cumprida	(Evidências – anexo 6)

					rearrumação no arquivo de St^º António; Não foi arrumado o arquivo de Tavira. (0,2) ▪ Arrumação de partilhas internas e manutenção; foi efetuada uma arrumação embora incompleta. (0,3) ▪ Correção da versão final dos documentos PAR, RIS 3 e PO 2014-2020 – a edição e divulgação não foram efetuadas em 2014 devido ao elevado grau de envolvimento que foi necessário na negociação e à aprovação tardia do PO (18/12/2014). (0,5)		
--	--	--	--	--	---	--	--

ANEXO 6
MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS E INFRAÇÕES
CONEXAS

PLANOS DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - INQUÉRITO
ENTIDADE:

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE (CCDR ALGARVE)

1. ELABORAÇÃO, ENCAMINHAMENTO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

1.1. A ENTIDADE DISPÕE DE PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS?

SIM

1.1.1. EM CASO AFIRMATIVO INDIQUE A DATA DA RESPECTIVA APROVAÇÃO

14.01.2010 (data do envio do Plano ao Conselho de Prevenção da Corrupção)

1.1.2. O PLANO FOI COMUNICADO:

a) AO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO?

SIM

b) AO ÓRGÃO DE TUTELA OU DE SUPERINTENDÊNCIA?

SIM

1.1.3. NO CASO DE NÃO DISPOR DE PLANO, INDIQUE QUAL A RAZÃO:

2. ACOMPANHAMENTO DO PLANO

2.1 O PLANO PREVÊ MEDIDAS CONCRETAS DESTINADAS A PREVENIR RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS?

SIM

2.1.1. EM CASO AFIRMATIVO, AS MEDIDAS ENCONTRAM-SE CALENDARIZADAS?

NÃO

2.1.2. O PLANO AFETA RECURSOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DAS MEDIDAS?

NÃO

2.1.2.1. EM CASO AFIRMATIVO INDIQUE QUAIS OS RECURSOS (identificar com X a opção/opções corretas)

a) HUMANOS

b) FINANCEIROS

c) MATERIAIS

2.1.3. O PLANO IDENTIFICA OS RESULTADOS EXPECTÁVEIS COM A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO APRESENTADAS?

SIM

2.1.4. A ENTIDADE MONITORIZA A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO ?

NÃO

2.1.4.1. ESTÃO PREVISTOS MECANISMOS INTERNOS DE MONITORIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO PLANO?

2.1.4.2. SÃO ELABORADOS RELATÓRIOS PERIÓDICOS DE MONITORIZAÇÃO/ACOMPANHAMENTO?

2.1.4.3. É ELABORADO RELATÓRIO ANUAL SOBRE EXECUÇÃO DO PLANO?

NÃO

2.1.4.3.1. EM CASO AFIRMATIVO, O RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO CONTÉM REFERÊNCIA À GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES?

2.1.5. O PLANO PREVÊ MECANISMOS PARA A SUA REVISÃO?

SIM
3. GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

3.1. GRAU DE APLICAÇÃO DO PLANO (Ex.º: existência de código de conduta, manuais de procedimentos, despachos, normas/orientações internas, relatórios de auditorias internas, outras. Identificar com X a opção correcta)

a) ESTÃO APLICADAS MENOS DE UM TERÇO DAS MEDIDAS PREVISTAS	
b) ESTÃO APLICADAS MAIS DE UM TERÇO DAS MEDIDAS PREVISTAS	
c) ESTÃO APLICADAS MAIS DE DOIS TERÇOS DAS MEDIDAS PREVISTAS	X
d) ESTÃO APLICADAS TODAS AS MEDIDAS PREVISTAS	
3.2. ESTÃO IDENTIFICADOS RESULTADOS COM A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS, EM TERMOS DE REDUÇÃO, TRANSFERÊNCIA OU ELIMINAÇÃO DOS RISCOS?	NÃO

4. REVISÃO DO PLANO

4.1. A ENTIDADE JÁ PROCEDEU À REVISÃO DO PLANO?	NÃO
4.1.1. EM CASO AFIRMATIVO, FORAM IDENTIFICADOS NOVOS RISCOS?	
4.1.1.1. EM CASO AFIRMATIVO, FORAM INCORPORADOS NO PLANO?	

5. RESULTADOS

5.1. DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PLANO FORAM DETETADAS SITUAÇÕES DE CORRUPÇÃO / FRAUDE?	NÃO
5.1.1. EM CASO AFIRMATIVO, INDIQUE EXPRESSAMENTE:	
5.1.1.1. NÚMERO DE SITUAÇÕES DETETADAS	
5.1.1.2. NÚMERO DE PROCESSOS DE INQUÉRITO/AVERIGUAÇÕES INSTAURADOS	
5.1.1.3. NÚMERO DE PROCESSOS DISCIPLINARES INSTAURADOS	
5.1.1.4. NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO	
5.1.1.5. NÚMERO DE PENALIZAÇÕES DISCIPLINARES	
5.1.1.6. NÚMERO DE CONDENAÇÕES CRIMINAIS	

6. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

6.1. A ENTIDADE DISPÕE DE CÓDIGO DE CONDUTA?	NÃO
6.2. A ENTIDADE DISPÕE DE MANUAIS DE BOAS PRÁTICAS ?	SIM

6.2.1. EM CASO AFIRMATIVO QUAIS SÃO AS ÁREAS ABRANGIDAS ?	
Financeira, Patrimonial, Expediente, Recursos Humanos, Divisão de Sistemas de Informação, Direção de Serviços de Ordenamento do Território, Direção de Serviços Desenvolvimento Regional - Cooperação Transfronteiriça, Programa Operacional Algarve 21, Direção Serviços Apoio Jurídico e à Administração Local - Divisão de Apoio Jurídico	

6.3. ESTÃO IDENTIFICADAS AS POTENCIAIS SITUAÇÕES DE CONFLITOS DE INTERESSES RELATIVAMENTE A CADA ÁREA FUNCIONAL DA ESTRUTURA ORGÂNICA?	SIM
6.4. A ENTIDADE TEM EM VIGOR MEDIDAS ADEQUADAS A PREVENIR E GERIR POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES?	SIM
6.5. A ENTIDADE JÁ IDENTIFICOU SITUAÇÕES CONCRETAS DE CONFLITOS DE INTERESSES?	NÃO

7. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

7.1 A ENTIDADE PROMOVEU ALGUMA AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO OU DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DOS (identificar com X a opção/opções corretas):

A) DEVERES GERAIS DOS TRABALHADORES	
B) CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	
C) IMPEDIMENTOS E CONFLITOS DE INTERESSES	

8. OBSERVAÇÕES

Não tendo sido recebida qualquer orientação ou modelo de relatório sobre a execução anual do plano, como se esperava à semelhança da elaboração do próprio plano, o mesmo não foi realizado.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

NOME :

Adriano João Leal Cardoso Guerra

CARGO OU CARREIRA:

Vice-Presidente

ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO:

aguerra@ccdr-alg.pt

TELEFONE:

289895200

DATA DE PREENCHIMENTO:

2014.08.05

ANEXO 7

EXECUÇÃO DO QUAR 2014

ANO: 2014

Presidência do Conselho de Ministros

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

MISSÃO: Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional, ao nível da sua área geográfica de atuação, e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO

OE1: Elaborar o plano estratégico regional Algarve 2030

OE2: Executar, avaliar e fiscalizar ao nível regional, as políticas de ambiente e de ordenamento do território

OE3: Otimizar a gestão dos fundos estruturais

OE4: Promover e garantir uma adequada articulação intersectorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional e autarquias, numa ótica de desenvolvimento regional

OE5: Prosseguir a melhoria contínua do desempenho organizacional

Objectivos Operacionais

Eficácia 50,0

O1: Atualizar o ponto de situação dos PMOT do Algarve Peso: 25,0

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 1: N.º de atualizações efetuadas	n.a	n.a	3	1	6	100%	31-12-2014	3	100%	Atingiu

O2: Assegurar o cumprimento da meta N+2 do PO Algarve 21(QREN) Peso: 30,0

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 2: Taxa de execução da meta N+2 (Montante FEDER de execução a 30/11/2014 ou certificado até 31/12/2014/Montante total da Meta N+2 (2013))	n.a.	105	100%	0%	105%	100%	31-12-2014	104%	120%	Superou

O3: Planear e observar as dinâmicas de desenvolvimento regional Peso: 20,0

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 3: Nº de boletins disponibilizados on-line	8	7	4	1	7	100%	31-12-2014	5	100%	Atingiu

O4: Promover o controlo da atividade de gestão de resíduos -operadores licenciados Peso: 25,0

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 4: N.º de visitas a operadores de gestão de resíduos	n.a	n.a	40	10	60	100%	31-12-2014	41	100%	Atingiu

Eficiência 35,0

O5: Dinamizar a cooperação no quadro da Euroregião, da Cooperação Transfronteiriça e das Redes Europeias Peso: 40,0

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 5: Taxa de execução dos projetos POCTEP 2007-2013 com parceiros do Algarve	n.a	n.a	70%	5%	80%	50%	31-12-2014	72%	100%	Atingiu
Ind 6: N.º ações realizadas no âmbito da Cooperação Territorial e da Euroregião	n.a	n.a	3	1	5	25%	31-12-2014	4	100%	Atingiu
Ind 7: N.º eventos organizados no âmbito das redes europeias - Entreprise Europe Network e Europe Direct	n.a.	n.a	3	1	6	25%	31-12-2014	5	117%	Superou

O6: Elaboração do Plano de Classificação conforme à MEF - Macroestrutura funcional Peso: 60,0

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 8: Nº de dias corridos para a elaboração do plano de classificação	n.a	n.a	350	15	319	100%	31-12-2014	345	100%	Atingiu

Qualidade 15,0

O7: Garantir a resposta a todos os pedidos de parecer jurídicos solicitados pelas autarquias até 31/12/2013 Peso: 100,0

INDICADORES	2012	2013	META 2014	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 9: % de pareceres efetuados ((N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes referentes a 2013)*100)	n.a	100%	90%	5%	100%	100%	31-12-2014	100%	125%	Superou

OBJECTIVOS MAIS RELEVANTES

02, 05, 06 e 07

NOTA EXPLICATIVA

OBJETIVO 2: Meta N+2 = 148.740.883 € Execução de 154.471.500 € em 30/11/2014 (154.471,500 € / 148,740,883 € = 103,85%) - FEDER

OBJETIVO 5: Os projetos têm elegibilidade de realização de despesa até 2015

OBJETIVO 7: Os pareceres efetuados são relativos a pedidos recebidos até 31/12/2013

FÓRMULA DE CÁLCULO DOS INDICADORES:

Indicador 2 - Taxa de execução da meta N+2 = Montante FEDER de execução a 30-11-2014 ou certificado até 31-12-2014/Montante total da Meta N+2 (2014)

Indicador 9 - % de pareceres efetuados = (N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes)*100

Para os restantes indicadores a métrica utilizada está expressa na respetiva designação.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

AVALIAÇÃO FINAL

Eficácia

Eficiência

Qualidade

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	120	120	0
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	224	224	0
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	648	540	-108
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	18	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	224	216	0
Assistente operacional	5	45	45	0
Total	70	1.279	1.163	-108

Os recursos humanos planeados para 2014 correspondem à soma dos efetivos CCDR - 87 - adicionados os efetivos afetos à Estrutura de Missão do Programa Operacional - 26 - totalizando 113 efetivos

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	2.543.557	2.542.943	-614
Despesas c/Pessoal	1.899.063	2.160.160	261.097
Aquisições de Bens e Serviços	292.154	169.311	-122.843
Outras despesas correntes	27.340	8.370	-18.970
Investimento	2.771.448	2.150.284	-621.164
Outros valores	325.000	205.102	-119.898
TOTAL (OF+INV+Outros)	5.315.005	4.693.227	-621.778

Indicadores _ Fonte de Verificação

Ind 1: N.º de atualizações	Site da CCDR Algarve / Filedoc
Ind 2: Taxa de execução da meta N+2	Relatório de Execução 2013 e Sistema de Informação do PO (SIGA 21)
Ind 3: N.º de boletins disponibilizados on-line	Site da CCDR Algarve / Boletins disponibilizados on-line
Ind 4: N.º de visitas a operadores de gestão de resíduos	Relatórios das visitas
Ind 5: Taxa de execução dos projetos POCTEP 2007-2013 com parceiros do Algarve	Sistema de Informação do POCTEP (FONDOS 2007) e Secretariado Técnico do Programa
Ind 6: N.º ações realizadas no âmbito da Cooperação Territorial e da Eurorregião	Programa/Agenda do evento
Ind 7: N.º eventos organizados no âmbito das redes europeias - Entrerprise Europe Network e Europe Direct	Programa/Agenda do evento
Ind 8: N.º de dias corridos para a elaboração do plano de classificação	Plano de Classificação
Ind 9: % de pareceres efetuados ((N.º pareceres efetuados/N.º pareceres pendentes referentes a 2013)*100)	Filedoc / Pareceres

